

**Sementes da luta pela terra na Fronteira Brasil-  
Uruguai: Os limites e possibilidades da atividade  
camponesa em Santana do Livramento-BR e Bella  
Unión-UY.**

**Silvio Marcio Montenegro Machado**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Silvio Marcio Montenegro  
Sementes da luta pela terra na Fronteira Brasil-  
Uruguai: : Os limites e possibilidades da atividade  
camponesa em Santana do Livramento-BR e Bella Unión-UY. /  
Silvio Marcio Montenegro Machado ; orientador, Nazareno  
Jose de Campos - Florianópolis, SC, 2014.  
260 p.

- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Campesinato. 3. Fronteira. 4.  
Anarquismo Agrário. 5. Luta pela Terra. I. Campos,  
Nazareno Jose de. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Silvio Marcio Montenegro Machado

**Sementes da luta pela terra na Fronteira Brasil-Uruguai:**  
Os limites e possibilidades da atividade camponesa em Santana do  
Livramento-BR e Bella Unión-UY.

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de  
“Mestre em Geografia” e aprovada em sua forma final pelo Programa de  
Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de Março de 2014.

---

Prof. Dr. Marcio Rogério da Silveira  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.Dr. Nazareno Jose de Campos  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Clécio Azevedo  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Célia Regina Vendramini  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Valéria de Marcos  
Universidade de São Paulo



Este trabalho é dedicado aos camponeses e camponesas da fronteira Brasil-Uruguaí e à Isabel Hermans Machado, minha inspiração e alegria.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram direta e/ou indiretamente com esta dissertação, em especial aos companheiros de Bella Unión, Mario Thaedy, Maria e seus filhos, que gentilmente me acolheram em sua residência e compartilharam histórias sobre a vida no campo em Bella Unión-UY.

Ao companheiro José Luis Protti, de Rivera, que se colocou a disposição e fez todos os contatos que estavam ao seu alcance, fazendo a ponte com a equipe da Extensão Rural da Universidade da República em Bella Unión.

À Gimena Echeverriborda, Álvaro Moraes e a todos os docentes de extensão da Universidade da República, que se prontificaram em auxiliar com o trabalho de campo e forneceram materiais importantes a respeito da luta pela terra no norte do Uruguay, sem os quais seria impossível realizar esta pesquisa.

Aos estudantes de Agronomia de diversos países da América Latina que estavam realizando trabalho de campo em Bella Unión no verão de 2013 e cooperaram abrindo os espaços por eles organizados junto aos trabalhadores de Bella Unión para que pudéssemos participar.

À todos os companheiros e companheiras da UTAA, que tão gentilmente nos receberam e partilharam suas histórias de luta e de resistência, que fazem parte da história de Bella Unión e do Uruguay.

Do mesmo modo, em Santana do Livramento, não podemos deixar de agradecer aos Companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que nos prestaram todo o auxílio necessário à pesquisa. Bem como aos companheiros e companheiras da COOPEROESTE e da COOPTEC, que tão gentilmente nos forneceram os dados sobre a organização e produção agrícola no município.

Ao compa Robledo Mendes da Silva, quem gentilmente dedicou horas de seu tempo para debater os capítulos referentes ao anarquismo e ao campesinato, fornecendo informações e fontes importantes para a pesquisa. Obrigado mestre.

Ao meu orientador pela dedicação e sabedoria com a qual orienta, e pela paciência e compreensão com seu orientando.

Aos companheiros do CABN e AGB, que durante esse período de dissertação me cobriram nas atividades e frentes de trabalho.

À CAPES pelo auxílio financeira em forma de bolsa de estudos e ao povo, por sustentar a Universidade, pública, gratuita e que se mantém com qualidade, povo este que infelizmente não é o principal beneficiado pela maior parte da produção acadêmica no Brasil.

À UFSC e à todos os professores que cotribuíram com a minha formação, desde o primeiro letramento na educação básica até as aulas na Pós-Graduação, sem os quais nenhuma linha deste trabalho teria sido escrita.

À Branda Vieira, pelo companheirismo, carinho e compreensão comigo durante o período mais difícil de pesquisa. Pelo apoio incondicional e pela leitura crítica e atenta, bem como pelas madrugadas finais de revisão. Seria impossível sem ti.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar as mudanças recentes no espaço agrário da fronteira Brasil-Uruguai, mais precisamente no que diz respeito à questão agrária e camponesa. Com um viés libertário, procura-se realizar uma análise a respeito da introdução dos projetos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no município de Santana do Livramento-RS e das recentes ocupações de terra em Bella Unión-UY. Para tal, elabora-se um resgate histórico a respeito do conceito de campesinato com ênfase na discussão a respeito do anarquismo agrário. Procura-se identificar e analisar as diferentes formas de acesso à terra no Brasil e no Uruguai e seus reflexos na área de estudo. Por fim, é realizado um relato de algumas dessas experiências e procura-se identificar os impactos das mesmas no território fronteiriço e revelar os limites e possibilidades da atividade camponesa na fronteira do Brasil com o Uruguai.

**Palavras-Chave:** Anarquismo Agrário – Campesinato Fronteiriço – Bella Unión-UY – Santana do Livramento-RS – Luta pela Terra.



## ABSTRACT

This research aims to investigate recent changes in the agrarian landscape of the border between Brazil and Uruguay, specifically with regard to the agrarian and peasant question. From a libertarian perspective, we seek to conduct an analysis regarding the introduction of the draft Rural Settlements of the Land Reform in the municipality of Santana do Livramento-RS and recent land occupations in Bella Unión-UY. To this end, we propose a historical approach about the concept of peasantry with emphasis on the discussion of the agrarian anarchism. It seeks to identify and analyze different forms of access to land in Brazil and Uruguay and their reflections in the study area. Finally, we conducted an account of some of these experiences that seeks to identify the impacts of the border territory and reveal the limits and possibilities of peasant activity on the border of Brazil with Uruguay.

**Keywords:** Agrarian Anarchism. peasantry frontier. Bella Unión-UY. Santana do Livramento-RS. Struggle for Land.



## RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo investigar los cambios recientes en el paisaje agrario de la frontera entre Brasil y Uruguay, específicamente con respecto a la cuestión agraria y campesina. Desde una perspectiva libertaria, tratamos de llevar a cabo un análisis en cuanto a introducción de los proyectos de asentamientos rurales de Reforma Agraria en el municipio de Santana do Livramento-RS y de las recientes ocupaciones de tierras en Bella Unión-UY. Con este fin, se hecha una mirada histórica referente al concepto de campesinado, con énfasis en la discusión del anarquismo agrario. Se busca también identificar y analizar las diferentes formas de acceso a la tierra en Brasil y Uruguay y sus reflejos en el área de estudio. Por último, se presentan algunas de estas experiencias en la búsqueda de identificar los impactos en el territorio fronterizo y revelar los límites y posibilidades de la actividad campesina, en la frontera de Brasil con Uruguay.

**Palabras Clave:** Anarquismo Agrario. Campesinado Fronteirizo. Bella Unión-UY. Santana do Livramento-RS. Lucha por la Tierra.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Área de Estudo _____	26
Figura 2. Territórios em disputa durante a Guerra Civil Espanhola _____	71
Figura 3: Migrações e distribuição dos povos originários _____	91
Figura 4: Estâncias Missionárias do Séc. XVIII-XIX. _____	94
Figura 5: Mapa da Região da Fronteira Oeste do RS conforme regionalização do Governo Estadual. _____	100
Figura 6: Mapa do Uruguai _____	114
Figura 7: Concentração Fundiária no Brasil _____	126
Figura 8: Concentração Fundiária no Rio Grande do Sul _____	127
Figura 9 Localização da Metade Sul do Rio Grande do Sul _____	135
Figura 10: Território ocupado pela República Guarani _____	147
Figura 11: Liga Federal de los Pueblos Libres _____	155
Figura 12: Mapa Econômico da Liga Federal dos Povos Livres _____	160
Figura 13: Localização dos Assentamentos em Santana do Livramento. ____	166
Figura 14: Tipos de solo em Santana do Livramento _____	172
Figura 15: Densidade Demográfica dos Distritos de Santana do Livramento _	173
Figura 16: Localização do Assentamento São Joaquim _____	175
Figura 17: Localização do Assentamento Frutinhas. _____	177
Figura 18: Localização do Assentamento Conquista do Cerro da Liberdade _	182
Figura 19: Localização do Assentamento Torrão _____	183
Figura 20: Localização do Assentamento Sepé Tiaraju III _____	185
Figura 21: Localização do Assentamento Herdeiros de Oziel _____	187
Figura 22: Uso solo Assentamento Herdeiros de Oziel em 2003 _____	188
Figura 23: Uso do solo Assentamento Herdeiros de Oziel em 2008 _____	189
Figura 24: Entrega de Caminhão Tanque à COOPERFORTE _____	193
Figura 25: Entidades envolvidas com o Plano de Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local do leite em Santana do Livramento-RS. _____	194
Figura 26: Foto da II Marcha Cañera da UTAA em 1964 exposta na parede da sede da UTAA em Bella Unión. _____	196
Figura 27: Pintura no Centro de Formação de Bella Unión _____	214
Figura 28: Colonia Raúl Sendic Antonaccio _____	216
Figura 29: Produção de queijos e salame da Família Thaedy _____	220
Figura 30: Ordenhadeiras do Grupo Mandiyu _____	221
Figura 31: Horta do Centro de Formação Popular em Bella Unión _____	221
Figura 32: Plantio de mudas em estufa em Bella Unión _____	222
Figura 33: Grupo Mandiyu, Extensión Universitária e Estudantes _____	223
Figura 34: Canteiros com plantio diversificado no Centro de Formação Popular em Bella Unión _____	224



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Importação de Arame e Propriedades Cercadas entre 1872 – 1882 no Uruguai.	117
TABELA 2. Número de Explorações e Superfície Explorada de acordo com o tamanho das explorações em 2000.	128
TABELA 3. Número de Explorações e Superfície Explorada de acordo com o tamanho das explorações em 2011.	129
TABELA 4. Estrutura Agrária de Santana do Livramento	165
TABELA 5. Assentamentos Rurais em Santana do Livramento	170
TABELA 6. Superfície Ocupada pelos diferentes usos no Assentamento São Joaquim em 2003	176
TABELA 7. Superfície Ocupada pelos diferentes usos em 1986. Antes da implantação do Assentamento Frutinhas	180
TABELA 8. Superfície Ocupada pelos diferentes usos em 2003. Após a Implantação do Assentamento Frutinhas	180
TABELA 9. COOPERFORTE - Produtos adquiridos pelo PAA – 2011	190
TABELA 10. COOPERFORTE - Produtos adquiridos pelo PAA – 2012	191
TABELA 11. Entidades Beneficiadas em 2012	192
TABELA 12. Colonia Raul Sendic: Divisão de fração por Grupo, Área e Produtividade por Integrante.	217
TABELA 13. Colonia Raul Sendic: Cana Plantada por Grupo em 2011	218



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. A CARTA DE SÃO GABRIEL_____	168
QUADRO 2. TRECHOS DO COMUNICADO DE 1968 DA UTAA_____	203



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária  
AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores  
ALUR S.A. – Alcoholes del Uruguay  
ANCAP – Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland  
APAARBU – Asociación de Pequeños Agricultores y Asalariados Rurales de Bella Unión  
CAASA – Companhia Azucarera de Artigas S.A  
CAINSA – Companhia Agrícola e Industrial del Norte  
CALNU – Cooperativa Agraria Limitada del Norte Uruguayo  
CGT – Central Geral dos Trabalhadores  
CIA – Central Intelligence Agency  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COOPERFORTE – Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste  
COPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos  
CPT – Comisión de Políticas de Tierras  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CSU – Confederación Sindical del Uruguay  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FAU – Federación Anarquista Uruguaya  
IBASE – Instituto Brasileiro de Estudos Estatísticos  
INC – Instituto de Colonización  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LARSA – Azucarera Rioplatense Sociedade Anónima  
MAN – E.D y F Man Malasses Limited  
MAPU – Movimiento de Acción Popular Uruguayo  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MLN-T – Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MPLT – Movimiento Por La Tierra  
MRO – Movimento Revolucionário Oriental  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCU – Partido Comunista del Uruguay  
PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PS – Partido Socialista  
SOCA – Sindicato de Obreros de la Caña de Azucar  
SOCAL – Sindicato de Obreros de Calvinor  
SUCAL – Sindicato Único de CALAGUA  
SUTRA – Sindicato Único de Trabajadores de Artigas  
UDR – União Democrática Ruralista  
UTAA – Unión de los Trabajadores del Azúcar de Artigas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>25</b>
<b>2. QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPONESA</b>	<b>39</b>
2.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAMPESINATO: UM POUCO DA DISCUSSÃO NO INTERIOR DA GEOGRAFIA.	42
2.2. QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO NAS CORRENTES SOCIALISTAS.	50
2.3. CAMPESINATO ESSA “CLASSE INCÔMODA”: UMA DISCUSSÃO ATUAL NA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA.	72
<b>3. ACESSO À TERRA E REFORMA AGRÁRIA</b>	<b>91</b>
3.1. O ACESSO À TERRA NO BRASIL	96
3.2. O ACESSO À TERRA NO URUGUAI	110
3.3. REFLEXOS DESSE PROCESSO NAS ÁREAS OBJETO DE ESTUDO	124
<b>4. RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA NA FRONTEIRA</b>	<b>137</b>
4.1. A FORMAÇÃO E DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL FRONTEIRIÇA: A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E AS SEMENTES DA RESISTÊNCIA.	138
4.2. AS MISSÕES E SEPÉ TIARAJU	142
4.3. ARTIGAS E O CÓDIGO AGRÁRIO	153
<b>5. A LUTA PELA TERRA NA FRONTEIRA NA ATUALIDADE.</b>	<b>163</b>
5.1. O MST EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	164
5.2. A U.T.A.A. EM BELLA UNIÓN-UY	195
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>237</b>
<b>ANEXO I- FOLDER DA VIA CAMPESINA</b>	<b>253</b>
<b>ANEXO II ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM</b>	<b>255</b>
<b>ANEXO III – ASSENTAMENTO FRUTINHAS</b>	<b>256</b>
<b>ANEXO IV - ASSENTAMENTO CONQUISTA DO CERRO DA LIBERDADE.</b>	<b>257</b>

ANEXO V - ASSENTAMENTO TORRAO 258

ANEXO VI – ASSENTAMENTO SEPE TIARAJU III 256

ANEXO VII –ASSENTAMENTO HERDEIROS DE OZIEL 260

## INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que uma pesquisa científica é o resultado do estudo de um determinado fenômeno. O uso do método científico confere à pesquisa um grau de credibilidade que, em nossa sociedade ocidental, se sobrepõem a outros conhecimentos, experiências ou leituras da realidade, considerados não científicos, como o conhecimento popular e a religião, por exemplo.

Uma visão excessivamente positivista de ciência, porém, pode levar a uma compreensão equivocada de que o conhecimento científico é o único conhecimento válido para se explicar a realidade, ou mesmo, a crer em uma possível neutralidade científica. O que pode se considerar um erro na compreensão do processo de produção do conhecimento. (SOUZA, 2006)

É preciso reconhecer que a produção do conhecimento científico, é também permeada pelas experiências e pelas vivências do pesquisador e da sociedade na qual vive e se desenvolve. E são estas experiências e vivências que motivam os pesquisadores, antes mesmo de estes darem início a um processo de pesquisa.

Em um primeiro momento, pode parecer que tal influência subjetiva do pesquisador se torne um problema para a pesquisa científica, ainda mais para aqueles que compartilham da visão de ciência que prima pela neutralidade. Porém, entende-se que essas subjetividades carregadas pelo pesquisador, são partes intrínsecas do processo de produção conhecimento e, por vezes, o seu diferencial.

É dessa maneira, guiado por uma trajetória de vida na qual o campesinato e a fronteira tiveram importância fundamental, que se chegou à opção pelo tema do trabalho aqui apresentado. A área de estudo é o local onde o autor, em um núcleo familiar com um modo de vida e produção camponesa, viveu seus primeiros anos de vida, até o momento em que deixou o campo e migrou, forçadamente, para a cidade.

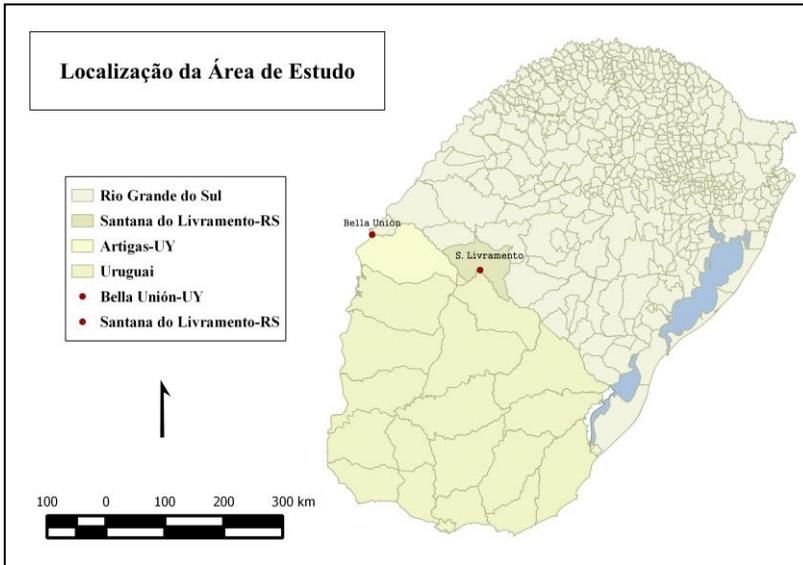
Esse modo de vida e de produção camponês está sendo vivenciado, atualmente, por aproximadamente 1000 famílias distribuídas entre os 31 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária instalados em Santana do Livramento no RS (AGUIAR & MEDEIROS, 2010), por parte das famílias que lutam por terra em Bella Unión-UY<sup>1</sup>, no Uruguai (Ver Figura 1), e por tantas outras que não estão organizadas

---

<sup>1</sup> Bella Unión-UY localiza-se no Departamento de Artigas, a 640 km de Montevideu. Única cidade uruguia localizada em uma tríplice fronteira. Os

em movimentos sociais, na região.

**Figura 1. Área de Estudo**



Elaborado pelo Autor

Principalmente através dessas experiências, vivenciadas no interior dos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, que uma grande quantidade de trabalhadores rurais está mudando a lógica estabelecida no território (trans)fronteiriço.

Esses camponeses estão produzindo alimentos, alguns de forma cooperada, outros de forma individual e em alguns casos de forma coletiva, sempre em pequenos lotes de terra. Estas experiências ocorrem em um território em que predomina a grande propriedade e no qual há uma forte influência cultural, social e política dos grandes proprietários de terra.

Essa forma de produção e de organização social, que vem sendo desenvolvida através dessas experiências, está aos poucos impactando a sociedade fronteiriça e desmistificando o pensamento conservador local. Apresenta-se no coração da grande propriedade um novo modelo, que

---

limites territoriais correspondem às barreiras naturais; à oeste o limite é o Rio Uruguai, que serve de divisa entre o território Argentino, onde localiza-se o município de Monte Caseros-AR; ao norte seu limite é estabelecido pelo Rio Quarai, que estabelece a divisa com o Brasil, onde está estabelecido o município de Barra do Quarai-RS.

vem sendo construído na prática cotidiana por aqueles que lutam por terra e que produzem em pequenos lotes.

O contato com essa realidade fez despertar o interesse de pesquisa a respeito da questão agrária e dos limites e possibilidades da recriação<sup>2</sup> camponesa na fronteira Brasil-Uruguaí.

Para realizar tal empreendimento, fez-se uma (re)leitura histórica da questão agrária com o objetivo de compreender a sua dinâmica atual na área de estudo em questão.

Caminho também perseguido ao se discutir a utilização do conceito de campesinato, em detrimento de outros conceitos, para caracterizarmos esse sujeito, que naquele território, luta pelo acesso à terra.

Desenvolve-se, no decorrer do trabalho, uma discussão a respeito do campesinato e da permanência e recriação camponesa, que é uma questão polêmica nos debates da Geografia Agrária Brasileira, sob um olhar geográfico crítico e de viés libertário.

Optou-se por utilizar as lentes libertárias ao fazer a leitura da realidade fronteiriça, do processo de ocupação de terras, da questão agrária e do campesinato, refletindo-se isto, na opção metodológica e no referencial teórico.

A tarefa de fazer uma interpretação libertária na leitura da questão agrária e do campesinato na fronteira em questão é, por si só, um grande desafio para a pesquisa.

Para enfrentar tal desafio, fez-se necessário afiar o ferramental teórico, revisitar os conceitos de campesinato, as leituras a respeito da questão agrária, da reforma agrária e da fronteira, bem como desenvolver uma leitura do espaço a partir de um ponto de vista bem definido, com um olhar voltado para identificar os níveis de autonomia, produção coletiva, horizontalidade, autogestão e apoio-mútuo, no interior desses espaços contra-hegemônicos em construção.

Reconhece-se a existência de dois modelos de desenvolvimento, para a região. Um modelo que parte de cima, com investimentos

---

<sup>2</sup> O conceito de recriação camponesa é defendido por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 11), ao afirmar que “... é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento”. Segundo autor, o desenvolvimento do capitalismo no campo contraditoriamente cria condições necessárias para a reprodução/recriação social camponesa.

privados e apoio do Estado, que aparece constantemente nos discursos de políticos e de grandes proprietários de terra, e que ainda aposta na manutenção do latifúndio<sup>3</sup> como opção de desenvolvimento.

E um segundo modelo, que está sendo levado à diante, por esses que lutam por terra, trabalho e liberdade nestes domínios da grande propriedade. Esse modelo, menos propalado pela mídia, menos difundido nos discursos governamentais, que não promete investimentos financeiros volumosos na região, mas que abrange cada vez mais famílias que estão conquistando a sua autonomia a partir do trabalho com a terra, é que será estudado no decorrer desta pesquisa.

É importante ressaltar que a pesquisa foi tomando rumos diferentes dos traçados em princípio, devido à necessidade de torná-la mais objetiva, menos genérica. Optou-se por aprofundar a pesquisa na organização do campesinato local, explorando essas experiências introduzidas pelas lutas dos movimentos sociais na região e focar na questão da recriação camponesa, seus limites e possibilidades de permanência e expansão.

Pretende-se fazer uma discussão a respeito do impacto local/regional desses espaços produzidos pelo campesinato, que emergem como verdadeiros espaços de resistência e de esperança (HARVEY, 2006), dentro de um contexto social e econômico que privilegia a criação extensiva, a grande produção, a transgenia, o uso de agrotóxicos e a monocultura.

Outro fator que aumenta o desafio atribuído à pesquisa, é o fato de se estar trabalhando com uma região de fronteira, local em que os povos são “separados” por uma “linha”<sup>4</sup> imaginária, que não consegue separar a sua origem, cultura e costumes.

---

<sup>3</sup> Há uma diversidade conceitual a respeito da definição de latifúndio. Entre outros autores, Guimarães (1981) define o latifúndio como propriedades com áreas iguais ou superiores a 500 ha, porém, é importante acrescentar a colocação de RODRIGUES (2006:56), que em meio a uma diversidade de conceitos a respeito do latifúndio, conclui: “*uma constatação sobre sua essência não pode ser negada, ou seja, o latifúndio está associado a uma grande extensão de terra, ociosa no todo ou em partes, predominando atividades agropecuárias extensivas e/ou monocultoras*”. Tal colocação complementa o sentido que se pretende dar a este tipo de propriedade no quando se fala em latifúndio no decorrer do trabalho.

<sup>4</sup> Em Santana do Livramento e Rivera na linguagem popular, costuma-se referir-se à fronteira (enquanto limite) chamando-a de linha, pois esta é demarcada por marcos e entre estes se traça uma linha imaginária em que cada lado dessa linha pertence ao território de um país. Para os fronteiriços a “linha” simboliza o

As análises que privilegiam apenas um dos lados dessa fronteira estão sujeitas a tornarem-se incompletas por limitarem-se à “linha” que “separa” este povo, conferindo-lhe duas nacionalidades distintas, mas não levarem em conta a prática cotidiana que produz e reproduz as relações que historicamente o constituem e o transformam em um só povo. (MACHADO, 1998)

Seguindo este raciocínio, pode-se deduzir que os problemas enfrentados pela população camponesa, no Brasil e no Uruguai, são muito semelhantes, apesar das diferentes formas políticas e jurídicas de se tratar a questão do acesso à terra e da reforma agrária.

O predomínio da grande propriedade, a dificuldade de acesso à terra, o enfrentamento contra os modelos de desenvolvimento estabelecidos desde cima, que acabam por impor um processo de desterritorialização camponesa e dificuldades na luta por uma reterritorialização<sup>5</sup> (COSTA, 2004), e pela sua valorização enquanto camponeses, coloca um desafio comum para a população rural empobrecida de ambos os países.

Há que se reconhecer, no entanto, a existência de algumas particularidades que estabelecem certa diferença e influenciam fortemente na realidade enfrentada pelo campesinato no processo de acesso e luta pela terra nesses dois países.

No caso brasileiro, o fato de existir um esboço de reforma agrária, uma tímida e inconclusa reforma que, desde 1964 com o Estatuto da Terra e, posteriormente, de 1988 com a Constituição Brasileira, está ou deveria estar em curso, possibilita uma maior mobilidade de negociação com os governos de turno por parte dos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra.

Já no caso uruguaio, esse referencial legal para a constituição de um movimento social que possa se apropriar dessa pauta não existe, apesar de estar no poder o partido de “*Frente Amplio - FA*”, composto em parte, por partidos políticos que tinham como principal bandeira a Reforma Agrária.

---

limite estatal, político e jurídico, porém, a “fronteira” representa o seu lugar, muito mais afeito às possibilidades que aos limites.

<sup>5</sup> A desterritorialização seria o resultado de um processo pelo qual uma determinada coletividade é retirada de seu território, entendendo esse, como lugar de origem, que brinda abrigo e oportunidade para a reprodução da vida. A reterritorialização seria a forma que essas coletividades encontram para se recolocar em um novo território. Sobre a discussão a respeito da desterritorialização e a reterritorialização, indicamos a leitura de COSTA, 2004.

O referencial uruguaio de luta pela terra segue sendo Raul Sendic e os peludos, que desde Bella Unión impulsionaram a formação do MLN-T (*Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros*), movimento que após processos internos e rupturas, hoje compõem o governo que, assim como ocorre no Brasil, não tem como prioridade a realização da Reforma Agrária.

Qual a problemática que encontramos com essa pesquisa? A questão que se coloca em discussão nesse trabalho é a capacidade de recriação do campesinato na fronteira Brasil-Uruguai. Inicialmente é preciso verificar: 1) A existência do campesinato ou se o que existe pode ser chamado de campesinato; 2) Se o que se identifica como campesinato na fronteira é um fenômeno novo oriundo dos assentamentos rurais; 3) Qual a sua capacidade de reprodução ou de permanência naquela região dominada pelo latifúndio; 4) Quais as consequências econômicas, políticas e sociais da existência e permanência do campesinato, organizado em movimentos sociais, no espaço agrário da fronteira Brasil-Uruguai.

Como hipótese, coloca-se a possibilidade de existência de um campesinato fronteiriço, um campesinato com características próprias e que tem se fortalecido através da luta dos movimentos sociais que reivindicam a Reforma Agrária, seja no Brasil ou no Uruguai.

A fronteira do Brasil com o Uruguai concentra a maior parte das grandes propriedades do estado brasileiro do Rio Grande do Sul e de todo o Uruguai, apesar disso, a maior parte dos alimentos consumidos na região transfronteiriça é proveniente de localidades próximas a Montevideu e Porto Alegre, quando não de localidades mais distantes. Isso significa que, as grandes propriedades locais não produzem alimentos. Os alimentos consumidos na região, em sua maioria, são produzidos a aproximadamente 500 Km de distância.

Historicamente é forte a presença da grande propriedade na região, com predomínio da criação extensiva. Há no período recente, desde a década de 70, algumas iniciativas de produção de grãos, mais restrita ao cultivo do arroz e da soja, em sua maioria em larga escala e com o uso de produtos agroquímicos. Estas iniciativas se deram, em sua maioria, em áreas arrendadas ou em complemento à criação nas grandes propriedades, nada que modificasse a estrutura agrária vigente.

Desde a década de 90 há, porém, uma pequena mudança na composição da paisagem latifundiária, com a introdução de assentamentos rurais de reforma agrária em Santana do Livramento-RS, município situado no território brasileiro, e posteriormente com as ocupações de terra levadas a cabo pela UTAA (*Unión de Trabajadores*

*Azucareros de Artigas*) e demais organizações sociais, que ocorreram, sobretudo, a partir de 2005, em Bella Unión, município pertencente ao departamento de Artigas no Uruguai.

Essas iniciativas estabeleceram pequenos espaços de terra que passaram a ser cultivados em parte por policulturas com grãos, frutas e hortaliças, e em muitos casos, com o uso de técnicas agroecológicas. Na maioria dos casos esse tipo de produção é associado à criação de gado e à produção de leite, de forma a garantir a subsistência dessas famílias.

Essa realidade levanta questionamentos a respeito da existência desse sujeito do campo, será que há de fato um campesinato na fronteira? Esse campesinato, que existe na fronteira, surgiu a partir dessa nova realidade dos assentamentos e das ocupações de terra? É fruto da organização dos movimentos sociais ou já existia na região desde antes da chegada destes?

Esses questionamentos são importantes componentes de nossas discussões, iniciamos por discutir o conceito de campesinato e por investigar historicamente a luta pela terra na fronteira com o objetivo de procurar respostas a esses questionamentos.

Certamente há uma hipótese que aponta para uma recriação camponesa, porém, é preciso investigar as características desse campesinato que habita a região transfronteiriça e definir se este é o conceito mais adequado para se referir a esse sujeito social.

Há uma hipótese que relaciona a recriação camponesa na fronteira à necessidade de produção de alimentos<sup>6</sup>. Essa seria uma das possibilidades de recriação e manutenção camponesa na região. Porém, existe uma série de limites impostos pela grande propriedade, pela lógica de mercado e pelo próprio Estado que precisam ser considerados.

Assim, como resultado de toda essa problemática encontrada no objeto de pesquisa, definiram-se os objetivos a serem investigados no presente trabalho.

O objetivo principal da pesquisa é investigar as mudanças recentes no espaço agrário da fronteira Brasil-Uruguai, com o “ressurgimento” do campesinato, a introdução dos projetos de assentamentos rurais de reforma Agrária em Santana do Livramento-RS e o advento das ocupações de terra em Bella Unión-UY.

Para tal, determinamos como objetivos específicos a serem alcançados:

---

<sup>6</sup> Problema que se torna ainda mais grave se pensarmos na produção de alimentos saudáveis, que precisam ser destinados à instituições de caridade, creches e hospitais, alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos.

Elaborar um resgate histórico do conceito de campesinato e verificar a condição camponesa na região;

Identificar e analisar as diferentes formas de acesso à terra no Brasil e no Uruguai e seus reflexos na área de estudo;

Investigar os impactos dessas experiências no território transfronteiriço, seus limites e suas possibilidades.

A área de estudo em questão necessita de uma análise mais apurada sobre as transformações que vem ocorrendo no seu meio rural, sobretudo no que diz respeito às transformações relativas à introdução dos assentamentos rurais de reforma agrária em Santana do Livramento e das ocupações de terra em Bella Unión.

Entende-se que é necessária uma discussão que remeta ao desenvolvimento dos de baixo<sup>7</sup>, com o foco no campesinato e na sua recriação em uma área de predomínio da grande propriedade.

A região carece de investigações que apontem para as alternativas que se apresentam como soluções para o “desenvolvimento” da região, sobretudo, estudos vistos de uma perspectiva dos povos, dos de baixo, e que privilegiem o ponto de vista transfronteiriço, abarcando o impacto em ambos os “lados” da fronteira, sem influências nacionalistas, como costuma acontecer em algumas análises geopolíticas.

É importante destacar ainda que a implantação de assentamentos de reforma agrária tem transformado não somente a paisagem nesses pampas, mas colocado em cheque as formas de desenvolvimento econômico, as relações sociais estabelecidas no meio rural e movimentado o cenário político local. Traz novamente à tona a discussão referente à questão agrária, no que se refere à continuidade do latifúndio como modelo de propriedade e de desenvolvimento local *versus* a necessidade de reforma agrária e de outros modelos de desenvolvimento local.

A região se caracteriza pela grande concentração de terra, mas, como não poderia deixar de ser, sempre estiveram presentes os pequenos, o “paisano”<sup>8</sup>, o “*bagayero*”<sup>9</sup>, o “índio velho”, o

---

<sup>7</sup> Por “de baixo” entende-se os oprimidos e explorados, sejam eles do campo ou da cidade.

<sup>8</sup> Palavra utiliza na fronteira, tanto em português, quanto em espanhol, comum no vocabulário gaúcho de toda a região, seja no Brasil, no Uruguai ou na Argentina e serve para designar um amigo, homem do campo, geralmente um trabalhador do campo, não-militar e geralmente pobre. É utilizada, em alguns casos, como sinônimo de camponês.

“changador”<sup>10</sup>, enfim, as gentes que apesar de ignoradas pelos economistas, governantes, planejadores e por parte da academia, sempre habitaram e permanecem habitando, precariamente, esta fronteira.

Pretende-se colocar em discussão também os limites e as possibilidades apresentadas pelas alternativas que partem desde baixo, como os impactos socioespaciais das primeiras décadas de implantação dos assentamentos rurais de reforma agrária no lado brasileiro e dos primeiros anos de resistência dos trabalhadores rurais uruguaios, que tem ocupado terras para produzir em Bella Unión, no lado uruguaio desta fronteira.

Outra contribuição possível deste trabalho de pesquisa é referente à perspectiva de análise no que diz respeito à discussão acerca da fronteira Brasil - Uruguai, do ponto de vista integrador não nacionalista ou focado apenas em um ou outro país, entendendo que a questão agrária, assim como a vida e as relações nessa região, ultrapassa os limites fronteiriços.

É preciso reconhecer o que tem sido discutido também por nossos vizinhos, onde os de baixo percebem, no exemplo das ocupações e da formação de assentamentos de reforma agrária no Brasil, um modelo que pode ser seguido, renovando assim as esperanças de acesso a terra e de produção de alimentos.

A questão da produção de alimentos é um dos principais desafios do século XXI. O constante aumento no preço dos alimentos, as técnicas agressivas de cultivo, com grande quantidade de agrotóxicos e transgenia e a substituição de áreas de cultivo por áreas de plantação de agrocombustíveis, estimulada pela emergência de um mercado verde pretensamente preocupado com as questões ambientais, reforçam a necessidade de se discutir o papel e as possibilidades de recriação camponesa como forma de resistência e reafirmação da segurança e soberania alimentar dos povos.

---

<sup>9</sup> Como costumam ser chamados os pequenos contrabandistas que levam produtos da fronteira, em sua maioria, produtos alimentícios destinados a abastecer pequenos mercadinhos no interior do Uruguai.

<sup>10</sup> Assim são chamados os trabalhadores precarizados que não contam com trabalho fixo e, por esse motivo, diariamente procuram uma “changa” um trabalho diário ou semanal. No auge da formação das estâncias e dos cercamentos, vários gaúchos andavam de estância em estância procurando uma “changa” em troca de pouso e comida. Atualmente utiliza-se esse mesmo termo na cidade para aqueles que procuram por um trabalho, como capinar, carregar e descarregar caminhões, entre outros que lhes rendam algum dinheiro para o dia.

A área de estudo é um exemplo desta realidade, apesar da grande extensão de terras disponíveis em seu meio rural caracteriza-se pela presença de grandes propriedades e tem produção de alimentos insuficiente para o abastecimento local. Isto ocorre devido ao predomínio da criação de gado, que paulatinamente vem sendo substituída pela plantação de soja, de “pinus” para fins de produção de celulose, entre outras iniciativas que mantêm a estrutura agrária e a monocultura, em detrimento da produção de alimentos.

Dessa maneira, entende-se que a pesquisa a respeito dos limites e possibilidades da recriação camponesa na região transfronteiriça se justifica, visto que a manutenção da grande propriedade não se apresenta como solução, nem do ponto de vista da produção de alimentos, nem como alternativa econômica capaz de gerar empregos e impulsionar a economia local.

Mas quais métodos utilizar nesse processo de investigação? As discussões de método são sempre difíceis, principalmente para aqueles que não têm o interesse de reproduzir as ortodoxias de uma determinada corrente de pensamento e, ao mesmo tempo, pretendem encontrar de maneira mais adequada os caminhos para seus questionamentos.

Tem-se acordo com a proposta de Oliveira (1998) que ao falar de método defende que se deve, fortalecido pelos fundamentos dos autores expressivos que semearam antes de nós, procurar ser cada qual o seu próprio metodólogo. Entende-se que a extrema rigidez e a mera reprodução de aspectos metodológicos tende mais a obscurecer do que esclarecer as questões relativas à pesquisa.

Feyerabend corrobora com essa tese ao afirmar que o bom pesquisador deve *“utilizar o procedimento, seja qual for, que pareça mais adequado para a situação”* (FEYERABEND 2007:32). Compartilhando da ideia de que o bom método é aquele que melhor se apresenta para a explicação de um determinado fenômeno, sem que seja necessário reproduzir métodos de cartilhas pra se manter dentro de uma determinada linha de pensamento.

Feyerabend (2007) defende o que denomina de um método anarquista para a pesquisa científica, ou seja, não dogmático e não engessado, no qual os melhores métodos são os possíveis de se aplicar para uma determinada situação desde que lhe rendam o melhor resultado. Essa relativa autonomia na construção do método é, segundo o autor, o fator que permite as novas descobertas.

Faz-se necessário ressaltar que não se advoga aqui um desprezo ao método, sem o qual não seria possível atingir os objetivos de pesquisa. Entende-se que os procedimentos metodológicos são

importantes ferramentas auxiliares da pesquisa, e que, a melhor ferramenta será aquela que melhor se adequar a sua utilização em determinada situação, permitindo atingir os objetivos de forma mais eficiente.

Como a presente pesquisa abordou o campesinato existente nos assentamentos e acampamentos da região da fronteira do Brasil com o Uruguai, definiram-se como prioritárias duas discussões de cunho teórico para dar início à dissertação, uma que diz respeito à questão agrária e a outra ao conceito de campesinato que pretendemos utilizar. Portanto se procura abordar o que os movimentos sociais definem como questão agrária e camponesa<sup>11</sup>, devido ao foco especial ao campesinato no contexto da questão agrária, muito mais ampla.

Ao mesmo tempo, procurou-se realizar um resgate do uso do conceito de campesinato ao longo da história que, entende-se não seja desinteressado, pelo contrário, se refere ao uso de um conceito forjado com um determinado propósito, que não escapa das relações de poder que conformam a luta de classes dentro da sociedade capitalista, sempre em disputa. O uso desse conceito suscita uma discussão importante dentro da Geografia Agrária Brasileira.

Também se coloca em discussão o próprio destino do campesinato, muitas vezes considerado em extinção, mas que insiste em se reproduzir no meio rural brasileiro e latino-americano.

Para tal, recorre-se às correntes socialistas que discutem a questão agrária e o campesinato, procurando revisitar algumas das posições clássicas e os seus desdobramentos na atualidade.

Tomam-se como análise as correntes socialistas, por compreender que boa parte do que se caracteriza como recriação camponesa na fronteira em estudo é impulsionada por movimentos de luta pela terra de forte orientação e inspiração socialista.

O olhar sobre essas experiências insere-se em uma perspectiva libertária, em que se privilegiam as análises da produção coletiva, o desenvolvimento da autonomia, os processos de autogestão e o grau de envolvimento e dependência do campesinato em relação ao Estado.

Procura-se também, realizar uma caracterização da fronteira e da grande propriedade nessa região. Entendendo que a mesma passou por

---

<sup>11</sup> Utiliza-se o termo para se delimitar a questão agrária que está relacionada diretamente ao campesinato. Ao referir-se à questão agrária e camponesa está se afirmando que esta questão não se refere apenas a um problema de produção ou de bloqueio ao desenvolvimento capitalista, mas também à reprodução desses sujeitos sociais no campo.

um processo de formação, que é histórico e que se mantém por mais de 200 anos, e que confere prestígio e poder aos latifundiários no interior da sociedade transfronteiriça, não mais o poder dos velhos caudilhos, mas um poder que não deve ser desconsiderado, seja economicamente, seja politicamente.

Um dos principais métodos utilizados para tentar responder a esses questionamentos foi o trabalho de campo, o qual foi realizado de duas maneiras distintas.

A primeira forma de trabalho de campo utilizada foi aquela que aponta o pesquisador como um companheiro militante. Procurou-se a inserção nos espaços de discussão camponesa, em um processo de imersão ou pesquisa participante.

Esse tipo de inserção possibilita um maior acesso às informações e às discussões do cotidiano dos sujeitos, visto que as respostas aos questionamentos vão além dos discursos prontos e chegam a revelações sobre o andamento dos movimentos, das lutas e as dificuldades diárias.

Optou-se por esse caminho no lugar de priorizar a aplicação de questionários estruturados, semi-estruturados e entrevistas formais, métodos que são extremamente eficazes, porém causam certo afastamento entre pesquisador e entrevistados, que, por vezes prejudica a qualidade das informações colhidas. Em ambientes de militância, em que a repressão por parte do Estado é sempre um fator marcante na vida das pessoas, o que gera desconfiança com aqueles que se aproximam, corre-se o risco de se perder informações relevantes.

Esse método foi utilizado, principalmente em Bella Unión, local em que foi possível hospedar-se na casa de companheiros da UTAA e conhecer o Centro de Formação, que funciona em território ocupado e é gerido coletivamente.

Cabe ressaltar que esse método somente foi possível devido ao envolvimento do autor com a discussão agrária e as lutas sociais, no campo e na cidade, que lhe permitiram essa abertura por parte dos movimentos sociais na região.

A outra maneira com que se realizou o trabalho de campo foi através de conversas marcadas com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e das cooperativas de produção e assistência técnica.

Em Santana do Livramento, se procurou os espaços do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Há uma sede urbana no centro da cidade, local em que se fez os primeiros contatos com o movimento e onde agendaram-se algumas conversas.

No caso de Santana do Livramento, devido ao grande número de assentamentos, procurou-se realizar entrevistas com algumas lideranças a respeito da chegada do MST no município e o andamento da luta pela terra, a questão da produção e as perspectivas do movimento.

Uma das estratégias adotadas em Livramento foi seguir o conselho de uma das lideranças e visitar a sede da COOPERFORTE<sup>12</sup> (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste), onde foi possível realizar uma conversa mais direta a respeito da produção e da organização coletiva, bem como levantar dados da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos e a respeito da abrangência da cooperativa em relação aos assentados.

Realizou-se também uma visita a COPTEC (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos) que presta assessoria técnica aos assentamentos, onde obtivemos dados importantes sobre a logística e a organização dos assentamentos, bem como dados referentes aos Programas de Desenvolvimento dos Assentamentos, Relatórios de Impactos Ambientais e os Programas de Recuperação de Assentamentos realizados pela cooperativa e disponibilizados para a realização deste trabalho.

Somente depois da realização desses campos é que se tornou possível ter uma noção mais geral do campesinato fronteiriço e fazer algumas considerações a respeito das características do mesmo e dos limites e possibilidades de sua recriação.

Pretende-se com essa pesquisa dar voz aos atores, que cotidianamente são esquecidos nos discursos sobre o meio rural fronteiriço, mas que insistem em ocupar, resistir, produzir e reproduzir a sua existência.

É a respeito destes homens e mulheres do campo, que aos poucos vêm conquistando a terra e com ela a liberdade, e recolocando a necessidade da realização da Reforma Agrária através de suas práticas de luta e resistência, que se trata esse trabalho de pesquisa.

---

<sup>12</sup> A Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste é uma Cooperativa criada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, inicialmente pensada para os trabalhadores rurais dos assentamentos, passou a acolher também os pequenos agricultores e criadores de Santana do Livramento e Região que não eram assentados.



## 2. QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPONESA

O capítulo tem por objetivo discutir a questão agrária e camponesa fazendo um breve resgate, revisitando conceitos e discutindo, desde um ponto de vista libertário, a sua relevância nos dias atuais.

Apresentam-se algumas considerações a respeito da questão agrária e do campesinato passando pela discussão de sua abordagem dentro da corrente crítica da Geografia Agrária Brasileira.

Ao percorrer esse caminho discute-se inicialmente a atualidade da questão agrária e da utilização do conceito de campesinato, bem como do significado e importância do mesmo no interior das correntes socialistas.

A questão agrária é aqui entendida como uma questão histórica, que remonta ao surgimento da civilização, existente desde que o homem passou a organizar o espaço rural, permanecendo presente em todos os modos de produção que segregam o acesso à terra.

A existência de uma questão agrária e camponesa é entendida, portanto, como resultado das formas de uso e apropriação da terra ao longo da história humana, em diferentes territórios e formas de organização social.

Apesar da questão agrária e camponesa pré-existir, é com a passagem do feudalismo para o capitalismo que a discussão a respeito do papel e do destino do campesinato se acirra, devido à tentativa de compreender a sua colocação no interior das sociedades capitalistas. Nesse período a questão agrária e camponesa passa a ser teorizada desde diferentes matizes. Segundo Guzmán & Molina (2005) é nesse período que se funda o pensamento social agrário.

Dessa maneira diversos pensadores passaram a teorizar sobre a categoria campesinato, provindo daí diversas leituras que podem ser classificadas como leituras clássicas a respeito do campesinato.

Depois de mais de dois séculos e de consolidado o modo de produção capitalista, o campo, apesar de sofrer drásticas mudanças com a introdução desse modo de produção, apresenta no seu interior a resistência, que se traduz na permanência do campesinato, na luta pelo acesso à terra, nas ocupações e na luta pela permanência no campo.

Esse contexto expressa a atualidade da questão agrária e camponesa em pleno século XXI. Apesar de todo um processo de mecanização e desenvolvimento científico voltado a transformar a produção agrícola em uma produção industrial e de todas as transformações inseridas pelo capitalismo na agricultura, a despeito das

teorias liberais e marxistas que previam o fim do campesinato e a resolução da questão agrária, esta permanece presente em nosso tempo.

A questão da distribuição desigual da terra não foi resolvida, e apesar do aumento da produção com a introdução de novas técnicas, o modo de produção capitalista introduzido no campo, não solucionou uma das questões fundamentais a qual, pelo menos no plano teórico, se propunha a eliminar, a fome, questão já apontada por Josué de Castro<sup>13</sup> em meados do século XX e que permanece atual no século XXI.

Segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) em seu anuário estatístico de 2013, 867 milhões de pessoas vivem em situação de subnutrição no mundo, 70% dessa população vive em áreas rurais. A fome apresenta-se, portanto, como uma questão de modo de produção e distribuição, não mais de necessidade de ampliação da produção. Uma pergunta que se pode fazer é: Se 70% das pessoas que vivem em situação de desnutrição estão em áreas rurais, por quais motivos não têm acesso aos alimentos?

Uma das hipóteses é o fato de estas estarem segregadas do acesso à terra, à água e às sementes, por ter de enfrentar um novo modelo de produção agrícola, o agronegócio, que visa transformar o meio rural em um modelo industrial, que vai contra a lógica da produção camponesa, introduzindo ainda mais pobreza no meio rural.

A concentração de terras nas mãos de grandes empresas rurais, ligadas às grandes multinacionais produtoras de alimentos e implementos agrícolas, constitui-se em um dos empecilhos para a erradicação da fome, isso devido à monopolização do território (OLIVEIRA, 2007), que com base na produção em larga escala, excluem, expropriam ou sujeitam a população pobre do meio rural, dificultando o acesso à terra e destruindo a autonomia dos povos que habitam o meio rural.

Dessa maneira, as populações camponesas, para garantir a segurança e soberania alimentar, necessitam lutar e desenvolver estratégias que lhes permitam a permanência na terra, para nelas poder

---

<sup>13</sup> Josué Apolônio de Castro foi um importante Geógrafo, Médico e Nutricionista pernambucano, que dedicou a sua vida ao combate à fome. Foi presidente do Conselho Executivo da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Escreveu, entre outros livros, “A Geografia da Fome”, “A Geopolítica da Fome”, “Homens e Carangueijos”, “Sete Palmos de Terra e um Caixão”, em que trata da questão da fome e do acesso à terra, com um olhar especial para a questão da fome no Nordeste brasileiro.

produzir alimentos suficientes e saudáveis<sup>14</sup> tanto para a sua subsistência, quanto para a população pobre das cidades.

A questão agrária nos dias atuais assume novos contornos, visto que a introdução do capitalismo no campo modificou as relações de produção e, com o uso de novas técnicas, que tiveram início na chamada “Revolução Verde”, aprofundou as problemáticas relacionadas à questão agrária e camponesa.

Pode-se afirmar que o uso de técnicas como a irrigação computadorizada, as sementes híbridas, os agrotóxicos, máquinas agrícolas com alta tecnologia, transgenia, o uso do laser para nivelamento dos solos, entre outras tantas inovações no campo, fizeram com que, as condições físicas, climáticas e de relevo, entre outras, se tornassem dispensáveis. (GUZMÁN & MOLINA, 2005)

Apesar de superar determinadas barreiras impostas pelo meio natural, essas técnicas, não garantiram a alimentação às populações rurais, pois há um controle centralizado das técnicas e dos meios de produção pertencentes às grandes corporações do agronegócio mundial, que intervêm nas formas de produção gerando uma dependência econômica.

Tais inovações técnicas e tecnológicas, introduzidas no meio rural, além de se tornarem uma forte ferramenta para submeter toda a produção agrícola à lógica capitalista-industrial, e assim, dar as condições para que uma pequena quantidade de empresas seja responsável pelo controle mundial da produção de alimentos, como ocorre atualmente, aprofundam também a problemática ambiental.

Se o respeito às leis naturais dos lugares torna-se dispensável para a produção agrícola em grande escala, logo, possibilita a homogeneização do meio rural e a consequente destruição da biodiversidade.

Nesse sentido, emerge como resposta do campesinato a um modelo homogeneizado de produção agrícola, entre outras, a agroecologia<sup>15</sup>, a valorização dos saberes dos povos originários, as

---

<sup>14</sup> Referência à produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos.

<sup>15</sup> Segundo o “Dicionário de Educação do Campo”, organizado por Roseli Caldart, Paulo Alantejano, Isabel Brasil Pereira e Gaudêncio Frigotto, “A agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas

novas formas de organização social, a revalorização dos territórios e da biodiversidade, como forma de resistência e luta pela permanência e reprodução camponesa nos dias atuais. Não somente a segurança alimentar, mas também a soberania passa a fazer parte das bandeiras dos movimentos camponeses.

Outro ponto importante a se destacar dentro desse modelo é que o camponês, antes indispensável para a produção agrícola, passa a ser excluído do modelo desejado pelo grande capital. O agronegócio, que até certa medida utilizava o camponês em modelos integrados, passou a vislumbrar uma agricultura sem camponeses.

O questionamento que se apresenta na atual conjuntura não é recente, seria o fim do campesinato? Será que enfim as “profecias” difundidas por algumas correntes da esquerda estariam se cumprindo ou novamente essa “classe incômoda” encontrará um caminho pra seguir desafiando o avanço do capitalismo no campo, contrariando a lógica da sua desapareição?

O presente capítulo apresenta uma breve síntese da elaboração teórica de algumas correntes clássicas. Procura-se discutir, nos marcos teóricos, esse fenômeno denominado campesinato para tentar revelar os limites e as possibilidades de se pensar a atividade camponesa na área de estudo.

## 2.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAMPESINATO: UM POUCO DA DISCUSSÃO NO INTERIOR DA GEOGRAFIA.

O uso do conceito de questão agrária remete ao entendimento de que há um conjunto de problemáticas existentes no meio rural que carecem de solução, entre as quais se encontram: a produção agrícola, a apropriação da terra e as relações sociais e de produção no campo.

Stédile (2005), ao abordar o tema, refere-se à utilização do conceito de questão agrária, afirmando que o mesmo assume diferentes interpretações, dependendo dos objetos estudados e suas respectivas abordagens. Destaca, porém, que do ponto de vista político a questão agrária está ligada ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra traz ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade.

---

e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42).” (GUHUR & TONÁ, 2012).

O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na história, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (STÉDILE, 2005:15)

Já Martins (2001), faz uma leitura política da questão agrária nas sociedades capitalistas, colocando que a mesma refere-se ao bloqueio que a propriedade da terra representa para o desenvolvimento do capital afirmando que,

A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. Não é manifestadamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto. (MARTINS, 2001:90)

As interpretações a respeito da questão agrária levam em consideração a questão da propriedade da terra. O que remete à

apropriação e uso da terra, à territorialidade<sup>16</sup>. Através da análise da territorialidade, é possível desvendar as estratégias de apropriação do espaço transformado em território, seja pelo campesinato, seja pelos grandes proprietários de terras. No presente trabalho, procura-se discutir essas territorialidades e os seus reflexos na sociedade transfronteiriça.

A questão agrária, porém, não se limita apenas a luta pela terra ou à questão de propriedade, refere-se também às contradições dos modelos de desenvolvimento no sistema capitalista, daí a complexidade que envolve o tema.

As leituras que levam em consideração o paradigma da questão agrária na Geografia Agrária Brasileira apresentam, pelo menos, duas territorialidades possíveis, a do capital e a do campesinato (OLIVEIRA, 2003).

Girardi (2008) afirma que, “a questão agrária, entendida como o conjunto de problemas inerentes ao capitalismo no campo.”, passou a fazer parte das discussões da Geografia Agrária Brasileira, principalmente após a ascensão da Geografia Crítica.

A ascensão do paradigma crítico na Geografia no país teve como marco a reunião anual da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) de 1978 em Fortaleza, que alterou os rumos da entidade e da Geografia Brasileira<sup>17</sup>.

Essas mudanças se refletiram na forma como diversos autores passaram a estudar e a interpretar a realidade agrária brasileira, passando a fazer uso de conceitos que até então não estavam incorporados na maior parte dos estudos da Geografia Agrária Brasileira.

FERREIRA (2001), em sua conceituação e periodização da Geografia Agrária Brasileira, ressalta que,

---

<sup>16</sup> Souza (2003:99), concordando com Raffestin, afirma que territorialidade “é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”. Sack (2011:78) define a territorialidade como uma “*estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações*”. A territorialidade seria a estratégia para estabelecer o controle sobre uma determinada área. Através da territorialidade, se constituem os territórios que para Souza (2003) “são definidos e delimitados por e a partir de relações de poder, e o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com a violência”. Dessa maneira, o território e a territorialidade podem ser entendidos nas diversas escalas da sociedade, desde a individual até escalas internacionais, e não somente a partir do Estado-nação.

<sup>17</sup> Para mais informações a respeito das mudanças na Geografia pós Encontro Nacional de Geógrafos de 1978 ver BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. 1978 + 30: A AGB em Movimento, Nº 88, São Paulo, JUL de 2008.

A grande controvérsia, em finais da década de 1970, diz respeito à contribuição dada pela Geografia para a discussão e o equacionamento da questão agrária brasileira. Segundo Silva & Mesquita (1979), a Geografia sofreu nesse período um questionamento quanto à sua responsabilidade com relação à sociedade, passando a ser considerado o bem-estar da população e a questão agrária como temática a ser privilegiada. [...] Na década de 1980, a discussão teórica a respeito da definição de Geografia Agrária é suplantada pelo movimento de renovação paradigmática da Geografia, que estabelece uma ótica social no pensar agro. (FERREIRA, 2001:57)

O uso de referenciais de cunho mais sociológico e econômico, representou um momento em que a Geografia Brasileira passou a ter maior preocupação com as questões sociais e a incorporar estudos do ponto de vista do materialismo histórico e dialético, devido a forte influência do pensamento marxista presente nesse processo de renovação da Geografia.

Temas como a questão agrária, o campesinato, as lutas no campo e os movimentos sociais, passaram a ser incorporados com maior frequência no interior das discussões da Geografia Agrária Brasileira pós 78.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira é considerado um dos responsáveis por introduzir a dialética nos estudos a respeito da Geografia Agrária Brasileira, durante esse período. O autor seguiu os passos de Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade, que haviam dado início a essa discussão no Brasil, em décadas anteriores. (PAULINO, 2007; GIRARDI, 2008; BOMBARDI, 2007; ALMEIDA, 2007).

Segundo Paulino (2007), o autor também é responsável por reinserir na agenda da Geografia Agrária uma das suas categorias fundamentais, o território, ao desenvolver os conceitos de monopolização do território pelo capital e de territorialização do capital, “para explicar a reprodução do capital, via trabalho assalariado, e a reprodução do capital, via sujeição da renda da terra.” (p.344).

Aos poucos no interior da Geografia foi se colocando uma discussão a respeito da definição de campesinato, essa “classe incômoda” como afirma Shanin, e dos rumos do mesmo.

Há diferentes interpretações a respeito do campesinato, de sua conceituação e desfecho enquanto classe, tais diferenças têm seus desdobramentos nas escolhas dos conceitos que recaem sobre o campesinato.

As diferentes interpretações dentro das correntes socialistas a respeito do conceito de campesinato são parte de uma discussão que será realizada a seguir. Importa, no momento, destacar a pertinência dessa discussão para o desenvolvimento da pesquisa e escolha dos conceitos utilizados.

Segundo Girardi (2008),

A definição do conceito de campesinato é indispensável para o entendimento da questão agrária. É a partir desta definição que os trabalhos sobre a questão agrária são orientados segundo os diferentes paradigmas.

Girardi (2008) se apoia em Fernandes (2005), para afirmar que os estudos de Geografia Agrária no Brasil têm duas principais orientações, uma seria o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e a outra o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

Para o autor, o PQA analisa o campo e suas contradições como contradições de classe, tem um recorte socialista com forte influência marxista, trabalha a questão da renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação camponesa, os conflitos e as consequências do avanço do modo de produção capitalista no campo para os camponeses.

Por outro lado, o PCA seria uma ruptura com a leitura marxista/socialista, apoiando-se em autores que defendem a agricultura familiar nos moldes da existente em países economicamente desenvolvidos. Segundo este paradigma, os problemas oriundos do avanço do capitalismo no campo para agricultura e para o campesinato teriam uma solução quando o capitalismo alcançar, aqui no Brasil, o patamar de desenvolvimento dos países economicamente desenvolvidos. (GIRARDI, 2008)

Dentro do debate a respeito dos paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário, insere-se portando uma discussão a respeito dos rumos do campesinato nesse contexto, e uma discussão conceitual, a respeito do uso do conceito de camponês ou de agricultor familiar.

Oliveira (2007), afirma que o estudo a respeito dos impactos da introdução do modo de produção capitalista no campo é bastante difícil

porque a temática cria atritos e diferentes leituras, entre conservadores, progressistas, socialistas, comunistas e anarquistas.

O autor, dentro do que Fernandes (2005) considera PQA, procura identificar algumas abordagens teóricas que foram se desenvolvendo e que tentam explicar a introdução do modo de produção capitalista no campo. Segundo Oliveira (2007:9-12) existe três abordagens principais:

1. A primeira abordagem pauta a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios. Essa perspectiva Oliveira (2007) atribui à autores que seguem uma teoria clássica e que entendem que esse processo se daria por dois caminhos: Um seria produto da diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista. Diversos autores chamam esse processo de “*farmerização*” do campesinato, ou seja, tornar-se-iam “*farmers*” do tipo estadunidense. O outro se daria pelo processo de modernização dos latifúndios, via máquinas e insumos, metamorfoseando-se em empresas rurais. Segundo essa perspectiva, os camponeses ricos se transformariam em pequenos capitalistas e os latifundiários em grandes capitalistas, unificando assim os seus objetivos. Aos camponeses pobres restaria o caminho da proletarização no campo ou na cidade. (OLIVEIRA, 2007)
2. A segunda percebe a permanência das relações feudais. Segundo o autor, essa corrente parte do princípio de que há uma penetração das relações capitalistas no campo. De certo modo, crêem esses autores que há uma dualidade em jogo: um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semifeudal, pré-capitalista, atrasado no campo. Esses autores entendem que a penetração das relações capitalistas no campo ocorre a partir do rompimento das estruturas que garantem a coerção extra-econômica, ou seja, particularmente a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação. Acreditam mesmo que a economia colonial (expressão da política mercantilista dos países europeus) é caracterizada por instituições políticas e jurídicas feudais, que são os instrumentos necessários à dominação econômica das

metrópoles. Para esses autores haveria um processo de separação do camponês dos meios de produção abrindo caminho para uma forma específica de capitalismo no campo, o assalariamento. Ainda segundo Oliveira (2007), a estratégia política no interior desta corrente de pensamento estaria bem definida: a luta camponesa e democrática deve acabar com os vestígios feudais na agricultura, destruindo o latifúndio e substituindo-o pela propriedade camponesa ou capitalista.

3. A terceira diz respeito à criação e recriação camponesa no campo. Esta é proveniente de autores que vêm procurando a explicação para permanência, e até mesmo o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Entendem que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção. O que significa dizer que para estes autores o campesinato e o latifúndio precisam ser entendidos de “dentro” do capitalismo e não de “fora” dele, como pretendem as duas correntes anteriores. Para estes, a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. Portanto, para os autores dessa corrente o processo contraditório de reprodução ampliada do capital, além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria e domina relações não-capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2007). Os autores dessa corrente entendem principalmente, que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. Sob essa perspectiva, há um processo de sujeição do

campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Assim, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, pois a situação da agricultura não tem o mesmo conjunto de atributos e especificidades com que se marcou a indústria, em função da qual esse conceito foi formulado. Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (OLIVEIRA, 2007)

Tais interpretações apresentadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira são frutos dos desdobramentos de teorias clássicas desenvolvidas no interior das correntes socialistas, teorias que procuram interpretar a penetração do capitalismo no campo.

Essas leituras teóricas a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo orientam as diferentes leituras a respeito do campesinato no interior da Geografia Agrária.

Assim temos diversos posicionamentos, entre os quais estão: a) os que acreditam no fim do campesinato, em que o campesinato se transforma em agricultura familiar e se integra ao mercado capitalista; b) os que acreditam no fim do campesinato pela via da proletarização; c) os que acreditam na recriação camponesa, porém como classe subalterna e; d) os que creem no campesinato como classe potencialmente revolucionária, numa recriação camponesa capaz de engendrar novas formas de relações entre os homens e destes com a natureza.

Um ponto importante a destacar sobre essa discussão é o que diz respeito ao uso do conceito de campesinato. Se crermos que os conceitos estão em disputa, e que escrever uma dissertação é contar uma história partindo de um ponto de vista, uma história que carrega subjetividades, e que a produção científica é, também, uma produção ideológica, é preciso tratar com seriedade a questão do uso do conceito de campesinato.

E é nesse sentido que se entende que determinados autores ao tentar substituir o termo campesinato, que carrega consigo uma carga histórica ligada às lutas camponesas, pretendem, de fato, esvaziar o conteúdo de classe e de luta de classes, que o mesmo contém.

Poder-se-ia recorrer a uma grande quantidade de autores e correntes dentro da Geografia para discutir as diferentes matrizes de pensamento que permeiam hoje as disputas teóricas e conceituais na Geografia Agrária Brasileira, essa por si só seria uma tarefa digna de uma dissertação ou tese.

Como este não é o objetivo deste trabalho, procurou-se, em forma de síntese, buscar na raiz das principais matrizes ideológicas das correntes socialistas, o fio condutor que alimenta essas leituras e as disputas a respeito do campesinato e da questão agrária na Geografia, para melhor entender o que está colocado do ponto de vista teórico. Para tal, fez-se necessário recorrer às leituras clássicas realizadas pelas correntes socialistas e interpretar os desdobramentos destas nos dias atuais.

## 2.2. QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO NAS CORRENTES SOCIALISTAS.

A questão agrária e o campesinato adquiriram centralidade nas discussões a respeito das mudanças que estavam ocorrendo na Europa Ocidental durante os séculos XVIII e XIX com a introdução do modo de produção capitalista. Segundo Guzmán & Molina (2005), o pensamento social agrário funda-se nesse período seguindo três linhas teóricas principais, fruto da acumulação de teorias evolucionistas: a filosofia da história (Giambattista Vico até George Hegel); o evolucionismo naturalista (Lamarck, Darwin e Malthus); e o chamado “socialismo utópico” (desde Pierre-Joseph Proudhon a Claude Henri de Rouvroy ou conde de Saint-Simon).

O impacto da introdução do modo de produção capitalista na estrutura social do campesinato europeu foi alvo de diferentes análises teóricas e políticas que procuravam não somente definir, mas compreender qual seria o papel do campesinato dentro do contexto de transformação social.

Seria o campesinato uma classe? Teriam os camponeses um caráter reacionário ou revolucionário? Seriam os camponeses protagonistas ou coadjuvantes em um processo revolucionário? Muitos eram os questionamentos a respeito do papel dos camponeses.

O campesinato emerge como uma classe incômoda como afirma SHANIN (1983), difícil de encaixar nos modelos pré-estabelecidos dentro do modo de produção capitalista, pois ao mesmo tempo em que dispõe apenas do núcleo familiar e de seus braços para produzir, os camponeses aparecem também como proprietários dos meios de

produção, isto levando em consideração uma visão clássica de campesinato.

Essa particularidade camponesa gerou diferentes teses a respeito do papel do campesinato no processo de transformação social e certa dificuldade em categorizá-lo no contexto da luta de classes. Se admitirmos a luta de classes dentro de um conceito marxista clássico, ou seja, como uma oposição entre proletários e burgueses, em que os proletários são aqueles que, desprovidos dos meios de produção dispõem apenas de sua força de trabalho para reproduzir a sua existência, tendo assim que vender a sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção, os burgueses, que obtém seu lucro da exploração da força de trabalho. Onde então se encaixaria o campesinato?

Qual seria o lugar desse sujeito que habita o meio rural e dispõe dos meios de produção sem explorar a mão de obra, a não ser a familiar? Ou desses, que possuem os meios de produção e realizam suas necessidades através do trabalho de forma coletiva, em suas comunidades rurais, buscando a satisfação das necessidades familiares da comunidade à qual pertencem. Qual seria o lugar destes na luta de classes?

Esse fato gerou polêmicas quanto à definição de campesinato, seria ele um sujeito revolucionário, pois possuía uma autonomia e era detentor dos meios de produção sem explorar, seria o embrião de uma nova sociedade ou seria ele um pequeno-burguês, visto que eram donos dos meios de produção, enfim, uma série de discussões e indefinições no que se refere ao campesinato.

As teses de Karl Marx, não eram as únicas teses existentes entre os socialistas que estavam envolvidos com as discussões a respeito do campesinato, apesar de sua obra e suas ideias exercerem uma forte influência nas discussões que se realizaram no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)<sup>18</sup>, espaço que se tornou

---

<sup>18</sup> A A.I.T. (Associação Internacional dos Trabalhadores), surge como uma iniciativa de unificar a luta da classe trabalhadora nos diversos países da Europa. A A.I.T. Possibilitou que os trabalhadores tivessem uma ação social própria, estimulou a consciência de classe e desviou os mesmos dos partidos burgueses. *“Fundada oficialmente em 1964 na cidade de Londres, por obra do proletariado francês, hegemonicamente mutualista proudhoniano, e do proletariado inglês, na maioria trade-unionista, a AIT tinha por objetivo criar um organismo internacional no qual a classe trabalhadora pudesse se associar para discutir projetos comuns.”* (CÔRREA, 2013).

As disputas de método e processo revolucionário para se chegar a uma revolução social que envolviam Karl Marx, por um lado, e Mikhail Bakunin,

privilegiado para a discussão de alternativas à imposição do sistema capitalista que se espalhava pela Europa.

Havia, no mesmo período, correntes socialistas que se colocavam em oposição às teorias de Marx e seus seguidores, no que se refere à introdução do capitalismo no campo e o papel do campesinato. Tais correntes tinham uma interpretação diferenciada do papel do campesinato e uma leitura de classe mais ampla, inclusive correntes marxistas que se desenvolveram posteriormente, também fizeram outras leituras a respeito do campesinato.

Não se pode negar que as teses desenvolvidas no interior da AIT, influenciaram as diferentes interpretações a respeito do campesinato e de como tratar a questão agrária que se desenvolveram posteriormente. Diversas agrupações e partidos elaboraram suas teses e programas sobre a questão agrária com base nessas discussões, algumas dessas teses foram colocadas em prática durante as revoluções, insurreições e levantes de caráter socialista que se sucederam no século XX.

Em um esforço de síntese, citaremos algumas das teorias a respeito do campesinato nas interpretações de algumas correntes socialistas, que procuravam alternativas frente ao avanço do capitalismo que se hegemonizava na Europa nesse período e pensavam como seriam as bases agrárias de uma sociedade futura nos moldes socialistas.

Entre essas correntes se encontram o narodnismo russo, o anarquismo agrário e as correntes marxistas: ortodoxa e heterodoxa. Cada qual possui uma heterogeneidade de pensamento em seu interior. Procurou-se abordar, de maneira geral, as principais características das elaborações de cada uma dessas grandes correntes no que diz respeito à questão agrária e camponesa.

No que se refere aos estudos camponeses, uma das primeiras correntes é a do narodnismo. Segundo Oyhantçabal (2007), o narodnismo foi uma corrente intelectual e política russa também conhecida como populismo russo.

Amparando-se na formulação de Guzmán & Molina (2005), o autor afirma que é possível identificar três etapas na constituição do narodnismo russo: a etapa fundacional caracterizada pela “volta atrás”, uma defesa do retorno ao coletivismo camponês como ideal socialista; a etapa do narodnismo clássico, com a teoria da “vantagem do atraso” e a

---

Eliséé Reclus, entre outros anarquistas, por outro, levou a uma divisão no interior da A.I.T. A divisão entre Marxistas e Anarquistas, estas eram, de fato, as correntes mais representativas, porém, não eram as únicas correntes presentes no interior da A.I.T.

sociologia subjetiva, desenvolvendo a ideia de um salto ao socialismo amparado na ideia da comuna rural, sem passar pela destruição do campesinato; e por fim, a “expressão prática” ou revolucionária do narodnismo, manifesta pelas organizações “A vontade do povo”, “Terra e Liberdade” e pelo “Partido Social Revolucionário” (PSR).

Apesar da heterogeneidade de teses que há no interior da corrente narodnista em suas diferentes etapas, de forma geral, podem-se destacar alguns traços principais:

- a) A rejeição à propagação do capitalismo, que naquele momento no ocidente já havia se hegemonizado e a intenção de que a Rússia saltasse o período capitalista para atingir uma sociedade mais justa, socialista sem que fosse necessária a desorganização do campesinato;
- b) O entendimento de que o campesinato, através do coletivismo camponês, representava um modelo ideal de socialismo. Para a corrente narodnista era possível alcançar um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista em que o campesinato aparecesse como protagonista central (GUZMÁN & MOLINA, 2005).
- c) A constatação de que o Estado czarista era o principal inimigo do povo, por ser o promotor do capitalismo na Rússia, criando assim, as classes exploradas.
- d) E a ideia de que o desenvolvimento desigual russo era um fator importante para o processo revolucionário, a ideia de vantagem do atraso, conforme o especificado por Guzmán & Molina (2005:22) ao afirmarem que “Um desenvolvimento desigual levaria a Rússia a uma posição proletária entre as nações ao observar as desvantagens desta com respeito às potências do oeste”. Isto fazia necessário um salto revolucionário para o qual o atraso podia se transformar numa vantagem; mais ainda, em privilégio revolucionário. (SHANIN, 1984 apud GUZMÁN & MOLINA, 2005:22).

A corrente marxista ortodoxa afastou-se do narodnismo, passando a defender a ideia de que para alcançar o “paraíso” socialista seria necessário encarar o “inferno” capitalista. Estabelece-se também uma clara diferença entre as teses marxistas ortodoxas com as teses anarquistas que veremos mais adiante.

Não seria, portanto o apoio mútuo, como defendiam os anarquistas, o elemento-chave na

evolução do processo histórico, mas, sim, os avanços tecnológicos materiais, o desenvolvimento das forças produtivas, e o enfrentamento social que esta provocaria, quer dizer, a luta de classes... Concretamente, a questão agrária no marxismo ortodoxo atribui um sentido histórico e alguns condicionamentos estruturais ao desenvolvimento do capitalismo de tal forma que o campesinato se converte em resíduo anacrônico condenado inelutavelmente a desaparecer ante o inexorável desenvolvimento das forças produtivas. (GUZMÁN & MOLINA, 2005:52).

Na leitura que Marx (1974) faz a respeito do campesinato, define-o com características, condições econômicas, interesses e cultura que possibilitariam que este fosse enquadrado como classe social. Porém, afirma que, a falta de organização política do campesinato, o seu caráter autossuficiente em função de seu modo de produção que, segundo o mesmo, o coloca em relativo isolamento, fazendo com que não se reconheça como classe, mas seja uma grande massa amorfa, como uma simples soma das partes, que ao final não se constitui em um todo, pois, não apresenta articulação entre as partes. Ou seja, para o autor, o campesinato não se constitui como classe em função da falta de articulação e consciência de classe.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...]. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e sua família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas (MARX, 1974:402-403).

E prossegue, afirmando que o campesinato ainda que possua características de classe, não é capaz de representar-se por si, sendo o camponês um ser subordinado que necessita de alguém que o governe, abrindo caminho pra ideia de subordinação do campesinato ao proletariado urbano no caso de um processo revolucionário, visto que este seria incapaz de desenvolver uma consciência de classe e fazer valer a sua vontade.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, esses milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um Parlamento, quer por meio de uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, de aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete a seu domínio a sociedade.” (MARX, 1974:402-403).

Cabe ressaltar que Marx e, posteriormente os marxistas ortodoxos, utilizam como exemplo, o campesinato francês que serviu aos interesses das elites burguesas nos acontecimentos de 1848 na França<sup>19</sup>, momento em que parte do campesinato desempenhou um

---

<sup>19</sup> Em 1848, eclodiram na Europa Central e Oriental uma série de revoltas contra as monarquias estabelecidas. Na França, em fevereiro de 1848, a revolta derrubou a monarquia e instituiu um governo provisório, composto por burgueses moderados, uma pequena burguesia republicana e por socialistas. Este governo provisório convocou eleições e instituiu algumas reformas mínimas, diminuição da jornada de trabalho de 12 para 10 horas, formou as

papel reacionário ao marchar juntamente com os conservadores e pegar em armas para conter as insurreições operárias em Paris. Esse é o contexto histórico que levou Luis Bonaparte ao poder.

É nesse contexto histórico que Karl Marx, em 1852, escreve o 18 Brumário de Luis Bonaparte, fazendo uma avaliação de como o processo revolucionário de 1848 se converteu em um grande retrocesso para o proletariado Francês.<sup>20</sup>

As análises dentro da corrente marxista ortodoxa centram-se na questão da produção, focando nos aspectos economicos do meio rural inserido no modo de produção capitalista e relegando a um segundo plano as discussões a respeito da organização, das relações sociais e dos simbolismos que caracterizam o meio rural.

O fato de não se considerar o campesinato como classe social, significa dizer que os mesmos não são capazes de se representar e que, portanto, o campesinato não seria capaz de levar a cabo um processo revolucionário sem que houvesse uma direção externa, no caso, a do proletariado urbano, ou como interpretado posteriormente por Lênin e os bolcheviques, por uma vanguarda do proletariado urbano.

---

Oficinas Nacionais de capital Estatal e administração dos trabalhadores, criou a “Comissão de Luxemburgo”, que tinha o objetivo de criar uma legislação social e arbitrar conflitos trabalhistas. Apesar de não tocar no direito à propriedade privada, essa questão foi colocada pelos socialistas, fato que gerou medo nas elites conservadoras burguesas e nos latifundiários. O novo governo eleito praticamente acabou com os republicanos radicais e socialistas, porém não foi capaz de agradar nem as elites conservadoras, nem trabalhadores. Em junho de 1848, após uma série de medidas conservadoras, os trabalhadores se levantam contra o novo governo em Paris, a sublevação popular estava tendo êxito até que a contraofensiva conservadora arregimenta em suas fileiras nobres, padres, burgueses e camponeses sob a liderança do General Cavagnaic e esmaga o operariado francês de Paris. Esse processo culminou com as eleições em dezembro de 1848 que levaram Luis Napoleão Bonaparte ao poder na França, fato que posteriormente, através de um golpe, acabaria com a 1ª Republica Francesa e criaria o império napoleônico. Baseado nessa conjuntura é que Karl Marx escreve “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” em 1852.

<sup>20</sup> Alguns marxistas defendem a ideia de que Karl Marx teria demonstrado uma mudança de opinião a respeito de sua leitura de campesinato em textos posteriores através de cartas ao diretor Otiechéstvennie Zapinski (1877) e à Vera Zazulich (1881) bem como no prefácio à segunda edição russa do Manifesto Comunista. Admitem, porém, que isso não teria sido considerado pelos seus seguidores mais ortodoxos.

Da mesma maneira, correntes marxistas, acabaram desenvolvendo a teoria de que o campesinato seria uma classe em transição e que estaria fadada ao desaparecimento, visto que o avanço do capitalismo aboliria a pequena propriedade e, posteriormente, o socialismo acabaria com a propriedade privada da terra.

Karl Kautsky desenvolve, em sua obra “a questão agrária”, uma análise do campesinato definindo-o como uma classe intermediária que está fadada a desaparecer devido à introdução do capitalismo no campo, que destrói as velhas formas pré-capitalistas, destaca também a superioridade técnica da grande propriedade sobre a pequena propriedade. (KAUTSKY, 1986)

Karl Kautsky juntamente com Vladimir I. Lenin – apesar de haver diferenças entre suas elaborações teóricas – serão os principais expoentes do que se convencionou chamar de corrente marxista ortodoxa nos estudos agrários.

Marcos (2010) afirma que, segundo Hegedus (1984), a ortodoxia mais dura que defendia a superioridade da grande propriedade e o inevitável desaparecimento do campesinato, foi predominante até a década de 1890, momento em que os partidos socialistas da Europa Ocidental passaram a apostar na via eleitoral. Apesar da visão de Kautsky de que o programa do partido socialista não deveria assumir a causa camponesa, os partidos socialistas da época flexibilizaram suas teorias e incluíram o campesinato em seus programas agrários.

Assim, o programa de Erfurt, de 1891, em cuja elaboração participou Kautsky, foi um dos últimos em que as teses ortodoxas relativas aos camponeses foram mantidas. A partir de então, nas formulações dos programas agrários que começaram a se seguir, o camponês cada vez mais deixava de ser alguém externo à sociedade para se transformar em um cidadão-eleitor com interesse próprio. Prova disso é que no Congresso socialista de Frankfurt, de 1894, a questão agrária vem tratada em separado e as compreensões até então hegemônicas, defendidas por Eccarius, Liebknecht e Kautsky, são amplamente questionadas. (MARCOS, 2010:22)

Os partidos reformistas procuravam contemplar os camponeses devido ao potencial destes como eleitores, para conseguirem atingir o seu objetivo principal, chegar ao parlamento. Em sua estratégia, passaram a reconhecer o campesinato enquanto uma classe em transição,

ou fração de classe com a qual poderiam contar, incluindo assim em seus programas a questão agrária para disputar os votos do campesinato.

A visão de um campesinato que caminhava para o seu fim permaneceu vigente, mesmo após a revolução de 1917 na Rússia. Lênin também defendeu a ideia de que o campesinato estava fadado a desaparecer devido à introdução do capitalismo no campo. O autor e líder revolucionário bolchevique desenvolveu um estudo a respeito da diferenciação do campesinato baseado nos censos realizados pelos Zemstvos<sup>21</sup> e elencou dez pontos principais que caracterizariam esse processo de diferenciação, que justificaria o fim do campesinato com o avanço do modo de produção capitalista no meio rural.

Esse processo de diferenciação camponesa seria responsável pela eliminação do campesinato e por sua transformação em médios e grandes proprietários ou sua ruína e transformação em proletariado urbano ou rural. (LENIN, 1986)

Essa visão de campesinato, apesar de todas as revisões pelas quais passou durante o século XX, é uma leitura a respeito do campesinato que ainda influencia fortemente as interpretações de boa parte dos intelectuais, pensadores, partidos, organizações e até mesmo dos movimentos sociais que constituem parte do campesinato no Brasil.

Outra interpretação clássica dos escritos marxistas provém dos denominados marxistas heterodoxos, entre os quais se encontram Rosa Luxemburgo, Nikholai V. Bujarin, E. Preobazhensky, entre outros. Entre as contribuições dessa corrente está a teoria dos “espaços vazios do capitalismo”, a qual afirma que em toda a sociedade está presente a coexistência de regimes de produção diferentes, bem como um forte intercâmbio entre eles.

Rosa Luxemburgo, em seu livro “A acumulação primitiva do capital”, explica que o sistema capitalista desenvolve-se historicamente em meio social não capitalista e que *“para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não capitalistas de produção”*. (LUXEMBURGO, 1985:253)

O campesinato representaria uma forma não capitalista de produção que interessa ao desenvolvimento do capital, mas não é a existência do campesinato em si que satisfaz o capital, porém a sua destruição e absorção por parte deste.

Se o capitalismo, portanto, vive de formas

---

<sup>21</sup> Sistema de administração local introduzido em 1864 pelo Czar Alexandre II. O Zemstvo era responsável pela administração local em assuntos como educação, transportes, comunicações, entre outros.

econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilização e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas. (LUXEMBURGO, 1985:285)

Essa leitura permite conceber a permanência do campesinato no modo capitalista de produção como produto do desenvolvimento contraditório do capital. Faz-se uma leitura de um avanço desigual e combinado do capitalismo no campo, em que o campesinato tem garantido, ainda que de forma contraditória, a sua reprodução. Tese defendida por Oliveira (2007)

Uma corrente que Guzmán & Molina (2005) e Marques (2008), apontam como marxismo-narodnista, na qual incluem A. Chayanov, como um de seus principais expoentes, discute a questão da permanência do campesinato, partindo de um estudo a respeito da organização da produção camponesa. Teodor Shanin (1983), também irá trilhar esse caminho, iniciado por Chayanov, acrescentando a discussão a respeito do modo de vida e da realidade social do campesinato, segundo Marques (2008:50), para Shanin “*o campesinato era ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida*”.

No Brasil, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), seguindo os passos de José de Souza Martins (1979), compartilha da leitura de que o capitalismo necessita das formas não capitalistas de produção para sua reprodução, e assim desenvolve sua teoria para explicar a permanência e mesmo a recriação do campesinato.

Dessa forma, o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-

as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

O autor verifica assim um processo de recriação camponesa no campo brasileiro devido às contradições no interior do próprio sistema capitalista de produção que, contraditoriamente, necessitaria de relações não-capitalistas para realizar a sua reprodução.

Essa teoria dos espaços vazios do capitalismo possibilitou uma série de leituras diferenciadas a respeito do campesinato, leituras que não necessariamente levam à interpretação de que o campesinato está fadado a acabar e/ou representa o atraso no meio rural.

Cabe ressaltar aqui, que as teorias de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, podem se inserir tanto na perspectiva ortodoxa como heterodoxa que se desenvolveram, em meados do século XX, como forma de resgatar a discussão nos moldes marxistas.

Por fim, permanecendo numa perspectiva clássica e contemporânea ao desenvolvimento das teorias anteriores, temos as leituras da corrente anarquista à qual se dará maior destaque devido ao fato de ser esta uma corrente que foi historicamente alijada e, portanto, pouco tem se escrito tomando-a como referência, apesar de sua significativa contribuição e da atualidade das discussões que foram realizadas no interior da mesma.

Para os teóricos do anarquismo agrário, o campesinato era visto como uma classe potencialmente revolucionária e o apoio mútuo, praticado no interior das aldeias e comunidades rurais, como um fator de evolução, que dava as bases para a constituição de uma nova sociedade. Os principais pensadores que contribuíram para a formulação do chamado anarquismo agrário nesse período foram Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Elisée Reclus.

Assim como as demais correntes, o desafio que tinham os anarquistas era o de colocar em prática uma proposta para uma sociedade futura, pensando como se dariam as relações no campo e como seria organizada a produção na sociedade pós-revolução social. Dessa maneira, era preciso ter uma leitura conjuntural de sociedade, uma visão do campesinato e seu papel histórico e uma proposta de organização e atuação coerente.

O que animou a discussão no interior do movimento anarquista foi a necessidade de apresentar propostas concretas a ser colocadas em prática imediatamente após a realização da

revolução social. As raízes dessas propostas podem ser encontradas na Revolução Francesa e nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade por ela apresentados e divulgados pelo mundo todo. A consciência da força da classe trabalhadora, assim como de sua capacidade de organização em sindicatos, serviu de estímulo ao debate sobre as formas de organização possíveis da sociedade futura. (MARCOS, 2010:30)

Marcos (2010) afirma que o anarquismo agrário propunha dois momentos fundamentais, um primeiro em que o objetivo era o de expropriação radical e integral de todos os bens que permitissem a exploração do homem pelo homem. E, um segundo momento em que,

A sociedade seria organizada em comunas autogeridas, que teriam buscado, dentro dos limites impostos, alcançar a autossuficiência por meio da diversificação da produção e de uma prática agrícola em respeito ao ambiente, privilegiando as técnicas e os métodos de cultivo que resultassem mais eficazes no decorrer do tempo, recuperando, assim, os saberes locais e considerando a terra como um patrimônio comum, do qual dispor em benefício de cada um e de todos. (MARCOS, 2010, p.30)

A autora destaca a contemporaneidade dessas formulações do anarquismo agrário, sobretudo no que se refere à relação do homem com a natureza. Cerca de um século depois esses mesmos princípios irão nortear as discussões referentes ao desenvolvimento local sustentável.

Eliséé Reclus, por exemplo, procurava integrar em suas discussões a questão ambiental<sup>22</sup> e da autogestão do ambiente, com a da produção. A interação com o meio, o uso racional das riquezas

---

<sup>22</sup> Elisée Reclus é considerado um dos precursores da Ecologia Social, entre aqueles que seguiram desenvolvendo as suas ideias estão Patrick Geddes, biólogo, escocês e seu discípulo Lewis Mumford. Outro Anarquista, que segue essa linha é Murray Bookchin (SALLES, 2006). A preocupação com a questão ambiental estava presente no interior das discussões anarquistas desde fins do século XVIII. Para mais informações sobre Elisée Reclus, recomenda-se a leitura da dissertação de Robledo Mendes da Silva: *A influência de Elisée Reclus na educação operária no Brasil – das ciências naturais à educação integral*. Defendida em 2010 na UNIRIO.

naturais<sup>23</sup> e a preocupação com as gerações futuras eram uma constante em sua obra. Reclus relacionava a má gestão do meio natural à propriedade privada da terra e à falta de racionalidade na gestão das riquezas naturais, que deveriam ser bem de todos e não de poucos.

É principalmente do ponto de vista do clima que as florestas foram mal geridas [...] Entretanto, a Terra deveria ser cuidada como um grande corpo [...] ela tem seus pulmões que os homens deveriam respeitar porquanto sua própria saúde depende deles [...] durante esses últimos séculos, a superfície da floresta, atacada pela agricultura, [...] pelas transformações em pastos, diminuiu em milhões e milhões de hectares [...] É, pois, o acaso que nos governa. A humanidade ainda não fez o inventário de suas riquezas e decidiu de que maneira deve distribuí-las [...] A ciência ainda não interveio para estabelecer em linhas gerais as partes da superfície terrestre que convêm à manutenção do aspecto primitivo e aquelas que se deve destinar [...] para a produção de alimentos [...] e como poder-se-ia pedir à sociedade pra aplicar assim os ensinamentos da estatística, quando, ante o proprietário isolado, ante o indivíduo que tem ‘o direito de usar e abusar’, ela declara-se impotente? (RECLUS, 2010:41-43)

Essa preocupação ambiental que os anarquistas desenvolveram, por privilegiarem uma leitura de sociedade mais ampla, sem que houvesse um privilégio imediatista da questão econômica sobre as demais dimensões, está sendo resgatada no seio dos movimentos sociais que se reivindicam camponeses, por meio da introdução da

---

<sup>23</sup> Utiliza-se o termo riquezas naturais em substituição ao termo recursos naturais, entendendo que a riqueza representa maior valor que o recurso. É dessa maneira que, pretende-se pensar a relação com o ambiente. Mais do que um local de onde se extrai um recurso, o ambiente é o habitat do ser humano, ao qual este pertence. Por mais que o ambiente possa ser reproduzido em parte, não o será no todo em sua complexidade. Nesse sentido a ciência ocidental precisa aprender com o saber popular e, sobretudo, com o dos povos originários. Para muitos destes, o ambiente não é passível de posse por parte dos seres humanos, pelo contrário, estes é que pertencem ao ambiente. A riqueza aqui descrita não representa valor econômico, mas abundância, diversidade de vida e possibilidade de reprodução da vida.

agroecologia, da discussão da descentralização, do desenvolvimento local autosustentável, da pluralidade e da autonomia do campesinato.

Outra característica que se coloca ao falar do campesinato e das comunidades camponesas, por vezes, entendida até como uma das formas de identificar o campesinato é a cooperação. Essa característica foi destacada por outro Geógrafo Anarquista, Piotr Kropotkin.

Kropotkin em seu clássico, “Apoio Mútuo”,<sup>24</sup> faz uma complementação à teoria da evolução de Darwin, destacando que a cooperação é um importante fator de evolução, por vezes, muito mais importante que a competição. Faz um contraponto ao Darwinismo social e afirma que as espécies que cooperam são melhores sucedidas do que as que competem. Assim, entre as espécies animais que melhor se desenvolveram estão as que atingiram maiores graus de cooperação.

O apoio mútuo aparece então como um fator importante de evolução. O autor identifica essa relação de apoio mútuo desde as civilizações mais antigas até as que lhe são contemporâneas e identifica no campesinato essa característica como fundamental ao seu desenvolvimento.

Kropotkin afirma que o fim das comunidades aldeãs europeias se deve a ação do estado e não pela vontade dos camponeses ou por consequência natural da evolução humana e dos meios de produção. Avaliando o que acontecera em um momento anterior em toda a Europa, Kropotkin (2012), afirma que mesmo onde a comunidade aldeã e a produção coletiva havia sido exterminada, os princípios camponeses,

---

<sup>24</sup> “Trata-se de um estudo vigoroso sobre as matrizes biológicas, sociológicas e antropológicas da solidariedade, da cooperação, e da comunalidade, cruzando diversas territorialidades e temporalidades [...] O “Apoio Mútuo” desafiou de uma forma brilhante uma miríade de intelectuais cegos pela vulgata da teoria darwinista. Cientistas naturais e pensadores sociais, desprezando evidências concretas [...] limitaram todos os desdobramentos da teoria da evolução à ideia de competição, luta pela vida e sobrevivência dos mais fortes [...] o que influenciou certas interpretações sobre o desenvolvimento da história da humanidade, legitimando e promovendo discursos, políticas e práticas racistas, etnocêntricas e de dominação colonial, classista e etnocida que causaram e ainda causam muitos impactos sociais, através da construção de um imaginário da seleção natural (e social), que se daria exclusivamente pela via da competição e da violência [...] da supremacia dos valores ‘civilizatórios’ da sociedade capitalista, branca e eurorreferenciada.” (Daniel de Bem, Casio Brancaleone e Dinah de Abreu Azevedo. in: Kropotkin, Piotr. **Apoio Mútuo: um fator de evolução**. Porto Alegre:Deriva, 2012.)

seus hábitos e costumes permaneciam permeando as relações sociais no campo.

Em resumo: falar da morte natural das comunidades aldeãs em virtude de leis econômicas é uma brincadeira tão ridícula, quanto dizer que soldados massacrados em um campo de batalha faleceram de morte natural. O que houve foi simplesmente isto: as comunidades aldeãs subsistiram por mais de mil anos, e os camponeses, onde e quando não foram arruinados por guerras e extorsões, aperfeiçoaram continuamente os seus métodos de cultivo. Mas o valor da terra estava aumentando em consequência do crescimento das indústrias e, sob a organização estatal, a nobreza havia adquirido um poder que nunca tivera sob o sistema feudal e, dessa forma, tomou posse das melhores áreas das terras comunais, e fez o que pode para destruir as instituições comunais. Mas as instituições da comunidade aldeã respondem tão bem às necessidades e concepções dos agricultores que, apesar de tudo, até hoje a Europa está coberta de remanescentes vivos da comunidade aldeã, e a vida no campo europeu está impregnada de costumes e hábitos que datam do tempo em que ela existia. (KROPOTKIN, 2012:160)

Para os anarquistas o campesinato, portanto, apresentava caráter de continuidade e de resistência e não de submissão ao modo de produção estabelecido, seja ele feudal ou capitalista, apesar da necessária adaptação ao mesmo, mantinha as características que lhe permitia resistir e se reproduzir, ainda que com sua autonomia abalada.

Tais características do campesinato possibilitariam, segundo as leituras anarquistas, o desenvolvimento de uma revolução socialista em que os camponeses fossem sujeitos revolucionários em pé de igualdade com os trabalhadores industriais.

Para tal, os anarquistas trabalhavam no sentido de desmistificar a ideia de que os socialistas das grandes cidades desejavam expropriar as pequenas propriedades camponesas.

Elisée Reclus, em 1899, escreve um texto intitulado “*A meu irmão camponês*”<sup>25</sup>, em que ele desmistifica a visão da época de que o operário da cidade desejava expropriar o campesinato e governá-lo. Nesse texto aparecem claramente as teses anarquistas sobre a necessidade de expropriação dos grandes proprietários e de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha.

Alem do mais, é um texto que procura estabelecer uma aproximação entre proletariado urbano e campesinato, procurando demonstrar o quanto as lutas do campo e da cidade estão interligadas e que a luta pela extinção da propriedade privada não é um conflito contra o campesinato e sim contra os latifundiários. Esse texto demonstra a diferença entre a visão anarquista e marxista com respeito ao campesinato.

Esse trabalho era necessário, devido ao privilégio que as correntes socialistas davam ao trabalho nas indústrias, nas grandes cidades, de forma que a propaganda socialista pouco circulava entre os camponeses, facilitando assim, os boatos e as desinformações por parte daqueles que desejavam colocar os camponeses a serviço das elites contra os trabalhadores urbanos, seja por meio das eleições, seja pela luta armada.

A noção de que o campesinato reunia as condições necessárias para desenvolvimento de um processo revolucionário também estava presente na obra de Mikhail Bakunin. Guzmán & Molina (2005) afirmam que para Bakunin, as condições necessárias para o desencadeamento de uma revolução social estavam presentes na Rússia do século XIX.

Bakunin identificava essas condições com a situação das massas populares camponesas russas definidas pela conjunção da extrema miséria com a servidão feudal que era modelo em seu gênero, à que adicionava uma consciência histórica de emancipação social. (GUZMÁN & MOLINA, 2005:28).

---

<sup>25</sup> Esse texto está traduzido em português e publicado na íntegra no livro *Élisée Reclus: anarquia pela educação*, Ed. Hedra, São Paulo, 2011. O texto escrito por Elisée Reclus é um diálogo entre um operário urbano e um camponês, em que o operário urbano se coloca em pé de igualdade com o camponês e desmistifica a questão da propriedade privada, das expropriações, colocando-se lado a lado com o camponês, demonstrando que campesinato e proletariado urbano estão no mesmo campo na luta de classes, desfazendo a ideia de superioridade do proletariado urbano sobre o campesinato.

Para Bakunin a consciência histórica do povo russo possuía aspectos negativos e positivos, os aspectos positivos eram: a) a convicção arraigada de que a terra pertencia ao povo; b) a posse da terra como direito da comunidade rural e não do indivíduo; c) a forte autonomia política e capacidade administrativa e gerencial das comunidades rurais que as colocavam em conflito com o Estado. Os aspectos negativos que precisavam ser superados e somente o seriam através de um processo de revolução social eram: a) O patriarcalismo; b) a absorção do indivíduo pela comunidade rural, sua submissão total; c) a confiança no Tzar. (GUZMÁN & MOLINA, 2005)

Bakunin interpretou também que o isolamento das comunidades rurais era um problema para o desenvolvimento de uma revolução social, pautando a necessidade de romper o isolamento e gerar vínculos mais fortes entre as comunidades, um modelo que se baseia no princípio federativo<sup>26</sup> trabalhado por Pierre-Joseph Proudhon.

Bakunin interpretou o atraso russo, expresso em miséria e dominação social, como fator desencadeante de uma revolução social que tinha como ideal a destruição do Estado e, junto à emancipação social, a introdução de elementos como a autonomia política das comunidades rurais e a federação como modelo de organização política (F. Venturi, 1981, p. 689). Por conseguinte, no esquema teórico de Bakunin, ressalta a dimensão política que conceitualiza o *mir* como núcleo social com vida própria e com capacidade para resistir às ingerências do Estado, de lutar contra ele e de destruí-lo. (GUZMÁN & MOLINA, 2005:31).

A corrente anarquista diferenciava-se, portanto, das correntes marxistas por entender o campesinato como uma classe potencialmente revolucionária, coisa que os marxistas não admitiam na época. Diferenciava também do narodnismo que via no atraso russo uma possibilidade de recondução do processo de avanço das forças produtivas tirando proveito dos progressos técnicos e econômicos dos

---

<sup>26</sup> O Federalismo político proposto por Pierre-Joseph Proudhon e desenvolvido no interior do anarquismo, preconiza a descentralização do poder e das decisões, um modelo organizativo capaz de articular uma grande quantidade de pessoas permitindo que as decisões sejam tomadas pela maioria, de baixo para cima. Sobre o Federalismo desenvolvido por Proudhon ver: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. São Paulo, Ed. Imaginário, 2001.

países europeus capitalistas, apesar de alguns autores como Guzmán & Molina (2005) tratarem o Anarquismo Agrário quase como uma corrente narodnista, o mesmo ocorre com Chayanov e Shanin que são situados pelos autores dentro de uma corrente marxista-narodnista.

Os anarquistas não acreditavam na teoria do passo atrás, não entendiam o atraso como uma vantagem. Pelo contrário, percebiam que o desespero do campesinato diante do avanço do capitalismo no campo, expresso pela miséria e dominação social, poderia gerar os elementos necessários a uma revolução social. Contudo, isto estava longe de se constituir uma vantagem, servia apenas como um elemento, um fermento necessário para um levante de cunho revolucionário.

As teses do anarquismo agrário foram colocadas em prática, em diversos momentos da história dos levantes, das insurreições e das revoluções do século XX. Dentre estes momentos, se pode citar a árdua luta do campesinato Ucrâniano, durante o processo da Revolução Russa, a chamada Mahknovichina, que heroicamente defendeu a revolução e acabou traída pelo exército bolchevique.<sup>27</sup> Ocupavam uma extensa área do território ucraniano, conforme evidenciado por Riquelme (s/d):

La organización autónoma de las masas campesinas que se constituyó por su iniciativa inmediatamente después del movimiento de octubre, abarcaba una región poblada por siete millones de habitantes que formaba una suerte de círculo de 280 por 250 kilómetros. La extremidad sur de esta zona llegaba al mar de Azov, incluyendo el puerto de Brediansk. Su centro era Guliai-Polié, pueblo que tenía entre veinte y treinta mil habitantes. Esta región era tradicionalmente rebelde. (RIQUELME, S/D)

Os bolcheviques não viam com bons olhos a experiência anarquista na Ucrânia, local em que os camponeses comandavam a revolução e possuíam um exército autônomo, que já havia mostrado sua força libertando a Ucrânia das mãos da Alemanha.

Assim, sob a alegação de que o exército negro, liderado por Nestor Mahkno, representava uma ameaça para a Revolução Russa, o Exército Vermelho, sob a liderança de Leon Trotsky e às ordens de

---

<sup>27</sup> Sobre o tema ver: Mahkno, Nestor. **A “Revolução” contra a Revolução**, São Paulo, Cortez, 1988. Ver também: FEDERACIÓN ANARQUISTA URUGUAYA, **Rusia y la Machnovischina**, Lucha Libertária, 1999 disponível em: [http://www.nestormakhno.info/spanish/rusia\\_mac.htm](http://www.nestormakhno.info/spanish/rusia_mac.htm)

Vladmir I. Lênin atacou o Exército Negro, traindo o campesinato e a revolução ucraniana, dando fim a essa rica experiência vivenciada pelo campesinato ucraniano<sup>28</sup>.

Outro momento histórico em que os anarquistas tiveram uma participação importante, junto ao campesinato, foi a Revolução Mexicana, em 1910<sup>29</sup>, quando os irmãos Flores Magón<sup>30</sup>, levantam-se com os anarquistas contra a tirania de Porfírio Diaz. A dimensão do movimento abarcou praticamente todo o território mexicano.

Dentre outros, podemos citar também a Revolução Anarquista Norte-Coreana de 1929 a 1932<sup>31</sup>, em que 2 milhões de coreanos, em sua maioria camponeses, agrupados na FACK (Federação Anarquista-Comunista da Coreia), foram protagonistas de uma revolução anti-imperialista e anti-estatista, que libertou a Coreia do Imperialismo Japonês.

A comuna de Shinmin, como ficou conhecida, localizada ao nordeste da Coreia, de onde era a maior parte do campesinato anarquista, teve que lutar contra o Imperialismo Japonês de um lado e o Stalinismo Chinês, Russo e Coreano de outro, sendo por fim desarticulada por meio de assassinatos e perseguições aos principais protagonistas da Revolução Anarquista, ficando a mesma relegada ao ostracismo.

Posteriormente, a Coreia foi dividida entre Coreia do Norte e Coreia do Sul e tanto os nacionalistas ao sul, quanto os marxistas ao

---

<sup>28</sup> Vale ressaltar que o campesinato ucraniano já possuía a sua própria forma de organização social e política, com práticas coletivistas e de apoio mútuo, para além da influência anarquista. Os camponeses ucranianos resistiam à imposição bolchevique que desregulava as suas relações, e por isso, foram tidos como rebeldes.

<sup>29</sup> Sobre o tema ver: SANTILLÁN, Diego Abad de. Ricardo Flores Magón. O apóstolo da Revolução Mexicana. Achiamé/FARJ/Faísca, Rio de Janeiro, s.d. Ver também: ZARCONE, Pier Francesco. Os Anarquistas na Revolução Mexicana, Faísca, São Paulo, 2006.

<sup>30</sup> Henrique Flores Magon e Ricardo Flores Magon, que entre outras atividades foram responsáveis pela edição do jornal “Regeneración”, importante veículo de difusão do pensamento anarquista. A coleção do completa do Jornal Regeneracion pode ser acessado em: <http://www.archivomagon.net/Periodico/Regeneracion/Regeneracion.html>

<sup>31</sup> Para mais informações sobre o anarquismo na Coreia ver: **CRISE, Emilio. Revolución Anarquista en Corea: la Comuna de Shinmin (1929-1932) y otros textos sobre el anarquismo coreano.** ITHA – Instituto de Teoria e História Anarquista. 2013

norte, fazem referência ao levante que libertou a Coreia, porém, sem difundir sua vinculação ideológica ao anarquismo.

Ainda a respeito das revoluções e lutas anti-imperialistas, pode-se afirmar que os anarquistas mantiveram uma estreita relação com o campesinato. Em diversas partes do mundo, as teorias de Bakunin e Kropotkin prosperaram entre os camponeses. De Cuba ao Egito, passando pela Ásia, África e o leste europeu como revela Lucien Van Der Walt, em seu artigo “*Towards a history of anarchist anti-imperialism*”.<sup>32</sup>

No contexto das lutas anti-imperialistas na América Latina, cabe ressaltar a influência que o pensamento anarquista exerceu sobre Augusto César Sandino (1895-1934), em sua luta contra a ditadura Somoza e sua dominação pelo imperialismo estadunidense.

Essas experiências carecem de um estudo mais detalhado, visto que, tais exemplos revolucionários, ficaram obscurecidos e ocultados pela história oficial, pois, são um incômodo tanto às direitas conservadoras, quanto às esquerdas burocráticas e estadistas.

De todas essas experiências, a que legou maiores informações possibilitando estudos mais aprofundados no mundo ocidental, talvez tenha sido a Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939.

A documentação existente da experiência durante a Guerra Civil Espanhola (1936-39) possibilita um estudo mais aprofundado da organização do campesinato, dentro um sistema em que se aplicou a autogestão, a coletivização das terras e o federalismo.

Os objetivos anarquistas para a produção agrícola foram colocados em prática durante o período da Guerra Civil Espanhola, momento em que parte da Espanha havia sido liberada e diversas comunas rurais passavam por um processo de coletivização e autogestão.

Em 18 de Julho de 1936, o General Franco atacou a República Espanhola dando início a uma longa batalha que tinha, por um lado, o exército, a igreja e as elites do país e, por outro lado, uma débil coalização de esquerda e a classe média fortalecida por uma imponente revolução social anarquista, que acompanhou o período que ficou conhecido como Guerra Civil Espanhola e ceifou mais de 1 milhão de vidas. (BREITBART, 1988)

Após o levante fascista do General Franco, que tinha por objetivo tomar o país em no máximo 3 dias, o povo se organizou e resistiu a

---

<sup>32</sup> VAN DER WALT, Lucien. **Towards a history of anarchist anti-imperialism.** (s/d). Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/84>.

investida militar fazendo barricadas e liberando cidades importantes, como Madrid, Barcelona, Valencia, Bilbao e Málaga.

Era o início de um processo de resistência que durou de 1936 a 1939 e que, apesar do fracasso militar devido, entre outros motivos, à falta de armamentos<sup>33</sup>, legou uma importante experiência de organização por parte do povo espanhol.

Breitbart (1988), ao fazer referência a essa experiência espanhola coloca que os anarquistas espanhóis, durante o período da Guerra Civil elaboraram um plano, que consistia em empreender uma revolução social que desembocaria em uma forma de socialismo não autoritária que reconhecesse os povoados, bairros e locais de trabalho como unidades autogovernadas e federadas em cooperativas sociais e econômicas.

Ainda segundo a autora, as propostas levadas adiante por camponeses e trabalhadores urbanos, não era utópica, estavam embasadas em modelos reais de organização autogestionada que haviam sido colocadas em prática, em escalas menores, desde antes da Guerra Civil. Assim, em 18 de julho de 1936, quando o poder passou às mãos da anarquista CNT (Confederación Nacional del Trabajo), essas propostas foram postas em prática (Ver Figura 2).

Como resultado, iniciou-se um processo de coletivização que marcou a Revolução Social na Espanha e viabilizou economicamente a resistência contra o fascismo. BREITBART (1988), afirma que o termo coletivização foi utilizado na Espanha, durante o período da Guerra Civil para descrever diversas formas de organização social e econômica não centralizada, indo de um comunismo limitado até ao mais autêntico comunismo libertário.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> A falta de apoio da URSS e as dificuldades em conseguir armamentos para sustentar a revolução somaram-se às tentativas de grupos stalinistas em tomar o controle da resistência, protagonizando inclusive combates internos envolvendo milícias stalinistas por um lado e grupos anarquistas e trotskistas por outro.

<sup>34</sup> O comunismo libertário foi definido pela C.N.T. (Confederação Nacional do Trabalho, central sindical que teve importante protagonismo durante a Guerra Civil, sendo um dos baluartes da luta contra o fascismo na Espanha) como, “a organização da sociedade sem um Estado e sem propriedade privada [...] Estas duas organizações, federativas ou democráticas [...] tem soberania sobre suas decisões [...] tomarão posse coletiva de tudo aquilo que agora pertence à esfera da propriedade privada. Regularão a produção e o consumo em cada localidade, mas deixarão ao povo o papel de assumir as suas próprias ações [...] o comunismo libertário [...] torna compatível a satisfação das necessidades econômicas e o respeito pela [...] liberdade [...] o egoísmo é [...] substituído pelo

**Figura 2. Territórios em disputa durante a Guerra Civil Espanhola**



Fonte: ORWELL, S/D

Segundo Breitbart (1988), os camponeses anarquistas da Espanha, criaram coletivos em terras abandonas pelos proprietários após a sublevação de Julho de 1936 e comitês administrativos na Catalunha e em Levante, nos quais os camponeses uniram pequenas parcelas para criar povoados parcial ou totalmente coletivizados.

Dentro da proposta anarquista, a produção agrícola está intimamente ligada à produção industrial e às trocas e intercâmbios entre os setores, sejam elas de produtos, ferramentas ou produção intelectual. Essa característica de cooperação entre o campesinato e o proletariado urbano era fundamental para o perfeito funcionamento da sociedade libertária.

---

mais amplo amor social” (Boletim informativo da C.N.T.,193, fevereiro de 1937 apud BREITBART, 1988, p.255). Tradução Livre.

Com a derrota do povo espanhol e a vitória do fascismo, chega ao fim a experiência anarquista na Espanha, morre a experiência, porém, vivem as utopias.

Com a queda do muro de Berlim, houve quem afirmasse que teria chegado o fim da história, mas assim como as utopias, o campesinato resiste e a história permanece sendo escrita por aqueles que com a força do seu trabalho, deixam a sua Grafia na Terra.

### 2.3. CAMPESINATO ESSA “CLASSE INCÔMODA”<sup>35</sup>: UMA DISCUSSÃO ATUAL NA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA.

Guzman & Molina (2005), afirmam que a discussão no interior das correntes socialistas do século XIX pertence a uma antiga tradição dos estudos sobre a questão agrária e o campesinato.

Nota-se nessas leituras, de forma geral, uma diferença marcante na interpretação do papel e do destino do campesinato entre as correntes, marxista, narodnista e anarquista.

Por um lado, as teses que entendem o campesinato como classe potencialmente revolucionária, devido ao fato de possuir uma forma de organização interna e práticas sociais de cooperação e colaboração. E por outro lado, as que o definem como uma classe em transição, em processo de extinção ou submetida ao capitalismo e ao controle do urbano.

Em meados do século XX, com a verificação da permanência do campesinato, se desenvolveram teorias que procuravam preencher a lacuna deixada pelas teorias mais clássicas, sobretudo no que diz respeito ao destino do campesinato. Esse debate que se iniciou em fins do século XIX, assume novo fôlego em meados do século XX.

Segundo Marques (2008) há duas principais correntes que se destacam nesse debate. A primeira como desdobramento das teorias narodnistas ou dos populistas russos e a segunda como desdobramento das teorias de Vladimir I. Lênin e K. Kaustky.

O debate sobre o destino do campesinato inicia-se no final do século XIX e ganha novo impulso nos anos 1960 e 1970, com a participação ativa de Teodor Shanin. Destacam-se duas correntes nesse debate. A primeira, formada sob a influência dos

---

<sup>35</sup> Alusão à expressão consagrada por Teodor Shanin em seu livro “La classe incômoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923)”.

populistas russos, que desenvolveram estudos detalhados sobre a organização da produção camponesa, valorizava as qualidades do modo de vida e da economia camponesa e defendia a importância de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Dentre os seus principais autores, destaca-se A. Chayanov. A segunda, cuja ênfase estava na análise das mudanças desencadeadas pelo avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e suas inevitáveis consequências de desagrarização e descampesinização, tinha em V. Lênin e K. Kaustsky duas grandes referências. (MARQUES, 2008:49)

Os desdobramentos das teorias clássicas de campesinato trazem algumas consequências para as leituras atuais a respeito do mesmo, seja em função das políticas governamentais, seja nas discussões no interior dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo, as leituras que se orientam pelas teorias de Lênin e Kausty.

Na América Latina, por exemplo, com mais ênfase no Brasil, os governos autodenominados de esquerda, passaram a orientar as políticas agrárias partindo de uma leitura teórico-política pré-concebida de fim do campesinato para lidar com a realidade camponesa, que, também como desdobramento dessas teorias, e sob orientação das agências multilaterais, convencionaram chamar de agricultura familiar<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> O debate sobre a introdução do termo agricultura familiar em substituição ao uso de campesinato é grande, e divide opiniões dentro da Geografia e das demais ciências humanas. Um conjunto de geógrafos que estudam a questão agrária, dentro do denominado por Fernandes (2005) de PQA-Paradigma da Questão Agrária, defende o uso do termo campesinato, Marta Inez Medeiros Marques (2008), amparando-se em Teodor Shanin, justifica a utilização do termo campesinato por este carregar consigo um conteúdo que é histórico e que identifica, ao mesmo tempo, uma classe e um estilo de vida. Autores ligados à vertente crítica da Geografia Agrária como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, entre outros, defendem a utilização do termo campesinato, incluindo neste um conteúdo político. Por outro lado, autores como Ricardo Abramovay e Hugues Lamarche, defendem que o termo campesinato não é capaz de explicar o chamado novo rural e, portanto, utilizam-se da categoria Agricultura Familiar, elaborada por setores intelectuais e rapidamente acolhida pelos modelos de interpretação de agências multilaterais

Tomando como base esses referenciais teóricos para pensar a questão agrária e a realidade rural, os governos vêm estabelecendo diretrizes e políticas agrárias para um “desenvolvimento rural” que não está voltado para a reprodução do modo de vida camponês, muito pelo contrário, é mais afim com o seu desaparecimento, ao fortalecer o agronegócio e incentivar um processo de diferenciação interna no campesinato através das políticas de crédito rural oferecidas pelos programas estatais<sup>37</sup>.

Tanto agências internacionais como a FAO e o Banco Mundial, quanto os governos, sejam de direita ou de esquerda, passaram a adotar discursos que pautavam o fim do campesinato e a emergência da agricultura familiar como um novo modelo para o campo, um campo modernizado.

Essa mudança de paradigma teve início com o significativo avanço do capitalismo no campo devido à introdução das novas técnicas desenvolvidas pela chamada Revolução Verde, um programa amplo, idealizado para aumentar a produção agrícola com uso de sementes modificadas, mecanização, uso intensivo de insumos industriais, entre outros.

O grande capital introduziu-se no campo e assumiu a forma do chamado agrobusiness ou agronegócio, com o discurso de aumento da produção para a solução do problema da fome, grandes corporações passaram a ocupar o campo, ora territorializando-se, ora monopolizando o território (OLIVEIRA, 2007). Esse processo de industrialização da

---

como a FAO/ONU, IICA/ONU e Banco Mundial. No Brasil, o termo Agricultura Familiar ganhou projeção a partir da década de 90, por forte influência do Estado que passou a desenvolver políticas agrárias como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Ainda a respeito das abordagens sobre a agricultura familiar, Maria Nazareth Baudel Wanderley (2003), apresenta a agricultura familiar, como herdeira de uma tradição camponesa, em que pode se citar, o trabalho em família, o modo de vida e as formas de produzir, porém entende que os mesmos tiveram que se adaptar às condições modernas de produzir e viver em sociedade, ainda assim admite a existência do campesinato, como uma subcategoria da agricultura familiar.

<sup>37</sup> Cabe ressaltar que na literatura anarquista é vasta a bibliografia que demonstra o papel do Estado em fortalecer as relações capitalistas no meio rural e destruir a produção coletiva e o campesinato desde o princípio da formação do Estado-Nação. Entre os autores que mais se aprofundaram nessa questão estão Piotr Kropotkin e Elisiee Reclus.

agricultura é responsável pela sujeição – transformando estes em agricultores familiares adaptados ao novo modelo – e pela expulsão – via processo de proletarianização – de boa parte do campesinato no campo.

Esse modelo tomou maior força com o processo de globalização neoliberal e, é nesse contexto, de “modernização” do campo e expansão do capital no meio rural, que surge como oposição a esse modelo, a Via Campesina, rearticulando o campesinato em luta contra o projeto neoliberal vigente e recolocando o campesinato na pauta política.

Em um documento de análise do campesinato, a Via Campesina alerta para a questão da ascensão do termo agricultura familiar no Brasil, no início da década de 90, e sua ligação com as teorias a respeito do fim do campesinato.

As expressões agricultura familiar, pequeno produtor rural e pequenos agricultores adquiriram desde o início da década de 90 conotações ideológicas, não porque imprecisas ou insuficientes para dar conta da diversidade de formas sociais de reprodução das unidades de produção/extração centradas na reprodução da vida familiar presentes e em desenvolvimento no país, mas, sobretudo, porque foram disseminadas no interior de um discurso teórico e político que afirmava a diferenciação e fim do campesinato em duas categorias: aquela que seria transformada em empresas capitalistas pelo desenvolvimento das forças produtivas e aquelas que se proletarianizariam ou permaneceriam dependentes de apoios sociais das políticas públicas. (VIA CAMPESINA, 2004: 11)

Para além da polêmica que envolve a utilização do termo agricultura familiar em substituição ao uso de campesinato, o fato que se pretende destacar é que os paradigmas que remetem as teorias de fim do campesinato afetam diretamente os movimentos sociais, ora tentando levar essa discussão de fim do campesinato e novas realidades no mundo rural ou novo rural<sup>38</sup> para o interior dos mesmos, ora

---

<sup>38</sup> O novo rural trás a ideia do campo como uma continuidade, um acessório do mundo urbano, coloca a questão da pluriatividade, das novas realidades que surgem no espaço agrário, como os chamados *part-time farmer*, ou agricultores em tempo parcial, isto configuraria uma nova realidade rural Segundo Jose Graziano da Silva, tais interpretações acabam por advogar contra a necessidade de realização de uma reforma agrária no Brasil e estão afinadas com a ideia de

desenvolvendo políticas públicas que “empurram” os movimentos sociais na direção da proletarianização e/ou da lógica de mercado, como veremos mais adiante.

A observação do meio rural, porém, mostra que o campesinato continua resistindo no campo e se reproduzindo. E mesmo com o alto índice de proletarianização do campesinato, no lugar de gerar uma classe trabalhadora capaz de protagonizar um processo revolucionário (como afirmavam algumas teses marxistas), o que se criou foram grandes bolsões de pobreza, uma urbanização problemática, um enorme exército de reserva do capital nos centros urbanos e uma maior concentração fundiária no meio rural, entre outros problemas, dos quais se destacam os socioambientais.

De qualquer modo, as discussões que se sucedem no último quarto do século XX, de forma geral, continuam dentro de uma leitura marxista. Uma mais ortodoxa e a outra mais heterodoxa ou marxista/narodnista como afirmam Guzman & Molina (2005). A primeira procura desenvolver a teoria do fim do campesinato e a segunda explicar a sua permanência, porém, as disputas que decorreram não ajudaram na construção de conceitos que permitissem compreender melhor o campesinato e seu papel histórico.

Não obstante, essa polêmica deu lugar a insistentes e pouco esclarecedoras, discussões sobre se o campesinato constituía ou não uma classe, e se esta o era em si ou para si; ou se, ao contrário, os camponeses constituíam fração de classe, retardatária, análoga a um “saco de batatas”. Se esse grupo constituía uma categoria social integrante de uma parte da sociedade ou maior, estruturada em classes que resiste à modernização; ou se, ao contrário, possui uma racionalidade econômica que repudia as tecnologias não apropriadas; se, como classe ou grupo, pertencia a um regime de produção já concluído (como o feudalismo, por exemplo), ou se sua manutenção sob o capitalismo lhe valia a consideração também capitalista; se constituía um modo de produção ou somente era uma sociedade parcial portadora de uma cultura parcial. (GUZMAN & MOLINA, 2005:77)

Um grande celeuma se estabeleceu em relação ao campesinato, no lugar de esclarecer, tornou-se cada vez mais difícil encontrar um consenso a respeito da conceituação do mesmo.

Por outro lado, emerge dos movimentos sociais de luta pela terra, uma nova lógica, que se opõem e ao mesmo tempo se adapta de forma relativamente autônoma aos novos tempos de industrialização da agricultura, e que carece de uma interpretação menos pautada nos velhos dogmas e leituras clássicas.

Percebe-se que o campesinato permanece e se reproduz e vem inserindo novos modelos de produção e organização como a agroecologia. O campesinato tem aparecido constituindo movimentos que se reconhecem enquanto classe e discutem a soberania alimentar, organizam-se de forma horizontal e debatem a sua autonomia, movimentos que percebem nos laços de apoio-mútuo uma possibilidade de resistência à globalização do capital.

Essa nova lógica campesina carece de uma leitura renovada que seja capaz de interpretar o campesinato dentro de outro contexto. Esses temas, que não são atuais, e que sempre estiveram presentes nas discussões a respeito do campesinato, agora assumem maior relevância e remetem a uma leitura mais afinada com a discussão realizada pela corrente anarquista, que já há algum tempo havia apontado para a importância de alguns desses elementos em suas formulações.

Uma leitura de campesinato que não está totalmente na contramão das discussões acadêmicas, mas que se diferencia pela emergência da prática, surge do interior dos movimentos sociais, que apesar de influenciados pelas teorias e teóricos marxistas, aproximam-se em muito das propostas do anarquismo agrário.<sup>39</sup>

Essa leitura, que provém destes que lutam por terra e que procuram uma identificação enquanto classe aproxima-se da leitura de campesinato realizada por Bakunin, Reclus e Kropotkin, porém, o campesinato atual aparece com uma nova roupagem, fato que merece ser estudado de forma mais aprofundada e sem vícios interpretativos que

---

<sup>39</sup> Estes movimentos sociais de luta pela terra, proximam-se das propostas do anarquismo agrário em algumas práticas cotidianas e na sua organização interna quando esta ocorre pela base e não pelas elaborações teóricas das direções, que em geral, possuem forte influência marxista e, por vezes, veem a realidade não se enquadrar nas teorias. Motivo pelo qual se faz necessária essa discussão a respeito do anarquismo agrário, negligenciado na teoria, mas vivo na prática no interior dos movimentos.

nos remetam ao passado, mas com um olhar voltado para o futuro, para aquilo que se pretende construir.

No caso brasileiro, o termo campesinato passa a ser utilizado com mais frequência com o aparecimento das ligas camponesas, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e estará ligado diretamente com a questão da luta pela terra. Esta concepção de campesinato passará a se desenvolver posteriormente, tanto teoricamente, quanto como discurso político, no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e de diversos movimentos sociais que lutam pelo acesso a terra e pela Reforma Agrária no país.

Essa visão de campesinato introduzida pelo Partido Comunista e por intelectuais próximos ao partido é fortemente influenciada pela leitura de campesinato ligada às teorias marxistas mais clássicas a respeito do campesinato. Era uma interpretação “etapista”,<sup>40</sup> pautava-se na necessidade de reforma agrária como um processo para realizar o desenvolvimento das forças produtivas e assim vencer uma etapa rumo ao socialismo, o foco nesse caso não era o sujeito camponês revolucionário, mas a contribuição deste para um processo maior que geraria, segundo as suas teses, a revolução.

Porém, nesse contexto de luta pela terra, o conceito de campesinato enquanto classe parece ter se fortalecido, principalmente entre os movimentos sociais e o proletariado rural que se erguia em luta.

No interior desses movimentos, se desenvolve um reconhecimento de classe, que pode ser mais ou menos expressivo, de acordo com o caminho que vão tomando as lutas que estes camponeses enfrentam.

É da articulação com a prática cotidiana e com a realidade contemporânea, que força o desenvolvimento de estratégias de resistência, que as teorias que se desenvolvem no interior do campesinato, parecem aproximar-se mais das leituras anarquistas.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo força o campesinato a desenvolver novas estratégias para garantir a sua permanência.

---

<sup>40</sup> Termo utilizado na esquerda para se referir às teses do Partido Comunista a respeito da chamada revolução por etapas que seguia as orientações do Komintern, que acreditava que a revolução “nos países com baixo desenvolvimento”, deveria ocorrer através de uma aliança com a burguesia nacional em que haveria uma revolução burguesa, que seria pré condição para a realização da revolução socialista.

Os processos de ocupações de terra estudados estão dentro de um contexto de rearticulação do campesinato via movimentos sociais que possuem uma articulação com a Via Campesina, dessa maneira, considera-se importante compreender o conceito de campesinato defendido pela mesma.

Ao pesquisar os documentos e materiais referentes à Via Campesina, é possível entrar em contato com a discussão realizada no interior do movimento. Através dos documentos e declarações escritos, pode-se constatar que, a Via Campesina apresenta-se da seguinte maneira:

La Via Campesina es un movimiento de masas desde la base cuya vitalidad y legitimidad provienen de organizaciones campesinas a nivel local y nacional.

La Via Campesina es el movimiento internacional que agrupa millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza.

La Via Campesina comprende en torno a 150 organizaciones locales y nacionales en 70 países de África, Asia, Europa y América. En total representa en torno de 200 millones de campesinos y campesinas. Es un movimiento autónomo, pluralista y multicultural, sin ninguna afiliación política, económica o de cualquier otro tipo. (VIA CAMPESINA, 2011)

A Via Campesina (2004), em um documento intitulado “*O campesinato do século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*” faz uma caracterização de campesinato em que define o campesinato como um modo particular de viver e de ser dentro do complexo contexto das sociedades capitalistas contemporâneas, minimizando as definições puramente economicistas ou sociológicas, apresentando uma visão mais holística.

O documento, fala de um campesinato dotado de uma especificidade oriunda de sua racionalidade econômica, social e ecológica, que se desenvolveu ao longo da história do campesinato e

que na sociedade contemporânea interage de forma crítica e adaptativa com a racionalidade da empresa e do mercado capitalista. Sobre esse aspecto defende que,

Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apoia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (VIA CAMPESINA, 2004:120)

Nesse sentido, procura construir uma consciência de classe camponesa que envolve uma diversidade<sup>41</sup> maior de sujeitos, uma unidade mais ampla de todos aqueles que lutam e resistem no campo à ofensiva do capital, desenvolvendo seus próprios mecanismos de resistência e ao mesmo tempo adaptando-se às novas realidades.

Assim, para a Via Campesina (2004:120-121), os camponeses são:

[...] aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural --- extrativista, agrícola e não-agrícola ---

---

<sup>41</sup> A respeito da diversidade camponesa, em 2009 os movimentos sociais realizaram um seminário junto a intelectuais que discutem a questão camponesa resultando na editoração da coleção história social do campesinato em que o volume I e II aborda a diversidade do campesinato, suas expressões e categorias. Para mais informações a respeito ver: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (ORGs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** Vol I: *Construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília-DF Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 e GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (ORGs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** expressões e categorias. Vol II: *Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília-DF Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação (COSTA, 2004: 1). Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas.

E prossegue afirmando que

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem<sup>42</sup>, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas à parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país (BAVARESCO, 2004). E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (VIA CAMPESINA, 2004:121)

Essa definição, pautada no modo de viver e de ser, procura articular uma unidade entre aqueles que se encontram no meio rural e

---

<sup>42</sup> Recursagem, segundo MAZZETTO (1999): atividade de extrair recursos naturais da natureza pelos lavradores locais. Ela significa mais do que uma coleta aleatória. Representa uma extração ordenada, pressupõe um recurso ofertado pela natureza, mas adquirido pela intervenção humana. É um potencial da natureza recursado pelo conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família, que está embasado em uma classificação e discriminação do meio passada de geração a geração.

procuram enfrentar a lógica da produção capitalista no campo<sup>43</sup>, perseguindo uma outra via, a via camponesa.

O contexto da formação da Via Campesina é o contexto da luta contra o projeto neoliberal da década de 90, e se insere nas lutas antiglobalização que se sucederam na virada do milênio.

Nesse caso, a luta contra um modelo hegemônico de produção no campo é um fator importante para a definição de campesinato adotada. Há um modelo hegemônico de territorialização do capital contra o qual a Via Campesina apresenta um modelo que, oferece uma resistência heterogênea, compreende um campesinato diverso, se apresenta como via de resistência e opção para a construção de um mundo novo.

Um fator que é importante destacar é que, juntamente a essa definição de campesinato, a via campesina traz pelo menos três elementos, que são fundamentais para se pensar o campesinato de um ponto de vista libertário, a questão da autonomia, ainda que relativa do campesinato; os mecanismos de cooperação e apoio-mútuo<sup>44</sup>; e a relação com a terra que remetem à relação com o ambiente e a valorização do território, como demonstrado a seguir.

A essa delimitação conceitual do campesinato pode-se acrescentar outros matizes fundamentais. HEBETTE (2004: 2) afirma que “o modo de vida que, neste ensaio, será chamado camponês, e as populações que dele vivem, também chamadas camponesas, se oferecem ao nosso olhar mediante algumas características fundamentais. Os camponeses são produtores livres de dependência

---

<sup>43</sup> Sobre o modo de capitalista de produção na agricultura indicamos o livro de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), “Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária”, em que ele coloca no capítulo 5 a diferença entre a produção capitalista e não-capitalista. Nesta última, o autor apresenta uma formulação libertária nos elementos estruturais de produção camponesa, como a força de trabalho, ajuda-mútua, socialização camponesa e parceria. Estes elementos também estão de acordo com a formulação a respeito do campesinato nas obras clássicas de Piotr Kropotkin.

<sup>44</sup> Clovis Caldeira (1956), fazendo alusão ao “Apoio-mútuo” de Piotr Kropotkin como base científica para escrever a sua obra: “CALDEIRA, Clovis. **Mutirão formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956.”, em que o mesmo trabalha as origens do apoio-mútuo, as suas principais características no Brasil, a herança comunitária vinda dos portugueses, indígenas e africanos e faz um levantamento da cooperação no meio rural nas diversas regiões do Brasil.

pessoal direta – são ‘autônomos’; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em ‘comunidade’; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma ‘terra’ (ou no mesmo ‘terroir’, como se diz em francês), traduzidos como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente: a migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável.” [grifos no original] (VIA CAMPESINA, 2004:122)

Horácio Martins de Carvalho (2007), têm se dedicado a discutir a autonomia do campesinato, dentro de uma leitura, que se pode afirmar marxiana. O autor retoma o debate a respeito das classes sociais no campo.

Elabora uma estruturação de classes sociais no campo, entre as quais, identifica como classes e frações de classe, uma burguesia agrária que conjuga propriedade privada da terra com assalariamento, composta por uma fração de burguesia agrária moderna, uma fração de burguesia agrária tradicional e por uma pequena burguesia que utiliza mão de obra familiar e assalariamento.

O autor identifica um campesinato que é proprietário da terra e utiliza mão de obra familiar, porém dividido em três categorias ou frações de classe: Campesinato Associado; Campesinato Autônomo e Campesinato Proletário<sup>45</sup>, este último se diferencia pela venda de parte da força de trabalho familiar.

Além destes, o autor identifica mais uma classe social no campo que seria a do proletariado rural, estes como não proprietários de terra que vendem a força de trabalho.

Esta estruturação de classes e frações de classe elaborada pelo autor é definida por elementos econômicos, propriedade da terra, uso de

---

<sup>45</sup> É importante ressaltar que existem especificidades camponesas que devem ser consideradas. A venda temporária de força de trabalho no seio da família camponesa – o trabalho acessório – é estratégia utilizada para garantir a permanência na terra, para evitar a proletarização, para garantir renda complementar. Pode ser usada quando falta recurso econômico ou quando sobra força de trabalho, nem sempre pode ser considerada como uma fração de classe.

mão de obra, desenvolvimento das forças produtivas, sem deixar de levar em conta os fatores sócio-culturais.

Admitindo a existência de uma racionalidade camponesa, que se pauta pela satisfação das necessidades da família e por um modo de vida camponês, o autor coloca que um dos principais fatores de diferenciação entre o campesinato é a autonomia.

Os camponeses da fração campesinato-autônomo são os que mais se aproximam do referencial teórico que fundamenta a racionalidade camponesa. A autonomia perante o capital (a não associação com o agronegócio burguês) e a incorporação da força de trabalho familiar como trabalhadores diretos no processo de trabalho da unidade de produção [...] são elementos fundamentais da vida camponesa.

A racionalidade camponesa está centrada na reprodução social da família, na indissolubilidade entre a gestão e exploração da unidade de produção e o usufruto dos resultados dessa iniciativa pela própria família que tem acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta. Nesse sentido, tanto a perda do controle sobre o todo ou parte do processo de trabalho (associação com a burguesia pelos contratos de produção ou cessão de terras em arrendamento) na unidade camponesa como a venda continuada ou ocasional de parte da força de trabalho familiar para terceiros contraria essa racionalidade centrada na família camponesa. (CARVALHO, 2007:21)

Essa autonomia, porém, é relativa e não está ligada a negação das relações de mercado, mas a autonomia que possui esse camponês de decidir sobre os rumos de sua produção e de continuar se reproduzindo enquanto camponês com seu modo de vida, práticas culturais e sociais, sem que as relações de mercado ou com o Estado alterem as suas relações de produção e de sociabilização. Segundo o Carvalho (2007), esta característica é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência de classe camponesa.

A autonomia aqui referida não significa que esse camponês esteja alheio aos mercados, nem que negue a monetarização de suas transações comerciais. Implica, isso sim, que relações sociais não-mercantis são pressupostas, que trocas de

produtos entre os membros da família ampliada e da comunidade sejam relevantes e necessários para a afirmação do seu território, que a cooperação entre famílias seja considerada como prática social de vizinhança, de compadrio ou de solidariedade sem que essas dimensões das relações sociais sejam consideradas como menores que aquelas nos mercados, e que um outro modelo de produção e tecnológico que não aquele instaurado de cima para baixo pela burguesia e seus governos seja adotado e onde a produção interna de insumos (sementes, matrizes animais, fertilizantes, rações, produtos terapêuticos, etc) seja uma prática contemporânea e pertinente à manutenção da autonomia camponesa. (CARVALHO, 2007:18-19)

Se o desenvolvimento do capitalismo no campo se dá pela ação das empresas transnacionais, que procuram introduzir um modelo industrial no campo; e através da introdução de técnicas que visam subordinar ou sujeitar o campesinato, a autonomia, ainda que relativa do campesinato torna-se ponto fundamental para a sua reprodução enquanto classe e para o seu posicionamento em um contexto de luta de classes.

A fração campesinato-autônomo, quando diversifica a sua produção e é menos dependente da aquisição de insumos de origem industrial, se por um lado tem menor relação social de classe com a burguesia, portanto, menos contradições sociais efetivas, por outro lado tende a possuir um mais forte *sentimento da condição camponesa*. Neste sentido, do ponto de vista político-ideológico seu potencial de desenvolvimento de consciência de classe é maior e tendente à afirmação de seu modo de viver e de produzir. (CARVALHO, 2007:25)

O campesinato exercendo a sua territorialidade enfrenta diretamente o avanço do capitalismo no campo, e se mantém no campo ou se recompõe, apesar de todas as teses a respeito do seu desaparecimento. Mesmo apresentando características diferentes de acordo com a localidade, o meio e as condições a que está submetido e, talvez daí resulte a dificuldade em categorizá-lo e em definir o seu papel histórico, o campesinato possui particularidades que ainda permitem diferenciá-lo.

Entre essas características, estão algumas apresentadas pela Via Campesina, ressaltando-se a importância do reconhecimento da autonomia, da procura pela produção cooperada e em alguns casos de formas de produção coletiva. Outras características encontradas em meio a diversidade camponesa são os traços de apoio-mútuo – como os mutirões -, as trocas de sementes e de produtos e a relação com a terra e o território expressa pela luta pela terra, e pela relação com o meio natural.

Uma parcela significativa do campesinato, por vezes, utiliza-se de técnicas que permitem uma relação mais harmônica com o ambiente, de forma autossustentável, seja por meio da agroecologia ou de outras técnicas, que permitam a sua reprodução e ao mesmo tempo o combate ao avanço do agronegócio e da indústria rural no campo. Tais características permitem afirmar que o campesinato tem características que convergem em determinados momentos com os ideais libertários.

No Brasil, no início dos anos 90, foi criado um periódico de circulação mundial entre o meio anarquista, chamado “O Mutirão”<sup>46</sup>, que entre outras matérias discute o anarquismo agrário. Na edição de nº3 Ideal Peres<sup>47</sup> publica um artigo em que classifica a prática do mutirão como “*forma mais popular de autogestão*” e a apresenta como,

... uma forma de cooperação, ajuda mútua em que um grupo de pessoas se associam voluntariamente para executar tarefas em comum, beneficiando uma pessoa ou a coletividade. Os trabalhos são os mais variados possíveis: construção de estradas, casas, escolas, açudes, limpeza de rios, de terrenos, plantações de árvores, pomares, hortas, colheita de plantações, etc... Ao final das tarefas, efetuadas gratuitamente, geralmente realizam-se festas, com música, danças, cantos e comidas. O mutirão é uma forma de cooperação voluntária, muito comum nas zonas rurais do Brasil, daí se

---

<sup>46</sup> Exemplos disponíveis para download no site da Biblioteca Social Fábio Luz: <https://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com/acervo-digital/jornais-e-informativos/omutirao/>

<sup>47</sup> Ideal Peres (1925-1991) foi um militante de grande importância na estruturação do anarquismo no Rio de Janeiro, que atravessou o período da ditadura e da transição para a redemocratização. Foi um dos redatores do Jornal Mutirão. Para mais informações sobre este importante militante anarquista indicamos a leitura do artigo "A Militância de Ideal Peres" de Felipe Corrêa, disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/14831>.

questionar suas origens. Alguns atribuem aos grupos indígenas, acentuando que os Tapirapés fazem em comum a derrubada de árvores para o plantio de suas roças, dando a essa tarefa o nome de Apatxirum. Outros vão encontrá-los nas tribos africanas, como os Bantus, que o teriam trazido para o Brasil. Finalmente, um terceiro grupo afirma que o mutirão é de influência portuguesa, pois nas aldeias o sistema de rogar os vizinhos para os trabalhos agrícolas é muito comum. É fácil deduzir que o mutirão não tem uma origem única, mas é um hábito de solidariedade muito comum em quase todos os povos do mundo e se arraiga no sentimento de simpatia, solidariedade Social e ajuda mútua. (PERES, 1991:7)

Estas questões já foram apontadas há algum tempo pelos teóricos anarquistas, como se pode verificar no resgate realizado por Valeria de Marcos em que a mesma fala da atualidade do pensamento de Bakunin e Kropotkin.

A fase atual de desenvolvimento capitalista, caracterizada por uma globalização cada vez mais excludente, tem sido marcada pela busca e realização de formas de produção alternativas, pela construção de uma relação mais harmônica com o território, capaz de garantir um desenvolvimento mais igualitário, baseado nas potencialidades do território e da comunidade que o realiza, ou seja, de um desenvolvimento de base local e *autosustentável*. Tal busca, porém, não é uma exclusividade deste momento histórico. Muito já foi proposto, discutido e experimentado [...] A discussão sobre estas formas de organização da produção foi realizada com muita propriedade pelo movimento anarquista através das correntes **coletivista** e **comunitária** representadas respectivamente por BAKUNIN e KROPOTKIN. O momento em que ela foi mais intensa foi da segunda metade do século XIX até a década de 30 do século XX. A própria Geografia realizou esta discussão através de KROPOTKIN e RECLUS, muito embora estes dois geógrafos tenham permanecido à margem do pensamento oficial. (MARCOS, 2005:8523)

Nesse sentido, considera-se importante resgatar algumas contribuições do anarquismo agrário, e dar continuidade a essa leitura tão rica que parece ter sido, oportunamente, deixada de lado, ao se procurar privilegiar uma leitura marxista/economicista de campesinato.

É importante que ao analisarmos esse sujeito camponês não o façamos apenas com as lentes econômicas/economicistas ou privilegiando apenas os movimentos sociais que lutam pela terra. O campesinato precisa ser compreendido em sua totalidade, levando em consideração as dimensões culturais, simbólicas, as relações sociais e políticas, entre outras características que podem ser identificadas no modo de vida e (re)produção camponesa.

Percebe-se que através da organização por meio dos movimentos sociais o campesinato tem garantido a sua reprodução. Concordamos com FABRINI (2008) ao ressaltar que a organização nos movimentos sociais permitiu ao campesinato conquistas importantes e com a ressalva, que o mesmo faz, de que “o ‘movimento camponês’ é mais amplo que os ‘movimentos sociais’.” (p. 239).

Esta ressalva parece estar em consonância com a leitura de campesinato realizada pela Via Campesina, que apesar de agregar movimentos sociais em luta, reconhece o campesinato, entre os povos originários, os quilombolas, os ribeirinhos, as quebradeiras de coco, enfim, em toda uma diversidade que habita o meio rural e que desenvolve um modo de vida e técnicas que não somente não se integram ao capital como lhe oferece resistência.

Existem características gerais que colocam o sujeito camponês em uma mesma categoria, capaz de se reconhecer em qualquer parte do mundo. O sujeito que, com uma pequena porção de terra, produz os alimentos necessários à sua subsistência e ao da coletividade que o cerca, desenvolve laços profundos com o ambiente que habita, desenvolve técnicas de produção que se adequam a esse ambiente e, é obrigado a exercer, em maior ou menor grau, uma resistência ou desencadear um processo de luta organizada junto aos que se encontram na mesma condição, para garantir a permanência ou o acesso à terra e reproduzir a sua existência.

Ainda no que concerne à polêmica a respeito do campesinato e de seu caráter revolucionário ou reacionário, pode-se afirmar, dentro de um viés libertário, que o caráter potencialmente revolucionário do campesinato é resultado do nível de autonomia que este desenvolve em relação ao Estado, ao Mercado e ao Capital. Assim, quanto mais autônoma se apresente uma determinada coletividade camponesa, maior o seu potencial revolucionário e transformador.

O campesinato e a questão agrária carecem de uma leitura mais aprofundada, de viés libertário, que lhes permita pensar a conjuntura atual, sem as lentes viciadas das velhas leituras economicistas, certamente que sem ignorar os fatores econômicos.

O campesinato precisa, cada vez mais, caminhar em busca da autonomia, da autogestão, do apoio-mútuo, das alternativas que lhe permitam oferecer resistência ao capital sem estar refém dos governos, e nem subjugar-se pelo mercado.

Ao mesmo tempo, se faz necessário desenvolver uma consciência de classe, um sentimento campesino, promover a valorização do seu modo de viver e de produzir, compreendendo a sua posição na luta de classes, sem que para isso tenham que se transformar na “classe proletária”, mas desde a sua “campesinidade”, resguardando as suas particularidades e respeitando a sua diversidade, compor as fileiras dos oprimidos e explorados que lutam por um outro mundo, não mais um mundo homogeneizado e homogeneizante, como são as ditaduras capitalistas ou como se tornaram as comunistas, mas “*um mundo em que caibam muitos mundos*” para citar as palavras consagradas pelos zapatistas mexicanos.

Um mundo em que conquistem a “terra e a liberdade”, frase que simbolizou a luta do campesinato mexicano, onde lutaram os irmãos Flores Magón, Terra e liberdade pela qual lutaram os camponeses anarquistas espanhóis com a C.N.T, os camponeses ucranianos com Nestor Makhno, os norte-coreanos da Comuna de Shimin com Kim Jwa-jin, e tantos outros pelo mundo afora.

Um mundo pelo qual lutam as camponesas e camponeses da fronteira do Brasil com Uruguai, na atualidade. Um mundo em que possam produzir e reproduzir-se na terra que lhes é tão cara e que historicamente lhes foi negada.

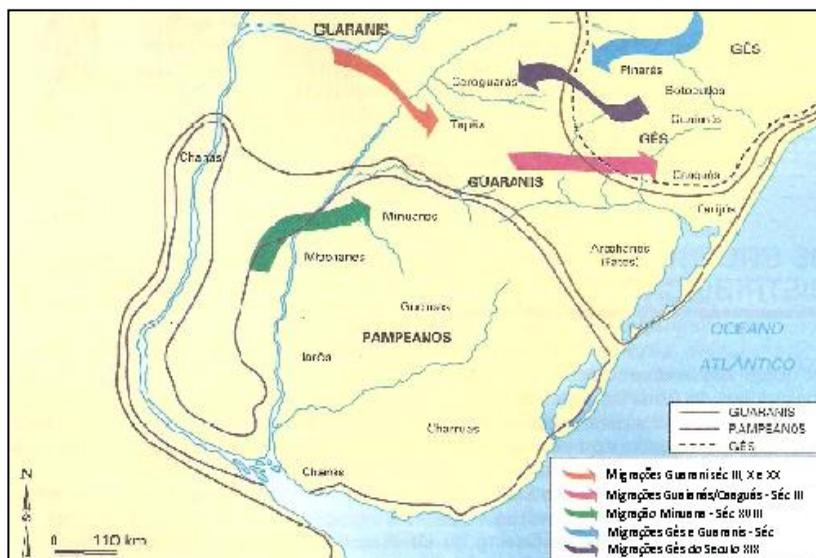


### 3. ACESSO À TERRA E REFORMA AGRÁRIA

A disputa pela terra na região da fronteira do Brasil com o Uruguai tem um histórico que remonta aos povos originários, como não poderia deixar de ser. O território antes ocupado pelos Pampeanos (Minuanos e Charruas) e Gês, passou a ser ocupado também pelo povo Guarani que, fugindo das investidas dos bandeirantes portugueses e dos colonos espanhóis, que desejavam escravizá-los, chegaram às terras da fronteira entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina, antes destas serem totalmente usurpadas pelos colonizadores europeus.

Os povos originários desde antes da chegada dos portugueses e espanhóis ocupavam esse vasto território, de acordo com as diferentes ondas migratórias ao longo do tempo, servindo a região da atual fronteira do Brasil com o Uruguai, na altura do Rio Quaraí, como uma área de limite entre os territórios dos Pampeanos e dos Guarani conforme a Figura 3.

**Figura 3: Migrações e distribuição dos povos originários**



Fonte: (MOURE, 1994).

Adaptado por Silvio Marcio Montenegro Machado.

A chegada dos portugueses e espanhóis alterou completamente a lógica de ocupação do território, inicialmente preocupados com a

procura do ouro e da prata, tanto portugueses quanto espanhóis deixaram a ocupação desse território em segundo plano.

Porém, a caça de indígenas e posteriormente o aproveitamento dos rebanhos introduzidos pelos jesuítas nas missões, tornaram essas terras alvo da cobiça dos colonizadores. (MACHADO, 2010)

Em trabalho anterior (MACHADO, 2010), foi possível observar que a ocupação do território fronteiriço se deu a partir de uma estratégia de ocupação que tinha duas táticas principais adotadas pelas Coroas Portuguesa e Espanhola.

Por um lado, os espanhóis utilizaram em sua estratégia de ocupação a formação de missões jesuíticas para controlar o território, utilizando-se assim, dos povos originários, em sua maioria Guarani, como aliados, sob a tutela da Coroa Espanhola. Dessa maneira, logravam ocupar um território para o qual ainda não tinha condições de enviar colonos espanhóis e obtinham um exército que formava a primeira linha de defesa do território ocupado pela Coroa Espanhola.

Por outro lado, os portugueses se utilizavam de incursões, a procura de metais preciosos para reconhecer o território, as chamadas bandeiras, caçando indígenas e levando-os como escravos, posteriormente, passaram a atacar as missões e levar os rebanhos, coisa que, por vezes, os colonos espanhóis também faziam.

Após um período inicial, em que esses métodos foram utilizados, ambas as Coroas perceberam que precisavam ter um controle mais eficiente do território, e nesse sentido a formação de estâncias tornou-se uma forma mais eficiente para exercerem a sua territorialidade na região. Dessa maneira, terras foram distribuídas pelos portugueses e espanhóis a militares, as sesmarias no caso dos portugueses e as “*suertes de tierra*” ou “*merced de tierra*” no caso dos espanhóis<sup>48</sup>.

Nos Campos Neutrais<sup>49</sup>, que faziam parte de um acordo entre as coroas portuguesa e espanhola, as chamadas “terras de ninguém”

---

<sup>48</sup> O tema da *Suerte de Tierra* e *Merced de Tierra* será abordado mais detalhadamente no item 3.2 deste mesmo capítulo.

<sup>49</sup> “O Tratado de Santo Idelfonso, intermediado por Inglaterra e França, ambos com seus interesses nos pampas, estabelece os Campos Neutrais. Como não foi possível chegar a um acordo em como ficariam demarcadas as fronteiras, resolveram estabelecer uma faixa de terras onde não poderiam ser dadas sesmarias no caso dos portugueses e nem *suertes de campos* no caso dos espanhóis, evitando assim um conflito entre os fazendeiros espanhóis e portugueses.” (MACHADO, 2010). O fato é que esse tratado nunca foi respeitado na prática, tanto portugueses, quanto espanhóis, distribuíram terras nos campos neutrais, dessa maneira o território passou a pertencer a quem o

passaram a ser ocupadas com estâncias. A ocupação com estâncias portuguesas e espanholas estabeleceram-se nos locais onde anteriormente localizavam-se as estâncias de criação missioneiras e os domínios territoriais das tribos pampianas, terras que, segundo o Tratado de Santo Idelfonso, serviriam de amortecimento entre as coroas portuguesa e espanhola, devendo ser deixadas sem colonizar enquanto não fossem definidos de fato os limites territoriais.

O Acordo de Santo Idelfonso (1777), considerado pelos portugueses como um recuo em relação ao Tratado de Madrid (1750), que, por sua vez, havia sido considerado muito ruim para os espanhóis, não foi respeitado no que se refere aos Campos Neutrais, aos poucos foram se formando estâncias com casas que mais pareciam fortes, em que os trabalhadores da estância eram também soldados a serviço do grande proprietário e em defesa do território. (PESAVENTO, 1980; MOURE, 1994)

Os rebanhos indígenas foram sistematicamente saqueados por portugueses e espanhóis, até se eliminar por completo o que restava da experiência jesuítica nas missões, que pouco pôde resistir após o tratado de Madrid (1750) e o ataque português e espanhol aos Sete Povos das Missões, apesar da heroica tentativa deste povo aguerrido que repetia com Sepé Tiaraju: “- Essa terra tem dono!”.

Dessa maneira, pouco a pouco, deu-se o cercamento dos campos, e as estâncias jesuíticas nas missões, caracterizadas pela produção coletiva, pela produção da erva-mate, pela criação de gado e ovinos, por um desenvolvimento cultural, artístico e industrial, muito acima das principais cidades espanholas na América, desapareceram por completo. Os indígenas e mestiços, ou se integravam as novas fazendas como trabalhadores e defensores da mesma, ou ficavam a margem, vagando entre as estâncias a procura de sustento.

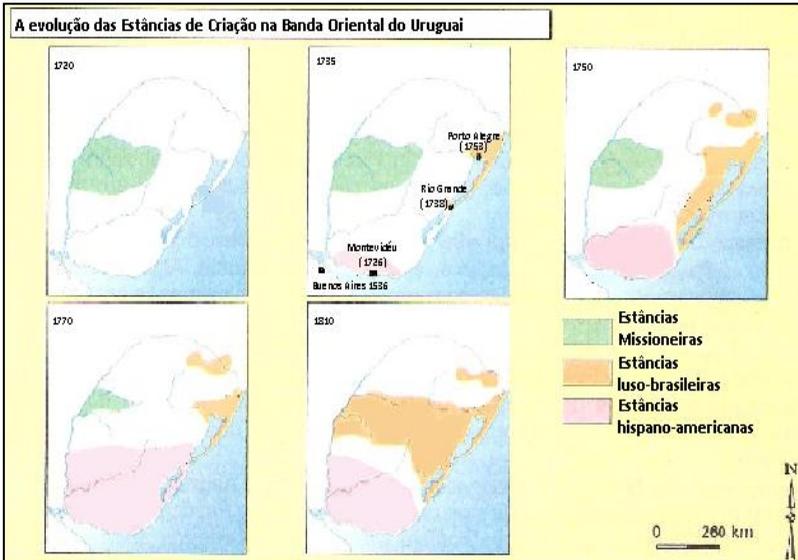
Mouré (1994) elaborou uma evolução desse processo ao longo do tempo (Figura 4) mostrando a ocupação do território nessa região, por estâncias espanholas e portuguesas com a gradativa diminuição das estâncias jesuíticas entre 1720, período que antecede o Tratado de Madrid (1750), momento em que só havia estâncias pertencentes aos Guarani e 1810, período posterior ao Tratado de Santo Idelfonso (1777), momento

---

ocupava de fato, “*utis posseditis*”, o que impulsionou as políticas de concessão de terras. Sobre os campos neutrais ver também: AMARAL, Anselmo Francisco. **Os Campos Neutrais**. Santa Vitória do Palmar: Oficinas Planus Artes Gráficas, 1972.

em que o território já estava completamente tomado por estâncias portuguesas e espanholas.

**Figura 4: Estâncias Missioneiras do Séc. XVIII-XIX.**



Fonte: MOURE, 1994.

Adaptado por Silvio Marcio Montenegro Machado

Pode-se afirmar que esse processo de ocupação territorial deu origem à estrutura agrária, baseada na grande propriedade que se mantém, com poucas alterações, até os dias atuais.

O norte do Uruguai e o sul do Rio Grande do Sul são caracterizados pela criação extensiva de gado, baseado na grande propriedade rural. A cultura, os costumes e o imaginário popular acabam por exaltar um modo de vida que tem como base a grande propriedade, a estância (COSTA, 1998), apesar de que, em todos os momentos da história, estiveram presentes os pequenos proprietários, os trabalhadores rurais, ou, lhe fizeram resistência os indígenas e grupos de gaudérios que viviam caçando e roubando gado das estâncias.

Desde então, as formas de acesso à terra, seja no lado brasileiro, ou no lado uruguaio desta fronteira, pouco fizeram por modificar essa estrutura agrária. E o reflexo dessa realidade é uma região com cidades que passaram a viver de um passado distante, em que a criação de gado, trouxe uma efêmera prosperidade para a elite ganadeira.

Esse cenário coloca a fronteira hoje como um território de fragilidade social, alvo de políticas públicas que tentam “tirar a região do atraso”, tanto na avaliação do governo uruguaio, quanto na do governo rio-grandense e brasileiro.

O norte uruguaio e o sul do rio-grandense são tidos como regiões atrasadas em relação ao desenvolvimento econômico e industrial, porém mantêm uma elite proprietária que vive da renda da terra e das facilidades que lhes possibilita a posse de grandes extensões de terra, através dos créditos bancários e mantêm forte influência política na região. (ALBUQUERQUE & AUED, 2007)

A resistência a esse modelo sempre esteve presente, mesmo que de forma velada, seja por parte dos indígenas, nas guerras guaraníticas com Sepé Tiaraju ou com a presença, nessa região, de José Gervásio Artigas, que chegou a promulgar um código agrário, em que se fazia uma reforma agrária priorizando os pobres da terra, reforma essa que foi revogada pouco tempo depois, quando o mesmo teve que fugir para o Paraguai.

Até mesmo, pode se considerar como forma de resistência a existência de pequenos proprietários, donos de chácaras ou que habitavam as lindes entre estâncias, que procuravam abastecer o comércio local com seus produtos, e sobreviver em meio ao latifúndio, em um território hegemônico pelos grandes proprietários.

Atualmente há, de forma organizada, um processo de resistência e enfrentamento a esse modelo da grande propriedade, que vem se consolidando através da introdução dos assentamentos rurais de reforma agrária na região, no caso brasileiro, e pelas experiências de ocupação de terras que estão ocorrendo em Bella Unión, no caso uruguaio.

Tais iniciativas representam uma alternativa ao latifúndio e uma esperança para as famílias que estão envolvidas nesse processo. Uma forma de alcançar uma melhor condição de vida com o trabalho na terra, com a produção agrícola e com a criação, sem ficar a mercê do desemprego e dependentes dos programas sociais desenvolvidos pelos governos de turno.

A questão da terra e do acesso à terra nessa região, porém, continua sendo um grande tabu. Por um lado, o preconceito contra os Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, que ainda é marcante, mesmo após mais de 20 anos da presença deste movimento na região, por outro, um falso consenso criado de que não existem camponeses que necessitam de terras pra trabalhar no Uruguai.

O fato é que umas das maiores dificuldades encontradas por aqueles que lutam pela terra na fronteira é o acesso à terra. A cerca

continua sendo o grande símbolo da segregação sócioespacial e mesmo que formas de acesso à terra estejam previstas, no papel, tanto no Brasil quanto no Uruguai, as cercas permanecem bem erguidas nesta fronteira pampeana.

### 3.1. O ACESSO À TERRA NO BRASIL

Como citado na introdução deste capítulo, o acesso a terra na fronteira se deu, inicialmente, pela outorga de terras por parte das coroas, e assim, as terras que antes pertenciam aos povos originários livres e aos índios missioneiros, foram passando às mãos de grandes proprietários espanhóis e portugueses.

Esse processo ocorreu paralelamente à delimitação dos limites territoriais que hoje estabelecem a fronteira entre o Brasil e o Uruguai, sendo um fator importante para que se estabelecessem os domínios territoriais inicialmente das coroas, depois das repúblicas.

Dessa maneira, os grandes proprietários de terras que habitavam a fronteira passaram a ser vistos como figuras heróicas que sustentavam as fronteiras nacionais, homens bravos que defendiam a soberania, e assim seguiram figurando na história e no imaginário popular.

Atribui-se à formação das grandes propriedades rurais, de forma geral, a doação de sesmarias, porém, Farinatti (2009) em um estudo a respeito da formação das grandes propriedades no Rio Grande do Sul entre 1800 e 1870, recorre a inventários *post mortem*, cartas imperiais e concessões públicas para demonstrar que as sesmarias foram apenas uma entre outras formas de apropriação da terra utilizadas pelas famílias que acumularam muitas terras nessa região e tornam-se a elite latifundiária rio-grandense, e, pode-se afirmar que um processo semelhante ocorreu no norte uruguaio.

O regime de concessão de sesmarias foi transplantado de Portugal para as terras brasileiras e consistia na doação gratuita de grandes propriedades de terras a quem tivesse os meios para cultivá-las. Mesmo sendo um regime que favorecia a formação da grande propriedade, havia uma preocupação com a utilização produtiva, incluindo-se aí uma cláusula de condicionalidade da concessão atrelada à produtividade, em que o sesmeiro deveria tornar as terras produtivas em um período de 5 anos, caso contrário, as terras retornariam para a Coroa. Esse é o sentido original do termo “terras devolutas”, que eram terras cedidas e não aproveitadas. (SILVA, 1997)

As concessões de sesmarias deveriam observar uma legislação própria que funcionaria como limitante da concentração de terras.

Porém, as exigências de extensão máxima, medição e demarcação de terras, cultivo e produção, entre outras, não foram alvo de uma fiscalização mais rigorosa. (FARINATTI, 2009)

No caso do Rio Grande do Sul, o que ocorre é que devido a disputa de terras com o Império Espanhol, os militares tiveram um papel importante na distribuição das concessões de terras ao sul do Rio Jacuí. O Comando Militar de Fronteira passou a receber e avaliar os pedidos de concessão ou regularização de terras, o que favoreceu a formação de redes clientelares e reforçou o poder dos militares na região (FARINATTI, 2009).

Como resultado, houve um processo de acumulação de terras por parte de militares do alto comando - que deveriam ser responsáveis pela fiscalização das concessões - e de seus aliados políticos. Esse foi o início de um processo que fortaleceu o caudilhismo<sup>50</sup> no Rio Grande do Sul.

O resultado foi que as exigências foram largamente burladas. As terras concedidas não podiam exceder 3 léguas quadradas, nem poderiam ser vendidas sem autorização do Governador, no prazo de 5 anos. No, entanto, Osório verificou que os próprios Comandantes Militares aparecem como proprietários de extensões de terras muito superiores à estipulada e como vendedores de outras parcelas. Além de tudo, a própria imprecisão dos limites das concessões, feitas através de acidentes naturais ou, por vezes, nem mesmo isso, acabou por gerar muitos conflitos. As necessidades militares de defesa e expansão do território e a importância que os comandantes locais tinham nesse assunto, permitiu-lhes uma posição forte na condução do

---

<sup>50</sup> Caudilhismo se refere ao poder político de um líder, no caso específico, um militar e grande proprietário de terras, que agrupa em torno de si uma determinada comunidade, exercendo sobre a mesma uma dominação fundamentada no costume ou tradição, na lei, na graça pessoal ou carisma. No pampa Argentino, Uruguaio e Rio-Grandense, os estancieros-militares ou estancieros-caudilhos gozavam de ampla autonomia, inclusive fazendo leis e administrando a justiça em seus territórios. Ver: SCHILING, Voltaire. **O Caudilhismo no Rio Grande do Sul**. Edição eletrônica In : Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul.

processo de apropriação das terras conquistadas. Helen Osório afirmou que “o normal foi o desalojamento dos primeiros possuidores de terras afastadas ou perigosas, a partir do momento em que avançavam as possessões portuguesas, pelos próprios militares” (FARINATTI, 2009:157)

O trabalho de Farinatti (2009) demonstra que o pequeno proprietário de terras, sempre ocultado na história da formação da fronteira, se fazia presente mesmo nesse período, segundo o autor, propriedades de pequeno e médio porte coexistiam com as grandes propriedades, porém, as mesmas sofreram com as fraudes e apropriações indevidas que consolidaram as grandes propriedades.

É possível concluir que as grandes propriedades na região da fronteira foram constituídas através de conflitos fundiários, com posse e a usurpação de terras, para além das concessões oficiais, como demonstra Farinatti (2009:158)

Também no Rio Grande as posses e unidades agrárias de envergadura mais modesta continuaram existindo, como demonstrou outro estudo de Helen Osório e a análise dos inventários *post mortem* de Alegrete feita em trabalho anterior.(18) Igualmente, alguns grandes possuidores e mesmo sesmeiros foram prejudicados quando entraram em conflito por partes de suas posses[...] Assim, ao invés de um bem ordenado tabuleiro de xadrez de estâncias, a configuração agrária da Fronteira, na primeira metade do século XIX, assemelhava-se mais a um mosaico onde posses de diversos tamanhos e sob diferentes estatutos jurídicos estavam não apenas imbricadas, mas podiam inclusive apresentarem-se sobrepostas. Como se pode imaginar, essa variedade de formas de apropriação da terra, misturando sesmarias, compras, posse pura e simples, somada à imprecisão dos limites de cada estabelecimento, constituiu-se em uma fonte perene de conflitos fundiários que perdurariam e ganhariam força e variedade ao longo do Oitocentos.

Portanto, para além das concessões de sesmarias, o acesso à terra também se deu pela posse direta, o regime de posse beneficiava tanto pequenos proprietários que, ao encontrar alguma terra acabavam se

estabelecendo, quanto os grandes proprietários que apropriavam-se de vastas áreas para criar seus rebanhos.

FARINATTI (2009), conclui seu trabalho afirmando que a compra e a posse simples, ao lado das concessões, fizeram parte de uma estratégia voraz de acumulação de grandes patrimônios fundiários. Afirmando ainda, que o mercado de terras no período estudado não era totalmente regulado pela oferta e pela procura, a ação dos agentes dependia menos de seu poder econômico e mais da rede de relações que estabeleciam.

O autor conclui também que os inventários “*post mortem*”, do município de Alegrete<sup>51</sup> na Fronteira Oeste (ver Figura 5) permitem afirmar que entre 1800 e 1840, havia uma grande quantidade de pequenos proprietários, desfazendo a ideia do completo monopólio da terra, pela qual acreditava-se que a presença dos pequenos proprietários era insignificante. O que revela os inventários sugere a existência de uma população importante de pequenos proprietários contrariando a história tradicional.

O que parece vir à tona com essa investigação é um meio rural muito mais plural do que se costuma pensar quando se fala da região fronteira, o que nos permite pensar na existência de um campesinato ocultado na história em favor de uma visão generalizante da grande propriedade.

Farinatti (2009) se coloca contrário a visão de que havia uma predominância da grande propriedade e de que os pequenos proprietários na região fronteira eram em número insignificante,

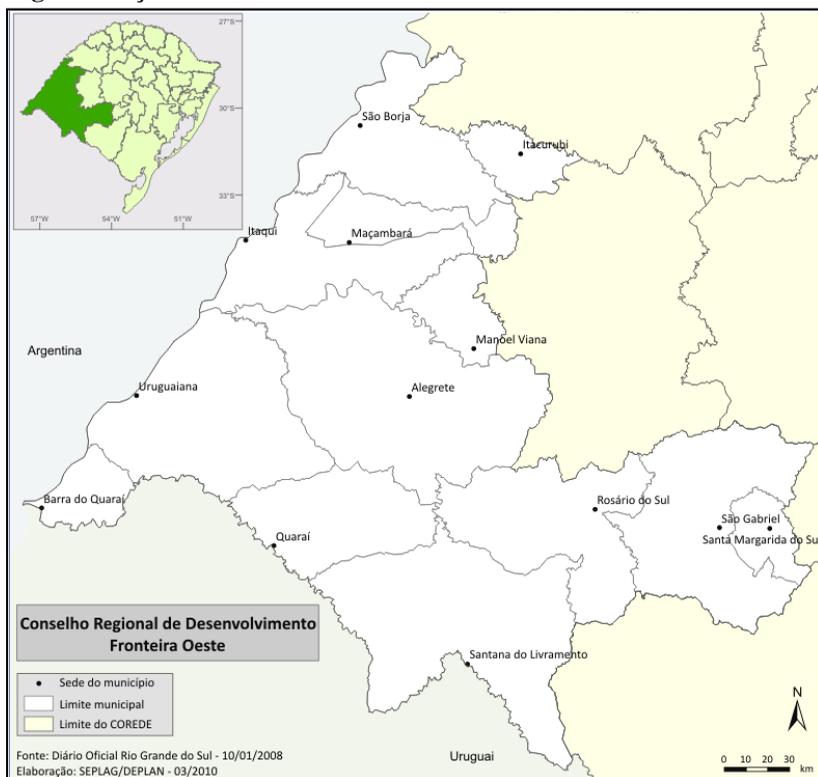
Porém, essa construção de grandes patrimônios fundiários não gerou um monopólio da propriedade e, muito menos, do uso da terra por parte de uma pequena elite terratenente. Os pequenos produtores proprietários de terras existiam desde o início do período estudado e se multiplicaram com o passar do tempo.(47) Por sua vez, os produtores que não eram proprietários de terras eram cerca de 40% dos inventariados até 1850 e ainda seriam pouco mais de 20% nas duas

---

<sup>51</sup> Alegrete foi o primeiro município da região da campanha. No período citado, seu território abarcava quase que a totalidade da região hoje conhecida como Fronteira Oeste e Região da Campanha. O território abrangia os atuais municípios de Santana do Livramento, Uruguaiana, Quaraí, parte de Rosário do Sul, parte de Bagé e parte de Manuel Viana, além do departamento de Artigas no Uruguai.

décadas seguintes. Desnecessário lembrar que esse número deveria ser muito maior, porque os inventários *post mortem* sobre-representam as camadas mais abastadas da população. Imaginar um monopólio das terras nos levaria de volta à antiga idéia de uma sociedade bipartida em enormes latifundiários de um lado, e gaúchos proletarizados, de outro, com alguns escravos fortuitos aparecendo de quando em vez. (p.167-168)

**Figura 5: Mapa da Região da Fronteira Oeste do RS conforme regionalização do Governo Estadual.**



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2011.

A grande propriedade, em geral, pouco produtiva, visto que vivia da criação de gado e do contrabando (GUILHERMINO, 1978), era abastecida pelo trabalho do campesinato, um campesinato ainda pouco estudado e que foi sendo esmagado pela grande propriedade.

O que possibilitou a existência desse campesinato foi a posse direta, muito provavelmente pelo fato de ainda existirem terras livres das cercas na região que outrora fora “de ninguém”.

Lígia Osório Silva (1997) afirma que a posse representou uma forma de apropriação que melhor se adequou ao período colonial, por ser “*melhor adaptada a agricultura móvel, predatória e rudimentar praticada, tornando-se o meio principal de apropriação territorial.*” (p.16), uma forma que, segundo a autora, até hoje tem importância como forma de aquisição de domínios.

A posse inicialmente representou uma forma de apropriação das terras por parte daqueles que não possuíam os requisitos necessários para solicitar sesmarias e desenvolveu-se às margens dos grandes latifúndios. Porém, passou a representar também uma forma de apropriação por parte dos grandes proprietários. Lígia Osório Silva (1997) afirma ainda, que os mesmos motivos que levaram à falta de controle dos tamanhos das sesmarias permitiram que os limites da posse fossem determinados pelos próprios posseiros.

“ ‘As sesmarias são verdadeiros latifúndios’ dizia um autor do século XIX, ‘mais extensas, porém, ainda são as posses de terras’(Ribas, 1883)” (SILVA, 1997)

Entre o fim das sesmarias, que ocorreu em 1822, e a Lei de Terras, que passa a vigorar em 1850, foi pela posse que as terras devolutas foram sendo ocupadas, pois não havia uma legislação que regulamentasse o acesso à terra.

A ausência de uma legislação que normalizasse o acesso à terra durante o período que decorreu da Independência até 1850 e a continuidade do padrão de exploração colonial (agricultura predatória e trabalho escravo) resultaram no florescimento, sem qualquer controle, do apossamento e multiplicaram-se os latifúndios improdutivos. (SILVA, 1997:16-17)

Em 1850, porém surge a Lei de Terras, que impede o livre acesso às terras públicas ou terras devolutas, dificultando assim o acesso à terra para o campesinato. A Lei de Terras é vista por muitos como uma medida que antecipava a abolição, visto que foi escrita no mesmo ano da Lei Eusébio de Queiroz que previa o fim do tráfico negreiro e apontava para a abolição da escravatura.

A Lei de Terras implica muito mais do que sugerir a sua escrita, para além de ser apenas uma legislação destinada a normalizar o acesso à terra no Brasil, a Lei de Terras teve também seu conteúdo racista, motivado pelo medo dos grandes proprietários de um levante do povo negro escravizado e pelo desejo de branqueamento da população brasileira, que resultou na vinda dos imigrantes europeus.

A representação do negro como perigoso, passional, feroz, traiçoeiro e insubordinado não apenas impulsionou o movimento abolicionista como também a alternativa imigrantista adotada com grande fôlego a partir de 1880. Desde a década de 1830, a entrada em massa dos africanos impulsionada pela produção do café no Sul e as notícias de insurreições como a Revolta dos Malês e a Sabinada, bem como a Revolução do Haiti, geraram um verdadeiro pânico de uma rebelião generalizada dos escravos. Se a historiografia tradicional destacava a “mentalidade mais avançada” dos cafeicultores paulistas em comparação com os do Rio de Janeiro e atribuía a adoção da mão-de-obra imigrante a uma visão mais progressista das relações de trabalho, estudos como os de Eisenberg (1989) e Azevedo (1987) minimizam essas diferenças e destacam o medo e o racismo como elementos motivadores dessa opção. (DAFLON & NÓBREGA, 2010:12).

Uma observação importante a respeito da Lei de Terras é a que faz Jose de Souza Martins (1979), ao destacar a mudança nas relações de produção, visto que no período colonial o escravo era o principal capital da aristocracia agrária da época, além de sua atividade direta na produção o escravo era também utilizado como garantia de crédito e de capacidade produtiva. Com a crise do escravismo, objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, através da Lei de Terras. (MARTINS, 1979; GERMANI, 2006)

O fato é que a Lei de Terras foi fundamental para solucionar um problema que surge com fim do tráfico negreiro e, posteriormente, com a abolição da escravatura e a vinda dos imigrantes, que era a grande disponibilidade de terras, que poderia impedir a mão de obra imigrante de servir nas fazendas<sup>52</sup> (MARTINS, 1979; CAMPOS, 2011).

---

<sup>52</sup> Como a Lei de Terras previa que as terras devolutas só poderiam ser acessadas com título de compra, os imigrantes eram obrigados a permanecer

O entrave à fácil ocupação da terra, por parte dos imigrantes, pequenos produtores, posseiros, agregados, ou outras categorias de populações rurais aqui existentes é assim estabelecido, através da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (a conhecida Lei de Terras) [...] que tratava de terras devolutas e sua aquisição, estabelecia, já em seu artigo 1º, que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Foi esta a principal questão que dificultou sobremaneira um elevado número de produtores (inclui-se aí o imigrante) em sua tentativa de acesso à terra. (CAMPOS, 2011:254-255)

A Lei de Terras também trouxe consequências para os que faziam uso das terras comuns (populações tradicionais em geral, negros livres, trabalhadores rurais, camponeses pobres, sem terra, entre outros), visto que as terras de uso comum, apesar de reconhecidas, foram integradas a uma lei que tratava de terras devolutas e como tal acabaram por ser consideradas dentro desta categoria, permitindo assim a usurpação das terras que até então eram comunalmente usufruídas pelo povo (CAMPOS, 2011).

A Lei de Terras não garantiu o acesso à terra para os camponeses, para os negros livres, para os caboclos e trabalhadores rurais pobres ou empobrecidos. Segundo José de Souza Martins (1979), a Lei de Terras logrou apenas transferir o cativo do homem para o cativo da terra.

Com a crise do café ou a Crise de 1929, é que novamente se coloca em questão o acesso à terra, chega ao fim a política de migrações (1930). Com o processo de industrialização iniciado por Vargas em 1930, abriu-se espaço para a discussão da Reforma Agrária, visto que o país precisava se industrializar e tinha uma grande massa de trabalhadores rurais que não eram consumidores de produtos industrializados, pois viviam nas fazendas.

Havia, nesse sentido a possibilidade de conflito entre uma burguesia industrial nascente e a velha aristocracia agrária, visto que uma reforma agrária poderia dinamizar a economia capitalista, colocando no mercado uma grande quantidade de produtores rurais que

---

trabalhando nas fazendas de Café até conseguirem condições para adquirir suas próprias terras. Por esse motivo, José de Souza Martins (1979) denominou esse processo de “cativo da terra”.

além de produzir alimentos também se tornariam consumidores de produtos industriais e até mesmo pequenos empreendedores capitalistas.

No entanto, no caso brasileiro, como na maior parte da América Latina, os interesses dos grandes proprietários rurais nunca se chocaram com os da burguesia industrial, inclusive, há entre estes, uma clara aliança, visto que a burguesia industrial brasileira é em parte herdeira da grande propriedade rural.

A grande propriedade passou por mudanças nos períodos que sucederam ao processo de industrialização brasileira, ou como chamava Florestan Fernandes, Industrialização Dependente, pois havia aí uma dependência do capital estrangeiro, bem como capital da oligarquia agrária e do Estado, nesse processo de industrialização.

Porém a mudança fundamental que passou a ser implementada foi a introdução no campo de uma produção agrícola dependente da indústria, um modelo agrícola que estava subordinado aos interesses do capital industrial. (OLIVEIRA & STÉDILE, 2005).

Essa mudança no modo de produção, com a introdução das máquinas, ferramentas e posteriormente insumos, acirrou ainda mais os conflitos no campo, o campesinato, que até então era cativo da terra, passou a ser substituído, aumentando o exército de reserva industrial, sucedeu-se também uma série de migrações internas no país, muitas em função das secas, outras mais em função das cercas, que o novo agronegócio erguia no meio rural brasileiro.

Juntamente com o avanço do capitalismo no campo, instala-se a contradição e nela ressurgem a resistência<sup>53</sup>, começam a emergir no meio rural brasileiro, militâncias políticas, movimentos sociais e sindicatos rurais que começam a questionar a desigualdade social e a concentração de terras, no Nordeste as Ligas Camponesas começam a pressionar o governo para a realização de uma ampla Reforma Agrária no país.

O governo Janio Quadros e posteriormente o governo João Goulart (Jango), que antecede ao golpe empresarial-militar,<sup>54</sup> tiveram

---

<sup>53</sup> Fala-se em ressurgimento da resistência, porque entende-se que, sempre houve resistência camponesa e luta pela terra, desde a invasão europeia na América Latina. Tupac Amaru, Sepé Tiaraju, Zumbi, Canudos, Contestado, e tantos outros exemplos de lutas que tinham de fundo a questão da terra e do território.

<sup>54</sup> O termo civil-militar utilizado para denominar o que os militares chamaram de Revolução de 1964, pode gerar equívocos relacionados à ideia de que a sociedade civil em geral apoiava o golpe e regia a ditadura instalada. No caso, o termo civil-militar proposto pelo cientista político uruguaio René Armand Dreifuss(1964), tinha o objetivo de responsabilizar não somente os militares

que se comprometer com as chamadas reformas de base, entre as quais se inclui a reforma agrária, pressionados pelas mobilizações por parte dos setores camponeses, agora organizados, e inspirados por uma onda de revoltas camponesas pelo mundo, como a cubana 1959 e a chinesa 1949.<sup>55</sup>

Durante o governo João Goulart, as tensões sociais e o nível de organização que o campesinato passou a atingir, conseguindo apoio de amplos setores da sociedade brasileira, empurra o país para a realização de uma ampla reforma agrária, uma reforma democrática.

Surgido por iniciativa do PCB como um movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais da zona da mata de Pernambuco e da Paraíba, as Ligas logo se tornaram, sob a liderança de Julião, um movimento político autônomo de oposição ao latifúndio e pela reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, rivalizando com a Igreja Católica e com o próprio PCB na disputa pelo controle dos sindicatos rurais em vários estados brasileiros.<sup>663</sup> No começo dos anos 1960, as Ligas já estavam espalhadas por todo o País, a par com o processo de sindicalização rural (em julho de 1963, havia 300 sindicatos rurais no Brasil; em março de 1964, eles já eram 1.500. Entre 1955-1957, eram apenas três).<sup>664</sup> Em 1964, as Ligas já eram 64 em Pernambuco, totalizando 218 em 20 estados da federação. (BEZERRA, 2012:218).

É nesse contexto que é gestado o Estatuto da Terra, no período que antecede o golpe. É fruto de uma ampla discussão, tinha por um lado os setores dos movimentos sociais que reivindicavam uma ampla e radical reforma “na lei ou na marra”, e por outro, ainda do lado dos defensores da reforma agrária, um setor que defendia uma reforma mais moderada, realizada em terras improdutivas e com indenização. Tendo como oposição, os setores conservadores da sociedade, entre os quais, os grandes proprietários de terra.

---

mas a burguesia industrial que apoiou o golpe, nesse sentido o uso do termo golpe ou ditadura empresarial-militar, também proposto pelo autor, parece mais adequado. Ver: DREIFUSS, René Armand. **64: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

<sup>55</sup> Para mais, ver o capítulo Revoluções Agrárias em OLIVEIRA (2007).

Por mais paradoxal que possa parecer, foi justamente no período da ditadura empresarial-militar que o Estatuto da Terra foi aprovado. Castelo Branco assumiu o comando da ditadura empresarial-militar em 1964 com o claro objetivo de evitar um levante camponês de influência socialista e impedir a realização de uma reforma agrária ampla e democrática.

Inspirado na Carta de Punta Del Este documento claramente contrarrevolucionário formulado pelos Estados Unidos da América com o objetivo de impedir outros levantes socialistas na América Latina como o que havia ocorrido em Cuba. Castelo Branco realizou uma emenda na constituição de 1946, estabelecendo a desapropriação com pagamento da propriedade em títulos da dívida agrária e reconhecendo a posse das terras devolutas aos latifundiários, instituindo uma reforma branda e nos moldes capitalistas.

O objetivo principal do projeto de reforma agrária aprovado no governo Castelo Branco era o de impedir uma reforma agrária ampla e democrática e ao mesmo tempo restringir o processo de “reforma agrária” a terras ainda não tomadas pelo avanço do capitalismo no campo, a exemplo dos territórios indígenas em todo o Brasil e em especial na nova fronteira agrícola o Centro-Oeste, como no caso das terras do povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul,<sup>56</sup> que tem sérias consequências até os dias atuais.

---

<sup>56</sup> Os Guarani Kaiowá ocupavam um vasto território entre a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o atual Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, no Brasil. No início do século XX, mais precisamente entre 1910 e 1930, houve um processo de confinamento do povo indígena que vivia no atual Mato Grosso do Sul em reservas criadas pelo Estado, sendo suas terras de origem destinadas à colonização. Esse processo de usurpação dos territórios indígenas se aprofundou durante o período ditatorial, instalando-se a violência como regra. Atualmente o povo Guarani Kaiowá luta pela retomada de parte de suas terras originárias para que possam nela viver e se reproduzir, caso contrário estará destinado a desaparecer como etnia devido ao avanço do capitalismo no campo. Nesse processo de luta pela retomada de suas terras desde a década de 80 até os dias atuais registram-se aproximadamente 300 assassinatos de lideranças indígenas no MS. Para mais informações ver: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, **O Nó da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul**. In: Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). *A questão Agrária em Mato Grosso do Sul - Uma Visão Multidisciplinar*. 1ª ed. Campo Grande: UFMS, 2008, v. 01, p. 05-14. e MACHADO, Silvio Marcio Montenegro & CARLINI, Eduardo Luiz D. Goyos, **“Expedição Marco Veron” e a luta do povo Kaiowá-Guarani em Mato Grosso do Sul**. São Paulo, Terra Livre, Ano 28, vol 1, nº 38, jan-jun de 2012.

A “Reforma Agrária” levada a cabo no período da ditadura militar teve como objetivo o desenvolvimento do agronegócio brasileiro sem alterar a estrutura fundiária, houve uma modernização tecnológica que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais no campo brasileiro por subordinar a produção agrícola à indústria.

Apesar de ter se aprovado um Estatuto da Terra conservador e contrarrevolucionário, o governo empresarial-militar, em seu afã desenvolvimentista, deixou passar uma cláusula que representou um grande avanço na legislação para se reivindicar o acesso à terra. O Estatuto da Terra em seu Artigo 2º versa a respeito da função social da propriedade, ideia esta que se manteve após a constituição de 1988 e é a principal fonte de argumentação jurídica dos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (BRASIL, 1964, Art 2º).

Na constituição de 1967, que vigorou como órgão máximo da antidemocracia do governo empresarial-militar, a reforma agrária teve um tratamento específico em que foram fixados os critérios de desapropriação.

Assim dizia a Constituição de 1967, em seu artigo 161:

A união poderá promover a desapropriação da propriedade territorial, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção

monetária, resgatáveis no prazo de 20 anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento até cinquenta por cento do imposto territorial e como pagamento do preço de terras públicas.

Após esse período somente na constituição de 1988 que o debate sobre acesso à terra e reforma agrária volta à tona, devido à grande pressão dos movimentos de luta pela terra, que novamente se erguiam no período final da ditadura, houve uma ascensão dos movimentos sociais, forma-se o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), movimentos como a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CGT (Central Geral dos Trabalhadores), IBASE (Instituto Brasileiro de Estudos Estatísticos) e até mesmo setores da Igreja como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) passam a organizar uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Acreditava-se que na constituição de 1988, após um período de redemocratização e com a crescente mobilização dos movimentos sociais, finalmente se concretizaria um processo de reforma agrária ampla e democrática.

Porém, a força das elites agrárias do país juntamente com os setores mais conservadores da sociedade impediu na prática o avanço de uma reforma agrária democrática. Novamente o sonho do acesso à terra foi barrado pela estratégia das elites agrárias representadas na constituinte pela UDR<sup>57</sup> (União Democrática Ruralista) que conformou uma bancada ruralista para defender os interesses dos proprietários de terra e impedir a realização da Reforma Agrária no país.

---

<sup>57</sup> “A União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País [...] Os proprietários rurais sentiram a necessidade de se mobilizarem para conscientizar o Congresso Nacional a criar uma Legislação que assegurasse os direitos de propriedade. Na época, uma ala política de esquerda radical queria acabar com esse direito com objetivo explícito de se implantar um sistema comunista no Brasil. A reação dos ruralistas foi imediata, decidiram então fundar a União Democrática Ruralista - UDR. Foi a maior mobilização do setor já visto neste país. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988 a Lei que preserva os direitos de propriedade rural em terras produtivas.” Extraído do site da UDR disponível em: <http://www.udr.org.br/historico.htm>

Apesar de se manter na legislação o texto sobre a função social da propriedade, devido a essa correlação de forças pouco se avançou em relação a efetivação da reforma agrária.

Ligia Osório Silva (1997:22) coloca que a constituição de 1988 no lugar de avançar representou mais um bloqueio ao processo de reforma agrária do que um avanço.

Com a redemocratização e a elaboração de uma nova Constituição em 1988, o princípio da função social da propriedade rural do Estatuto de Terra foi levado para a nova Carta (artigos 184 e 186). Porém, tal expediente, ao invés de dinamizar o processo de reforma agrária que vinha se arrastando, constituiu-se em mais um bloqueio. [...] a nova Carta fez depender sua aplicação de regulamentação por lei complementar. Pelo Estatuto da Terra, o poder público desapropriava, garantia a posse e a única coisa que se reclamava, depois, era o justo preço da indenização; pela Constituição de 88, o expropriado podia questionar o ato até mesmo do presidente da República. [...]

Ao vazio legal imposto Pela nova Constituição, somaram-se os efeitos da crise econômica, ocasionando o aumento da tensão no campo brasileiro.

Na conclusão de um brilhante artigo a respeito das condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro, em que faz um resgate desde o processo de invasão portuguesa em 1500 até os dias atuais, Guiomar Germani (2006:142), afirma que:

[...] as condições históricas sociais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro tornaram, pouco a pouco, as terras livres – onde se usufruía de “paz e sossego” – em terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com manifestações constantes de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mãos concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum. Como conseqüência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras.

Como o processo de desenvolvimento capitalista instala a contradição, no momento em que produz a desigualdade, produz também aqueles que lutam contra ela. É parte dessa legião de agricultores sem trabalho e sem terras que irá lutar pelo estabelecimento do que no Brasil se chama de Reforma Agrária e que nunca foi levado a cabo.

Acontece que, o pouco de distribuição de terras que existe no país ocorre devido à pressão dos movimentos sociais, que ao ocupar terras reivindicam que se faça cumprir a função social da propriedade e levantam-se em jornadas e lutas pela efetivação de políticas de apoio aos novos assentamentos constituídos, procurando assim minizar a problemática da concentração de terra no país e a melhorar a condição do campesinato.

### 3.2. O ACESSO À TERRA NO URUGUAI

No caso uruguaio, a questão do acesso à terra não difere em muito do caso brasileiro. O território em questão era inicialmente ocupado pelos povos originários, porém após a invasão europeia, as terras da Banda Oriental do rio Uruguai passaram a ser distribuídas pela coroa espanhola na forma de *Merced de Tierra* ou *suertes de tierra*<sup>58</sup>.

As terras conhecidas como da “Banda Oriental”, ou seja, as terras localizadas ao oriente do Rio Uruguai, começaram a ser ocupadas pelos espanhóis somente em 1624 com a fundação de Santo Domingo de Soriano, uma redução indígena que deu origem ao atual município de Soriano, porém, esse povoamento se deu com descontinuidades.

Somente a partir de 1724, com a fundação de um forte por Dom Bruno de Mauricio de Zabala, que deu origem posteriormente à cidade de Montevideu (1726) é que a Banda Oriental do Rio Uruguai passou a ser ocupada mais efetivamente pelos espanhóis como resposta aos avanços portugueses na região.

---

<sup>58</sup> *Merced de Tierra* eram as terras concedidas pela Coroa. Consistia em uma instituição jurídica da Coroa de Castela nos séculos XV e XVI que foi aplicada nas colônias da América como forma de incentivar a colonização, eram terras doadas pelo Rei, em geral como forma de retribuir um serviço à coroa, muito parecido com o costume da troca de favores que também se instituiu no Brasil, a diferença é que este era “um presente dado pela generosidade” do Rei.

A Banda Oriental sempre foi vista pelos espanhóis como uma grande estância de criação de gado, que inicialmente era caçado<sup>59</sup> no campo apenas para a exploração do couro, do chifre e da língua.

Quanto à forma de acesso a terra no Uruguai, nesse período, Abadie (2008) afirma que podiam ser obtidas oficialmente de três maneiras:

1. Por Reparto, como ocorreu com os primeiros habitantes de Montevideu. As terras distribuídas por reparto possuíam meia légua de frente por meia légua de fundo, algo próximo a 1875 hectares de terra, onde era possível criar em torno de 900 cabeças de gado.
2. Por Merced, como forma de presente ou doação do Rei por serviços prestado à Coroa. Em geral eram grandes extensões de terras bem localizadas, esta é considerada uma das origens do latifúndio no Uruguai. Cabe ressaltar que as terras ao norte do Rio Negro (onde se localiza a área de estudo), que ficavam mais distante do porto e eram consideradas inseguras, devido aos ataques de indígenas e portugueses, não eram tão solicitadas e nessa localidade os latifúndios se consolidaram maiores ainda. Grandes porções de terras foram distribuídas no norte do Uruguai a estancieiros com objetivo de povoar e defender o território.
3. Por compra, quem desejava comprar terras no Uruguai no período colonial, segundo a autora, deveria se submeter a longos trâmites burocráticos que levavam de 2 a 8 anos e eram muito custosos. Dessa maneira,

---

<sup>59</sup> As primeiras missões criadas pelos espanhóis foram abandonadas por volta de 1630 e somente foram reconstruídas em 1682, durante esse período deixaram procriando na Banda Oriental do Rio Uruguai o chamado gado chimarrão. A atividade de caçar o gado xucro era praticada, sobretudo, pelas tribos pampeanas que encontraram no gado a sua fonte principal de alimentação, utilizando-se da boleadeira (uma espécie de funda, arma muito utilizada pelo gaúcho nos pampas) e da boa adaptação ao cavalo. Logo, os homens brancos perceberam que o indígena havia desenvolvido uma técnica para caçar o gado, e, tanto portugueses quanto espanhóis, formaram bandos que caçavam o gado não para alimentar-se mas para extrair o chifre, o couro e a língua e comercializa-los em Colônia do Sacramento, Santa Fé, Buenos Aires e Assunção. (MACHADO, 2010)

somente podia ter acesso aos títulos de propriedade quem dispusesse de muito dinheiro.

Devido a essa realidade, assim como no Brasil, uma grande parte da população rural ocupava as terras pela posse, eram os chamados “ocupantes sin título”. Acabavam ocupando as áreas de limites indefinidos entre grandes propriedades, que até então não eram cercadas.

Abadie (2008) afirma que no Uruguai houve dois tipos principais de estâncias, uma chamada de “estância de vaqueria” ou “cimarrona”, estâncias que se caracterizavam por serem estâncias de proprietários ausentes, que viviam em Montevidéu e contratavam em determinados períodos do ano, um bando para pegar o gado xucro que tivesse se amontoado nas pastagens de sua propriedade.

O principal objetivo desse tipo de empreendimento era o couro, que era vendido para a Europa, em geral, na forma de contrabando<sup>60</sup>. Não eram, portanto, estabelecimentos organizados para que neles houvesse moradia ou criações, eram terras das quais esses comerciantes de grande influência com a Coroa dispunham para explorar o gado que por elas passava.

Ainda segundo a autora, a outra forma de estância, existente no Uruguai eram as “estâncias habitadas”, “de rodeio” ou “civilizadoras”. Tais estâncias encontravam-se ao sul do Río Negro (ver Figura 6), eram em menor número. Quando tinham mais de 10.000 cabeças de gado, eram consideradas grandes estâncias, nelas o gado era castrado e marcado, constituíam unidades socioeconômicas praticamente autossuficientes, com uma população pequena, possuíam capela e cemitério próprios. Do mesmo modo que nas estâncias brasileiras, a sede da estância uruguaia mais parecia um forte e os trabalhadores e

---

<sup>60</sup> O contrabando era a prática mais comum no período colonial tanto no Uruguai quanto no Rio Grande do Sul, chegando a ser até mesmo um fenômeno fundamental ao desenvolvimento desses territórios. Para mais ver: CESAR, Guilhermino. O contrabando no sul do Brasil. Caxias do Sul, UCS/EST, 1978. 116p e DORFMAN, Adriana. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais.** Florianópolis, SC, 2009. 360 f. Tese (Doutorado).

agregados da estância precisavam estar dispostos a defendê-las dos ataques indígenas e de portugueses. (MOURE, 1994)

As condições naturais e do território uruguaio e a forma de apropriação da terra desenvolveram no meio rural um modelo de produção agroexportador baseado na grande propriedade rural destinada à criação extensiva de gado.

Segundo Rossi (2010), a etapa colonial (1600-1810) foi responsável por desenvolver três características principais que marcam a função e a estrutura atual do território uruguaio: A criação de gado como atividade produtiva predominante; o controle da terra com forte tendência à concentração (formação de grandes propriedades); e uma apropriação definida pela autora como “marginal” da terra, ou seja, a posse para usufruto destinada a produção familiar ou ao abastecimento das cidades.

Essa tendência poderia ter sido alterada com a experiência de Artigas. Como veremos mais adiante, José Gervásio Artigas, tentou modificar a estrutura agrária na interior do Uruguai, mais precisamente no norte uruguaio. Promulgou o Código Agrário de 1815, em que procurava realizar uma justa distribuição de terra. Esse seria, de fato, o primeiro processo de Reforma Agrária na América Latina. (GALEANO, 1983; MAESTRI, 2011)

Porém, com a derrota da experiência artiguista, se afirmam as principais características do modelo agrário uruguaio que começou a se estabelecer no período colonial e o Uruguai passa por outro período, o período chamado de modernização (1870-1900).

Durante esse período, caracterizado pela aliança entre os grandes proprietários rurais e os governos militares, se afirma a grande propriedade no Uruguai, como uma resposta a realidade internacional, que desde meados do século XIX exigia das economias agrário-exportadoras que consolidassem e assegurassem a propriedade da terra e sua exploração privada (MAUBRIGADES, 2000)<sup>61</sup>.

Já em 1860, o campo uruguaio iniciou um processo de mudança em suas estruturas econômicas, que o distanciavam da forma de exploração tradicionalmente utilizada, que era baseada principalmente nas características naturais do país.

---

<sup>61</sup> Nota-se que é o mesmo período em que se promulga a Lei de Terras no Brasil.

Figura 6: Mapa do Uruguai



Fonte: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/mapa/uruguai.jpg>

Segundo Nahum (1968), essa mudança possui três elementos decisivos: a consolidação da criação de ovinos (1860-70), o cercamento dos campos (1872-1882), e a mistura genética dos rebanhos que cresciam no campo uruguiaio com espécies trazidas da Europa (pós 1887).

Essas mudanças foram resultado da ação das elites agrárias uruguaias. No Uruguai, os grandes e médios produtores rurais, preocupados em garantir e regularizar a posse da terra fundaram a “Asociación Rural Del Uruguay” em 1871, que se encarregou de fazer

alianças com a elite comercial nacional e com os investidores estrangeiros como forma de aumentar sua influência política.

O êxito da elite agrária uruguaia reside no fato de que o Código Agrário que entrou em vigor em 1879 foi redigido pela própria associação. Entre as principais mudanças existentes no Código Agrário da Asociación Rural Del Uruguay, estava a exigência do cercamento dos campos, que culminou por ser imposto pelo governo militar em 1876.

Muestra de los intereses que se perseguían fue el énfasis con el que se trató el tema de la propiedad privada como derecho inviolable para quienes la poseían. Esta prédica que mezclaba derechos sociales y económicos de los dueños de la tierra representaba el más ferviente interés en permanecer explotando el territorio nacional que habían logrado apropiarse.

Cuando el Coronel Lorenzo Latorre asume el gobierno (1876), tras mantener su aprobación al Código Rural redactado por la Asociación, hace efectivo el mismo, llegando incluso a profundizar su rigor en la prédica liberal de la propiedad privada. Cumple de esta forma con las aspiraciones de sus mentores. (MAUBRIGADES, 2000:4-5)

Certamente o principal fato a se destacar no Código Agrário promulgado pelo governo militar em 1879 é o cercamento dos campos, com ele, por fim foram definidos os limites das propriedades rurais e garantida a posse das terras por parte da elite agrária.

Segundo Nahum (1968), o cercamento dos campos possibilitava o exercício pleno da propriedade e o controle científico do gado favorecendo a mescla do gado local com o europeu.

Ambos problemas eran esenciales. Por primera vez, el cerco delimitaba perfectamente la tierra que cada uno poseía, afirmándola en manos de sus poseedores para siempre, y cristalizando de hecho la estructura de la propiedad ya existente. Los propietarios quedaban como dueños absolutos de un bien que había sido hasta cierto punto colectivo, porque lo usaban además los linderos con poca tierra y mucho ganado.

También iba a permitir la cruce controlada de los ganados, en procura de animales más precoces, de más carne, de mejor calidad, que eran los que

empezaban a pedir los exigentes mercados europeos. (p.62)

Se por um lado o cercamento dos campos pôs fim aos problemas que enfrentavam os produtores rurais uruguaios, por outro trouxe graves consequências sociais ao meio rural uruguio, tanto Nahum (1968) quanto Maubrigades (2000), apontam para os fatores negativos que os cercamentos trouxeram, sobretudo, para a população pobre do meio rural.

Maubrigades (2000) coloca que os custos para realizar os cercamentos fizeram com que parte dos proprietários de terra perdesse seu direito ao uso das mesmas por incapacidade econômica para mantê-las, ao passo que, os proprietários com maior capacidade financeira conseguiram apropriar-se de mais terras. Assim, a ruína dos pequenos e médios produtores e do campesinato em geral veio através da perda de suas terras, esse processo fez com que aumentassem as posses dos grandes proprietários dedicados à criação de gado, aumentando a concentração de terra em poucas mãos no meio rural uruguio.

Nahum (1968) afirma que, se por um lado os cercamentos foram essenciais para a modificação da estrutura do país do ponto de vista econômico, por outro, trouxeram enormes consequências sociais ao meio rural uruguio. As cercas geraram uma menor necessidade de mão de obra, expulsando dos campos peões e agregados, ocasionando uma total marginalização da população pobre da campanha.

Os cercamentos trouxeram consequências também para os pequenos posseiros que habitavam os limites indefinidos entre as grandes estâncias. Com a definição e o cercamento das propriedades, não restava mais lugar para que estes ali vivessem e pastoreassem o seu gado (NAHUM, 1968).

Os cercamentos representaram um alto investimento no meio rural uruguio, e devido ao preço do arame que era importado, cercar as propriedades próximas a Montevideu (cidade portuária) era mais barato que cercar os campos ao norte, na fronteira com o Brasil, fato que dificultou ainda mais a manutenção das terras para os pequenos e médios proprietários dessa região.

Nahum (1968) afirma que o cercamento no meio rural uruguio se deu muito rapidamente e em pouco mais de 10 anos já se havia cercado boa parte das propriedades do país. Na Tabela 1, pode-se verificar que o volume de arame importado e de propriedades cercadas aumentou significativamente após 1976, ano em que o Coronel Lorenzo

Latorre assumiu o governo e tornou os cercamentos obrigatórios, aprofundando a política liberal no país.

O autor afirma ainda que o investimento nos cercamentos chegou a impressionante cifra de 20 milhões de pesos em 10 anos, o que representa o equivalente a 35% do valor do gado que havia no país em 1880. Todo esse investimento, que foi custeado pelos grandes proprietários em parceria com o Estado, só se justifica devido à necessidade que os mesmos tinham em regularizar e garantir a posse de suas propriedades e de melhorar geneticamente os rebanhos para atender as exigências internacionais e ao mesmo tempo consolidar a elite proprietária no país.

**TABELA 1 - IMPORTAÇÃO DE ARAME E PROPRIEDADES CERCADAS ENTRE 1872 – 1882 NO URUGUAI.**

Ano	Importação (kg)	Valor \$ (pesos)	Propriedades
1872	2.050.250	128.459	123
1873	1.847.951	112.840	111
1874	2.476.023	150.169	149
1875	2.140.835	135.353	129
1876	2.150.000	-	129
1877	6.646.743	397.818	401
1878	6.674.977	367.681	402
1879	10.290.295	574.493	620
1880	-	-	902 (Estimado)
1881	19.642.000	-	1.185
1882	12.502.800	-	755

Fonte: Nahum (1968)

Nota: Elaborado por Silvio Marcio M. Machado.

Sobre esse período, considerado como de modernização no campo uruguaio com a introdução das cercas, há ainda algumas considerações importantes a se fazer. A primeira diz respeito ao interesse que tinham os grandes proprietários em expulsar do campo os criadores de gado pobres, eliminando assim a concorrência dos pequenos proprietários e o segundo o medo que tinham as elites do denominado pelos mesmos como “comunismo camponês”.

Os camponeses pobres costumavam caçar o gado xucro que crescia livremente nos campos, porém, por não possuírem grandes extensões de terras pastoreavam o gado em terras comuns, em parceria com outros camponeses, nos limites indefinidos entre grandes propriedades ou mesmo nas propriedades dos grandes proprietários

rurais. Essa prática não era bem vista pela *Asociación Rural Del Uruguay*. A respeito disso, Nahum (1968:70) relata,

El alambrado, al fijar el límite preciso y cerrar la gran propiedad, eliminó esa situación. Decía Carlos María de Pena en 1882: "... Ha cesado en gran parte aquel comunismo de las praderas naturales, para el apacentamiento de los rebaños. El cerco de alambres há dado seguridad a la propiedad rural; ha obligado a cada uno a vivir de lo suyo y a usar sus propios recursos ... ". Con ello se eliminaba la posibilidad de la pequeña explotación ganadera, desaparecían el minifundista y el agregado. Domingo Ordoñana, el principal ideólogo de la Asociación Rural, no tenía reparos en confesar que ése había sido uno de sus objetivos fundamentales al pugnar por la implantación del alambrado, desalojando a esos hombres de la explotación pecuaria. "Las consideraciones que hemos aducido nosotros para prestigiar el cierre de la propiedad, más bien fueron de orden moral que de orden físico, porque con el cierre queda la división bien hecha entre los que son terratenientes y los que viven en la condición de agregados, y estos que son numerosos, deben perder toda esperanza de ser ganaderos, ni de ser útiles en la ganadería industrial y deben necesariamente doblar la cabeza sobre el arado que es su vida y su porvenir". Allí está la expresión más diáfana de un interés exclusivamente clasista.

Porém, o resultado dos cercamentos gerou uma grande massa de despossuídos, que passou a vagar no campo e a procurar emprego nas vilas e cidades. Este fato aos poucos também colocou medo nos grandes proprietários rurais daquela época, que estavam sintonizados com o que estava acontecendo na Europa e com o crescimento da luta internacional dos trabalhadores, representados pela A.I.T., como mostra Nahum (1968):

Hay múltiples artículos en la Revista rural de esta época (1876-1885), que encaran el problema de la población rural desocupada. Subyace en todos ellos el temor por una posible subversión protagonizada por los desplazados. El eco que se

recibía de las conmociones sociales por las que atravesó Europa, notoriamente el recuerdo de la Comuna de París, contribuyó a acentuar la intranquilidad de los hombres de la Asociación Rural. Así, por ejemplo, resumía Ordoñana en 1887, algunas de las ideas que más le habían impresionado del discurso pronunciado por Carlos María de Peña al inaugurar la cátedra de Economía Política en la Universidad: "La internacional nacida en Londres en la Primera Exposición Universal de 1864 es hija de esta última escuela, la cual no cesó ni cesa de hacer propaganda manifestándose triunfante en París con el Gobierno de la Commune y continuando con arrogancia por Londres, Birmingham, Manchester, Lieja, Bruselas, Charleroi, pasando hasta los Estados Unidos con los cínicos desordenes de Chicago... el problema está planteado y así como tiene sanción penal el ladrón, debe también tenerla y muy severa el holgazán que es el primero y más terrible socialista y perturbador del mundo". (NAHUM, 1968:75-76)

O temor de que as massas camponesas despossuídas pudessem realizar um levante chegou a provocar até mesmo uma tentativa de resposta por parte da elite agrária uruguiaia, que passou a defender através da *Asociación Rural Del Uruguay*, uma alternativa agrícola para os despossuídos, visto que reservavam a criação extensiva de gado aos grandes proprietários. A *Asociación Rural* passou a defender que os antigos peões, agregados e pequenos proprietários despossuídos passassem a trabalhar como agricultores em pequenos lotes de terras públicas.

Numerosos artículos señalaron el peligro del socialismo o de una "subversión social". Quizás el más destacado de ellos sea el escrito por Juan G. Corta, ya en 1874, el documento más revelador de cuantos los rurales han escrito sobre el tema: "...Existen en casi todas las propiedades rurales porción de familias que arrojadas de sus hogares, se ven forzadas a detenerse temporalmente donde los consienten, pero viviendo como los árabes o los tártaros nómades, sin hogar seguro y sin ninguno de los goces que el hombre civilizado

obtiene por medio del trabajo. Estas familias, cuya existencia errante ponen en lucha contra la sociedad van perpetuando entre nosotros la tradición de los gitanos... De esta raza desheredada se forman los caudillos y sus secuaces; ignorantes, haraganes, no tomando interés por una patria que ha sido tan ingrata y tan poco previsora que las ha dejado sin hogar, ellos son un constante enemigo del orden y de la paz; son los pobladores de nuestras cárceles y el terror de los habitantes pacíficos e industriosos de nuestra campaña". Y más adelante: "En efecto, no hay otro camino, y seguramente es preferible darles tierras, de las que aún tiene el país algunas, aunque pocas, que mantenerlos en las cárceles o degollarlos sobre las cuchillas. A pesar del desorden administrativo que viene afligiendo al país hace algunos años, en los ejidos de los pueblos se conservan algunos terrenos que podrían donarse a esas desgraciadas familias en toda propiedad..." (NAHUM, 1968:76)

Porém, Maubrigades (2000) avalia que com a forma de apropriação da terra dando-se simplesmente com as práticas de declaração e cercamento, muitas terras do Estado, as chamadas *Tierras Fiscales* foram usurpadas pelos grandes proprietários fazendo com que o governo dispusesse de poucas terras para um processo de distribuição, o que já é reconhecido pela própria *Asociación Rural*, mesmo na proposta de distribuição de terras públicas para a agricultura.

Para tentar resolver o problema que fora criado pelo cercamento dos campos, o governo tenta incentivar a agricultura com a criação de duas leis, a primeira Lei de 23 de setembro de 1880, que autoriza o poder público a fomentar a agricultura promovendo empreendimentos de colonização<sup>62</sup>, um processo de colonização que aceitava auxiliar individualmente aquele que desejasse acessar a terra desde que o Poder Executivo fosse reembolsado posteriormente.

A lei de 1880 também define que os locais destinados à colonização devem ser de acesso fácil, próximo às vias férreas, fluviais,

---

<sup>62</sup> No caso uruguaio a colonização inicialmente não é destinada a introdução do imigrante europeu, como no caso brasileiro, resulta de uma tentativa fracassada em minimizar o problema do grande número de despossuídos da terra que as cercas criaram.

dos povoados ou dos caminhos nacionais de maior circulação e prevê o direito de expropriação por utilidade pública.

O direito de expropriação por necessidade de utilidade pública difere da função social da propriedade, e nesse caso depende muito mais da ação do governo em relação a uma determinada terra que queira expropriar do que do direito ao uso de terras que improdutivas por parte do campesinato sem terra.

O decreto de 28 de novembro de 1882 procurava estabelecer que as terras fiscais ocupadas por arrendatários pudessem ser destinadas à formação de colônias agrícolas e as que se encontrassem inadequadas fossem vendidas para que se aplicasse o dinheiro na compra de outras terras em que a agricultura fosse praticável.

Como exposto anteriormente, as terras fiscais uruguaias já estavam cercadas e pouco se avançou na proposta de colonização. Para Maubrigades (2000) e para Nahum (1968), além da falta de terras fiscais para a distribuição, do baixo investimento e má gestão do dinheiro governamental para a colonização, havia também outro motivo para o fracasso do processo inicial de colonização nesse período, que residia no fato de que a maior parte dos beneficiários dessa política pública desconheciam a prática da produção agrícola, havia trabalhado toda a sua vida na criação de gado e sem apoio não poderia levar adiante esse empreendimento.

Durante toda su vida centró su actividad y su esfuerzo en torno al vacuno, miró como tarea de "gringos" la agricultura, ¿cómo podía volcarse a ella volunariamente? Además, no poseyendo ni conocimemos ni práctica agrícola y escaso o ningún apoyo material del gobierno o de particulares, era imposible que se le facilitara el camino hacia un cambio de ocupación. Su resistencia, entonces, no fue sólo cultural, derivada de sus costumbres y hábitos de vida; fue también respuesta a un medio inhóspito que lo rechazaba y no le ofrecía los medios imprescindibles para asentarse económicamente. (NAHUM, 1968:78)

As consequências da aposta em uma economia agroexportadora, voltada quase que exclusivamente à criação de gado, logo apareceram e devido a uma crise que se desenvolveu nos anos 90 do século XIX, o latifúndio passou a ser questionado, sobretudo, por setores da burguesia mercantil de Montevídeu.

O latifúndio passou a ser identificado com o atraso em que o país se encontrava, do ponto de vista do desenvolvimento industrial e econômico e passou a ser duramente criticado por alguns setores, porém eram os estancieiros ou *tierratenientes*, muito bem representados pela *Asociación Rural*, os responsáveis por manter a campanha gaúcha relativamente em paz e por sustentar no poder os governantes, sendo capazes de impor o governo militar e de retirá-lo quando este não mais era útil aos seus propósitos.

Esse clima de questionamento à grande propriedade e o bloqueio que a mesma realizava ao desenvolvimento do país propiciou o surgimento do *Batllismo*<sup>63</sup>. Jose Batlle y Ordoñez governou o país entre 1903-1907 e 1911-1915.

Rossi (2010) afirma que Batlle procurou levar adiante uma proposta de Estado de Bem-Estar social no Uruguai, e que apesar das críticas aos grandes proprietários rurais, realizou um pacto tácito com a grande propriedade, ao passo que procurou reverter o excedente gerado pelo setor agropecuário para desenvolver os setores urbanos e industriais do país.

Comenzado el SXX, la pacificación del país y el fin de las guerras civiles (1904). Dan paso a un “pacto tácito” del Estado con los terratenientes, durante la etapa de reformismo Batllista, que propone un modelo de Estado de Bienestar. La intervención estatal conduce el excedente generado en el sector agropecuario al conjunto de la economía y en particular, al desarrollo de los sectores urbano e industrial, que se incrementan constantemente hasta mediados del siglo. Como parte del modelo, y para superar las restricciones

---

<sup>63</sup> O Batllismo representou uma corrente de pensamento dentro do Partido Colorado. Durante o período governado por Jose Batlle y Ordoñez e seus seguidores, no início do século XX, ocorreram uma série de modificações nas relações entre Estado e sociedade, que somente começaram a ser introduzidos no restante da América Latina pelos governos “populistas” da década de 1930. A legislação social que o batllismo desenvolveu teve como principais objetivos a organização do mercado de trabalho e a criação de um mercado interno consumidor dos produtos da reorganizada indústria nacional. Para mais ver: SOUZA, Marcos Alves de. **O reformismo uruguaio sob a égide do “batllismo” na primeira metade do século XX**. São Paulo, Anais Eletrônicos, III Encontro da ANPHLAC, 1998. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/marcos.pdf>

de la producción forrajera natural y aumentar la producción ganadera, se crean en 1906 las Facultades de Agronomía y Veterinaria, bajo la supervisión de científicos alemanes. (ROSSI, 2010:68)

Nesse período, procurou-se modernizar a economia uruguaia, mediante intervenção estatal em diversos setores da economia, as medidas resultaram exitosas no que diz respeito aos resultados econômicos e ao avanço do bem-estar social. Leis trabalhistas e a jornada de 8 horas, proibição do trabalho infantil, aposentadoria e licença maternidade, foram conquistas importantes para os trabalhadores uruguaiois que se deram durante o governo de Batlle y Ordoñez.

Em relação à terra o governo batllista, apesar de suas duras críticas ao latifúndio, pouco realizou no sentido de garantir o acesso à terra por parte do campesinato despossuído, empenhou-se mais em tentar fazer com que os grandes proprietários (que também eram em sua maioria adversários políticos, visto que o partido Blanco representava os interesses dos grandes proprietários de terra no país) modernizassem a produção e estabeleceu o imposto progressivo sobre a propriedade rural na tentativa de conter a concentração de terras improdutivas. (MAUBRIGADES, 2000)

Segundo SILVA (2003:5),

O *georgismo* é a principal doutrina que orienta o pensamento batllista sobre a propriedade. Henry George, norte-americano, foi o mais famoso representante do ideário sobre a propriedade social da terra. Segundo o georgismo, todo homem tem o direito natural de cultivar a terra; o progresso econômico da sociedade permite que os proprietários obtenham maior renda; assim, nada mais justo que esses benefícios sejam redistribuídos entre a sociedade. Ao invés de confiscar as terras e estabelecer a propriedade comum delas, cobra-se o imposto territorial. A intenção final é a substituição de todos os outros impostos, permanecendo somente o territorial como fonte de recursos para o Estado.

Assim, a primeira metade do século XX significou um período de “vacas gordas” para o Uruguai, com os frigoríficos funcionando a todo o vapor. Houve uma política de colonização com participação de estrangeiros, sobretudo a partir de 1915, começou a crescer a agricultura

ainda que timidamente, porém após o fim da Segunda Guerra Mundial, o país entra em uma nova fase, a mecanização.

Assim como no caso brasileiro, a aposta pela modernização acabou novamente relegando os pequenos proprietários a um segundo plano e o número de pequenos produtores rurais que havia crescido na primeira metade do século volta a diminuir. (ROSSI, 2010)

No meio desse processo, em janeiro de 1948, funda-se o INC (Instituto Nacional de Colonización), órgão que deveria ser responsável por promover uma justa e racional subdivisão da terra e exploração da mesma. Um órgão Estatal similar ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Porém o acesso à terra no Uruguai nunca se efetivou para os camponeses pobres, o poder da elite agrária não permitiu que se desenvolvesse um projeto de Reforma Agrária no Uruguai. Apesar disso, a bandeira da Reforma Agrária foi levantada pelos movimentos sociais, sobretudo, pela U.T.A.A. juntamente com Raul Sendic e as marchas cañeras na década de 60.

Da mesma maneira como no Brasil, o golpe empresarial-militar no Uruguai, interrompeu um período que poderia ser de democratização do país, e sufocou o grito por Reforma Agrária.

### 3.3. REFLEXOS DESSE PROCESSO NAS ÁREAS OBJETO DE ESTUDO.

Como reflexo desse processo de concentração de terras, que remete a um problema que vem desde o início da invasão europeia na América do Sul, formaram-se repúblicas que economicamente se tornaram dependentes das exportações do meio rural, em que os grandes proprietários rurais compõem uma parte importante das elites dominantes dessas repúblicas.

Os territórios brasileiro e uruguaio possuem diferenças marcantes. Enquanto o Brasil ocupa quase que a metade da América do Sul, com uma extensão territorial de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, o Uruguai é um país de pequenas dimensões, com modestos 176.215 km<sup>2</sup>, aproximadamente 48 vezes menor.

Seria fácil de imaginar que em um país como o Brasil, não haveria problemas com relação à distribuição de terras e que no Uruguai, dificilmente se encontrariam grandes latifúndios.

O fato é que tanto no Brasil com a Lei de Terras (1850), quanto no Uruguai com o Código Agrário (1879), a apropriação de terras por parte da elite agrária se consolidou. No caso uruguaio, os cercamentos

representaram a ruína dos pequenos proprietários que antes habitavam os limites indefinidos das propriedades. No Brasil, os grandes proprietários de terras se utilizaram da falta de títulos dos pequenos posseiros para aumentar as suas propriedades, além de impedir o acesso à terra aos negros livres e imigrantes recém-chegados, que não pudessem pagar por ela, utilizando a Lei de Terras como mecanismo.

Posteriormente, houve uma transição da elite agrária para a elite industrial. Sem que houvesse um confronto de interesses, a elite agrária aos poucos se tornou associada à elite industrial, e a ação dessas elites, mediante mecanismos legais por elas desenvolvidos através do Estado ou mesmo através de golpes de Estado como o de 1964 no Brasil e o de 1971 no Uruguai, garantiram a manutenção da concentração da terra.

Esse processo de concentração de terras trouxe duras consequências, sociais para a população local. A região fronteira possui as mais baixas densidades populacionais do Estado do Rio Grande do Sul, com forte concentração da população no meio urbano. No caso dos municípios de Uruguaiana, Quaraí e Santana do Livramento no Rio Grande do Sul, segundo dados da SEGPLAN (Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul), as taxas de população urbana são maiores que 90%.

Mesmo na atualidade as atividades econômicas na fronteira são dominadas pela pecuária extensiva, com alguma inserção do plantio de soja, arroz e da pecuária leiteira. No Uruguai pode-se destacar também a exploração florestal.

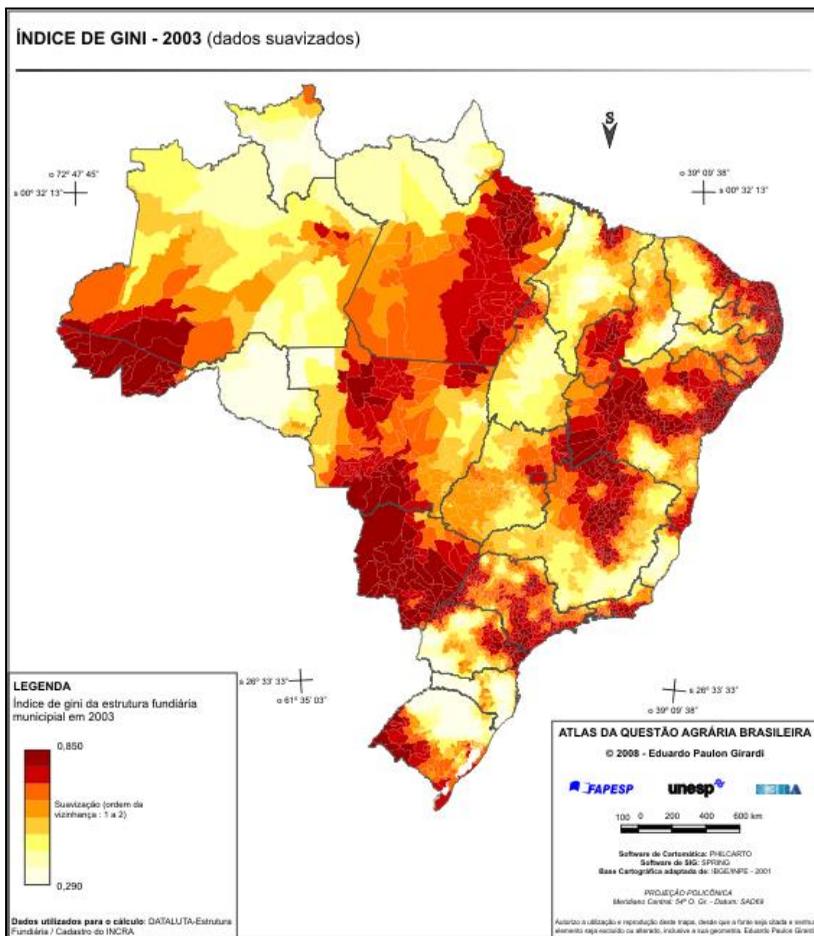
Sobre os dados da concentração de terras no Brasil, Girardi (2008) elaborou um excelente trabalho de mapeamento com base nos dados do INCRA expressando a desigualdade através do índice Gini.<sup>64</sup> Entre outros dados, no “Atlas da Questão Agrária Brasileira” é possível visualizar a estrutura fundiária e a consequente concentração de terras por município em 2003 no Brasil com base em dados do INCRA e do DataLuta. Observa-se na

---

<sup>64</sup> Medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico Corrado Gini. Pode ser utilizada para calcular a desigualdade em qualquer tipo de distribuição, é mais comumente utilizada para calcular a desigualdade de renda, porém serve para calcular a desigualdade da concentração de terras como no caso exposto. O Índice consiste em um número entre 0 (Zero) e 1 (Um), em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.

Figura 7 a forte concentração de terra na fronteira do Brasil com o Uruguai.

**Figura 7: Concentração Fundiária no Brasil**



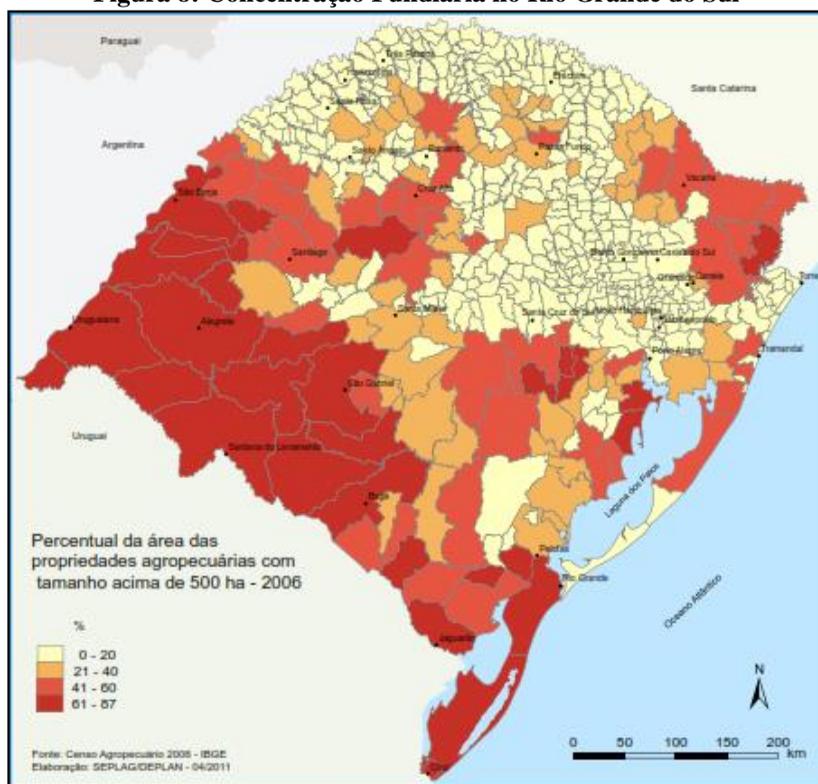
Fonte: GIRARDI, 2008.

Em dados do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, elaborado em 2011 pela SEGPLAN, com base em dados de 2006, é possível visualizar (ver Figura 8) a estrutura fundiária por municípios e a concentração nos municípios da Região da Fronteira Oeste, cujo

percentual da área das propriedades agropecuárias acima de 500 ha é maior que 60% nos municípios da fronteira do Brasil com o Uruguai.

A Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e o Norte do Uruguai tiveram um processo de ocupação, marcado pela fixação das fronteiras, que se caracterizou pela apropriação e usurpação da terra, conferindo poder aos militares e tornando-os grandes proprietários. Estes obtiveram sua manutenção econômica com base na pecuária extensiva e no contrabando, segundo COSTA (1988:36), mediante o desenvolvimento de *uma identidade cultural-ideológica forjada no espaço latifundiário e nas práticas sociais a ele vinculada.*

**Figura 8: Concentração Fundiária no Rio Grande do Sul**



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2011.

A grande concentração de terras também é presente no Norte Uruguaio. Como se pode observar na Tabela 2 - referente a dados do censo agropecuário de 2000 - quase 60% da superfície das terras exploradas estavam nas mãos de apenas 7,1% dos grandes proprietários,

que possuem mais de 1.000 ha. Enquanto que os proprietários de terras de até 100 ha representavam 63% do total e utilizavam para a produção apenas 5,6% da superfície total das terras exploradas.

Na Tabela 3, que se refere aos dados preliminares do Censo Agropecuário de 2011 no Uruguai, é possível perceber que a estrutura agrária se mantém, mesmo com o país contando com um governo considerado progressista e ligado às forças populares desde 2005.

Assim como no Brasil, a ascensão de um partido oriundo das lutas populares, com grande apoio dos movimentos sociais e identificado com as bandeiras históricas da esquerda, entre as quais se encontra a Reforma Agrária, não representou uma mudança na estrutura agrária do país, sequer um avanço no processo de democratização do acesso à terra.

**TABELA 2 - NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E SUPERFÍCIE EXPLORADA DE ACORDO COM O TAMANHO DAS EXPLORAÇÕES EM 2000.**

Tamanho da Exploração (ha)	Explorações		Superfície	
	Número	Percentual	Hectares	Percentual
1 a 99	36.045	63,0%	920.150	5,6%
100 a 999	17.052	29,9%	5.798.759	35,3%
1.000 a 4.499	3.750	6,6%	7.278.761	44,3%
5.000 a 9.999	228	0,4%	1.504.482	9,2%
+ 10.000	56	0,1%	917.531	5,6%
<b>Total</b>	<b>57.131</b>	<b>100%</b>	<b>16.419.683</b>	<b>100%</b>

Fonte: URUGUAY, 2000. Censo General Agropecuario, 2000.

Elaborado por Silvio Marcio M. Machado.

O poder da elite agrária uruguaia na correlação de forças manteve intocável a grande propriedade. Assim como no Brasil, o governo uruguaio acena com políticas sociais voltadas para população pobre em áreas em que impera o latifúndio. Contudo, a emancipação dessa população mediante o acesso à terra e à justa reparação de uma desigualdade histórica e socialmente produzida, que se refletiria na reestruturação do espaço rural sobre outras bases, senão igualitárias, minimamente mais justas, não aparece na pauta do dia dos governos de turno, de um e de outro lado da fronteira.

Nota-se, nos dados de 2011, uma sensível diminuição no número de explorações agrícolas de 57.131 para 44.890 e na superfície explorada que diminuiu de 16.419.683 ha para 16.227.088 ha, ao total são 192.595 ha que deixam de ser explorados no meio rural. O censo agropecuário uruguaio não incorpora terras improdutivas ou terras

lavradas sem plantio, também não fica explícito o índice de produtividade utilizado para se classificar as terras produtivas e improdutivas.

**TABELA 3 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E SUPERFÍCIE EXPLORADA DE ACORDO COM O TAMANHO DAS EXPLORAÇÕES EM 2011.**

Tamanho da Exploração (ha)	Explorações		Superfície	
	Número	Percentual	Hectares	Percentual
1 a 99	24.931	55,54%	737.260	4,5%
100 a 999	15.821	35,24%	5.549.112	34,2%
1000 a 2499	2.970	6,62%	4.493.059	27,7%
> 2500	1.168	2,60%	5.447.657	33,6%
<b>Total</b>	<b>44.890</b>	<b>100%</b>	<b>16.227.088</b>	<b>100%</b>

Fonte: URUGUAY, 2013. Recuentos Preliminares del Censo General Agropecuario 2011.

Elaborado por Silvio Marcio M. Machado.

É notória a diminuição no período de 2000 a 2011 das pequenas explorações rurais, tanto em número como em superfície explorada, se em 2000 as explorações com menos de 100 ha representavam 63% do total e ocupavam 5,6% da superfície explorada, em 2011 passaram a representar 55,54% e a ocupar apenas 4,5% da superfície explorada. 91% da diminuição de explorações apontada pelo censo no período 2000-2011 deram-se entre as explorações menores que 100 ha.

Observa-se que nos dados preliminares do censo agropecuário de 2011 não foram detalhadas as faixas de exploração acima de 2.500 ha, como ocorre no censo de 2000. A respeito das explorações acima de 2500 ha, apenas são apresentados os dados que demonstram que estas representam 2,6% do número total de explorações e ocupam 33,6% da superfície.

Verificando os dados mais detalhados do censo de 2000, para que se pudesse fazer uma comparação, foi possível observar que havia em naquele ano, 1.122 explorações com mais de 2.500 há. Observa-se que há um aumento dessas explorações em 2011 passando a 1.168 explorações. O que se reflete também no aumento da superfície ocupada pelas mesmas.

No ano de 2000, a superfície ocupada pelas explorações acima de 2.500 ha era de 5.259.147 ha. Analisando os dados do ano de 2011 constata-se que estas passaram a ocupar 5.447.657 ha, nota-se, portanto

que a superfície ocupada pelas grandes explorações avançou aproximadamente 188 mil hectares com relação ao ano de 2000.

Em 2000, em termos percentuais as propriedades acima de 2.500 ha, representavam apenas 2% do total de explorações e ocupavam 32,1% das terras. Em 2011, essas mesmas explorações passaram a ocupar 33,6% das terras.

Da leitura atenta dos dados, pode-se concluir que há uma diminuição na exploração dos pequenos proprietários e um aumento nas explorações agrícolas de grande porte.

Considera-se importante destacar que o censo agropecuário de 2000 realizado no país vizinho, diferentemente do que se difunde a respeito do meio rural uruguaio, revela a existência de uma quantidade significativa de explorações agrícolas em pequenas parcelas de terra, menores a 100 ha. Essas explorações chegavam a representar 63% do total de explorações agrícolas no Uruguai em 2000, observando-se uma diminuição importante em 2011, momento em que passaram a representar 55,54% do total de explorações.

Se admitirmos a classificação de Guimarães (1981), para quem a propriedade camponesa está classificada de 0 a 100 ha, seria possível deduzir pela observação da Tabela 2, que 63% da exploração total das terras no Uruguai pertenciam ao campesinato, ainda que na obra de Guimarães (1981), exista uma subdivisão em camponeses pobres (0 a 20 ha), camponeses médios (20 a 50 ha) e remediados (50 a 100 ha).

Além disso, é preciso considerar que o campesinato não se define apenas pelo tamanho da exploração, conforme exposto em capítulos anteriores, sua definição é muito mais complexa do que limite da propriedade a ser explorada. Porém, mesmo levando em consideração as questões referentes à definição conceitual de campesinato, os dados obtidos no censo agropecuário são significativos e sugerem a existência de um campesinato em potencial no país vizinho. Um campesinato que, como categoria de análise ou mesmo como categoria política, continua sendo ignorado no Uruguai.

Talvez, a invisibilidade do campesinato no Uruguai, seja uma estratégia por parte dos grandes proprietários, sempre muito bem representados no governo, para que não se desenvolvam políticas de apoio ao pequeno produtor, ao campesinato, e não se pense na ideia de uma política de distribuição de terras e fornecimento de crédito mais justa, beneficiando assim a grande propriedade.

Como resultado da invisibilidade do campesinato no Uruguai, temos um quadro forte de concentração de terras que continua sem alteração, como revela a análise dos últimos censos agropecuários do

país vizinho. Um quadro de concentração semelhante ao que é encontrado no lado brasileiro da fronteira.

Pode-se afirmar que a continuidade desse processo de apropriação da terra que teve início no processo de colonização, resultando na formação e manutenção da grande propriedade, gerou impactos sociais importantes em ambos os lados da fronteira.

Observa-se no Norte do Uruguai e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, um alto índice de desemprego, formando uma massa de despossuídos que se aglomeram nos pequenos centros urbanos, onde sofrem com a falta de oportunidade pra trabalhar e se desenvolver. Como resultado, muitos acabam migrando para cidades ou regiões que possuem uma economia mais diversificada e capaz de absorver alguma mão de obra.

Essa migração se dá por meio de duas vias principais, a primeira, por parte daqueles que, possuindo algum nível de estudo e/ou capacitação, migram para estudar e trabalhar em outras cidades.

No caso brasileiro os destinos mais procurados pelos fronteiriços são Porto Alegre, Santa Maria, Caxias e Florianópolis, em geral à procura de trabalho e/ou formação, visto que os municípios da fronteira não apresentam estrutura significativa ainda para formação superior<sup>65</sup>.

No caso uruguaio o destino é Montevidéu, que devido a essa característica marcante de concentração de terra associada à falta de oportunidades para a população no interior do país, concentra 40,1% (1.319.108 habitantes) da população residente no Uruguai, que segundo o Censo Demográfico de 2011 é de 3.286.314 habitantes.

A outra via, diz respeito àqueles que, sem formação, qualificação e oportunidades optam pela migração à procura de trabalho, seja qual for a área, em geral é uma migração temporária. É comum ver, no lado brasileiro, cartazes nas ruas recrutando mão de obra para trabalho temporário em épocas de colheita da laranja e da maçã na serra gaúcha e catarinense. Em alguns casos, foram constatadas denúncias de trabalho escravo nas fazendas em que ocorrem tais colheitas por temporada,

---

<sup>65</sup> Na última década foram abertos alguns campus de instituições públicas, até então inexistentes na região. Campus do IF-Farroupilha (Instituto Federal Farroupilha), da UNIPAMPA (Universidade Federal dos Pampas) e da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), passaram a operar na região fronteiriça, porém a oferta de cursos é pequena, há poucas opções e vagas. Não há universidades públicas, apenas campus que ofertam alguns cursos. O mesmo ocorre no Uruguai.

mesmo assim muitos jovens fronteiriços costumam aventurar-se nessas empreitadas em busca da sobrevivência.

Em pesquisa divulgada pelo Ministério da Justiça, sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira, Santana do Livramento e Uruguaiiana, bem como as demais cidades fronteiriças da área de estudo, aparecem como fornecedoras de mão de obra temporária nas colheitas na serra gaúcha que acabam se submetendo à regimes análogos à escravidão.

O Rio Grande do Sul, no que se refere ao tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho no meio rural, o aliciamento de pessoas ocorreria no Nordeste (Bahia), Centro-Oeste (Goiás) e Sudeste (São Paulo) do país, mas também em municípios das regiões oeste e de fronteira do estado do Rio Grande do Sul (Bagé, Santana do Livramento, Rosário, São Borja, Alegrete e Uruguaiiana). O principal destino e onde a exploração ocorre seria a região das Serras Gaúchas (Vacaria, Garibaldi, Bento Gonçalves). Além disso, trabalhadores são aliciados dessas mesmas regiões do estado e do país e levados para o norte do estado (na divisa com Santa Catarina) e para a região de Santa Maria para o trabalho no corte da madeira. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

Enquanto parte dos trabalhadores rurais e dos jovens fronteiriços se submetem a condições de extrema exploração e até mesmo condições análogas à escravidão nas lavouras da serra gaúcha e catarinense, os municípios fronteiriços apesar de contar com uma grande extensão de terras, não são capazes de produzir alimentos suficientes para abastecer o mercado local e gerar trabalho no campo e na cidade para a sua população.

Aguiar (2011:212) desenvolveu em sua dissertação de mestrado um excelente trabalho de pesquisa, baseada em muito trabalho de campo nos assentamentos em Santana do Livramento - RS, no qual confirmou os dados informados pela Comissão de Segurança Alimentar de Santana do Livramento - RS, *“de que 80% dos alimentos in natura que chegam a Santana do Livramento têm origem na CEASA-RS.”*, ou seja, aproximadamente 500 km de distância da fronteira.

A concentração de terra, e a economia voltada para a grande propriedade, a mentalidade e identidade local, a falta de infraestrutura e equipamentos, bem como financiamento e/ou uma organização política capaz de fazer frente ao latifúndio e impulsionar a produção camponesa

fez com que o campesinato local não tivesse forças para produzir alimentos de maneira a garantir a soberania e a segurança alimentar localmente.

Esse cenário, “expulsou” muitos trabalhadores rurais do campo na fronteira, aumentando a concentração de terra e o êxodo rural, sobretudo na década de 80, fruto não somente das condições locais, mas da conjuntura nacional e Latino-americana nesse período e do aprofundamento da modernização/mecanização iniciados com a “Revolução Verde”. Contribuíram ainda para agravar esse quadro os processos de globalização e liberalização econômica, que trouxeram duras consequências ao campesinato local.

O campesinato local passou a enfrentar a concorrência de alimentos produzidos em localidades distantes com o auxílio de máquinas e agrotóxicos e que chegavam ao mercado local a preços altamente competitivos. Esse processo fez com que boa parte dos mercados locais deixasse de se abastecer dos alimentos produzidos pelos trabalhadores rurais da fronteira – que em sua maioria, entregavam produtos em pequenas quantidades em carroças e pequenas carretas – passando a se abastecer de produtos vindos da CEASA-RS<sup>66</sup>.

Os motivos dessa transição, além dos elementos apontados anteriormente, podem ser variados. Entre os quais pode se citar as garantias de abastecimento em grande quantidade e sem interrupções, as facilidades das compras por atacado, ofertadas pelos grandes mercados ou mesmo a alegação de que a produção local é insuficiente e/ou onerosa.

O fato é que esses mesmos mercados para se abastecerem de produtos, sobretudo de hortaliças e demais alimentos perecíveis, precisam equipar-se com carretas refrigeradas e investir alto em transporte, o que certamente aumenta o custo dos alimentos para a população local.

Como consequência da concentração de terras temos a expulsão do campo e uma grande massa de trabalhadores com pouca oferta de emprego se aglomerando nos núcleos urbanos, junte-se a isso a insuficiência de produção alimentar, seja para abastecer o mercado local, seja para o autoconsumo e o consequente aumento do preço dos alimentos.

Esse quadro faz com que as cidades de fronteira, contempladas nessa pesquisa, estejam entre as que apresentam menores taxas de

---

<sup>66</sup> Fato que o autor pode presenciar em sua infância, em meados da década de 80, quando vivia no meio rural em Santana do Livramento.

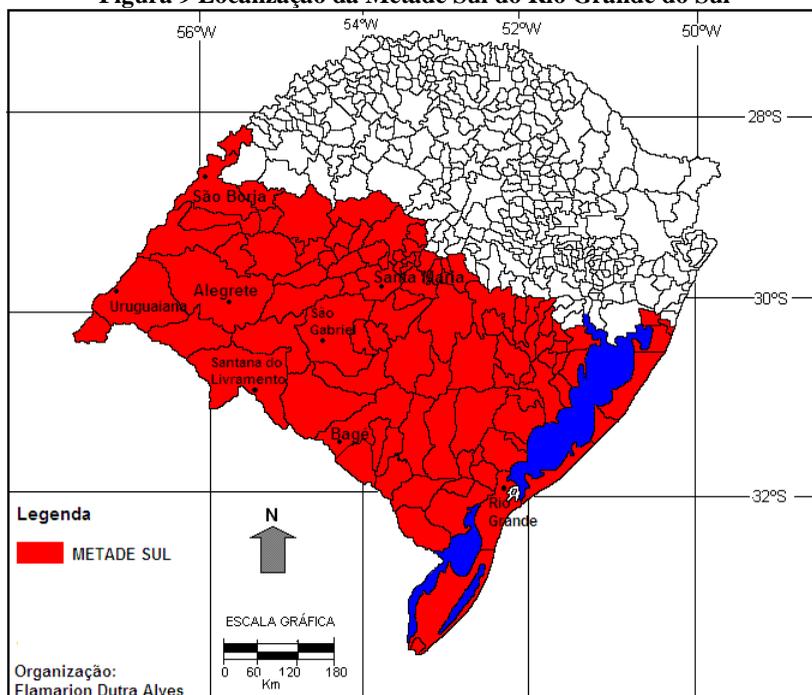
desenvolvimento socioeconômico no estado do RS e no Uruguai, onde o processo é semelhante. Existem propostas de regionalização para o Rio Grande do Sul que o dividem em Metade Norte e Metade Sul<sup>67</sup> (COSTA, 1988; HEINDRICH, 2000;), sendo a Metade Sul (ver Figura 9) considerada altamente atrasada e pouco produtiva.

O mesmo ocorre com o Uruguai, que grosso modo, também pode ser regionalizado entre Norte e Sul. Com uma porção ao sul, polarizada pela capital Montevideú e caracterizada pela pequena e média propriedade, considerada mais dinâmica economicamente; e uma porção norte caracterizada pela grande propriedade e considerada menos desenvolvida do ponto de vista socioeconômico.

E é justamente no Norte uruguaio que se levantará o movimento de luta pela terra, em Bella Unión-UY, bem como será na metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, onde há uma grande quantidade de grandes propriedades improdutivas e/ou de baixa produtividade, que se instalam, a partir da década de 90, assentamentos frutos da luta pelo acesso à terra protagonizado pelos movimentos sociais no campo brasileiro.

---

<sup>67</sup> Pode-se considerar Metade Sul e Campanha Gaúcha sinônimos, devido às bases da formação sócio-espacial, pautada no latifúndio pastoril e às características naturais. A EMBRAPA, devido às características naturais encontradas nessa porção do estado, considera a Campanha Gaúcha toda a Metade Sul.

**Figura 9 Localização da Metade Sul do Rio Grande do Sul**

Fonte: ALVES, SILVEIRA E FERREIRA, 2007:83.



#### 4. RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA NA FRONTEIRA

Os processos de luta pela terra e de resistência, estiveram presentes em diversos momentos da história da formação sócio-espacial fronteiriça. A começar pela resistência dos povos originários, que aqui viviam antes da chegada do europeu, incluindo aí a experiência jesuítica (1610-1768) e a resistência do povo Guarani junto a Sepé Tiarajú nas Guerras Guaraníticas (1750-1756). Importante também, em todo o processo, a caça ao gado e a resistência aos cercamentos dos gaúchos e gaudérios (até então assim denominados pejorativamente pelas elites agrárias da época); passando pela “Liga dos Povos Livres” e o Código Agrário (1815), que tinham em Artigas a sua expressão maior. Ressalte-se igualmente a heroica e trágica luta do povo negro por terra e liberdade em meio a Revolução Farroupilha (1835-45), bem como, mais recentemente (já na década de 1960), a luta pela terra travada pelos canavieiros de Bella Unión, expressadas na importante figura de Raul Sendic.

A luta pela terra e a resistência na atualidade, não são uma continuidade linear desses processos, porém apresentam-se como frutos dessas sementes de resistência, manifestando-se como a atual expressão do processo histórico de luta pela terra na região.

Os sujeitos que reivindicam o acesso à terra e condições para nela viver e produzir na atualidade, de certa forma, são herdeiros desses processos históricos que marcaram a formação sócio-espacial fronteiriça, tanto pelos fatores simbólicos, quanto pelas condições conjunturais que lhes empurram para um novo enfrentamento contra o poder das elites agrárias locais e contra o latifúndio.

A observação detalhada desses processos de luta e resistência ao longo da história e sua localização espacial demonstra que a área de estudo abordada, caracterizada pela grande propriedade, foi e continua sendo produto das relações sócio-espaciais que a conformam, a permanência da grande propriedade é a expressão espacial do triunfo das elites agrárias na correlação de forças com o campesinato até o presente momento, porém, sempre existiram processos de resistência a esse modelo.

#### 4.1. A FORMAÇÃO E DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL FRONTEIRIÇA: A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E AS SEMENTES DA RESISTÊNCIA.

Pode-se afirmar que a ocupação europeia que ocorreu na área de estudo foi tardia se comparada com os demais territórios ocupados pelos portugueses e espanhóis. Somente no século XVII iniciou-se a ocupação por parte dos colonizadores na campanha gaúcha, consolidando-se apenas no século XIX.

A experiência jesuítica fundou as bases para a economia local, a introdução do gado nos pampas gaúchos foi fundamental para a posterior ocupação dos mesmos. Apesar da experiência jesuítica não haver se limitado à criação, esse foi o seu principal legado deixado pela mesma a esta fronteira.

A chegada do homem branco com a instalação das missões pelos espanhóis (1610), a fundação de Colônia do Sacramento pelos portugueses (1680), a fundação de Montevideú pelos espanhóis (1726), as atividades comerciais no porto de Buenos Aires e posteriormente no de Rio Grande, “empurraram” as populações pré-existentes, para a atual fronteira Brasil-Uruguaí-Argentina, na Banda Oriental do Rio da Prata, sobretudo, ao norte do Rio Negro e sul do Rio Ibicuí.<sup>68</sup> (MOURE, 1994)

Porém, não demorou muito para que fossem aculturados e exterminados, quando se tornaram um risco à nascente atividade de criação e aos interesses comerciais dos colonizadores.

Antes da destruição quase que completa dos povos pré-colombianos que habitaram essa região, o europeu misturou-se ao indígena, adotando costumes e técnicas de sobrevivência e interação com os pampas, ou mesmo através da miscigenação forçada, já que era prática comum o sequestro de índias por parte dos gaúchos que passaram a habitar os pampas.

Formou-se uma cultura gaúcha, que possui as suas particularidades, devido a uma circunstância particular, a fronteira. Viver na faixa de fronteira, exposto aos constantes conflitos por terra e território e ao mesmo tempo, sempre em contato com a cultura espanhola, portuguesa e indígena acabou por forjar as características

---

<sup>68</sup> Mesma localização que foi definida como “campos neutrais” ou “terras de niguém” no Tratado de Santo Idelfonso (1777), em meio ao processo de disputa territorial entre Portugal e Espanha.

principais de um povo que passou a desenvolver costumes e práticas singulares. (MACHADO, 2010)

Não se pode negar a existência de uma região fronteira com características próprias. Isto pode ser observado nos costumes, na linguagem e na base das atividades econômicas a que se dedicam esses povos. Dessa maneira o gaúcho que habita os pampas, nas proximidades da fronteira, criou uma identidade que o diferencia das demais regiões brasileiras, uruguaias e argentinas. (MACHADO, 2010)

Um processo que resultou na conformação de uma cultura, baseada em costumes, hábitos e práticas, que ao longo do tempo foram sendo apropriadas por parte da elite agrária, que fez uso dessas características para forjar uma identidade gaúcha relacionada ao latifúndio. (COSTA, 1988)

Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas no início da ocupação dos Campos Neutrais, local onde se encontram hoje os municípios da área de estudo, estava a atividade de criação do gado xucro. Essa atividade marcou o início da ocupação dessa região e da destruição das estâncias missioneiras com consequente aculturação dos povos indígenas, sejam missioneiros ou pampeanos.

Essa atividade era praticada inicialmente por grupos ou bandos, que se dedicavam ao comércio do couro dos animais, segundo Mouré (1994) esses bandos eram formados por homens brancos, mestiços, negros e indígenas de alguma forma discriminados em suas comunidades de origem. Viviam como os índios, de maneira nômade a procura do gado selvagem.

Com o passar do tempo, muitos chefes de bando eram contratados por estancieiros que contrabandeavam couro para caçar o gado nos pampas, essa caça inicialmente se dava nos domínios das estâncias missioneiras. No caso do Uruguai, cabe ressaltar que havia proprietários de terras que possuíam terras no interior do país concedidas pela Coroa e que contratavam esses bandos para caçar o gado e retirar o couro dos animais que se encontrassem pastando nas suas propriedades.

O processo de cercamento dos campos foi um duro golpe a estes homens, classificados pela literatura oficial como bandoleiros. Apesar de muitas vezes servirem aos interesses de alguns estancieiros, eram muito mais um incômodo para os grandes proprietários, ainda mais com o fim das terras livres, quando diante da diminuição da oferta de gado xucro, em função dos cercamentos, passaram a caçar o gado das estâncias.

Alguns desses chefes de bando foram recrutados para o serviço militar e conseguiram terras, seja por doação ou por apropriação de terras de quem não tinha como defendê-las. Aos demais, restou-lhes o trabalho no interior das estâncias a serviço de algum senhor de terras, antigo chefe de bando ou militar.

A estratégia de ocupação luso-brasileira – que passou a instalar estâncias com chefes militares e de bandos muitos dos quais ligados à atividade de contrabando – era também aplicada pelos espanhóis.

Não demorou muito para que ocorressem os cercamentos dos campos. A preação do gado foi sendo substituída pela criação e os animais, antes caçados, dos quais se aproveitava apenas o couro, sendo a carne deixada nos campos apodrecendo, passaram a ser vendidos vivos e levados pelos gaúchos via tropeirismo, agora não mais apenas para os povoados da Bacia do Rio da Prata, mas para às recém-descobertas minas brasileiras.

Em seguida, tomou forma a atividade charqueadora que irá marcar um período de grande prosperidade para a elite agrária fronteiriça. As atividades comerciais relacionadas até então à criação de gado e à comercialização da carne, geraram muita riqueza aos estancieiros locais.

Através do relato do Conde D'Eu durante a viagem de Dom Pedro II em 1865 à fronteira<sup>69</sup>, pode-se verificar o quanto haviam enriquecido os grandes proprietários de terras,

As 3 horas chegamos a casa de uma senhora de apelido Cunha, viúva do Coronel Miguel Cunha. Apresenta-se acompanhada de sete de suas filhas e declara ter ainda mais três nos arredores, duas casadas e uma viúva. As sete que vemos trazem vestidos de ramagens. A casa é de uma elegância absolutamente desusada nestes desertos; sobretudo a sala ostenta o extraordinário luxo de um piano [...]

O jantar compensa o concôrto. Nada falta, nem mesmo um esplêndido aparelho: vidros dourados e bela porcelana de beira verde com o nome do falecido esposo, dono da casa escrito em letras de ouro (CAGGIANI, 1952:65-66).

---

<sup>69</sup> Relato publicado no livro “Município de Livramento” de Ivo Caggiani em 1952.

O poder dos grandes proprietários de terra na região era quase inquestionável, pois estes, além de senhores de terras também eram capitães de milícias particulares, visto que todos os seus peões, agregados, escravos, e demais gaúchos, que lhes deviam algum favor ou proteção, serviam-lhes de soldados para resolver contendas com os demais proprietários de terras, defender ou mesmo ampliar os limites de suas propriedades e as fronteiras da nação à qual serviam.

Muitos estancieiros eram líderes militares, caudilhos que governavam através do carisma ou da força, gozavam de um reconhecimento enquanto liderança e eram idolatrados ou temidos por seus seguidores, assim como os chefes de bandos de caça ao gado em um momento anterior. (PESAVENTO 1980; COSTA 1988; MOURE, 1984).

Dentre os estancieiros podemos citar os líderes da Revolução Farroupilha (1835-1845) Davi Canabarro e Onofre Pires, que iniciaram suas atividades militares nestas terras nas lutas contra Artigas, integrando-se ao acampamento de S. Diogo<sup>70</sup> e acabaram morrendo nesta fronteira. Davi Canabarro após a Guerra do Paraguai e Onofre Pires após um duelo contra seu primo Bento Gonçalves as margens do Rio Sarandi, no período final da Revolução Farroupilha.

Esses líderes representavam a aristocracia local, os estancieiros, que exerciam essas duas funções: criar gado e lutar nas guerras em defesa do império, consolidando as fronteiras e conseguindo mais terras e prestígio.

Estes senhores que se tornaram a aristocracia local, movidos pela defesa dos próprios interesses, quando sentiram que o Império brasileiro afetava os seus negócios, levantaram-se em armas e proclamaram uma república. Atrás destes, os despossuídos formavam fileiras e davam seu sangue bravamente, resgatando a esperança de viver com terra e liberdade sob a bandeira de uma nova república.

Se faz necessário citar o papel dos negros que incorporavam o agrupamento dos “Lanceiros Negros”<sup>71</sup>, que engrossavam as fileiras dos

---

<sup>70</sup> O acampamento de São Diogo deu origem ao município de Sant’Ana do Livramento e serviu como base para as tropas imperiais que vieram à fronteira para combater José Gervásio Artigas.

<sup>71</sup> “Lanceiros Negros” foi como ficaram conhecidos os escravos que combateram ao lado dos Farroupilhas durante a Revolução de 1835 à 1845 no Rio Grande do Sul. Como lhes era vedado o uso de cavalos, espadas e armas de fogo, combatiam a pé, com grandes lanças de madeira com as quais impuseram o terror aos exércitos imperiais. Já ao fim da guerra, em Novembro de 1844, os Lanceiros Negros, foram surpreendidos, desguarnecidos e desarmandos, no

combatentes farroupilhas com a esperança de se tornarem negros libertos e conseguirem um pedaço de terra onde pudessem viver. Estes mesmos que ao final da Revolução Farroupilha foram traídos. (MAESTRI, 1993)

A Guerra Farroupilha foi também o início da decadência das elites agrárias, que passaram a enfrentar a concorrência dos setores industriais. No Rio Grande do Sul, esse fato é marcado pelo crescimento ao norte, com a consolidação das colônias de imigrantes, no Uruguai com a ascensão do Batllismo.

Esse enfraquecimento relativo das elites agrárias foi amenizado pela atuação dos frigoríficos estrangeiros na passagem do século XIX para o século XX, que com a compra do gado, viabilizaram economicamente a grande propriedade, principalmente durante o período da I e II Guerra Mundial. (ALBORNOZ 1998 e 2000; SHAEFER, 1993; MACHADO, 2010).

Como resultado desse processo histórico, a estrutura agrária da fronteira do Brasil com o Uruguai revela a manutenção da concentração da terra, que teve início a partir da própria formação territorial daquela região, fundamentada na grande propriedade e na criação extensiva de gado. (COSTA,1988; MOURE, 1994; PESAVENTO, 1980)

#### 4.2. AS MISSÕES E SEPÉ TIARAJU

A história da formação sócio-espacial fronteiriça tem início com a chegada dos jesuítas, visto que, as reduções formadas por estes deram as bases para a economia que se desenvolveu posteriormente.

Segundo Lugon (1977), por volta do ano de 1600, chegaram os primeiros jesuítas nas terras do então Paraguai. Inicialmente recebidos com honras pelos nobres da época, edificaram colégios para os filhos da nobreza, mas logo entraram em conflito com a ordem dominante em Assunção e em todas as províncias espanholas.

---

Cerro de Porongos, atual município de Pinheiro Machado-RS, em uma emboscada, que historiadores como (FERREIRA, 2012) e (MAESTRI, 1993) atribuem a um acordo entre Imperiais e Farroupilhas, representados por Barão (futuro Duque) de Caxias e David Canabarro, para eliminar o maior número das tropas negras, diminuindo portanto o número de negros libertos após a guerra. As tropas farroupilhas no período final da guerra eram estimadas em 5 mil combatentes, dos quais aproximadamente 1000 eram Lanceiros Negros, após a emboscada no Cerro dos Porongos, restaram apenas 120 Lanceiros Negros para serem libertos. (FERREIRA, 2012)

O autor afirma que os Jesuítas não admitiam o uso dos indígenas, a quem eles vieram converter ao Evangelho, como escravos. Inicialmente tinham o apoio da Coroa Espanhola, mesmo assim não conseguiam fazer cessar os ataques dos colonos espanhóis aos índios Guarani que segundo estimativa de Lugon (1977) chegaram a ser mais de um milhão de índios livres antes da chegada dos espanhóis.

Percebendo que não poderiam convertê-los ao cristianismo e manter livres os índios estando estes próximos aos colonos espanhóis, com a permissão da Coroa, por volta do ano de 1610 os jesuítas decidiram montar reduções<sup>72</sup> afastadas dos povoados espanhóis. As reduções serviam aos propósitos da Coroa Espanhola que era ter uma primeira linha de defesa de suas colônias contra a ameaça portuguesa e ao mesmo tempo ao ideário jesuítico de construir uma comunidade cristã “pura”, com os indígenas. (LUGON, 1977, MOURÉ, 1994)

Porém, o interesse dos espanhóis que habitavam as colônias de Assunção e de Buenos Aires chocava-se com o da Coroa Espanhola e dos Jesuítas, visto que estes desejavam utilizar os índios Guarani como escravos em suas terras. Não eram poucas as vezes que as reduções eram atacadas por grupos de espanhóis. Estes levavam cativos os índios reduzidos que, para se proteger dos ataques foram cada vez mais se afastando dos povoados espanhóis, rumando para o leste, para estabelecerem suas reduções além do Iguazu, Paranapané e Pirapé longe do alcance dos colonos espanhóis (LUGON, 1977). Não sabiam eles que ao afastarem-se de um perigo estavam aproximando-se de outro.

Não demorou muito para que os “Mamelucos”, vindos de São Paulo de Piratininga, descobrissem as reduções e impingissem duros ataques. Segundo Lugon, de 1618 a 1630, 15 mil Guarani foram arrebatados das missões e levados como escravos para serem vendidos no Rio de Janeiro.

Com as reduções destruídas e restando apenas 2 das 12 reduções iniciais e que mesmo assim já se constituíam em importantes povoados, decidiram migrar em direção ao sul, seguindo o Rio Uruguai.

Nessa época, as reduções do Guaira podiam já

---

<sup>72</sup> Segundo Clovis Lugon em “A República “Comunista” Cristã dos Guarani”, a denominação redução dada às comunidades da República Guarani, não vem do fato de serem estes redutos para os indígenas que estariam à margem do mundo colonial. Na realidade, em todas as colônias espanholas, os agrupamentos indígenas que tinham renunciado à vida nômade formavam “reduções”: Haviam sido levadas ou “reduzidas” a viverem segundo a lei (de Deus), *ad ecclesium et vitam civilem reducti*.

“figurar ao lado das melhores cidades espanholas do Paraguai”, diz Charlevoix. As suas igrejas eram mesmo melhor ornamentadas e maiores que em qualquer outra localidade, e os neófitos não se distinguiam mais dos antigos cristãos, salvo por sua inocência e devoção. Alimentavam grandes manadas de bois que os missionários lhes haviam levado de muito longe. Cultivavam o algodão e não só o colhiam para se vestirem como se permitiam liberdades com as outras reduções que ainda não estavam capacitadas para usufruir de tais vantagens e até mesmo com os espanhóis pobres. Todas as suas terras estavam bem semeadas (LUGON 1977:56).

O sucesso inicial das missões foi interrompido pelos ataques dos paulistas. As prósperas reduções estavam sendo destruídas. Em uma época em que as Coroas estavam unificadas<sup>73</sup> e os Jesuítas não tinham permissão para armar os indígenas para se defenderem, não restou outra opção senão abandonar tudo e levar apenas o que fosse possível carregar para uma posição mais favorável à sua defesa.

Desse modo, partiram em fuga com mais de 2.500 famílias das reduções do Guaíra em direção ao sul. Reuniram-se no Grande Salto ou Cataratas, no Paraná e abandonando as embarcações desceram 30 léguas a pé, fugindo dos mamelucos, numa peregrinação que durou 8 dias. Homens, mulheres e crianças.

Estabeleceram-se nas margens do Jababuru, um pequeno afluente do Paraná, e reconstruíram Loreto e San Inácio, suas fundações de origem, na nova localidade. Segundo Lugon, de uma só vez foram comprados, pelos jesuítas, 10 mil cabeças de gado para a subsistência e para a lavoura. “*A migração de 1631, é a única que os autores modernos mais sérios parecem conhecer. Contudo não passou de uma primeira fase*” (Lugon 1977:59).

Os Jesuítas não demoraram a perceber que teriam que migrar mais ao sul, pois cada vez mais os mamelucos possuíam maior poder bélico e eram mais numerosos em seus ataques. E a cada ataque perdiam-se muitos indígenas e gado. O gado que não era capturado fugia e se reproduzia solto pelas coxilhas.

---

<sup>73</sup> A união ibérica durou de 1580 a 1640. Mesmo após o fim da união ibérica os índios missioneiros possuíam restrições para se defender, devido ao temor de que os mesmos se rebelassem contra a Coroa e decretassem uma república autônoma.

As reduções fundadas nesse período ficaram conhecidas como as reduções do Tape, esse período é considerado o primeiro momento da experiência jesuítica em terras hoje Rio-grandenses, responsável também pelo abandono do gado que cresceu selvagem após a nova migração dos Jesuítas para a outra banda do Rio Uruguai, quando à procura de um refúgio, os padres e indígenas atravessaram o Rio Uruguai e estabeleceram-se entre o Rio Paraná e o Rio Uruguai, na atual província de Entre-Rios.

Em Entre Ríos era possível estabelecer duas barreiras naturais de defesa, fato que, aliado à permissão da compra de armas, que finalmente a Coroa Espanhola concedeu aos Guarani para defender as suas reduções com o fim da União Ibérica, possibilitou armar uma boa defesa que lhes garantiu um tempo de tranquilidade para o seu desenvolvimento.

Passadas mais de quatro décadas com uma relativa estabilidade, as reduções cresceram e se desenvolveram muito, ao ponto de arriscarem-se novamente na outra banda do Rio Uruguai. Assim em 1682, as reduções de São Miguel e São Nicolau são reerguidas e cinco outras novas são criadas, São Francisco de Borja (1682), São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1707), eis os chamados Sete Povos das Missões. Na Figura 10, há o mapa do território ocupado pela República Guarani.

Podemos perceber, devido às datas de fundação dos Sete Povos das Missões, que esta sem dúvida foi uma resposta espanhola à fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, ou seja, é notável a influência da Coroa Espanhola sobre os jesuítas e o uso geopolítico das missões na tentativa de ocupar as terras “despovoadas”.

Estas terras, porém, eram ocupadas pelas tribos pampeanas, sobretudo os Charrúa e os Mínuano, que possuíam costumes e relações internas diferenciados dos Guarani, sendo muito mais difícil para os espanhóis a dominação dos mesmos.

Boa parte da cultura dos pampeanos se perdeu com a extinção dessas tribos, pois diferentemente dos Guarani, os Charrua e Minuano não se deixaram reduzir, eram considerados, pelos colonizadores, índios infieis e selvagens, portanto não tinham muito contato com o homem branco. Alguns relatos demonstram que estes povos preservavam a liberdade acima de tudo e não se deixavam governar.

A respeito da organização interna das tribos pampeanas, Mouré (1994:15), relata que,

Os grupos que ocupavam a banda oriental do Rio Uruguai viviam em tribos independentes entre si. Cada tribo desenvolveu usos e costumes próprios. Não existiam governos organizados segundo os padrões da história européia. As chefias tinham caráter mais operacional do que de mando. Os assuntos mais importantes eram resolvidos em reuniões com todos os homens da tribo. A igualdade entre os membros da tribo era um princípio fundamental e constante. As diferenças individuais implicavam em divisões de tarefas por sexo, idade, habilidade para caçar e força para a guerra.

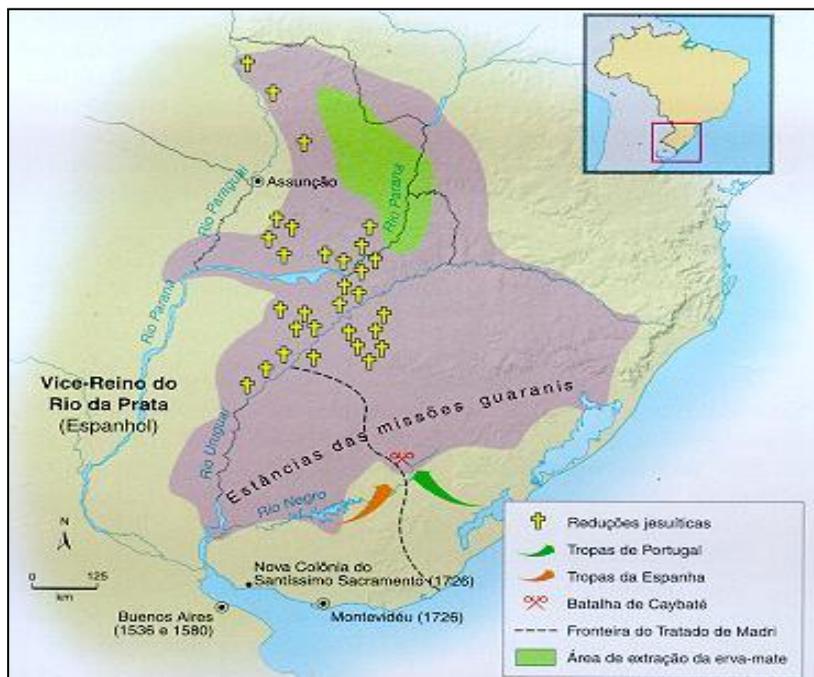
Eram, portanto, adeptos naturais de uma vivência visivelmente libertária, dificilmente conseguiriam adaptar-se à escravidão ou à redução nas missões. Os índios pampianos desenvolveram táticas de guerrilha marcadas por falsas fugas seguidas de emboscadas e ataques surpresa. (MOURÉ, 1994); (MURADÁS, 2008) Única tática possível quando se tem de enfrentar um exército com mais poder bélico. Essas táticas serão usadas e consagradas posteriormente por José Gervásio Artigas, por Sepé e pelos farroupilhas.

Os Guarani, devido a sua organização e armamentos foram responsáveis pelo aniquilamento de várias tribos pampeanas, ocupando assim o território dos “índios infieis”, ao mesmo tempo, estes atacavam o gado das estâncias Guarani e passaram a domar e utilizar os cavalos introduzidos pelas indígenas reduzidos, na região.

Esse primeiro contato entre os Guarani e os povos pampeanos foi conflituoso, sobretudo porque os Guarani tinham os espanhóis como aliados e os povos pampeanos eram um entrave para a instalação de povoados espanhóis na região do Prata, tanto que Buenos Aires precisou ser refundada em 1580, depois de ser totalmente destruída após a primeira tentativa de fundação em 1536. O fato de Montevideu ser fundada somente em 1726, também deve-se em parte à resistência dos índios pampeanos na Banda Oriental do Rio Uruguai.

Porém o desenvolvimento das missões foi capaz de fazer frente à resistência pampeana. Esse desenvolvimento foi tal que impressionou a todos que conheceram as reduções. Os Guarani obtiveram bons resultados na agricultura, na criação de animais, na indústria, nas artes, no comércio. Desenvolveram relações de produção que superaram em muito as cidades espanholas e portuguesas estabelecidas na América do Sul na época, sendo até mesmo comparadas com as grandes cidades européias. (LUGON, 1977; MOURÉ, 1994)

**Figura 10: Território ocupado pela República Guarani**



Fonte: FIGUEIRA, 2005

As reduções contavam com estâncias onde criavam muitas cabeças de gado, cavalos, mulas, ovelhas entre outros animais, tinham pomares com inúmeras árvores frutíferas, plantavam algodão para fabricação de roupas, haviam domesticado a erva-mate e a exportavam para toda a Bacia do Prata.

Lugon (1977) relata que nas reduções existiam corais de índios e fabricavam-se instrumentos musicais, relógios, entre outros. Encontrava-se nas reduções todo tipo de artesãos, o trabalho e as terras eram comuns. Era perceptível, assim, a mistura da cultura indígena e sua forma de trabalhar e ver o mundo com os ensinamentos cristãos e a cultura europeia introduzida entre os índios missionários pelos jesuítas coabitando nas missões.

Segundo Lugon (1977), enquanto na Europa os trabalhadores enfrentavam jornadas de mais de 12 horas de trabalho e viviam em

péssimas condições, nas reduções os índios conseguiam produzir e viver com abundância trabalhando em jornadas que variavam de 4 a 6 horas diárias dedicando o restante do tempo à arte, à educação e à adoração do seu novo Deus nas igrejas missionárias.

É importante ressaltar que a Companhia de Jesus que foi fundada em 1540, era, portanto, contemporânea do renascimento. Na Europa ocorria a transição do feudalismo para o capitalismo que inspirava novas formas de se pensar a estrutura social, o que certamente estimulava a fundação de novas experiências de sociedade. Esse foi o contexto da formação das missões, por um lado a serviço da Coroa Espanhola, por outro alimentava a esperança dos indígenas e dos jesuítas em se construir ali uma sociedade nova, livre, comunal e cristã.

O sucesso da experiência dos jesuítas ganhou prestígio na Europa como podemos ver a seguir:

Muitas décadas depois, as missões platinas são consideradas como a realização das utopias sonhadas. Iluministas como Voltaire e Montesquieu (apesar de inimigos dos jesuítas) elogiaram a experiência das reduções. Montesquieu comparou-as com “A República” de Platão, e Voltaire definiu-as como um “triumfo da humanidade”. Socialistas utópicos como Saint-Simon e revolucionários como Babeuf inspiraram-se nas reduções para formularem suas teorias. Os operários parisienses chamavam os radicais liderados por Blanqui, no processo revolucionário do século XIX, de “Jesuítas Vermelhos”, em alusão as concepções igualitárias que permeavam suas idéias. Hegel também fez referências elogiosas à experiência jesuítica. (MOURÉ, 1994:27).

A crescente prosperidade e a conseqüente concorrência com os interesses comerciais e políticos da nobreza colonial espanhola, os fazendeiros que se instalavam aos arredores de Buenos Aires e na Banda Oriental, atual Uruguai, e com a própria igreja católica acabou por determinar o seu fim.

Cobiçadas pelos portugueses e hostilizadas pelos espanhóis do Prata, as reduções tornaram-se a moeda de negociação entre as coroas. O gado que se avultava nas estâncias representava, em meados do século XVIII, um verdadeiro tesouro nos pampas.

Os portugueses queriam as missões, pois pensavam que havia ouro nas mesmas, não acreditavam que os índios missioneiros conseguiam fabricar tantos produtos industrializados (relógios, armas, máquinas e etc.) sem ter de onde extrair minérios.

Os portugueses mantinham, em frente à Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, que já havia sido destruída duas vezes pelos Guarani e pelos espanhóis, e era sempre reconstruída pelos portugueses, pois dali conseguiam favorecer um contrabando crescente que interessava aos colonos espanhóis de Buenos Aires e de toda a região platina controlada pela Espanha.

Os mercadores de Sevilha impunham um monopólio de mercadorias muito severo que fazia passar as mercadorias da Espanha destinadas ao Prata através do Peru, o que representava altos custos para a mercadoria espanhola, dessa maneira o contrabando dos produtos portugueses via Colônia do Sacramento, tornava-se uma opção interessante aos colonos espanhóis de Buenos Aires e arredores.(GUILHERMINO, 1978)

O Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha, não se restringia apenas às disputas por território nos pampas, era um acordo amplo entre as duas coroas. Segundo o tratado, Portugal entrega as Filipinas e a Colônia do Sacramento e recebe em troca os Sete Povos das Missões, o oeste do Paraná e de Santa Catarina, do Mato Grosso e de grande parte da Amazônia.

Vejamos o que afirma Lugon (1977) sobre o Tratado de Madri (1750) que determinou a troca da Colônia do Sacramento pelas Missões da banda oriental do Rio Uruguai:

Quando a Espanha, sob a pressão de seus mercadores, reclamou uma vez mais a evacuação de Sacramento, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro do Governo de Lisboa, aproveitou a ocasião e pediu, em troca, a cessão dos territórios visados, abrangendo as sete reduções sitas na margem esquerda do Uruguai. Agrada-lhe desferir, ao mesmo tempo, um golpe nos jesuítas. Os negociadores espanhóis cheios de segundas intenções caíram no lógro que lhes era armado nesse jogo de embustes, desfavorável de todos os pontos de vista para o seu país [...] Assim para arrumar uma questão de mercadores, a Espanha cedia a Portugal todo o espaço compreendido entre a Serra de Herval, o Uruguai e o Ibicuí. O Tratado não dava qualquer remédio eficaz para o

contrabando, muito pelo contrário: Os portugueses teriam meios para o praticar à vontade no curso superior dos rios, de que eles haviam obtido o controle. Segundo a expressão de Maly, tinha-se fechado uma janela (Sacramento) para impedir a entrada dos gatunos, e abriram-se todas as portas. Para os Guarani das sete reduções condenadas, era a espoliação, a ruína e o infortúnio, a destruição do trabalho de muitas gerações, a deportação de mais de 30 mil pessoas, segundo as cifras mais modestas. (LUGON, 1977:284-285).

Por mais que os índios Guarani estivessem sob a “proteção” da Coroa espanhola, eles haviam construído suas comunidades e desenvolvido seus povoados motivados pela intenção de habitar esses campos e neles reproduzir a sua existência. Admitindo que a fundação desses povos tenha servido aos interesses da Coroa Espanhola, a motivação dos índios que viviam nas missões não era, certamente, a expansão ou manutenção das terras em poder da mesma, talvez esta fosse a motivação da Igreja e da Coroa, certamente não a dos Guarani.

Diante dessa situação não restou outra opção aos Guarani que não a de defender seu território e levantar-se em guerra contra os colonizadores espanhóis e portugueses. Há uma divergência entre as fontes pesquisadas sobre a postura dos padres jesuítas nesse processo. Para uns jesuítas acataram as ordens da Coroa Espanhola a quem estavam submetidos, para outros, os padres ficaram do lado dos Guarani. Segundo Lugon (1977), alguns tentaram aplacar a revolta dos índios sem sucesso, já para Muradás (2008), os Jesuítas insuflaram os índios.

Nesse contexto, sob o grito miticamente eternizado de “- *Essa terra tem dono!*”, Sepé Tiaraju liderou as tropas dos Guarani expulsando os demarcadores de ambas as coroas, tomou o Forte Santa Tecla na região da campanha, atual Bagé, e atacou o Forte Jesus-Maria-José atual Rio Pardo, principal posto avançado dos portugueses no interior do atual Rio Grande do Sul, duas posições estratégicas para portugueses e espanhóis.

Os Guarani conquistaram algumas vitórias importantes contra os exércitos portugueses e espanhóis enquanto estes ainda não haviam juntado forças, porém o resultado final da guerra foi um verdadeiro massacre. Após a Batalha de Caybaté, Sepé foi capturado e morto, quando finalmente os exércitos espanhóis e portugueses marcharam juntos sobre as missões.

A resistência Guarani durou ainda algum tempo após a morte de Sepé Tiarajú, por meio de ataques e emboscadas, mas já não tinham como manter-se enquanto povo organizado como antigamente e sucumbiram.

A destruição das missões não serviu aos portugueses que pensavam em colonizá-las com casais açorianos e acreditavam que nelas havia ouro. Acabaram levando índios Guarani consigo para fundar cidades mais próximas ao litoral, locais onde os açorianos preferiram se instalar.

Os espanhóis acabaram percebendo que haviam entregado sete povos que possuíam uma enorme riqueza, e um desenvolvimento invejável, com cidades planejadas e uma organização comercial, industrial e agropecuária acima da média para a época. Foi então que alguns demarcadores de terras espanhóis perceberam o mau negócio que haviam feito. As missões em ruínas não serviam mais às duas coroas e se tornaram alvo de pilhagens e saques.

O exército espanhol entrou nas missões saqueando e estuprando mulheres e meninos, enquanto os luso-brasileiros, por ordem de Gomes Freire, foram proibidos de pilhar e de estuprar. A desobediência seria punida com fuzilamento. Diante dessa atitude, os missioneiros correram para se abrigar em Santo Ângelo, onde acamparam os luso-brasileiros. Graças a esse stratagema, Gomes Freire conseguiu retirar 10 mil índios e mais o gado das Missões, quando retornou a Rio Pardo. Os missioneiros foram colocados em São Nicolau da Cachoeira, São Nicolau do Rio Pardo e Aldeia dos Anjos. Esta migração dos guaranis para o território português, retirou milicianos dos espanhóis e recursos de gado bovino e cavalar.” (MURADÁS, 2008:213)

A resistência Guarani pode não ter atingido o objetivo inicial que era defender as reduções e manter os índios missioneiros vivendo em sua república Guarani, porém impediu que fossem levadas a cabo as delimitações de fronteira pelos portugueses e espanhóis.

Se por um lado, os espanhóis perceberam que era um mau negócio entregar os sete povos das missões e havia a resistência dos índios Guarani, por outro lado, os portugueses não queriam entregar a Colônia do Sacramento, extremamente rentável devido ao contrabando. Assim o Tratado de Madri não teve efeito na escala local em função dos

interesses que aqui vingavam e que eram diferentes dos da nobreza de ambas as coroas.

Em 1761, assinou-se o Tratado de El Pardo que suspendeu o Tratado de Madri e interrompeu as demarcações de fronteira. Não podemos ignorar o fato de que a Espanha estava aproveitando o momento político favorável para recuperar terreno no Prata, visto que ocorria na Europa a Guerra dos 7 anos com Portugal e Inglaterra por um lado e Espanha e França por outro. Os efeitos desse conflito não devem ser desconsiderados na análise das disputas por território no Prata.

Com isso, mais uma vez, não se sabia ao certo a quem pertenciam os pampas e suas coxilhas, eram de fato de quem as ocupasse. Segundo Guilhermino (1978:44),

Nenhuma das duas coroas, porém saberia dizer a seus vassallos por onde passavam, no terreno, as respectivas linhas confrontantes. A posse das coisas, portanto, não se dava num espaço nacional conhecido. O possuidor, com sua nacionalidade, é que delimitava, por assim dizer, a soberania de seu Estado. Onde se achava um súdito espanhol, o território era espanhol; e vice-versa, com respeito ao português. Ambos usufruíam, segundo seu alvedrio, a “terra de ninguém”.

O Tratado de Santo Idelfonso, firmado em 1777, acontece em um contexto de expansão espanhola, os espanhóis cercaram a Colônia do Sacramento, ganharam posições no interior do atual Rio Grande do Sul e tomaram a Ilha de Santa Catarina. Diante dessa investida os portugueses, aceitam entregar Colônia do Sacramento e desistem temporariamente das missões, agora não mais governada por padres jesuítas, mas por interventores espanhóis e recebem em troca a Ilha de Santa Catarina.

Nesse período, as missões já não tinham mais a presença dos padres jesuítas, ficando os indígenas totalmente a mercê dos interventores espanhóis que passaram a controlar as missões.

O Tratado de Santo Idelfonso, intermediado por Inglaterra e França, ambos com seus interesses nos pampas, estabelece os Campos Neutrais. Como não foi possível chegar a um acordo em como ficariam demarcadas as fronteiras, resolveram estabelecer uma faixa de terras onde não poderiam ser dadas sesmarias no caso dos portugueses e nem *suertes de campos ou Merced* no caso dos espanhóis. Procuravam evitar assim os conflitos entre os estancieiros espanhóis e portugueses.

Como visto anteriormente, os portugueses sentiram-se prejudicados com esse acordo e continuaram distribuindo terras nos Campo Neutrais, mesmo após a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso. Na prática, estavam usando uma tática de *utis possedetis*<sup>74</sup> para consolidar a posse territorial dessas “terras de ninguém”, mas que de fato tinham dono como bradou Sepé, aliás, talvez esse fosse o problema desse território, muitos o disputavam.

Em 1801, houve a destruição militar e a ocupação portuguesa das missões, a decadência da sociedade missioneira tinha sido determinada com a saída dos padres jesuítas. Os índios agora viviam sob o comando de colonizadores espanhóis que os maltratavam. As missões não eram mais o seu “paraíso”, tanto que os portugueses não tinham a intenção de ocupa-las.

Foram dadas ordens aos gaúchos portugueses para hostilizar o inimigo, porém estes vendo que os índios não defenderiam seus superiores espanhóis aliaram-se aos índios Guarani e tomaram as missões, com muito pouca resistência (MOURÉ, 1994).

As terras que pertenciam às estâncias missioneiras foram distribuídas entre militares e saqueadores pelos portugueses que assim passaram a exercer maior influência sobre a porção sudoeste do atual Rio Grande do Sul.

### 4.3. ARTIGAS E O CÓDIGO AGRÁRIO

Com a destruição das missões, a distribuição de sesmarias e *suertes de tierra* e o cercamento dos campos, restava agora uma disputa entre os estancieiros pelos limites das estâncias e por áreas de influência.

No atual Uruguai, os estancieiros do sul preocupavam-se com as ameaças vindas do norte, da fronteira, sobretudo com as ideias federalistas e a reforma agrária promovida por um certo caudilho, José Gervásio Artigas, que havia adotado um filho entre os Guarani, Andrés ou Andresito Artigas como ficou conhecido.

No século XVIII, tanto os *tierratenientes* espanhóis do norte, quanto os portugueses, haviam conquistado grande influência, devido ao mercado brasileiro de gado nas Minas Gerais e por estarem em uma

---

<sup>74</sup> A palavra vem do Latim e faz referência a um princípio do direito internacional segundo o qual, aqueles que de fato ocupam um território possuem o direito sobre o mesmo. Tática que era utilizada pelos portugueses em disputas territoriais, por esse motivo, distribuíam terras para o estabelecendo estâncias portuguesas na região.

posição estratégica diante do comércio do Prata com Porto Alegre e Rio de Janeiro.

As missões foram destruídas até o fim do século XVIII, uma destruição, sobretudo da concepção de missão pensada pelos jesuítas, estes acabaram banidos das missões após 1768, quando foram postos governantes espanhóis em seus lugares. Inicia-se o período decadente das missões.

Como consequência, os índios passaram a viver sob o jugo da Coroa Espanhola; a Guerra Guaranítica fracassou; e o interesse dos espanhóis nas missões era o gado missioneiro. Em troca da proteção os índios missioneiros trabalhavam a serviço dos espanhóis. Grande parte dos indígenas fugiu, visto que o ideal missioneiro havia caído por terra.

Os Missioneiros indígenas fugiam e tentavam a vida nos campos empregando-se nas estâncias, ou vivendo do contrabando e dos saques. Não havia mais espaço para os jesuítas e suas experiências no pampa. Os interesses que vingavam agora diziam respeito ao aproveitamento do gado, criado pelos índios nos campos e agora saqueados em favor das duas coroas.

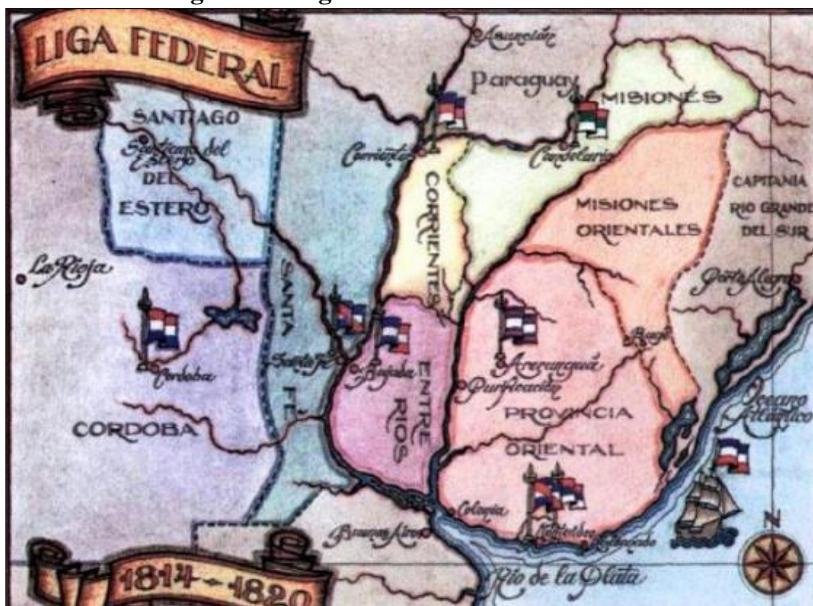
A destruição militar das missões deve-se em muito a esse duro jugo a que os espanhóis submeteram os índios missioneiros. Os Guarani acabaram por apoiar os portugueses que atacaram as missões, dando assim a estes a condição de conquistá-las quase sem resistência e abrindo caminho para as transformações ocorridas no século XIX nos pampas gaúchos.

Os índios missioneiros ainda tentaram seus últimos suspiros no início do século XIX, viram em Artigas a esperança de manterem sua república viva, o “Protetor dos Povos Livres”, Artigas, reuniu em suas tropas muitos índios missioneiros, sob a bandeira do federalismo, que considerava além do Uruguai, as províncias de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé, Córdoba, a República Guarani e parte do Rio Grande do Sul de hoje como um conjunto de províncias confederadas e independentes. (Ver Figura 11)

Falar de José Gervásio Artigas não é uma tarefa fácil, visto que Segundo Abella (2005), tanto detratores, quanto alguns de seus defensores se encarregaram de falsificar a sua imagem, pensamento e ações.

Torna-se difícil retratar uma imagem de Artigas sem que se acabe recorrendo ao mito, porém, alguns fatos históricos, demonstram que Artigas foi de fato um homem singular, com ideias avançadas para o seu tempo.

**Figura 11: Liga Federal de los Pueblos Libres**



Fonte: EL PAIS, 2012.

No início do Século XIX, a França invade a Espanha e aprisiona o Rei espanhol, fato que enfraquece a Coroa Espanhola e permite as condições necessárias para um quadro de independência nas colônias espanholas. Assim ocorre a Revolução de Maio de 1810, em que a Argentina inicia seu processo de independência.

Montevideú, Córdoba e o Paraguai não aceitam a declaração Argentina e mantêm-se fiéis ao Conselho de Regência Espanhola que nomeará o seu Vice-Rei para as Províncias do Prata, porém este será impedido de assumir em Buenos Aires e passará a governar desde Montevideú. (ALBORNOZ, 2000)

Artigas, que até então pertencia ao corpo de Bladengues de Sacramento, pertencente ao exército espanhol, deserda e vai lutar pela independência argentina. Sendo considerado decisivo na vitória da luta pela independência, é recompensado e assume uma patente de tenente-coronel, dinheiro e alguns homens, com isto proclama a independência de Mercedes e depois assume a luta contra os espanhóis na Província Oriental. (MAESTRI, 2011)

O Vice-Rei das Províncias do Prata pede socorro ao governo português que estava no Rio de Janeiro fugido dos franceses. D. João, o Príncipe Regente, ordena a invasão da banda oriental:

Dom João, o príncipe regente, ordenou ao capitão do Rio Grande de São Pedro, D. Diogo de Souza, a invasão da Banda Oriental pelo “autodenominado “Exército Pacificador da Banda Oriental”. Esse exército dividia-se em duas colunas, sendo que uma delas acampou em território oriental, às margens do Rio Ibirapuitã, no atual município de Sant’Ana do Livramento, recebendo a denominação de acampamento de São Diogo. Esse acampamento chegou a ser chamado de “cidadela”, sendo comandado pelo Marechal Joaquim Xavier Curado, e chegou a ser dotado de grandes armazéns, um hospital, depósito de material e mantimentos, contando com 1029 homens em armas[...] Voltando à fronteira, a tropa acampou novamente em S. Diogo, ficando marcado o limite do Rio Quaraí pelo “uti possidetis”, valendo até hoje. As primeiras sesmarias começam a ser distribuídas em 1814, a antigos oficiais do exército dito Pacificador, bem como a civis ligados à Coroa.” (ALBORNOZ, 2000:29-30)

Tem início assim o povoamento de Sant’Ana do Livramento, que inicialmente ficou conhecida apenas como S. Diogo e servia de acampamento militar, uma base de apoio as tropas portuguesas que vinham ao Prata para combater Artigas.

Buenos Aires diante do bloqueio do porto pelos navios espanhóis e do movimento das tropas portuguesas, que já haviam tomado Melo, a fortaleza de Santa Tereza, Rocha e Maldonado, faz um acordo, antes mesmo das tropas de D. Diogo entrarem em combate com as tropas de Artigas. No acordo entregam a Banda Oriental do Rio Uruguai em troca do desbloqueio do porto. (MAESTRI, 2011)

Artigas, sentindo-se traído, levantou acampamento e iniciou uma retirada com suas tropas em direção ao norte, a retirada foi acompanhada da população civil que abandonava Montevidéu, e acabou engrossando as fileiras das tropas artiguistas, sobretudo a população pobre. Essa retirada ficou conhecida como “*El êxodo del Pueblo Oriental*”.

Em 1813, tem início novamente os combates entre espanhóis e os independentistas. Artigas retoma o cerco à Montevideu, porém, nesse mesmo ano, rompe com Buenos Aires em função da divergência com respeito ao posicionamento dos delegados Artiguistas na Constituinte de 1813, chamada por Buenos Aires. Os delegados Artiguistas defendiam o federalismo, com a independência da Banda Oriental e a formação de uma liga composta pelas províncias autônomas e federadas, o que era inaceitável para os portenhos, que vetaram a participação dos delegados artiguistas e declararam Artigas um traidor. (MAESTRI, 2011)

Para Abello (2005), Artigas estava fortalecido com o apoio indígena pela adesão que havia recebido a sua ideia de ligas autônomas federadas, visto que esta seria uma proposta que contemplaria toda uma sócio-diversidade representada pelas culturas Charrua e Guarani que o acompanharam nas lutas, bem como pelos negros libertos ou fugidos.

Artigas adotou Andresito, um cacique e líder militar Guarani dos indígenas que ainda restavam das missões, como filho; teve um filho com uma indígena de etnia Charrúa após ter vivido 15 anos entre eles, “*el Caciquillo Manuel*”; e sempre contou com a amizade e lealdade “*del Negro Ansina*”<sup>75</sup>, a quem comprou e libertou depois de sua captura pelos portugueses.

Para Abello (2005) a proposta federativa de Artigas não era tanto de províncias, mas de culturas em que defendia um programa que respeitava a diversidade cultural e a integração continental desde “*a soberania particular de los pueblos*”, por isso proclamava, “*Yo deseo que los indios en sus pueblos se gobiernen por si.*”.

Esta leitura de Abello (2005) escapa às leituras liberais ou mesmo marxistas a respeito de Artigas. Ambas viam em Artigas um libertador, um homem avançado para o seu tempo, como a expressão de um grito dos despossuídos no campo, um progressista. Porém, tais interpretações, deixam escapar essa visão da expressão multicultural de Artigas, sendo

---

<sup>75</sup> Negro Ansina era o apelido de Joaquim Lezina (1760-1860). Nascido na Banda Oriental tentou fugir em 1775 e foi capturado por portugueses e novamente vendido como escravo em São Paulo. Foi considerado um negro perigoso, por ser insubmisso e ter participado de tentativas de fuga e sublevação, motivo pelo qual foi novamente vendido em Misiones, território de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Ansina marchou com Artigas e o acompanhou até a sua morte no período de exílio no Paraguai. Ansina foi considerado um exemplo de valentia, um estrategista militar, poliglota que falava todas “as línguas dos humildes”, músico e poeta, um dos tantos heróis de origem africana invisibilizados pela história. (ABELLA, 2005; DÍAZ, 2012)

incapazes de conceber que Artigas tenha aprendido com esses povos, desde formas de organização e luta a outros princípios e práticas.

Em 1814, Artigas passou a lutar pela independência da Banda Oriental e pela organização federalista do antigo vice-reinado do Prata, após diversas vitórias, Montevideu é entregue a um comandante ariguista em 23 de maio de 1814. (MAESTRI, 2011)

Ao comando da Banda Oriental, Artigas passou a fortalecer a organização das províncias livres da Bacia do Prata. Assim, as províncias de Córdoba, Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Misiones fundaram “*La Liga Federal de los Pueblos Libres*” em 29 de junho de 1815. Artigas foi designado como “*Protector*” da liga federal e estabeleceu a sua capital em Purificación, localidade à aproximadamente a 100 km ao norte de Paysandú.

Em 15 de setembro de 1815, foi decretado por Artigas “*Reglamento Provisorio de Fomento de la Campaña y Seguridad de sus Hacendados*”, um conjunto de regras que tinha por objetivo o desenvolvimento da campanha.

As ideias federalistas e as propostas de independência, democracia liberal e república, bem como as medidas adotadas por Artigas na campanha gaúcha, entre as quais, a distribuição de terras, incomodavam aos portenhos e aos *tierratenientes* do sul e inspiravam aos despossuídos, que viam em Artigas a sua oportunidade de viver nesses pampas com dignidade e ter acesso à terra.

As terras eram distribuídas de acordo com o princípio de que “os mais infelizes seriam os mais privilegiados”. Os índios tinham, na concepção de Artigas, “o principal direito”. O sentido essencial dessa reforma agrária consistia em assentar sobre a terra os pobres do campo, convertendo em cidadão o gaúcho acostumado a vida errante da guerra, e às tarefas clandestinas e contrabando, em tempos de paz. Os governos posteriores da bacia do Prata liquidaram a sangue e fogo o Gaúcho incorporando-o à força ao trabalho de peão nas grandes fazendas, mas Artigas quis torná-lo proprietário: “os gaúchos insurretos começavam a gostar do trabalho honrado, levantavam ranchos e currais, plantavam suas primeiras sementeiras. (GALEANO, 1983:131)

Artigas associou a independência à distribuição de terras. O problema da terra era uma constante desde o governo espanhol. Por esse

motivo foram apresentados diversos planos de ação para solucionar os problemas existentes na campanha: as formas de aquisição de terras, os proprietários ausentes, a produtividade das terras, o avanço português na fronteira e o assentamento de populações. Entre os planos apresentados estava o de Felix Azara, Geógrafo e oficial espanhol que havia sido designado para realizar as demarcações de limites do Tratado de Santo Idelfonso.

Artigas trabalhou com Azara na fundação de um povoado chamado São Gabriel do Batovi, na fronteira com o Brasil. Azara tinha ideias para fomentar a produção e o trabalho na região, isto certamente pode ter influenciado na elaboração do Código Agrário.

Os princípios do Código Agrário de Artigas estavam baseados no princípio de terra enquanto bem comum, exigia que os beneficiados vivessem e produzissem nelas, não era permitido vender nem arrendar as terras, a intenção era povoar.

As medidas não eram apenas de distribuição de terras, o *reglamento de tierras* vinha acompanhando de um *reglamento aduaneiro*, no qual constava a união aduaneira e a livre circulação de mercadorias entre as províncias em um complexo planejamento de integração política e econômica que envolvia uma ampla região (ver Figura 12). Entre os objetivos estavam uma substituição de importações vindas da Europa e a proteção das mercadorias produzidas localmente.

A distribuição de terras também atendia a um objetivo social, proclamando “*Que los más infelices sean los más privilegiados*. Os beneficiários por ordem de prioridades eram: os índios, os negros, os mestiços, as viúvas pobres com filhos, somente depois os paisanos e demais seguidores de Artigas. As terras eram expropriadas dos estancieros argentinos, espanhóis e mesmo orientais inimigos.

Adotando tais medidas, o caudilho torna-se influente na região platina, a ele acorrem os negros que ansiavam por liberdade, os que não tinham mais lugar onde viver livres nos pampas, os índios, os negros e os guachos<sup>76</sup>, enfim ao exército de Artigas acorriam os pobres do pampa, a gauchada, junto aos outrora donos da terra, agora filhos bastardos do pampa: os povos originários.

Às margens do Rio Uruguai, na campanha gaúcha, Artigas comanda as províncias de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé, Misiones e toda a Banda Oriental. Buenos Aires decide excluir essas províncias de

---

<sup>76</sup> Guachos é uma das possíveis origens da palavra “gaúcho”, era usada para denominar os mestiços filhos bastardos de portugueses ou espanhóis com as índias e que eram rechaçados pelos pais, passando a viver na pampa.

sua constituinte e retirar suas forças militares da Banda Oriental deixando Artigas e seus aliados isolados e a mercê do gigantesco e hostil vizinho, o Império Português.

**Figura 12: Mapa Econômico da Liga Federal dos Povos Livres**



Fonte: ENCICLOPEDIA DEL ESTUDIANTE, 2007.

Com isso, o caminho estava livre para que D. João pudesse realizar seu sonho de levar os limites do império que administrava até as margens do Rio da Prata. D. João mandou vir ao Prata um exército com 10.000 homens governados pelo General Carlos Frederico Lécór.

Em agosto de 1816, com dez mil homens, Lécór atacou a Banda Oriental por diversos pontos da fronteira. Em janeiro do ano seguinte, entrou em Montevideú, aplaudido pelos grandes comerciantes, enquanto Artigas e a gauchada resistiam na campanha. (ALBORNOZ, 2000:31).

Os grandes comerciantes e latifundiários do sul do Uruguai receberam o general Lecór nos braços, pois este representava a manutenção de suas posses e privilégios, uma alternativa contra as ideias e práticas de Artigas, que assombrava aos poderosos na Banda Oriental.

Artigas, perdendo a guerra e numa tentativa de gerar um fato novo, traslada a guerra para o território brasileiro, ataca as missões com o objetivo de retomá-las. Muitas das batalhas são travadas na Coxilha de Sant´Ana, Artigas, obtém um êxito inicial atacando as missões, mas depois de 4 anos resistindo na campanha é finalmente derrotado. Em 1820, foge para o Paraguai, com seus seguidores, o autor do código agrário de 1815 o qual preconizava “terra livre, homens livres!”.

Instaura-se na Banda Oriental o domínio português e depois de 1822, brasileiro, com a criação da Província Cisplatina que terá curta duração, pois, em 1825, apoiados pela influência dos franceses e ingleses com interesses comerciais no Prata, levantam-se novos caudilhos na banda oriental, os 33 orientales. Estes, inconformados com a administração brasileira e dos estancieiros do sul uruguaio, insurgem-se iniciando uma guerra de independência que finalmente fundará a Republica Oriental do Urugai.

Sobre essa intervenção estrangeira que abriu caminho para a independência do Urugai e ao mesmo tempo decretou o fim do sonho de Artigas, Galeano (1983) afirma:

A intervenção estrangeira acabou com tudo. A oligarquia levantou a cabeça e vingou-se. A legislação desconheceu, posteriormente, a validade das doações das terras realizadas por Artigas. Desde 1820 até fins do século foram desalojados, a sangue e fogo, os patriotas pobres que tinham sido beneficiados pela reforma agrária. Não conservariam “outra terra senão a de suas tumbas”. Derrotado, Artigas tinha marchado para o Paraguai, para morrer só ao fim de um longo exílio de austeridade e de silêncio. Os títulos de propriedade por ele expedidos não valiam nada [...] Enquanto isso, seu governo se apressava para celebrar, já restaurada a “ordem”, a primeira constituição de um Urugai independente, desgarrado da Pátria Grande por cuja consolidação Artigas tinha, em vão, lutado.(GALEANO, 1983:131)

Seguindo a mesma linha de pensamento, Segarra (2005) afirma que Artigas não visava a criação de um Estado tampão. Para o autor, Artigas não havia lutado por isso, mas pela implantação do federalismo, a organização das províncias emancipadas da Espanha em pé de igualdade e com laços federativos, a formação da Pátria Grande.

Abella (2005) acrescenta que o sonho de Artigas contemplava a diversidade de povos que habitavam o pampa, tendo ele até mesmo reservado em seu Código Agrário áreas que deveriam ficar intocadas para que os nativos pudessem reproduzir nessas áreas a sua forma de existência.

## 5. A LUTA PELA TERRA NA FRONTEIRA NA ATUALIDADE.

Durante o século XX, as marcas da desigual distribuição de terras se mantiveram na região fronteira e a resistência, por parte daqueles que desde a invasão europeia estiveram à margem do acesso à terra, assume novos contornos.

Como visto, a resistência dos despossuídos fez parte da formação territorial fronteira. Essa resistência, no século XX, será retomada e terá um novo impulso com a formação dos movimentos sociais que passarão a protagonizar as reivindicações por acesso à terra e a pressionar por Reforma Agrária em diversos países da América Latina.

No Nordeste brasileiro, a formação das Ligas Camponesas, na década de 40, será extremamente importante para essa retomada. No Rio Grande do sul, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) nas décadas de 50/60 representou o início desse processo de resistência que será interrompido durante o período da ditadura empresarial-militar e voltará com força na década de 80 com a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

No Uruguai, será na década de 60 que a luta pela terra tomará novos contornos. Nesse período é fundada a U.T.A.A. (*Unión de los Trabajadores Azucareros de Artigas*), um sindicato que entrará para a história política do país vizinho.

As “*Marchas Cañeras*” da UTAA, protagonizadas pelos trabalhadores rurais que viviam em extrema pobreza, atravessaram o país denunciando as condições sub-humanas a que estavam submetidos os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar no interior, sobretudo, ao norte do país, em Bella Unión, no Departamento de Artigas.

A reivindicação dos *cañeros* de Bella Unión-UY, chamou a atenção da sociedade uruguaia para as consequências da concentração de terras e para a necessidade da realização da Reforma Agrária no país. Para dar apoio às marchas, parte da esquerda uruguaia irá construir uma unidade em torno do *Cordinador*, uma coordenação composta por diferentes grupos políticos que, posteriormente dará origem ao MLN-T (*Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*).

Porém, os frutos dessas lutas por acesso à terra e Reforma Agrária retomadas em meados do século, somente começaram a ser colhidos, na fronteira, na virada do milênio.

No lado brasileiro da fronteira, somente na década de 90, foram implantados os primeiros assentamentos em Santana do Livramento-RS, o MST será um dos principais protagonistas nesse processo de consolidação dos assentamentos rurais no município.

Atualmente, existem 30 assentamentos no município de Santana do Livramento, segundo a Relação de projetos de Reforma Agrária disponibilizado pelo INCRA com dados atualizados até 31/12/2011. Ao total constam nos registros do INCRA 934 famílias assentadas no município.

No caso uruguaio, a luta pela terra permaneceu sufocada até que na década de 2000, em Bella Unión, os trabalhadores rurais organizados deram início a uma ocupação de terras. Esse fato fez renascer a esperança do acesso à terra no Uruguai e recolocou a discussão do acesso à terra e da Reforma Agrária na pauta política do país.

No Uruguai, alguns lotes foram concedidos para usufruto dos ocupantes, porém, diferentemente do Brasil não há desapropriação e os trabalhadores rurais, para poder utilizar a terra precisam pagar ao INC (*Instituto de Colonización*) uma espécie de arrendamento.

Ainda assim, não são poucas as famílias que desejam um lote de terra para nele trabalhar. *“Y claro, la tierra es la garantía de trabajo para todo el año muchacho”*, afirma um dos trabalhadores rurais reunidos na UTAA em um dos dias do trabalho de campo desta pesquisa.

A avaliação destas duas experiências serve de laboratório para discutir os limites e as possibilidades da atividade camponesa na fronteira. A primeira com mais tempo de implantação e, ainda que de forma precária, com um suporte de políticas públicas.

A segunda, mais recente, sustentada somente pela força da organização e da luta dos trabalhadores rurais do norte uruguaio, sem nenhum respaldo.

Tal experiência sustenta-se na utopia e no desejo de *“salir adelante”* que demonstram esses trabalhadores, visto que o apoio institucional e jurídico é muito pouco se comparado com a experiência de acesso à terra no Brasil.

## 5.1 O MST EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RS

O Município de Santana do Livramento-RS apresenta um dos maiores índices de concentração fundiária do Rio Grande do Sul (ver Tabela 4). Essa característica fez com que as terras ociosas do município fossem utilizadas para tentar conter os conflitos no campo em outras localidades do estado, que estavam em um momento de efervescência na década 90.

No município, 53% das terras estavam nas mãos de 7% dos proprietários rurais em 2006. Nesse período já haviam sido criados a

maior parte dos assentamentos rurais do município. Apesar das 753 famílias assentadas até 2006, Santana do Livramento continua sendo um município com uma grande concentração de terras.

TABELA 4. ESTRUTURA AGRÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

Área (ha)	Nº Estabelecimentos	%	Área Total	%
Até 100	1805	70%	49.228	8%
De 100 a 500	422	16%	108.223	18%
De 500 a 1000	183	7%	130.515	21%
De 1000 a 2500	154	6%	228.853	37%
> 2500	29	1%	98.900	16%
<b>Total</b>	<b>2.593</b>	<b>100%</b>	<b>615.719</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

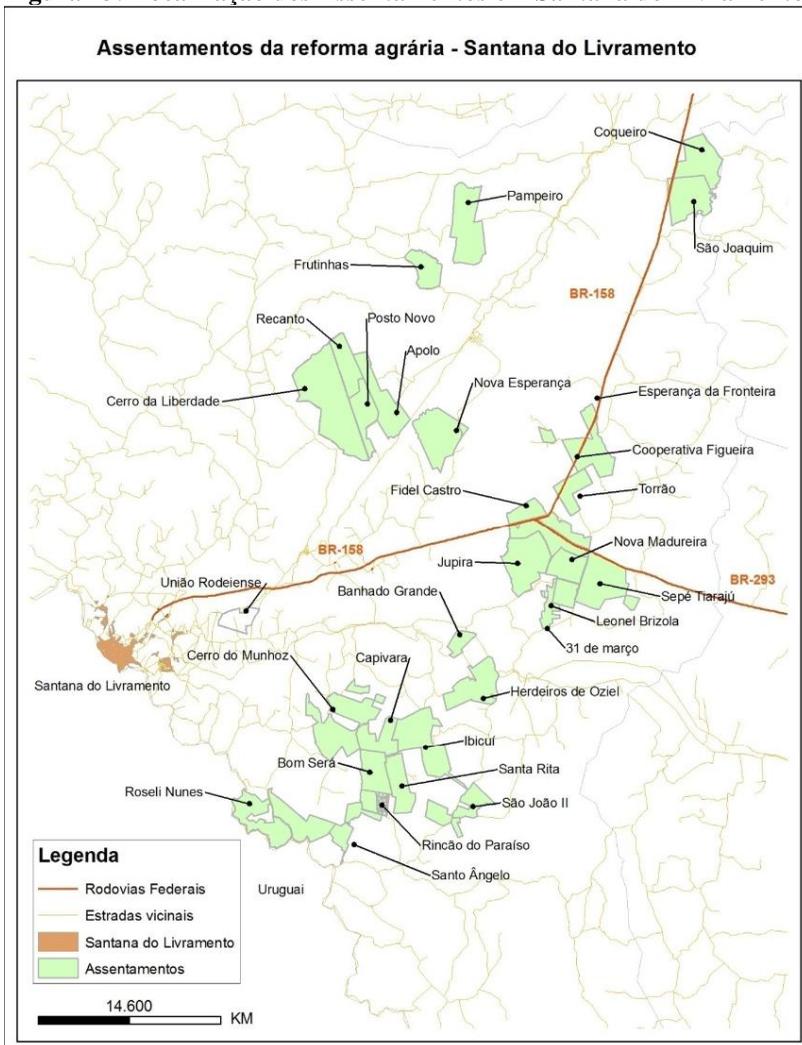
Elaborado por Silvio Marcio Montenegro Machado

Devido às dificuldades para conseguir terras no norte do estado, o governo começou a procurar terras na região da campanha gaúcha. Aos poucos, foram instalando-se novos assentamentos no município, até chegar ao montante de 30 assentamentos rurais que abrigam 934 famílias, segundo dados do INCRA de 2011. (Ver Figura 13 e Tabela 5)

Os primeiros assentamentos foram compostos com a maioria de assentados vindos de outras regiões do estado, a maior parte, da metade norte, onde o conflito por terra era mais intenso. Em Santana do Livramento, não ocorreram ocupações diretas de terra até 2002. A luta pela terra se dava em outras localidades do estado e acaba sendo desafogada no município.

Essa característica, fez com que as associações rurais patronais, entre as quais a FARSUL e o Sindicato Rural dos Municípios da Fronteira Oeste, promovessem uma campanha difamatória contra a política de Reforma Agrária e o estabelecimento de Assentamentos de Reforma Agrária no município. A principal alegação era a de que “estavam trazendo colonos do norte do Estado para tomar as nossas terras”.

Para se ter uma ideia da dimensão dos conflitos, no final da década de 90, o então prefeito Glênio Lemos convocou, através de um programa de rádio, os cidadãos a portarem suas armas para defenderem o município dos “invasores”. O então prefeito instalou barricadas nas portas e janelas da Prefeitura Municipal à espera de uma marcha do MST que se dirigia ao centro da cidade.

**Figura 13: Localização dos Assentamentos em Santana do Livramento.**

Fonte: AGUIAR, 2011:34

O então prefeito era um grande opositor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tanto que chegou a ser condenado pela justiça por utilizar a máquina pública, ao enviar com recursos públicos funcionários da prefeitura, armados, “em solidariedade” a um proprietário que teve suas terras ocupadas pelo movimento.

O ex-prefeito do município gaúcho de Santana do

Livramento Glênio Pereira Lemos [...] foi condenado a quatro anos de prisão por crime de responsabilidade, devido a utilização de funcionários públicos municipais armados na “solidariedade” a uma fazenda invadida por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no município de Julio de Castilhos, distante 350 km de Santana do Livramento. Em 1º de Julho de 1999, o então prefeito teria determinado o deslocamento de três funcionários públicos armados, em uma camionete “D-20” cabine dupla, pertencente e abastecida pela prefeitura, com diárias bancadas pelo município, para “prestar solidariedade” ao proprietário da fazenda invadida, Régis Salles. (SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL, 2004).

O enfrentamento político no período inicial de instalação dos assentamentos rurais foi intenso. Os primeiros assentados relatam a hostilidade com que foram recebidos pela elite local, o que contribuiu para aumentar ainda mais as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores rurais.

O MST procurava se enraizar no considerado coração do latifúndio no Rio Grande do Sul, se por um lado o Estado procurava desafogar outras áreas empurrando os assentados para a fronteira, por outro o movimento reagia, passando a articular-se em localidades nas quais antes não tinha presença.

Porém, a oposição por parte da elite agrária na região foi muito forte, das campanhas de difamação citadas anteriormente até a incitação ao crime e à violência. No Quadro 1, reproduzimos na íntegra o panfleto distribuído pelos ruralistas durante a marcha organizada por eles em oposição à “Marcha ao coração do latifúndio”, realizada pelo MST em 2003, momento em que o movimento para a fazenda Southall.

Nenhuma entidade assumiu a autoria do panfleto, certamente para não receber denúncia, devido ao teor do mesmo, porém, ele foi escrito como uma carta ao povo de São Gabriel, incitando a violência e o ódio contra os Trabalhadores Rurais Sem-Terra que chegavam ao município, o qual até então não contava com nenhum assentamento rural.

### Quadro 1. A Carta de São Gabriel

#### GABRIELENSES DIZEM NÃO À INVASÃO E A SEUS APOIADORES

Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada nesses anos, seja agora maculada pelos pés deformados e sujos da escória humana. São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora que abrigar o que de pior existe no seio da sociedade.

Nós não merecemos que essa massa podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer o roubo, a violência, o estupro, a morte. Estes ratos precisam ser exterminados.

Vai doer, mas para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra, só assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados.

Aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir e não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel.

Se tu, gabrielsense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza a noite 100 litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. Sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles.

Se tu, gabrielsense amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber, rato envenenado bebe mais água ainda.

Se tu, gabrielsense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22 atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo há 1200 metros de distância.

(Panfleto distribuído em São Gabriel em 19/06/2003)<sup>77</sup>.

Fonte: CMI BRASIL, 2003

Mesmo com a organização da elite agrária local, os assentamentos foram sendo instalados e o MST passou a se territorializar na região. Em Santana do Livramento, entre 1996 e 2002

<sup>77</sup> Vale lembrar que no município de São Gabriel, na mesma fazenda Southall foi onde ocorreu a morte de Eltom Brum, no ano 2009, assassinado pelas costas com um tiro disparado a queima roupa pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul durante o governo Yeda Crusius.

se instalaram a maior parte dos assentamentos rurais, como podemos observar na tabela 5.

Esse sem dúvida foi o período de maior enfrentamento entre a elite local e o MST. Um dado que deve ser observado é que parte dos assentamentos se deu por iniciativa do governo estadual, estes são descritos com a sigla PE (Projetos de Assentamentos Estaduais) os demais são PA (Projetos de Assentamentos Federais). Os Assentamentos Federais foram adquiridos por desapropriação (DESAP.) e através de compra. Os assentamentos estaduais foram por reconhecimento (REC.).

Dado importante a ser observado na Tabela 5, é que a maior parte dos assentamentos foi realizada em áreas entre 500 ha e 1000 ha, Chellotti & Hespanhol (2003), já faziam essa observação ao analisar os primeiros 21 assentamentos que existiam até 2001. Observado o quadro atual nota-se que não houve muita alteração. Em apenas uma propriedade que se aproxima de 2500 ha, em todas as demais a área é bem inferior a 2000 ha.

Um dos motivos apontados pelo INCRA para a não desapropriação de mais terras é que o índice de produtividade é muito baixo. Houve uma grande discussão na fronteira a respeito dos índices de produtividade, quando do período mais importante das vistorias nas grandes propriedades.

O fato é que ao permanecerem muito baixos, os índices de produtividade foram mais facilmente alcançados pelos maiores proprietários, que tinham condições de investir o mínimo para tornar as suas terras “produtivas”.

O que sugere dizer que as terras que foram desapropriadas e compradas pelo Estado foram terras de médios proprietários descapitalizados e que já não tinham mais condições de manter os índices de produtividade. Apesar de haver se instalado 30 assentamentos, beneficiando quase 1000 famílias, a estrutura agrária pautada na grande propriedade rural, não foi alterada de forma significativa (CHELOTTI & HESPANHOL, 2003; AGUIAR, 2011).

A área total ocupada pelos assentamentos segundo dados do INCRA é de aproximadamente 26.248 hectares. Se a área total das propriedades era de 615.719 hectares em 2006, significa dizer que as quase mil famílias assentadas em Santana do Livramento ocupam apenas 4,26% das terras.

**TABELA 5. ASSENTAMENTOS RURAIS EM SANTANA DO LIVRAMENTO**

<b>Nome do Assentamento</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº Famílias</b>	<b>Data Instalação</b>	<b>Forma</b>
PA Cerro dos Munhoz	1.577	63	10/06/1992	Compra
PA São Joaquim	1.040	40	11/11/1996	Desap.
PA Apolo	950	34	11/11/1996	Desap.
PA Santo Angelo	481	16	21/11/1996	Desap.
PA Bom Será	747	26	05/12/1996	Desap.
PA Coqueiro	980	32	10/12/1996	Desap.
PA Jupira / São Leopoldo	1.264	45	04/06/1997	Desap.
PA Recanto	666	23	29/08/1997	Desap.
PA Posto Novo	665	21	14/10/1997	Desap.
PA Santa Rita II	697	22	14/10/1997	Desap.
PA Frutinhas	565	20	15/10/1997	Desap.
PA Capivara	693	23	23/11/1998	Desap.
PA Pampeiro	1.338	43	17/12/1998	Desap.
PE União Rodeiense	387	17	02/12/1999	Recon.
PE Nova Esperança	1.216	43	13/12/1999	Recon.
PE Esperança da Fronteira	422	21	09/10/2000	Recon.
PE Nova Madureira	596	22	10/12/2001	Recon.
PE Rincão da Querência	202	4	20/02/2002	Recon.
PE Torrão	505	21	13/03/2002	Recon.
PE Paraíso II	136	7	05/12/2002	Recon.
PE Roseli Nunes	1.742	56	05/12/2002	Recon.
PE Conquista do Cerro da Liberdade	2.475	72	12/12/2002	Recon.
PA Fidel Castro	1.499	58	08/08/2005	Compra
PA Leonel Brizola	353	13	08/08/2005	Compra
PA Sepé Tiaraju III	1.340	41	06/04/2006	Desap.
PA 31 de Março	301	12	06/04/2006	Compra
PA Herdeiros de Oziel	997	36	02/04/2007	Desap.
PA Banhado Grande II	258	11	02/04/2007	Desap.
PA São João II	782	33	20/06/2008	Desap.
PA Ibicuí	1.374	59	20/06/2008	Desap.
Total	26.248	934	-	-

Fonte: INCRA, 2012. Relação de Projetos de Reforma Agrária.

Elaborado por Silvio Marcio Montenegro Machado

É justamente em pouco mais de 4% das terras que se verificam ao percorrer os pampas gaúchos, algumas mudanças significativas. Um elemento novo foi introduzido no meio rural fronteiriço, o colono, visto que até meados da década de 90 praticamente não havia assentados da região da campanha. Como a luta pela terra estava sendo travada de forma mais intensa no norte do estado, os militantes do MST

contemplados com as terras na fronteira eram em sua maioria oriundos dessa região.

A partir de 1996, com o maior número de famílias assentadas, começaram os trabalhos de base, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, foi se enraizando no meio rural fronteiriço, conversando com a população local, montando acampamentos, e dando novos contornos à luta pela terra na fronteira.

Esse processo se deu principalmente em função do comércio e das atividades de militância que começaram a se realizar na fronteira. Inicialmente os assentados possuíam apenas um canal de comunicação mais direto com a população que eram as feiras livres, momento em que podiam dialogar diretamente com a população local.

Monteblanco (2013), afirma que ao comprar no comércio local, os assentados também foram conquistando o respeito da população muito em função do dinheiro liberado pela aprovação dos projetos junto ao governo federal, que forçava essa troca com os comerciantes. Os assentados precisavam acertar as notas fiscais, e em cada negociação, fazia-se necessário explicar de onde vinham, porque estavam ali e o que precisavam comprar.

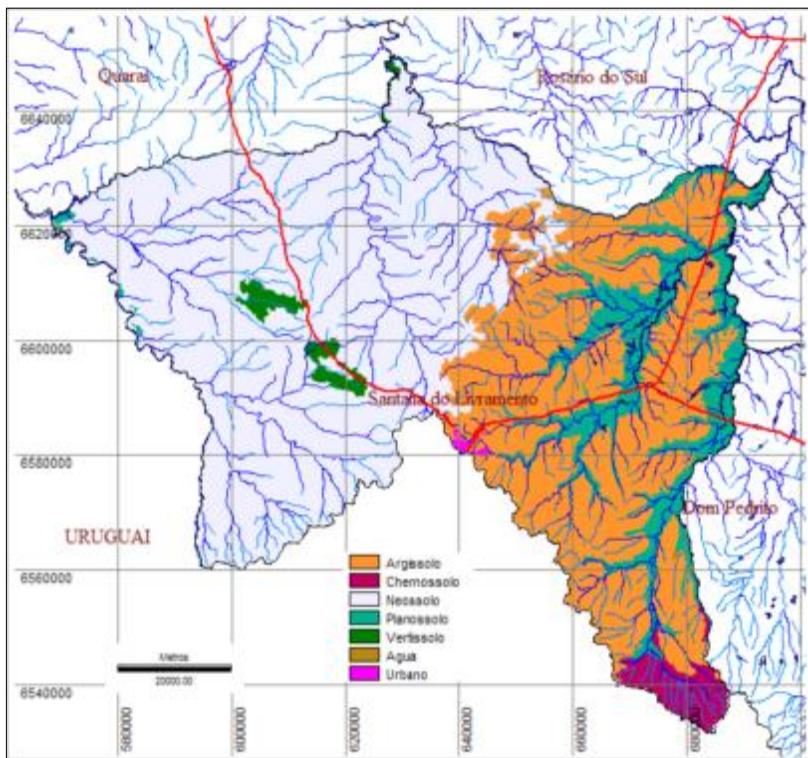
O “colono da serra”, acostumado com um meio rural caracterizado pelas pequenas e médias propriedades, passou a entrar em contato com a população de um meio rural caracterizado pela grande propriedade. No cotidiano, através do trabalho, começou a falar sobre os benefícios da pequena propriedade, a propagar a necessidade da Reforma Agrária e a desfazer com seus atos o preconceito contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais-Sem Terra.

Esse incremento de famílias assentadas no meio rural de Santana do Livramento fez com que aumentasse a população em um meio rural que era caracterizado por um grande vazio demográfico.

Foi devido às características físicas encontradas em Santana do Livramento, sobretudo em relação aos solos (ver Figura 14), que por determinação do INCRA a maior parte dos assentamentos rurais ocorreram na porção leste do Município, em localidades que o solo permite um maior aproveitamento agrícola.

A porção oeste do município é composta por neossolos, que conformam solos rasos e pedregosos, propícios às pastagens favorecendo assim a atividade de criação de gado, essas características mantiveram os antigos produtores rurais do município entre os maiores criadores de gado de corte do estado, sem que necessitassem muito esforço, porém não são adequadas à agricultura intensiva.

**Figura 14: Tipos de solo em Santana do Livramento**



Fonte: INCRA, 2005

Devido às características naturais do município, os assentamentos localizam-se mais concentrados em 3 distritos: Pampeiro, Upamaroti e Ibicuí. Na Figura 15 pode-se verificar que esses distritos possuem maior densidade populacional em relação aos demais, excetuando é claro o distrito sede.

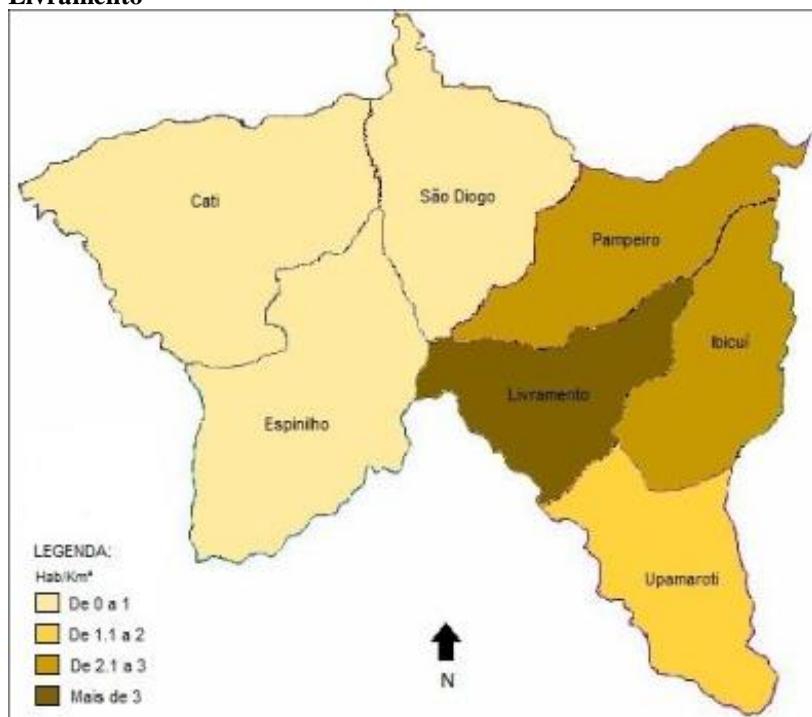
Esse fator torna o meio rural mais dinâmico e possibilita as trocas entre os assentados. O formato do assentamento com espaços coletivos e momentos de vivência comunitária, também permite o desenvolvimento de características relacionadas ao modo de vida e reprodução camponesa.

A construção de salões comunitários nos assentamentos, a celebração de festas camponesas e religiosas, introduzem no meio rural fronteiriço costumes e formas de sociabilização que não eram presentes até então na região, excetuando-se talvez, os períodos de celebração da

Revolução Farroupilha, que lotam os galpões do meio rural no município.

Um dos maiores desafios encontrados pelos assentados é o de não encerrar-se no assentamento voltando-se apenas para dentro, mas tornar o assentamento um centro catalisador, que propicie uma troca com a população local.

**Figura 15: Densidade Demográfica dos Distritos de Santana do Livramento**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaborado por (MONTEBLANCO, 2013:178).

Dado o número de assentamentos existentes no município, optou-se pela escolha de 6 assentamentos para realizar uma análise dos relatórios disponibilizados pela COOPTEC. Tais relatórios apresentam os estudos para implantação dos assentamentos, os relatórios ambientais e os planos de recuperação dos assentamentos.

De posse desse material, fez-se uma seleção dos assentamentos levando em consideração a data de implantação e o número de famílias. Definiu-se por selecionar 2 assentamentos do primeiro período de

instalação, 2 do período de instalação dos Assentamentos Estaduais e 2 assentamentos instalados mais recentemente.

Em todos os casos levou-se em consideração a disponibilidade de informações e procurou-se selecionar, para cada período, um assentamento de maior área, com mais famílias e outro de áreas menores, com menos famílias. No caso dos assentamentos do primeiro período, foram selecionados os assentamentos São Joaquim e Frutinhas.

O assentamento São Joaquim localiza-se a 70 km de distância da sede municipal, tem ata de fundação que data de 11 de novembro de 1996, possui uma área total de 1044,10 ha.

O assentamento tem capacidade para 37 famílias, porém vivem no assentamento 40 famílias. Essa diferença se dá em virtude de ser este um assentamento antigo e por esse motivo os filhos dos assentados estão formando novas famílias, alguns optam por permanecer no assentamento. Assim, o assentamento abriga mais famílias do que a capacidade para o qual foi projetado.

A maioria das famílias é oriunda de Cruz Alta, município situado a noroeste do Rio Grande do Sul. Houve certa dificuldade na adaptação das famílias, que estavam ambientadas com costumes, clima e solos diferentes do que encontraram na fronteira.

A estrutura agrária em Cruz Alta é baseada na média e pequena propriedade, o meio rural é mais povoado e os solos são basálticos, mais apropriados ao cultivo de grãos, não havendo uma distância tão grande entre o centro urbano e o meio rural.

Das 37 famílias assentadas, 29 estiveram presentes desde a fundação do assentamento, as demais foram entrando quando da vacância dos lotes das famílias desistentes. O assentamento está organizado internamente em 3 núcleos de base, sendo que cada núcleo é representado por dois assentados, um homem e uma mulher<sup>78</sup>, os representantes dos núcleos formam também a coordenação geral do assentamento.

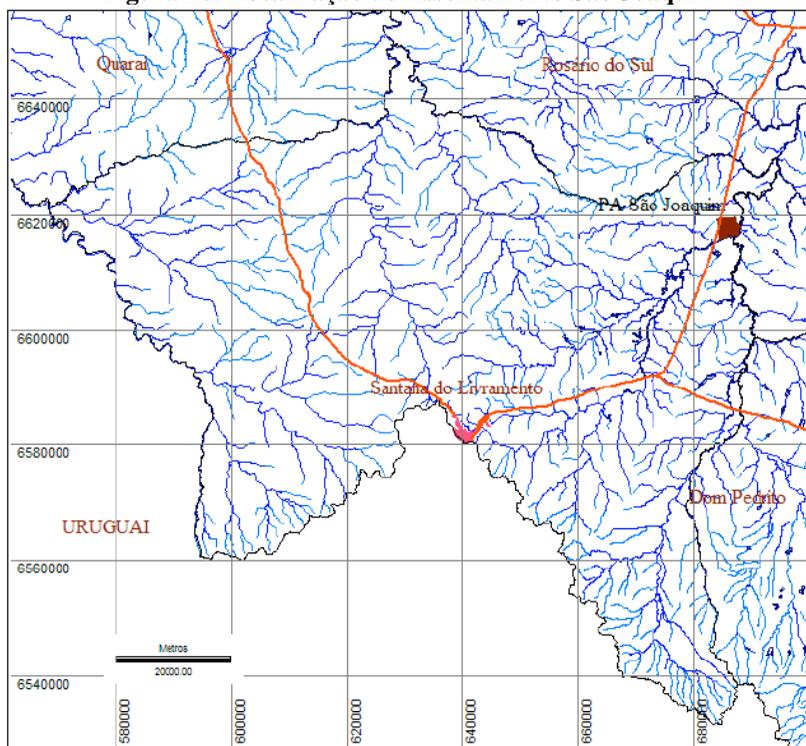
O assentamento localiza-se às margens da BR 158 (ver Figura 16) e dispõe de equipamentos coletivos, entre os quais se pode destacar a quadra de futsal, o campo de futebol 7 e a quadra de bocha coberta, equipamentos bastante utilizados pela comunidade e pelos vizinhos aos

---

<sup>78</sup> É importante destacar que o Assentamento São Joaquim aplica a igualdade de gênero na representação política, discussão que é muito cara aos movimentos sociais e que vem sendo uma grande conquista das mulheres nos espaços políticos e organizativos que, em geral, permanecem masculinizados.

finalis de semana. Além destes existe um salão comunitário, utilizado para festas e reuniões maiores da comunidade e uma igreja. No assentamento, costuma-se realizar festas em datas comemorativas e em seu aniversário.

**Figura 16: Localização do Assentamento São Joaquim**



**Fonte:** COOPTEC, 2009.

As famílias dividem-se em grupos de produção, e se especializaram principalmente na produção de leite, gado de corte e grãos. Os assentados entregam o leite para a COOPERFORTE (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste). A cooperativa repassa o leite para a CONSULATI (Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda.) que introduz no mercado, entre outros produtos, leite e derivados da marca Danby.

A infraestrutura do assentamento em geral é boa, todas as casas, possuem energia elétrica, a água é retirada de poços e cacimbas, há vias com acesso a todos os lotes por vias internas e o acesso principal ao

assentamento se dá pela BR158. O ponto negativo constatado é em relação ao saneamento, não havendo tratamento de esgoto nas casas e nem recolhimento de lixo.

Quanto à disponibilidade de máquinas e equipamentos, pode-se afirmar que é condição boa e revela traços de produção coletiva. Há no assentamento 2 galpões de uso coletivo, 12 tratores de uso individual e 5 tratores de uso coletivo, 2 colheitadeiras sendo uma de uso coletivo, 20 ordenhadeiras, 16 resfriadores de uso individual e 4 de uso coletivo.

A Tabela 6 apresenta o uso e ocupação do solo 7 anos após a implantação do assentamento. O assentamento modificou a forma e o conteúdo da antiga propriedade. O levantamento do uso do solo demonstra que praticamente 1/3 da propriedade de 1033 ha, agora é utilizado para a agricultura, o campo seco e úmido utilizados para pastagem do gado de corte e do gado leiteiro ocupam mais 47,45% do assentamento. Atualmente essas pouco mais de 1000 ha, sustentam no campo 40 famílias no assentamento São Joaquim.

**TABELA 6. SUPERFÍCIE OCUPADA PELOS DIFERENTES USOS NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM EM 2003**

<b>Classe</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Área %</b>
Agricultura/solo exposto	335,32	32,45%
Água	4,13	0,40%
Campo seco	177,37	17,16%
Campo úmido	313,00	30,28%
Eucalipto	0,42	0,04%
Mata	150,13	14,53%
Pousio	53,09	5,14%
<b>Total</b>	<b>1.033,46</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** COOPTEC, 2009.

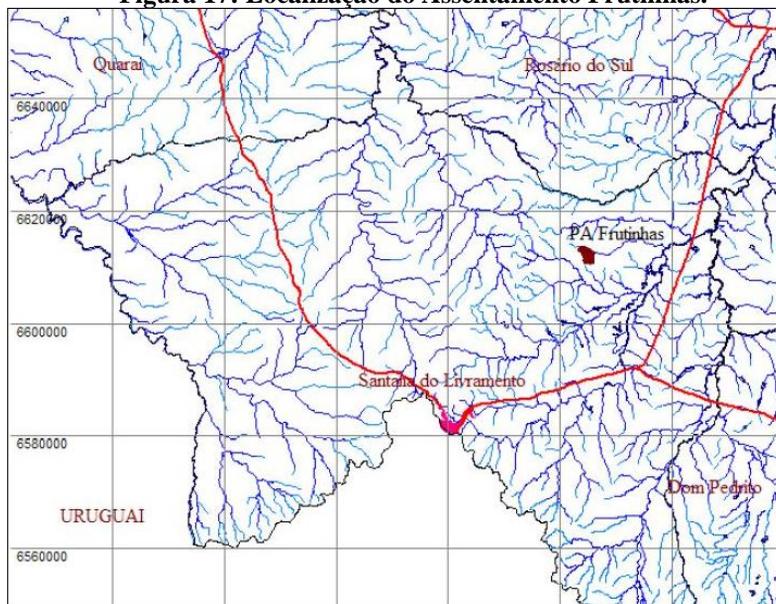
Elaborado por Silvio Marcio M. Machado.

Já o Assentamento Frutinhas localiza-se a 40 km da sede municipal de Santana do Livramento, na localidade denominada Riveirinha, ao sul do Cerro Chato (Figura 17). A ata de fundação data de 14 de outubro de 1997. Instalado em uma área de 565,4 ha, o assentamento tem capacidade para abrigar apenas 20 famílias. Atualmente residem 20 famílias no assentamento, a área média de cada lote é de pouco mais de 28 ha.

A maior parte dos assentados é oriunda dos municípios de Jóiá-RS, Guarani das Missões-RS e São Miguel das Missões-RS, região missioneira ao noroeste do município de Santana do Livramento-RS e que também apresenta diferenças na estrutura fundiária e nos costumes.

Os assentados já eram trabalhadores rurais em suas localidades de origem, estiveram acampados no Acampamento Palmeirão<sup>79</sup>, um dos maiores do estado, participaram de um momento importante da luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul e mantêm viva essa lembrança dos tempos de acampamento.

**Figura 17: Localização do Assentamento Frutinhas.**



Fonte: COPTEC, 2010

Talvez por esse motivo, as famílias tenham resistido tanto às inúmeras dificuldades a que foram submetidas, entre as quais o péssimo estado das estradas de acesso. Este fator aumenta ainda mais a distância do assentamento em relação à sede do município, fato que dificulta a comercialização dos produtos. O desconhecimento do clima e do potencial produtivo também aparece como entrave para as famílias. Quando chegaram ao assentamento, as famílias procuraram reproduzir os sistemas de cultivo aos quais estavam acostumados e por

<sup>79</sup> O acampamento Palmeirão foi um dos maiores do estado, chegou a contar com quase 2000 acampados, localizava-se em Julio de Castilho-RS, na região central do estado. Teve um protagonismo no processo de desapropriação de terras, por meio de diversas ocupações que resultaram nos assentamentos na região da campanha.

desconhecimento sofreram prejuízos, principalmente com a produção de grãos.

Os assentados pretendiam iniciar com a produção de leite assim que estivessem estabelecidos no assentamento, porém, somente em 2006 foi possível começar esta atividade, pois anteriormente não havia rota para o recolhimento do leite. O assentamento localiza-se distante dos demais assentamentos existentes no município, o que gera ainda mais dificuldades ao seu desenvolvimento.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, a maior parte das famílias do assentamento Frutinhas permaneceu fixada na terra. Desde a sua inauguração apenas 6 famílias desistira, e foram substituídas.

O assentamento possui 2 coordenadores, a produção também contribui para a organização interna do assentamento, pois um grupo de famílias que se dedica a produção de leite, utiliza um resfriador comum. Há um grupo de mulheres que se reúne para discutir temas variados (político organizativos, sociais, educacionais e produtivos) e fazem artesanatos com acompanhamento de uma técnica social da COPTec, o que também contribui na organização interna do assentamento.

Atualmente os assentados dedicam-se à produção de leite, gado de corte, fruticultura, grãos e a produção para a própria subsistência. O assentamento possui estruturas de uso coletivo, entre as quais uma igreja católica e outra evangélica, campo de futebol, e a estrutura onde ocorrem as festas do assentamento. Tais estruturas servem para manter o bom relacionamento entre as famílias assentadas e destas com a vizinhança que costuma comparecer nas festas do assentamento.

No que diz respeito à infraestrutura, a maior parte das casas é de alvenaria, das 20 famílias que foram assentadas 18 famílias foram beneficiadas com o projeto INCRA/Caixa, porém as 2 famílias que não foram contempladas vivem em condições precárias de habitação. As estradas internas do assentamento não permitem tráfego de veículos durante os dias chuvosos. A energia elétrica alcança todo o assentamento, porém, uma família não possui energia elétrica devido a problemas no transformador pelos quais a empresa fornecedora de energia não se responsabiliza. A captação de água também é desigual, nem todas as famílias podem ser atendidas pelos poços artesianos, devido à altitude onde os mesmos foram perfurados, restando para essas famílias o abastecimento por cacimbas.

O assentamento conta com 3 resfriadores coletivos e 4 tratores, sendo um deles coletivo. As demais máquinas e equipamentos existentes são individuais.

Destaca-se além da produção do leite, a produção de pêssego e as videiras, introduzidas inicialmente somente para o autoconsumo e para a produção de vinho consumido internamente e comercializado nas proximidades. Atualmente esta produção também atende ao mercado local (fruteiras, feiras e pequenos mercados) e também ao Programa Fome Zero.

Todas as famílias possuem uma produção para autoconsumo em geral composta por hortas, árvores frutíferas e criação de animais. A produção de milho também é significativa. A criação de gado de corte é um importante componente econômico desde que as famílias tiveram prejuízos com a produção de grãos passando a valorizar mais essa atividade.

Apesar de todas as dificuldades, os assentados do assentamento Frutinhas também alteram a realidade do meio em que estão inseridos. Embora distantes dos demais assentamentos no município, conseguem uma boa interação com a população da vizinhança realizando inclusive festas com regularidade. O dinheiro obtido com esses eventos é revertido para a melhoria dos equipamentos coletivos.

O uso do solo também apresenta uma mudança significativa, foram realizados dois levantamentos, o primeiro em 13 de julho de 1986 e o segundo em 21 de novembro de 2003. A COPTec utilizou estes dados para fins de comparação, estes levantamentos constam no Relatório Ambiental do Assentamento Frutinhas. E por meio deles foi possível elaborar duas tabelas comparativas (TABELA 7 e TABELA 8) semelhantes à tabela de uso do solo do Assentamento São Joaquim. Nelas pode se observar com maior exatidão as mudanças que se introduziram no uso da terra nos primeiros 6 anos de implantação do assentamento.

Conforme é possível observar nas TABELAS 7 e 8, no Assentamento Frutinhas há uma maior utilização da superfície para a agricultura, presença de água em função dos açudes para dessedentação animal e a utilização de terras para pousio depois da instalação do Assentamento.

TABELA 7. SUPERFÍCIE OCUPADA PELOS DIFERENTES USOS EM 1986. ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO FRUTINHAS

Classe	Área (ha)	Área(%)
Agricultura/solo exposto	78,28	13,72%
Água	-	-
Campo seco	371,37	65,06%
Campo úmido	108,70	19,05%
Eucalipto	0,95	0,17%
Mata	11,39	2,0%
Pousio	-	-
<b>Total</b>	<b>570,69</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: COPTEC 2010.

Elaborado por Silvio Marcio M. Machado.

TABELA 8. SUPERFÍCIE OCUPADA PELOS DIFERENTES USOS EM 2003. APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO FRUTINHAS.

Classe	Área (ha)	Área(%)
Agricultura/solo exposto	114,52	20,07%
Água	1,56	0,27%
Campo seco	256,03	46,44%
Campo úmido	102,91	18,03%
Eucalipto	-	-
Mata	11,39	2,0%
Pousio	75,28	13,19%
<b>Total</b>	<b>570,69</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: COPTEC 2010.

Elaborado por Silvio Marcio M. Machado.

Os outros dois assentamentos selecionados foram instalados no período de maior pressão dos movimentos sociais no estado, período do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, momento em que os movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra e pela Reforma Agrária receberam duros golpes do Governo Federal.

Nesse período foi promulgada a Medida Provisória 2.027-38 de maio de 2000, que entre outras medidas impedia a vistoria, avaliação ou desapropriação, nos dois anos seguintes à sua ocupação, de imóvel rural que fosse considerado objeto de invasão. Além disso, a MP excluía do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem fosse identificado como participante de invasão de imóveis rurais ou de prédios públicos.

No Rio Grande do Sul, durante esse período, estava no governo Olívio Dutra-PT, opositor do partido do presidente. O então governador trabalhou no sentido de viabilizar um processo de distribuição de terras no estado, política que teria boa repercussão nas eleições presidenciais que se aproximariam em 2002.

Assim, implantaram-se alguns assentamentos rurais de responsabilidade estadual, em terras que foram reconhecidas como de posse dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

O maior assentamento em extensão de terras e em número de famílias é o PE Conquista do Cerro da Liberdade, com uma área total de 2.475 ha, abrigando um total de 78 famílias. O assentamento fica localizado na localidade de Pampeiro (Figura 18) distante 24 km da sede municipal, sendo 17 por estrada asfaltada, 6 por estrada empedrada e mais 1 km de estrada de chão.

As famílias assentadas em sua maioria são de outras regiões do estado, estiveram acampadas em Cruz Alta, no acampamento “Seguidores de Chê”. Essas famílias estiveram presentes em diversos momentos de enfrentamento com o latifúndio, entre os quais a ocupação da Fazenda Cica em Julho de Castilhos-RS.

Assim como as demais famílias oriundas de outras regiões do estado, encontraram muitas dificuldades de adaptação ao clima e ao sistema de cultivo. A estiagem e a dificuldade de comercialização dos produtos foram alguns dos problemas enfrentados. Ao total, 15 famílias desistiram dos lotes, entrando então 15 famílias do Acampamento São Gabriel no ano de 2006.

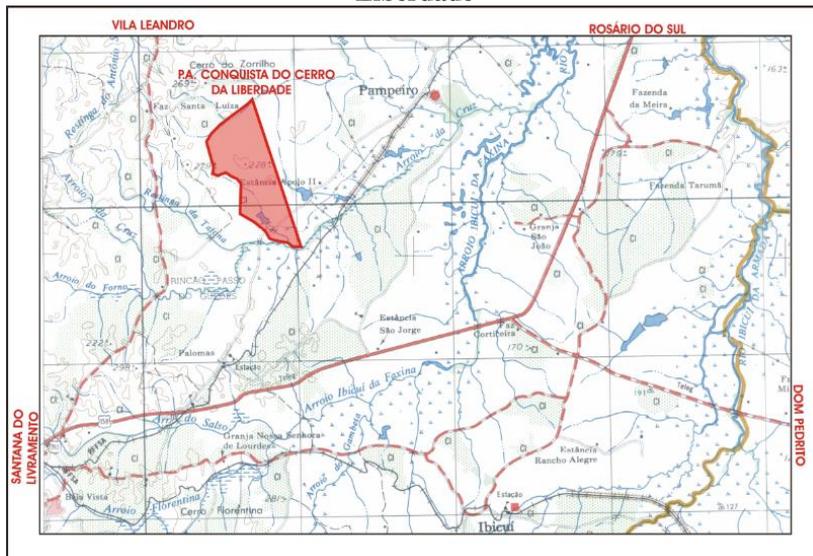
A organização interna no assentamento se dá pelos chamados bolsões, esses bolsões tiveram origem no início do assentamento, momento em que as famílias ocupavam a sede da fazenda. No assentamento existem 3 bolsões com 2 representantes cada, os representantes dos bolsões compõem a coordenação do assentamento. O assentamento tem como equipamento coletivo uma sede em cada bolsão, servindo esta para reuniões.

Há também campo de futebol e reuniões da igreja católica e evangélica no assentamento, além da realização de festas nas quais participam assentados de outras localidades e moradores das proximidades.

Porém, a maior parte das atividades de lazer parece concentrar-se no Assentamento vizinho o Recanto, sobretudo no que diz respeito a jogos. A proximidade com os assentamentos Recanto e Apolo permitem uma maior sociabilidade entre os assentados, as visitas, costumam

ocorrer com frequência e junto a elas um sistema informal de trocas entre vizinhos, tipicamente camponês.

**Figura 18: Localização do Assentamento Conquista do Cerro da Liberdade**



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2006.

No que diz respeito à infraestrutura o assentamento conta com energia elétrica em todos os lotes, 2 áreas comunitárias principais, sendo que somente uma delas tem uma boa estrutura, pois era a sede da fazenda e funcionou como escola.

Um número grande de famílias não tem infraestrutura mínima para produção e armazenamento, mesmo entre as famílias que estão envolvidas em linhas de produção com alguma garantia de renda a infraestrutura é mínima contando apenas com galpões, cercas nos lotes e poteiros.

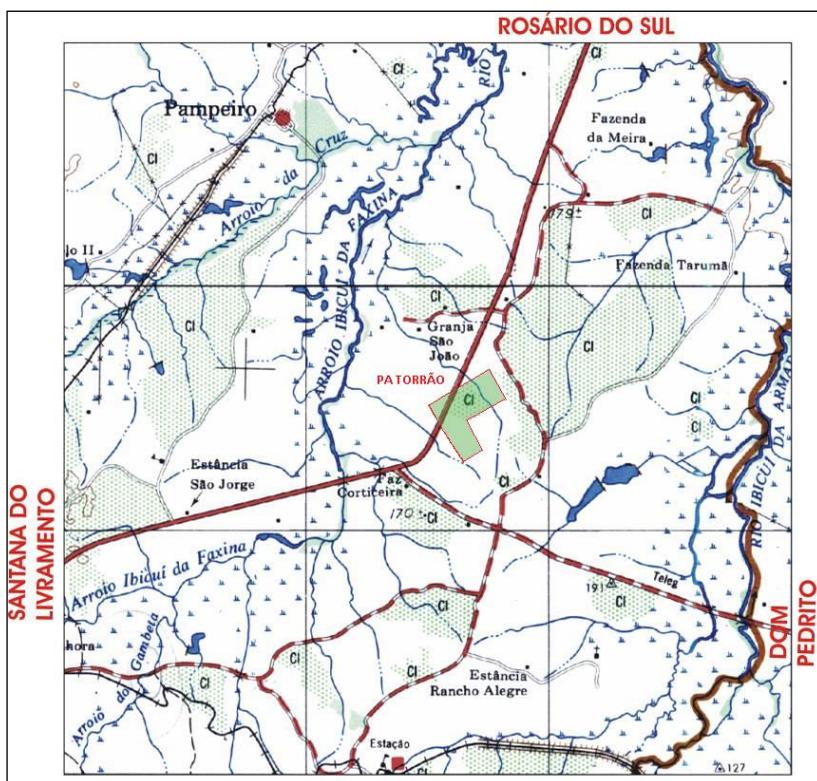
Entre as famílias que trabalham com leite 4, possuem ordenhadeiras, as colheitadeiras e empilhadeiras estão concentradas com um grupo que produz arroz e uma colheitadeira e um trator com um grupo familiar de produção<sup>80</sup>, outras duas famílias tem um trator cada. De equipamento coletivo existem apenas 3 resfriadores que foram

<sup>80</sup> Os grupos familiares de produção são compostos por famílias que se associam livremente para produzir.

emprestados pela COOPERFORTE às famílias que trabalham com a produção de leite.

Outro assentamento desse período é o Torrão, localizado a aproximadamente 35 km da sede do município, estabelecido às margens da BR-158. (Figura 19)

**Figura 19: Localização do Assentamento Torrão**



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2006

As famílias são oriundas de várias regiões do estado, predominando a região do Vale do Uruguai e do Planalto Médio. Existem 21 lotes ocupados na atualidade, as principais atividades do assentamento são gado de corte e leite, milho, soja e culturas de subsistência.

A organização interna do assentamento não está ocorrendo por núcleos, o assentamento possui 2 representantes na coordenação regional, assim ficam informados das deliberações regionais.

Internamente se reúnem apenas em assembleias quando há pautas importantes que digam respeito ao assentamento.

Quanto à infraestrutura, o assentamento apresenta bom sistema viário externo, porém internamente a estrada não é satisfatória, existem 3 lotes sem acesso à estrada. A sede do assentamento é a antiga sede da fazenda, que possui boa infraestrutura.

No assentamento há 6 tratores, 4 pulverizadores, duas plantadeiras, três grades, 7 ordenhadeiras mecânicas, 3 resfriadores de imersão e dois resfriadores a granel. As famílias estão organizadas individualmente, seja na produção do leite, que é entregue à COOPERFORTE, seja na produção de soja que é comercializada com a AGROSOJA, empresa instalada próxima ao assentamento.

Quanto às estruturas de lazer, há campo de futebol, cancha de bocha e celebração de cultos. Aos finais de semana a sede do assentamento torna-se ponto de encontro para crianças, jovens e adultos.

Por fim temos os assentamentos de implantação mais recentes, entre estes selecionamos o assentamento Sepe Tiaraju III, implantado em 2006 que possui dados de 2009 disponibilizados em relatório.

O assentamento fica localizado às margens da BR 293 à 38,5 km da sede municipal de Santana do Livramento. (Figura 20). Possui 41 famílias assentadas, em sua maior parte vindas do norte do estado. O assentamento foi formado com famílias vindas de 3 acampamentos, um em Sarandí-RS, outro em São Gabriel-RS e outro de Santana do Livramento-RS.

As famílias encontraram dificuldades de adaptação tanto em relação ao tipo de cultivo quanto à ausência de infraestrutura interna (estradas, energia elétrica e água encanada). Devido a essas dificuldades 5 famílias desistiram do lote sendo substituídas posteriormente.

Assim como a maior parte dos assentamentos recentes, o Sepé Tiaraju III enfrenta sérias dificuldades devido à demora de acesso aos recursos governamentais. Essa situação faz com que boa parte das famílias tenha que liberar pelo menos uma mão de obra para o trabalho externo. Os homens trabalham em colheitas na serra gaúcha e nas propriedades vizinhas e as mulheres possuem um grupo que faz doces para festas e trabalha como diarista.

Uma atividade que tem contribuído para a fixação das famílias na terra é a produção para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) destinada ao Programa Fome Zero, tarefa realizada por alguns grupos produtivos que se vincularam à COOPERFORTE. Milho, mandioca, abóbora, batata doce, além de servir para o autoconsumo, estão sendo



de leite, produzindo cerca de 250 litros/dia. Sem contar a criação de animais.

As famílias ainda não tiveram acesso ao crédito para a construção das casas, permanecem precariamente instalados em casas de madeira. As estradas de acesso ao assentamento são boas, porém, há muita dificuldade de acesso em períodos chuvosos.

Como lazer pode-se destacar que o assentamento possui um time de futebol que participa do Campeonato do Movimento. Também são celebrados cultos evangélicos e católicos na sede da comunidade.

Outro assentamento recente é o Herdeiros de Oziel, implantado em 2007, o qual conta com 36 famílias, em geral, oriundas da região da Grande Porto Alegre, junto com algumas famílias da fronteira. Existem algumas famílias que vem do meio urbano e apresentam dificuldades de adaptação e quanto ao tipo de atividade que devem desenvolver. Porém, a principal dificuldade relatada foi a falta de infraestrutura.

O assentamento fica localizado a cerca de 51 km de distância da sede do município de Santana do Livramento-RS, o acesso se dá apenas por estradas municipais de terra (Figura 21). O assentamento está localizado próximo a outros assentamentos da localidade do Ibicuí, fato que ajuda a diminuir o isolamento.

Os assentados quando podem participam de atividades de lazer nos assentamentos vizinhos, entre as quais, festas e corridas de cavalo. O assentamento possui 5 núcleos, cada um conta com um representante, os representantes formam a coordenação do assentamento.

A maior parte das famílias no ano de 2009 ainda estava instalada na sede da fazenda, único local em que havia acesso à energia elétrica. Não há água encanada, sendo necessário captar água em açudes, cacimbas e vertentes. A precariedade das vias internas do assentamento também representa uma dificuldade.

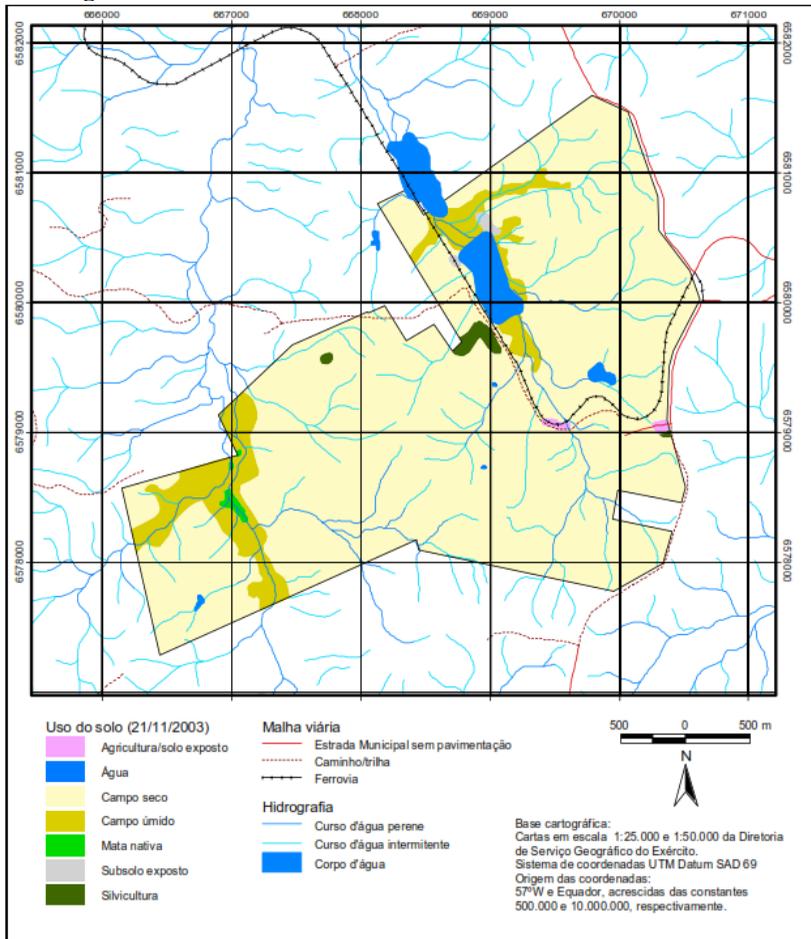
Outra dificuldade são as máquinas e implementos, somente dois assentados possuíam algum tipo de maquinário, os demais se inscrevem para utilizar a patrulha do município ou acabam tendo que arrendar maquinário e usar tração animal.

A sede do assentamento, que era a antiga sede da fazenda serve de moradia e para a realização de reuniões. Até 2009 os assentados não possuíam assistência técnica, que estava em processo de contratação pelo INCRA.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas, há uma boa diversidade de produção no assentamento. A produção agrícola é voltada principalmente para o autoconsumo e destacam-se a produção de milho, mandioca e feijão. A criação animal abrange a criação de gado

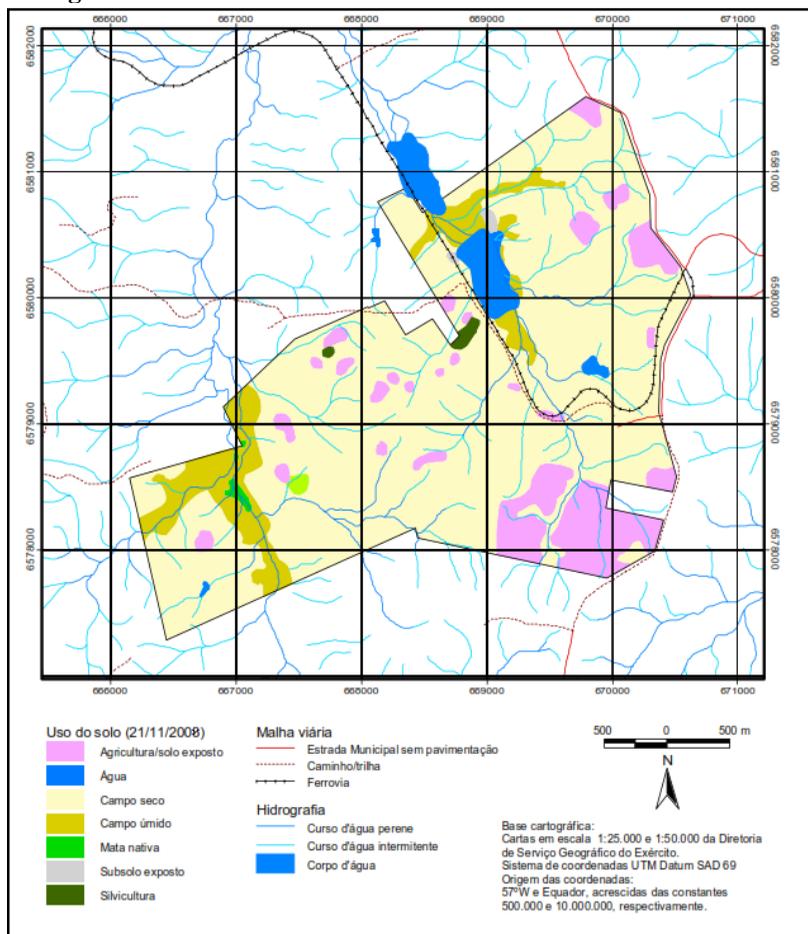


**Figura 22: Uso solo Assentamento Herdeiros de Oziel em 2003**



Fonte: COOPTEC, 2009

**Figura 23: Uso do solo Assentamento Herdeiros de Oziel em 2008**



Fonte: COPTEC, 2009.

Cabe ressaltar que em todos os levantamentos, foram feitas menções à COOPERFORTE (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste) e à COPTEC (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.) como importantes instrumentos para a consolidação e desenvolvimento dos assentamentos.

Em conversa com dirigentes da COOPERFORTE, foi possível levantar dados do crescimento da cooperativa em Santana do Livramento. Além de trabalhar com os assentados, a cooperativa passou

a agregar também pequenos agricultores no município e já congrega mais de mil famílias. sendo parte assentados e parte camponeses proprietários de pequenos lotes de terra no município.

Para se ter uma ideia da capacidade produtiva dos assentamentos de Santana do Livramento, realizou-se um levantamento dos anos de 2011 e 2012 do fornecimento de alimentos para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Em 2011 a COOPERFORTE fechou um contrato no valor total de R\$ 567.520,00 reais. Os alimentos entregues no ano de 2011 e suas respectivas quantidades podem ser vistos na TABELA 9.

**TABELA 9: COOPERFORTE - PRODUTOS ADQUIRIDOS PELO PAA – 2011**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade em Kg</b>
ABÓBORA CABOTIÃ	69.337
ABÓBORA (Classificação sem características)	20.000
BATATA DOCE	28.150
LEITE DE VACA INTEGRAL TIPO C	30.000
LEITE DE VACA INTEGRAL TIPO C	95.782
MELANCIA (Classificação sem características)	80.000
MELÃO (Classificação sem características)	25.000
MILHO VERDE EM ESPIGA	30.000
PÊRA (Classificação sem características)	15.000
PÊSSEGO (Classificação sem características)	25.000
RAIZ DE MANDIOCA AIPIM COM CASCA	27.274
UVA (Classificação sem características)	18.000

Fonte: CONAB, 2014

Elaborado por Silvío Marcio M. Machado

No ano de 2011, os assentados de Santana do Livramento, que utilizam a COOPERFORTE como instrumento de escoamento de sua produção conseguiram produzir como excedente para enviar ao PAA toneladas de alimentos destinados a alimentar entidades e instituições, que são atendidas pelo Fórum Fome Zero em Porto Alegre.

Na lista de assentados que abasteceram a COOPERFORTE com a sua produção constam dois assentados de Rosário do Sul-RS, uma assentada de Sananduva-RS, dois assentados de Santa Margarida do Sul-RS, um assentado de Santana da Boa Vista-RS, cinco assentados de São Gabriel e cento e vinte e seis assentados de Santana do Livramento-RS.

No ano de 2012 foram entregues ao PAA alimentos no valor de R\$ 487.925,92 reais. A lista dos alimentos entregues pode ser vista na Tabela 10. Os assentados que forneceram produtos em 2012 foram quase que em sua totalidade de Santana do Livramento-RS. Nota-se que há maior diversidade de produtos.

**TABELA 10. COOPERFORTE: PRODUTOS ADQUIRIDOS PELO PAA – 2012**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade em Kg</b>
ABACATE (Classificação sem características)	2.972
ABÓBORA CABOTIÃ	15.162
ABÓBORA (Classificação sem características)	10.288
ABÓBORA MORANGA	10.164
ALFACE (Classificação sem características)	4.356
ALHO (Classificação sem características)	1.060
BATATA DOCE	19.920
BETERRABA (Classificação sem características)	8.076
CEBOLA (Classificação sem características)	11.224
CENOURA (Classificação sem características)	7.240
COUVE (Classificação sem características)	9.128
FEIJÃO COMUM PRETO	5.472
FEIJÃO COMUM PRETO	2.107
LARANJA (Classificação sem características)	14.132
LEITE DE VACA INTEGRAL TIPO C	57.455
LEITE DE VACA INTEGRAL TIPO C	104.417
MELANCIA (Classificação sem características)	20.192
MELÃO (Classificação sem características)	9.820
MILHO VERDE EM ESPIGA	20.080
PEPINO (Classificação sem características)	3.994
PÊRA (Classificação sem características)	15.228
PÊSSEGO (Classificação sem características)	15.660
PIMENTÃO (Classificação sem características)	4.228
RAIZ DE MANDIOCA AIPIM COM CASCA	16.572
REPOLHO (Classificação sem características)	4.936
UVA (Classificação sem características)	18.090

Fonte: CONAB, 2014

Elaborado por Silvio Marcio M. Machado

No segundo ano, os produtos foram entregues em Santana do Livramento beneficiando uma série de entidades do Município, conforme se pode observar na Tabela 11.

TABELA 11. ENTIDADES BENEFICIADAS EM 2012			
UF	Município	Entidade Consumidora	Endereço
RS	Sant'ana do Livramento	do Ass. De Pais e Amigos dos Excepcionais de S. Do Livramento – APAE	Rua Vasco Alves, 434
RS	Sant'ana do Livramento	do Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - Creche Sta. Elvira	Rua Silveira Martins, Nº 840
RS	Sant'ana do Livramento	do Associação Desafio Jovem Renascer de Santana Do Livramento	Av João Belchior Goulart, 246
RS	Sant'ana do Livramento	do Associação Santanense do Deficiente Físico – ASSANDEF	Rua General Câmara, 1324
RS	Sant'ana do Livramento	do Centro Beneficente Maria Abegahir	Rua Adalgisio Ferreira, 627
RS	Sant'ana do Livramento	do Centro Cultural Zumbi Dos Palmares	Rua Dr. Fialho,791
RS	Sant'ana do Livramento	do Centro De Umbanda Reino Beneficente Pai Sete Cruzeiro - Creche Pai Sete	Rua Jose Martins Viana, 673
RS	Sant'ana do Livramento	do Clube De Mães Nossa Senhora	Rua Alcides Ferreira dos Santos, 241
RS	Sant'ana do Livramento	do Conferência São Vicente de Paula – Livramento	Rua Argemiro Simões Moreira, 614
RS	Sant'ana do Livramento	do Lar de Meninas de Santana do Livramento	Rua Dr. Moises Vianna, 300
RS	Sant'ana do Livramento	do Legiao da Cruz de Livramento	Rua General Daltro Filho
RS	Sant'ana do Livramento	do Movimento Pelos Direitos da Criança e do Adolescente de S. do Livramento - MDCA/SL	Rua General Neto, 745
RS	Sant'ana do Livramento	do Primeira Igreja Batista Nacional	Rua Dom Pedro II, 484
RS	Sant'ana do Livramento	do Programa Social Educativo de Profissionalização Ao Adolescente da Brigada Militar - PROSEPA	Rua Angelo Mello, 747
RS	Sant'ana do Livramento	do Projeto Tchê	Rua Jobair Bueno Vares
RS	Sant'ana do Livramento	do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento	Rua Manduca Rodrigues, 295
RS	Sant'ana do Livramento	do Sociedade Eclética Caridade Esperança Solar – SECES	Av Francisco Reverbel de Araujo Goes, 1480
RS	Sant'ana do Livramento	do Sociedade Internacional de Auxilio aos Necessitados - SIAN	Rua Duque De Caxias, 160

Fonte: CONAB, 2014

Elaborado por Silvio Marcio M. Machado

Os produtos entregues às entidades beneficentes de Santana do Livramento através do PAA, são sem dúvida um golpe duro aplicado no conservadorismo local.

Os valores entregues chegam a 1.055.445,92 (hum milhão, cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos) em 2 anos. Uma fonte de renda importante para as famílias assentadas que estão envolvidas com a produção para o PAA.

Cabe ressaltar que a principal atividade da COOPERFORTE não é o atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos. A cooperativa foi fundada em 2002 com o intuito de viabilizar e comercializar a atividade leiteira e nesse sentido a cooperativa já tem avançado na consolidação de uma bacia leiteira no município.

A Cooperativa, possui para a coleta do leite 4 caminhões usados com 15 anos em média e um caminhão novo<sup>81</sup> (ver **Figura 24**). Além disso, a cooperativa adquiriu as antigas instalações do “Abatedouro Santana” para transformar em pasteurizadora de leite e conseguir maior autonomia, passando a beneficiar o próprio leite. Atualmente a COOPEROESTE repassa o leite para a CONSULATI que o beneficia.



**Figura 24: Entrega de Caminhão Tanque à COOPERFORTE**

Fonte: LIVRAMENTO, 2011.

<sup>81</sup> Caminhão tanque adquirido através de emenda do Deputado Federal Adão Pretto (*in memoriam*) através do Programa de Apoio a Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Governo Federal, no valor de R\$ 150 mil, com contrapartida do município de R\$ 21.500,00, totalizando R\$ 171.500,00.

O município, ao perceber o trabalho nos assentamentos passou a se interessar pela implantação de uma bacia leiteira, além disso, diversas entidades (ver Figura 25) tem se reunido no intuito de viabilizar a criação de um APL (Arranjo Produtivo Legal) e realizar o encaminhamento de um Plano de Desenvolvimento para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com a participação ativa COOPEROESTE.

**Figura 25: Entidades envolvidas com o Plano de Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local do leite em Santana do Livramento-RS.**



Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

Muitos assentados entendem que os ingressos do leite são garantia de uma renda fixa mensal, diferentemente das safras, que são mais espaçadas, e proporcionam rendimentos não tão seguros. A atividade leiteira é explorada em geral associada a outras atividades, permitindo apostar em novos cultivos, tendo um amparo que é a renda do leite em casos de insucesso.

Porém, duas tendências foram observados nos trabalhos recentes de Aguiar (2011) e Montebianco (2013), que se confirmaram nas observações em campo e conversas com os assentados.

A primeira diz respeito ao fato de que uma parte significativa dos assentados procura comercializar seus produtos diretamente, sem a intermediação da Cooperativa, pois as taxas cobradas desta aos assentados são altas. Essa comercialização pode se dar de duas maneiras.

Por um lado, estão as iniciativas próprias de venda direta, como no caso das feiras do movimento, das barracas na beira da estrada e da procura individual por comércios para oferecer seus produtos, ou através de atravessadores. Nesse sentido, a localização próxima à fronteira é importante, visto que os produtos alimentícios no país vizinhos costumam custar mais caro, o que aumenta a procura nos assentamentos e permite a prática de preços mais justos para o campesinato. Esse modelo permite que o assentado se desenvolva de maneira mais autônoma.

Por outro lado, além da cooperativa, há um grande número de atravessadores que costumam procurar os assentados, bem como produtores e empresas que buscam lucrar com a presença dos assentados. As chamadas “parcerias” com esses atores externos ao assentamento, em geral, acabam por consumir toda a energia da mão de obra familiar e limitar as ações e decisões sobre a produção nos lotes, porém, aparecem como a promessa de um rendimento fixo e certo em meio a tantas incertezas e dificuldades enfrentadas pelos assentados.

Há uma tendência observada, possivelmente derivada das parcerias e do alto valor de mercado do grão, que é a grande quantidade de assentados que estão apostando nas plantações de soja. Este cultivo está tendo um crescimento importante, não somente nos assentamentos, mas no município como um todo.

Esse fato preocupa tanto as lideranças do movimento, quanto a assistência técnica, devido aos limites do solo para esse tipo de exploração agrícola e ao uso intensivo de agrotóxicos, prática que pode prejudicar ainda mais as condições de produtividade do solo, que já é baixa.

Tanto o MST, quanto a assistência técnica tem como horizonte a transição agroecológica como forma de manejo para aumentar a produtividade do solo e garantir a produção de alimentos saudáveis, porém, a prática da agricultura intensiva de grãos põe em risco essa alternativa.

## 5.2. A U.T.A.A. EM BELLA UNIÓN-UY

*A mi me llaman “peludo” y he nacido en Bella Unión / Soy uno de los que pudo meterle miedo al patrón / He venido caminando desde Artigas hasta acá / Todo el camino gritando viva Sendic y UTAA. (Canción Cañera - Alfredo Zitarosa)*

A história da U.T.A.A. (Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas), se confunde com a história política uruguaia pós 1960. As *Marchas Cañeras*<sup>82</sup> (Figura 26) protagonizadas pelos *peludos*<sup>83</sup>, colocaram em cheque a então “Suíça da América”.

**Figura 26: Foto da II Marcha Cañera da UTAA em 1964 exposta na parede da sede da UTAA em Bella Unión.**



Fonte: Acervo do Autor

Nota: o quadro retrata a foto de Aurélio Gonzalez.

<sup>82</sup> As marchas protagonizadas pela U.T.A.A. tiveram grande impacto político no país vizinho, ao todo foram realizadas cinco marchas nos anos de 1962, 1964, 1965, 1968 a 1971 (MERENSON, 2010).

<sup>83</sup> Peludo é uma alusão a um tipo de tatu, o Tatu Peludo ou simplesmente Peludo como é conhecido na região. O termo “peludo” é utilizado em Bella Unión-UY para se referir aos trabalhadores da cana de açúcar, a comparação dos trabalhadores da cana com o tatu se dá pelo fato destes andarem encurvados cortando a cana, com a pele enegrecida pela fuligem da cana queimada que adere à pele e forma uma couraça, semelhante ao tatu que cava a terra, para obter abrigo. É também uma alusão às precárias condições de vida desses trabalhadores rurais, e terminou por se tornar um símbolo, um sujeito social no campo uruguaio, o peludo, abrange não somente os trabalhadores, mas seus familiares, bem como a todos os filiados a U.T.A.A. e aqueles que se identificam com o trabalho na terra. (MERENSON, 2005)

Até a década de 60, boa parte da sociedade uruguaia acreditava viver em um país diferenciado dentro da América Latina. A acumulação de capital, gerado pelo período de guerras na Europa, que permitiu que boa parte da carne do país fosse exportada a bons preços e os avanços na legislação, levados adiante pelos batllistas, brindavam ao Uruguai a caricatura de um país desenvolvido, chegando a receber até mesmo a alcunha de “Suiça da América”.

De fato, a legislação batllista, avançada para o período, e os investimentos no desenvolvimento industrial, sobretudo no sul, permitiram um crescimento econômico, porém, as migalhas que caíam da mesa das elites uruguaias pairavam sobre os setores urbanos do país. Em meados da década de 50, o modelo econômico neobatllista, dava sinais de decadência com a diminuição das exportações e a queda do preço da lã. (GONZÁLES, 2010; MECHOSO, 2006)

O periódico *Lucha Libertária*<sup>84</sup>, em fins da década de 50, denunciava as precárias condições em que se encontravam as escolas no meio rural e as condições de vida dos trabalhadores em educação no campo.

Nuestro niño del campo, que recurre largas distancias, por malos caminos, generalmente a pie; que encontra el local escolar en condiciones lamentables de higiene, de sanidad, de edificación; que recibe una pésima alimentación (en muchos casos la única del día), lógicamente, se encontrará en muy pobres condiciones de asimilar la enseñanza. (MECHOSO, 2006:143)

Em outra matéria relata também as condições dos trabalhadores nas áreas urbanas, que recebiam grandes aumentos salariais de modo a mascarar as perdas salariais geradas pelo aumento do custo de vida, muito acima dos seus ganhos, fato que tornava ainda mais difícil a vida da classe trabalhadora.

Así pues, mientras el costo de la vida registra aumentos de 108%, y el capital del latifundio, alzas de un 350%, los salarios em la industria privada, laudados por los Consejos de Salarios con mayoría estatal patronal, van aprobando

---

<sup>84</sup> Periódico veiculado pela FAU (*Federación Anarquista Uruguay*), que desde fins da década de 50 já anunciava as precárias condições das escolas do meio rural e dos trabalhadores nos arredores de Montevideú, que permaneciam invisibilizados pela sociedade uruguaia.

uniformes aumentos del 40 al 50%. Así también, los funcionarios públicos reciben promesas de un 30 y 50% de aumento [...] hasta ahora esa política había tropezado con pocos obstáculos serios: la castradora acción de los Consejos Salariales, procurando em largas tiras y afloja una engañosa sensación de triunfantes y grandes aumentos, ha ido plasmando una maniobra diversionista **que oculta la sistemática baja en el nivel de vida de los trabajadores.** (MECHOSO, 2006:145 grifo nosso)

Apesar de parte da esquerda uruguaia anunciar a falência do modelo batllista e a ilusória condição de desenvolvimento que o país vivia há algum tempo, nada foi mais marcante para a sociedade uruguaia que se defrontar com *los peludos de Bella Unión*.

Esse confronto com a realidade foi devido em boa parte ao trabalho de Raul Sendic<sup>85</sup>, oriundo de família camponesa, que quando jovem foi estudar direito em Montevidéu, período em que passou a militar no Partido Socialista(PS). Teve sua militância voltada ao interior do país, onde procurou trabalhar com os trabalhadores rurais. Inicialmente procurou organizar a luta dos arroteiros e os plantadores de beterraba nas proximidades de Paysandú. Mas foi em Bella Unión, junto aos trabalhadores da cana de açúcar que Raul Sendic passou à história uruguaia e latino-americana. (BLIXEN, 2000)

As condições a que estavam submetidos os trabalhadores da cana eram degradantes, antigos “peludos” que marcharam com Sendic na década de 60 e que ainda hoje vivem em Bella Unión, frequentando as reuniões da UTAA, contam que naquela época viviam na miséria,

---

<sup>85</sup> A história e o legado que deixou Raul Sendic marcou profundamente a sociedade uruguaia, especialmente aqueles que viveram as décadas de 60 e 70. Para uns uma lenda revolucionária, para outros um assassino subversivo. Sendic possui o respeito e a admiração da esquerda uruguaia e até mesmo de seus adversários políticos, chegando a ser comparado com Artigas. “El Chê uruguayo”, como também era chamado, merece maior atenção da que podemos brindar nesse trabalho. Para mais sobre Raul Sendic, recomendamos a leitura de SENDIC, Raul. **Reflexiones sobre políticas económicas. Apuntes desde la prisión.** Mexico: Tierra de Fuego. 1984; SENDIC, Raul. **Cartas desde la prisión.** Montevideo. 1984. BLIXEN, Samuel. **Sendic: Las vidas de un tupamaro.** Montevideo: Trilce. 2000.

muitas casas tinham apenas os tetos de palha sem paredes, e nas panelas, quase nada para comer.

Os peludos viviam nas propriedades dos patrões ou na beira das estradas. Quando tinham trabalho, muitas vezes não recebiam em dinheiro, mas em boletos ou bônus, que lhes dava o direito de comprar na cantina do patrão.

El “bebe” Sendic, como era conhecido pelos seus companheiros, procurou trabalhar na organização dos trabalhadores rurais para que estes reivindicassem seus direitos conhecido que era das leis trabalhistas, procurou difundir-las entre os trabalhadores e assim, em 1961, fundou a UTAA (*Unión de los Trabajadores del Azúcar de Artigas*), o “sindicato dos pobres” como ficou conhecido posteriormente.

Entre as reivindicações iniciais, constavam as 8 horas de jornada de trabalho para o trabalhador rural, fim dos boletos, pagamentos em dinheiro, cumprimento das lizeças e pagamentos das recisões. Os trabalhadores rurais trabalhavam mais de 12 horas em períodos de safra, não recebiam 13º (aguinaldo em espanhol), férias, multa por recisão, licença maternidade, entre outras garantias que já constavam na legislação uruguaia na época.

O foco central eram os direitos trabalhistas,

Participaron de las marchas a Montevideo?

Doña Eva: Sí. Estuvimos tres meses en Itacumbú y nos vinimos acá, en la calle Melo en un sitio que era de un compañero que ya es fallecido. Y ahí fue que se fue a Montevideo luchando por la Ley de ocho horas. En ese entonces no se conocía aguinaldo, ni licencia ni despido, se pagaba con bonos, plata se veía de vez en cuando. El trabajador no tenía derechos.<sup>86</sup> (GRUPO DE EXTENSION UNIVERSITÁRIA, S/D).

Já no início de suas atividades a UTAA chamou a atenção da imprensa uruguaia para a questão dos “peludos” de Bella Unión-UY. A declaração de greve<sup>87</sup> iniciada em janeiro de 1962, que após 90 dias sem

<sup>86</sup> Tirado da entrevista a Doña Eva, esposa de Bandera Lima, Bella Unión, marzo del 2003. Acervo da *Extensión Universitaria de Bella Unión*.

<sup>87</sup> A greve foi declarada devido às inúmeras violações das leis trabalhistas constadas, não pagamento de licenças desde 1946, não respeitar domingos e feriados, violação do salário mínimo do trabalhador rural, das 8 horas de jornada de trabalho, pagamento de salário na forma de bônus, e

solução fez com que quase 100 trabalhadores ocupassem a sede da *Compania Agrícola e Industrial del Norte* (CAINSA) e arrancasse assim o que lhes era devido por direito, acabou repercutindo nacionalmente.

O desfecho dessa greve foi fundamental para o movimento camponês, foi no desenrolar dessa luta que “os peludos” compreenderam a eficácia da ação direta como instrumento da luta popular.

En uno de sus primeros documentos, la UTAA narra la acción por la que los *gringos*, que parecían antes tan guapos, agacharon la cabeza y hasta para fumar nos tenían que pedir permiso (UTAA, Artigas quiso tierra pa’ quien la trabaja: 1967). Esa vez, decía Ruben, uno de los dirigentes del sindicato que en 1967 se sumo al MLN-T, vimos verdes por primera vez. No conocíamos verdes, refiriéndose de este modo a los integrantes del ejército, pero enseguida nos dimos cuenta que estaban ahí por los gringos, para defenderlos a ellos. Cuando Ruben narra esa jornada, su énfasis se ubica en la importancia que tuvo esta acción violenta para los peludos que comprobaron que con la fuerza la cosa marchaba más rápido, eso a los peludos les quedó dando vueltas, como que se dieron cuenta que era así, como siempre, a palo y garrote, que se ganaba pa’ nosotros. (MERENSON, 2010:84).

Logo após esse episódio, em 24 de Abril de 1962 partiu de Bella Unión a primeira marcha da UTAA. Essa marcha pode ser considerada como fundacional e ficou marcada pela aproximação com a esquerda de Montevideú e pelos conflitos que se deram na CSU (Confederación Sindical del Uruguay)<sup>88</sup>. (MERESON, 2010)

---

descumprimento das condições de trabalho e de moradia nas fazendas açucareiras. (MERENSON, 2010)

<sup>88</sup> Central sindical que estava atrelada aos interesses patronais, em função disso, fundou-se em 1964 a CNT (Convención Nacional de los Trabajadores) como instrumento de luta dos trabalhadores no Uruguai. O enfrentamento nas portas da CSU resultou na morte, por ferimento de bala, de uma cidadã que passava pelo local no momento do conflito. Os “peludos” atribuem o feito a grupos fascistas que agiam dentro da CSU, porém, a polícia acabou prendendo 34 “peludos” entre os quais Raul Sendic.

As marchas foram momentos importantes na vida política e luta da UTAA, passavam por diversos povoados, construindo um diálogo com as comunidades no sentido de identificação. À medida que foram sensibilizando a população para a situação em que se encontravam também iam trabalhando a consciência e a organização popular, ganhando adesão e apoio, no campo o discurso era de identificação.

Nuestra vida se parece a la tuya, nuestra ropa se parece a la tuya, nuestras manos se parecen a las tuyas, nuestra muerte en un hospital o en una desgracia se parecerá a la tuya y, nuestra tumba, como la tuya, estará al borde del cementerio, como nuestro rancho esta al borde pobre del pueblo. Comunicado de UTAA 1967 (MERENSON, 2010:77)

Nas áreas urbanas procuravam dirigir-se aos trabalhadores urbanos identificando um inimigo comum e opressor, o capitalismo.

Os efeitos da mobilização logo se fizeram sentir, se por um lado, as reivindicações organizadas foram consideradas “desnecessárias”, “intoleráveis” e “subversivas” pelos patrões na campanha e pelas elites urbanas, por outro, obrigou que fossem cumpridas as leis trabalhistas.

As marchas colocaram às claras os problemas sociais gerados pelos séculos de manutenção do latifúndio, que nenhum governo, por mais progressista que fosse, teve coragem de enfrentar a fundo.

Merenson (2010:76), amparada na matéria do Jornal El Popular destaca,

La presencia de los peludos en la capital impactó en el centro del relato normativo del Uruguay batllista, dando lugar a la lectura generacional desencantada de quienes nos formamos oyendo hablar del ‘adelantado’ contenido social de nuestra legislación, de la “ley de 8 horas”, del “descanso semanal obligatorio”, del “amparo a la mujer madre, cualquiera sea su estado civil” (El Popular, 2-4-1964).

Houve uma grande comoção da sociedade uruguaia, mas também mobilizaram-se os setores reacionários. Caso “os peludos” estivessem marchando à procura de caridade e doações, certamente parte da elite uruguaia teria feito campanhas de doações. Porém os “peludos” de Bella Unión, não estavam mendigado, estavam exigindo o que era seu por

direito e mostrando a cara de um Uruguai até então esquecido no interior do país.

Um Uruguai mestiço, com feições e corpos que remetiam aos povos originários, com a pele escura do sangue negro que também corre nas veias do povo pobre deste Uruguai, um Uruguai com poucos dentes, muitos calos nas mãos e pouca ou nenhuma instrução. Certamente esta não era a expressão da “Suiça da América”, porém, “os peludos” mostravam que esta era também a face de um Uruguai que os uruguaios se negavam a ver.

A resposta dos patrões no meio rural veio na forma de demissões e “listas negras”, como ficaram conhecidas as listas que circulavam entre os patrões com o nome dos trabalhadores rurais que pertenciam a UTAA e, portanto, não deveriam mais ser contratados. Os patrões justificavam a necessidade de diminuir o número de trabalhadores visto que haviam aumentado os encargos, gerando assim mais pobreza nos campos e aproveitando para penalizar os que lutavam por direitos.

É justamente nesse período que a UTAA, juntamente com Raul Sendic, passou a apontar para o ponto crucial do problema, a questão da terra. A necessidade de Reforma Agrária no Uruguai, uma reforma ampla e radical, sem indenizações, a terra deveria pertencer a quem nela trabalha. Era a saída encontrada para tirar esses trabalhadores das precárias condições em que se encontravam.

Os trechos extraídos do comunicado da UTAA de 1968 (ver Quadro 2), demonstram a direção para qual o movimento apontava, exigindo terra, revela a importância que teve Raul Sendic para a organização dos “peludos”. Nesse período, Raul Sendic tinha passado à clandestinidade, após ser acusado de ser um dos responsáveis pelo assalto a um clube de tiro, de onde foram subtraídas algumas armas, que segundo as autoridades, seriam utilizadas para armar “os peludos” na sua luta pela terra.

As marchas que seguem são marcadas pelo apoio e maior aproximação da esquerda revolucionária uruguiaia, forma-se uma coordenação de grupos e movimentos para prestar apoio, *El Cordinador*<sup>89</sup>, composto por militantes de diversas matrizes ideológicas

---

<sup>89</sup> El Cordinador será o embrião do MLN-Tupamaros, organização política fudada por Raul Sendic, com forte militância campesina, que fez a opção pela via armada através da criação de uma guerrilha urbana. Após a redemocratização o MLN-Tupamaros seguiu a via eleitoral. Os militantes anarquistas da FAU não aderiram ao MLN-Tupamaros, por já pertencerem a uma organização política com identificação ideológica, seguiram apoiando a

de cunho revolucionário<sup>90</sup>, desde maoístas, integrantes do partido socialista, anarquistas da FAU e de outras vertentes libertárias, entre outros apoiadores sem matriz ideológica definida, em sua maioria estudantes.

O Uruguai está em outro momento histórico. A vitoriosa revolução cubana, por um lado, passou a inspirar levantes e guerrilhas, alimentado os ideais revolucionários, por outro, fez com que os Estados Unidos da América, adotassem outra política para a América Latina.

### **Quadro 2. Trechos do comunicado de 1968 da UTAA**

#### **ARTIGAS QUISO TIERRA PA' QUIEN LA TRABAJA**

Hermano trabajador del campo [...]:

“Los peludos queremos ser dueños de las 33 000 hectáreas de tierra para hacer una gran cooperativa, trabajar todos en común, todos para todos, y donde no haya explotados y explotadores. [...] “Hace 153 años que el Libertador dijo esto, y la mayoría de los trabajadores del campo, con la única tierra que contamos, es con los dos metros para pudrirnos después de muertos.[...]”

Y mientras nosotros, los pobres, doblamos el lomo dentro del barro [...] los dueños a la sombra, lustrosos de gordos, recibiendo en su cantina, con la mano izquierda, la poca plata que nos pagaron con la mano derecha.

Este sistema de explotación, donde el rico es cada vez más rico, y el pobre es cada vez más pobre se llama Capitalismo, y cuando el dinero va a parar a manos de los gringos extranjeros se llama Imperialismo.

Pero algo ocurrió hace seis años en Bella Unión. Todo parecía tranquilo, porque los gringos mal acostumbrados y prevalecidos, abusando de nuestra ignorancia, no pagaban los salarios mínimos, ni licencias, ni aguinaldos ni indemnización por despido.[...]

Entonces llegó un hombre a Bella Unión. Era un estudiante de abogado, que no quiso ser doctor, que dejó la carrera y se vino al campo. Le faltaba un solo exámen para recibirse de abogado.

Era un hombre manso y tranquilo, de ojos claros, limpios, que hablaba fácil y despacio, para que todos lo entendieran. Había dejado a su esposa y a sus hijos, se largó al campo, y apareció en los cañaverales. Este hombre se llamaba Raúl Sendic.

El nos abrió los ojos; nos explicó nuestros derechos gracias a él nos agremiamos, y presentamos a los gringos nuestros reclamos.

Fuimos tratados con desprecio, como en el tiempo de los esclavos.

No hubo arreglo, y nosotros los cañeros, los *peludos* como nos llamamos, fuimos con Sendic a la cabeza, a acampar a los montes del arroyo Itacumbú, cerca de las azucareras.”

*Fragments tomados del manifiesto de UTAA en la Tercera Marcha por todo el país, año 1968, se encuentra en los anexos del libro de Ruben Prieto, “Por la tierra y la libertad...”, NORDAN Comunidad (GRUPO EXTENSION UNIVERSITARIA, S/D)*

UTAA e fizeram ações conjuntas com o MLN-Tupamaros por meio de sua própria organização armada a OPR-33.

<sup>90</sup> Entre os quais a Federación Anarquista Uruguaya, o Movimiento de Acción Popular Uruguayo, o Movimiento de Izquierda Revolucionaria, o Partido Socialista e o Movimiento Revolucionario Oriental.

A CIA (*Central Intelligence Agency*) passou a operar junto aos governos de diversos países latinoamericanos com o intuito de evitar novas revoluções. A Aliança para o Progresso negociava apoio político em troca dos dólares americanos para a fragilizada economia dos países latinoamericanos.

A diminuição de postos de trabalho, nos frigoríficos, na metalurgia, na administração e serviços públicos, seguido de tentativas patronais e estatais de tentar diminuir a força dos sindicatos enquanto aplica novas medidas econômicas junta-se às marchas, greves, ocupações de engenhos e terras promovidas pela UTAA, bem com a mobilização dos produtores de beterraba, trabalhadores do leite, dos trabalhadores do arroz, para formarem um espectro revolucionário no país. (MECHOSO, 2006)

Por outro lado, as agências estadunidenses passaram a treinar agentes de segurança pública e a fomentar grupos contrarrevolucionários, é o período de ascensão do fascismo no Uruguai, período em que surgiram os esquadrões da morte, com uma relação muito próxima entre as embaixadas estadunidenses, os serviços de inteligência do Estado e os grupos de civis e empresários contrarrevolucionários. (MECHOSO, 2006; PEREIRA, 2010).

A violência e as perseguições políticas no Uruguai começaram muito antes da ditadura que se instalou em 1973. Assim, a luta de classes no Uruguai atinge o nível de luta armada antes da ditadura. Parte das organizações políticas que formavam “*El cordinador*”, fundam junto com Raul Sendic<sup>91</sup>, o MLN-T (*Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros*)<sup>92</sup>, organização política que adotou a guerrilha urbana como tática.

Grande parte dos militantes da UTAA engrossa as fileiras do MLN-T. Enquanto isso, como movimento político os camponeses continuavam obilizando, reivindicando terras e levantando a bandeira “*Por la tierra y con Sendic*”<sup>93</sup>, demarcando claramente a sua

---

<sup>91</sup> Nesse período Raul Sendic já havia deixado o partido socialista e se dedicado a construir a luta armada no país.

<sup>92</sup> Para mais sobre a história e a experiência do MLN-Tupamaros no Uruguai ver: ALDRIGHI, 20011 e CABRAL, 2007.

<sup>93</sup> Essa bandeira de luta levantada nos cartazes pelos camponeses e pichada nos muros de Montevideú, pela esquerda revolucionária, não era aceita pelo PCU (Partido Comunista Uruguaio), que sob a orientação de Moscou não apoiava a luta armada e apostava na via eleitoral.

reivindicação e, ao mesmo tempo, declarando apoio ao líder guerrilheiro do MLN-T.

Em 1973, logo após as forças armadas conseguirem desarticular o MLN-T, o Uruguai passa de uma “ditadura constitucional”<sup>94</sup> à uma ditadura militar. Com a derrota das organizações guerrilheiras, pouco ou quase nada foi possível fazer para resistir ao período ditatorial.

Dessa maneira, a luta pela terra será sufocada no Uruguai. Bella Unión, aquela pequena e distante localidade fronteiriça, torna-se uma das áreas mais militarizadas do Uruguai. “Os peludos” e suas famílias são perseguidos, muitos presos, assassinados e desaparecidos, ainda que não tenham se envolvido diretamente com a guerrilha. (ECHEVERRIBORDA, 2007;)

Somente em 1984, com o fim do período ditatorial é que a organização em torno da luta pela terra pôde ser retomada. Apesar de sufocada, a questão da terra continuava a ser sentida na pele pelos “peludos”, como veremos adiante.

É importante colocar que o processo de exploração da agroindústria em Bella Union começa com a iniciativa do Estado, pós crise de 1929, em reorientar seu modelo produtivo, dando início a uma política de substituição de importação. A ISI (Industrialización substitutiva de importación) como ficou conhecida no Uruguai, consistiu no aprofundamento da política battlista de utilizar os excedentes de capitais da criação de gado no fomento à indústria (OTERO, 2011).

Dessa maneira, sob a forte influência do protecionismo neobatllista, em 1941 começa a se formar o complexo açucareiro em Bella Unión com a instalação da *Compañia Azucarera de Artigas S.A* (CAASA) e em 1946 da *Azucarera Rioplatense Sociedad Anónima*

---

<sup>94</sup> O período de 1968 a 1973 foi considerado um período de ditadura constitucional, devido às medidas tomadas pelo governo Gestido e Pacheco Areco. Nesse período, cinco organizações políticas foram colocadas na clandestinidade: O Partido Socialista (PS), o Movimento Revolucionário Oriental (MRO), a Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), o Movimento de Ação Popular Uruguiaio (MAPU) e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR); teve início a censura da imprensa com o fechamento dos diários *El Sol* e *Época*. As repressões à manifestações políticas aumentaram ao ponto de, em uma manifestação contra o aumento dos ônibus, assassinarem ao estudante Liber Arce, posteriormente, em outras manifestações foram assassinados também os estudantes Susana Pintos e Hugo de Los Santos. No Uruguai, o golpe caracteriza-se mais pela continuidade do que com uma ruptura, foi o coroamento de um período autoritário. (RUGAI, 2012)

(LARSA-CAINSA) e em 1965 a CALNU (*Cooperativa Agraria Limitada del Norte Uruguayo*)

O protecionismo estatal fará com que os altos investimentos necessários à implantação de uma indústria açucareira não representem um empecilho para os empresários. A “*Ley de espécies sacarígenes*”, de 1950, declara de interesse nacional o cultivo da cana.

Porém, com a decadência do modelo neobatllista e a ascensão de um governo do partido Blanco em 1958, os investimentos que eram de capital nacional, aos poucos foram passando ao capital estrangeiro. Em 1961, a *American Factory* compra a LARSA-CAINSA. Os EUA procuravam outros países para abastecer-se de açúcar após a revolução cubana. (OTERO, 2011)

É nesse contexto que surge a UTAA, devido às precárias condições a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. A luta dos trabalhadores de Bella Unión estava inserida dentro de um contexto de rearticulação de mercados capitalitas em escalas maiores. Os trabalhadores rurais talvez não tivessem a leitura clara desse processo, mas perceberam logo que agora estavam tendo que lidar com “*los gringos*”.

Porém, com o triunfo da ditadura no Uruguai, programa-se a agenda neoliberal, os trabalhadores sofrem com congelamento de salários e perdas sucessivas de direitos. Foram os trabalhadores que passaram a assumir os custos da crise do capital. (OTERO, 2011)

Em fins da década de 70, o governo militar procurou dar novo impulso ao setor industrial e criou um polo de desenvolvimento industrial na região, o que possibilitou a instalação de novas indústrias. Para Otero (2011), o Estado procurava também aumentar a sua influência em um território que havia servido de resistência contra os setores conservadores que agora governavam sob a ditadura.

Com a instalação das indústrias, surge o SOCA (*Sindicato de Obreros de la Caña de Azucar*), assim os trabalhadores da fábrica se reuniam nesse sindicato e os trabalhadores rurais na UTAA.

Oyhantçabal y Carámbula (2011) afirmam que o esgotamento do modelo de substituição de importação, a redução do salário real, e a implantação da agenda neoliberal por parte da ditadura militar (1973-1985) foram golpes muito duros para a indústria açucareira. Por esse motivo, a burguesia local passou a procurar alternativas, entre as quais a horticultura altamente tecnificada e a fruticultura.

Apesar de todas essas iniciativas já apontarem para a decadência da produção açucareira, a criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) em 1991, deu o tiro de misericórdia na indústria açucareira. O

desmantelamento do setor trouxe duras consequências para a região, com desemprego nas fábricas e nos campos.

A UTAA, que havia sido fechada durante a ditadura e vinha de um processo de reconstrução após a reabertura em 1985 enfrentava dificuldades para fazer frente a essa situação. Apesar de não ter baixado a bandeira da luta pela terra, esse é um período difícil para os militantes da UTAA, uma etapa de refundação que envolve as novas gerações de militantes e a velha que voltava da prisão e do exílio. (MERENSON, 2008)

A influência de setores comunistas do Frente Amplio fez com que uma parte dos militantes da UTAA fundasse o SUTRA (*Sindicato Único de Trabajadores de Artigas*) tendo como justificativa o medo que parte do povo de Bella Unión tinha do envolvimento da UTAA com a guerrilha e a necessidade de criar um movimento de massas de todos os trabalhadores rurais da região (MERENSON, 2008).

Colacho, um militante histórico da UTAA, afirma que a criação do novo sindicato fez parte de um duplo cerco que era realizado contra a UTAA. Por um lado os patrões e o Estado que tinham medo do nível de radicalidade que a UTAA era capaz de gerar, por outro, a velha esquerda reformista que nunca apoiou o sindicato.

Y yo siempre digo que hay un doble cerco de las patronales contra UTAA y del resto de la izquierda contra UTAA en esa época. Porque se largaron a formar un sindicato nuevo con compañeros que habían pertenecido a UTAA que fuera más favorables a las patronales. Y eso se expresa en la firma de un convenio prácticamente sin luchas, a partir de negociaciones.

Hoy día se puede decir que ese sindicato fue fundado a partir de militantes del Frente Amplio pero con una buena mano de Daniel Moraes por ejemplo, que alguna vez se lo echó en cara porque él pensó que podía formar un sindicato y manejarlo. Y ese sindicato adquiere su independencia y defendió intereses de clase pero en definitiva generó un debilitamiento en el movimiento obrero en la medida que se formó otra estructura sindical y ese fue un enfrentamiento que duró mucho tiempo<sup>95</sup>.

---

<sup>95</sup> Entrevista a Nicolás Colacho Estévez, Bella Unión 21 de dezembro de 2002 (Acervo Grupo de Extensión Univesitária de Bella Unión).

(GRUPO DE EXTENSION UNIVERSITÁRIA,  
S/D)

Diante de um período de grande crise e com parte da militância atuando agora em outro sindicato, a U.T.A.A. adotou como estratégia integrar a todos os que sempre estiveram juntos em suas lutas. O sindicato procurou reposicionar-se no contexto da crise e se abriu para as mulheres desempregadas, empregadas domésticas e para os jovens, reivindicando novamente as ideias de Raul Sendic, ou seja, acessar a terra.<sup>96</sup>

Siempre se tuvo la pauta de que UTAA era un sindicato de los pobres, UTAA era un movimiento ¿no?. No podía quedarse como era la tradición, teníamos a los trabajadores cañeros, iban las empleadas domésticas, los de la construcción, los empleados públicos, todo el mundo que tenía problemas iba. Y eso fue toda la vida<sup>97</sup> (GRUPO DE EXTENSION UNIVERSITÁRIA, S/D)

Nesse período, que durou até 1992, a UTAA permaneceu mobilizando os trabalhadores no meio rural e participando das lutas, porém quem representava oficialmente os trabalhadores perante a patronal era o SUTRA. As reivindicações do SUTRA e da UTAA eram semelhantes, porém havia uma grande diferença no trato das patronais com relação aos sindicatos.

Desde el punto de vista sindical - dice Colacho-UTAA define la necesidad de permanecer en el tiempo, reconstruir la policlínica, hablar sobre el tema de los derechos humanos, mejorar los salarios. Es decir tiene una serie de cosas definidas. Y hacemos un trabajo de base que durante bastante tiempo, hasta el 92 por lo menos, somos la picana que en definitiva tratamos de

---

<sup>96</sup> Raul Sendic havia criado “El Movimiento por la Tierra” e se afastado do MLN-Tupamaros, que acabou se tornando uma organização política-eleitoral e passou a fazer parte do Frente Amplio, coalização que assumiu o governo do Uruguai em partir de 2005. Raul Sendic morre em 1989, em decorrência uma doença contraída durante o período que esteve preso, assim não pôde presenciar a segunda onda de ocupações protagonizada pela U.T.A.A.

<sup>97</sup> Abel Santana. Entrevista a NELSON SANTANA (Burro) Y ABEL SANTANA (Burrito), Montevideo, Junho de 2003, Grupo de Extensión Universitária de Bella Unión.

hacer asambleas, movilizar, y los convenios los firma el SUTRA, nosotros no tenemos participación en la firma de los convenios, pero siempre estuvimos presentes en todas las luchas. Incluso el tema de la balanza en la chacra fue UTAA el que lo inició con movilizaciones clandestinas de noche y fue SUTRA el que firmó el convenio. Hay toda una primera etapa hasta el año 92 cuando se rompe el convenio y se hace la primera huelga general, de los trabajadores contra las patronales cuando la patronal rompe el convenio.<sup>98</sup> (GRUPO DE EXTENSIÓN UNIVERSITÁRIA, S/D)

Um episódio importante desse período foi a obrigatoriedade de se implantar uma balança para pesar a cana cortada pelos trabalhadores, pois as empresas eram responsáveis pelas pesagens e posteriormente pagavam os trabalhadores de acordo com o que lhes informavam haver pesado. Os trabalhadores passaram a desconfiar das pesagens e começaram a fazer pesagens clandestinas durante a madrugada e perceberam que estavam sendo roubados pelas empresas na pesagem da cana.

Para os trabalhadores e militantes de UTAA, esse foi um período de reconstrução do sindicato dos pobres, em que houve um processo de retomada do trabalho social, principalmente em duas frentes: a reconstrução da policlínica que funciona até hoje e atende aos trabalhadores de Bella Unión e a luta pela terra com a participação de militantes na construção do Movimiento por la Tierra (MPLT).

A partir de la reinaguración, el 16 de abril de 1986, la policlínica cumple la actividad social del sindicato y se guía por los criterios que le dicta éste. La comisión está compuesta por pacientes y amigos de la policlínica y tiene como función la parte administrativa y los servicios. Nuestra actividad es extender los servicios de la policlínica hacia aquellos lugares más necesitados, no solamente en Bella Unión. Contamos con varios médicos y siempre tratamos de que haya uno en la policlínica. [...] Hoy hemos llegado a las 6 mil historias clínicas y como dije anteriormente,

---

<sup>98</sup> Entrevista a Nicolás Colacho Estévez, Bella Unión 21 de diciembre de 2002 (Acervo Grupo de Extensión Univesitária de Bella Unión).

no damos abasto.<sup>99</sup> (GRUPO DE EXTENSIÓN UNIVERSITÁRIA, S/D)

No caso da luta pela terra, além da participação na organização das lutas dos trabalhadores contra as patronais, foi criado por Raul Sendic e Rodriguez Beletti o MPLT, que começa a coordenar diversas organizações rurais e urbanas a partir de 1986.

O diferencial desse movimento é que além de fazer o trabalho político de agitação e difusão dos direitos trabalhistas, empreende também atividades produtivas (atividades agrícolas e de pesca), bem como capacitação de assalariados e pequenos agricultores rurais. O MPLT promove a luta pela Reforma Agrária coordenando diversos “Comités por La Tierra” no país. Como não poderia deixar de ser, em Bella Unión havia um *Comite Por La Tierra*, com importante trabalho social diretamente ligado aos mais despossuídos.

Hace más de dos años venimos trabajando en el comedor infantil del MPLT instalado en el barrio más pobre de Bella Unión que es el Pueblo Las Piedras. El objetivo del comedor no es solo dar de comer a los gurises, sino tratar de organizar a los vecinos para luchar por el agua, por la vivienda. El pueblo Las Piedras tiene 600 familias y existen solamente 6 canillas. Ahora nos planteamos organizar el MPLT y realizamos una convocatoria donde participaron unos 18 compañeros y compañeras, trabajadores de la caña y amas de casa y también pequeños productores de tomate. Dejamos constituido a partir de ahí, el Comité de Lucha por la Tierra<sup>100</sup>. (GRUPO DE EXTENSIÓN UNIVERSITÁRIA, S/D)

Na década de 90, a UTAA passou a vislumbrar a ideia de ocupar os terrenos abandonados durante a crise dos 90, momento em que, devido ao aprofundamento das medidas neoliberais com a assinatura do MERCOSUL, a agroindústria em Bella Unión enfrentou problemas e viu as plantações de cana passarem de uma superfície de 10.000 ha para 3.000 ha. (ECHAVERRIBORDA et al., 2010).

---

<sup>99</sup> Braccini da direção da policlínica da UTAA (1989), “BOLETIN Especial del Movimiento Por la Tierra”, p.9

<sup>100</sup> Cholo de Bella Unión”, “Reportajes”, Boletín especial del MPLT.

Em 1997, procurando resolver a questão do desemprego e do assalariamento que sempre resultou um problema para “os peludos”, a UTAA propõe junto a outras organizações um projeto de recolonização agrária, em que houvesse uma redistribuição de terras por meio do INC (*Instituto de Colonización*) em favor dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Entretanto, apesar de não estar reivindicando uma reforma agrária, apenas o acesso à terra, o projeto não teve sucesso.

Las estrategias de movilización ante el desmantelamiento de la producción azucarera a lo largo de los noventa fueron variadas: la huelga del 92, las chacras sindicales de UTAA, proyecto de recolonización agraria en 1997, marchas hacia Montevideo, entre otras. Sin embargo, la producción azucarera continuaba estancada. Finalmente en el 2000 el Poder Ejecutivo liberalizó completamente las importaciones de crudo y modificó los aranceles para la importación de azúcar refinado. Tras esta medida implementada desde el gobierno, se profundizó la crisis que se vivía en la zona. El nuevo siglo se inicia con una situación más que alarmante en Bella Unión. Una vez que se decide desmantelar la producción azucarera, los trabajadores quedan sin ningún tipo de alternativa laboral. Los industriales pasaron al seguro de paro, los cortadores buscaron alguna “changa” y quién pudo, emigró rápidamente. (OTERO, 2011:24)

A situação dos trabalhadores rurais em Bella Unión no início da década de 2000 era alarmante, “*los que tenían algo se rajaron, el resto, los trabajadores, quedamo acá, muertos de hambre*” “*ese período fue la muerte misma*” (Fragmento de entrevista a trabalhador de ALUR.S.A em OTERO, 2011). E a situação continuou assim até 2005.

Somente em 2005, momento em que a composição de Frente Amplio - definida por Echeverriborda (2010) e Oyhantçabal & Carámbula (2011) como uma coalização social-democrata, de caráter policlassista, mas que também atende, ainda que de forma marginal, o interesse da classe trabalhadora - assumiu o poder, derrotando pela primeira vez na história, os partidos que historicamente protagonizaram a política uruguaia os Blancos e os Colorados, que os “peludos” retomaram as esperanças de acesso à terra.

Uma das primeiras iniciativas do novo governo para enfrentar a crise foi retomar o polo de desenvolvimento em Bella Unión, estimulando a produção de açúcar, etanol e energia. Os trabalhadores rurais imaginaram que teriam um governo favorável e começaram uma série de negociações para reivindicar o acesso à terra. (OYHANTÇABAL, 2011)

Em 2005, Bella Unión vivia um momento delicado com o estancamento da produção de cana e a CALNU<sup>101</sup> passando por sérios problemas econômicos. Diante dos sinais que o governo dava de reabilitação do setor açucareiro na região, entre os quais emissão de decretos que liberavam novas linhas de crédito e garantias de compra dos produtos, tiveram início novas disputas entre os setores sociais.

A MAN (E.D y F Man Malasses Limited) que estava associada à CALNU, manifestou interesse em novamente investir na região reativando o complexo. Havia agora dois projetos: a reativação do complexo pela CALNU associada a transnacional MAN ou a reativação do complexo com intervenção do Estado.

Houve uma intensa mobilização social para que a reativação do complexo se desse com a intervenção estatal e participação dos trabalhadores. A correlação de forças existentes naquele momento permitiu a ação do Estado. Ocorreu uma decisão mediada, houve a intervenção do Estado que criou a ALUR S.A. (Alcoholes del Uruguay), empresa estatal de direito privado com 90% de participação da empresa estatal ANCAP (Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland) e 10% da PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.)

A ALUR S.A. se instala em janeiro de 2006 no marco de uma negociação com a CALNU, em que a empresa adquire as cartas de crédito da CALNU com o Banco da República em troca do engenho, dos imóveis e o resto do ativo fixo. A empresa assume também a dívida dos produtores com o banco e da CALNU com os produtores de cana e em troca disso, a CALNU cede, por 10 anos, para a ALUR S.A. o arrendamento de todos os ativos fixos de sua propriedade.

Nesse período os trabalhadores colocaram o acesso à terra como ponto central de suas negociações. A ação estatal, porém, não modifica a

---

<sup>101</sup> CALNU (Cooperativa Agropecuaria Limitada Norte Uruguayo), era a empresa que representava a oligarquia local em Bella Unión. Apesar de haver construído um monopólio local da exploração de Cana a CALNU econtrava-se endividada e havia se associado à transnacional E.D y F Man Malasses Limited, transnacional inglesa que comercializa importantes quantidades de açúcar no mercado mundial.

destruição desigual da terra, o projeto beneficia os setores que concentram as maiores superfícies de terra. Diante dessa realidade, no dia 15 de Janeiro de 2006, os trabalhadores dos sindicatos SOCA, UTAA e APAARBU (Asociación de Pequeños Agricultores y Asalariados Rurales de Bella Unión), ocuparam dois lotes do INC (Instituto Nacional de Colonización), na Colônia España, que fica próximo ao engenho. (ECHEVERRIBORDA, 2007)

Entre as reivindicações encontram-se a necessidade de uma política de terras que atenda aos interesses dos trabalhadores e produtores familiares; que se priorizem as cooperativas de trabalhadores rurais na cessão de terras do INC e no acesso ao crédito; um modelo diversificado de produção visando a segurança e a soberania alimentar para evitar a monocultura de cana na região; a limitação da área das grandes plantações e a participação direta na implementação do *Proyecto Sucro-alcoholero* em Bella Unión (OYHANTÇABAL, 2011).

A ocupação das terras gerou um processo de conflitos e negociações com o Instituto de Colonização que resultou num acordo que previa a entrega dos 2 lotes ocupados para a ALUR S.A., e esta, por sua vez, ficaria responsável por ceder às terras para uma cooperativa de trabalhadores composta pelos ocupantes.

Esse processo é parecido com um arrendamento, nota-se também que as terras não são repassadas aos ocupantes, mas o repasse do INC se dá para a ALUR S.A., configurando-se em uma cessão por tempo determinado, o mesmo ocorre com a cessão da ALUR aos ocupantes. Fato pouco comentado nos textos a respeito do processo é que os ocupantes pagam uma taxa para poder trabalhar na terra que “recebem” do INC e da ALUR S.A.

Porém, apesar de disso, outras duas conquistas desse processo de negociações foram importantes para o processo de luta pela terra: a criação de um programa geral de formação que se materializou no *Centro de Formación Popular de Bella Unión* (Figura 27) e a criação de uma Comissão de Políticas de Terra (CPT), que reúne trabalhadores e instituições com o propósito de atender a demanda de terra (OYHANTÇABAL & CARÁMBUL, 2011).

Esses espaços são importantes para o desenvolvimento da luta pela terra em Bella Unión, o Centro de Formação de Bella Unión, inspira-se no que representa a Escola Florestán Fernandes para o MST no Brasil e é composto pela Universidade da República, através da Extensão Universitária e pela UTAA (*Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas*), SOCA (*Sindicato de Obreros de la Caña de Azúcar*), APAARBU (*Asociación de Pequeños Agricultores y*

*Asalariados Rurales de Bella Unión*), *Gremial Granjera*, SUCAL (*Sindicato Único de Calagua*), SOCAL (*Sindicato de Obreros de Calvinor*), *Grupo “Mandiyu”*, Colonos da Colonia Raúl Sendic Antonaccio, trabalhadores da saúde pública, entre outros.

**Figura 27: Pintura no Centro de Formação de Bella Unión**



Foto do Autor em trabalho de campo janeiro de 2013.

Percebe-se que o MST é visto pelos ocupantes como um grande exemplo de luta pela terra. Assim como Raul Sendic, o MST está presente nas falas, nas analogias, na simbologia e eventualmente aparece uma camiseta ou uma bandeira colocada na parede próxima à foto de Raul Sendic, quase sempre presente nos espaços de reunião.

O Centro de Formação Popular tem proporcionado também a ação da Extensión Universitária da Universidade da República, que vem trabalhando em Bella Unión e tem sido uma importante aliada dos trabalhadores rurais, com a participação de jovens docentes engajados em procurar alternativas de produção e organização que contemplem esses trabalhadores.

Esse processo de luta pela terra desencadeia uma série de ações que possibilitam o acesso à terra aos “peludos”. Em Julho de 2006, ALUR arrenda 473 ha na localidade de “*Campos de Placeres*” e

fraciona 39 parcelas de 10 ha para sub-arrendar a trabalhadores das organizações APAARBU, Gremial Granjera e UTAA.

Em 2007, o *Grupo Mandiyú* de pequenos agricultores que produzem leite, sem que tenham terras para criar o seu gado, ocupa 400 ha do INC com o apoio da UTAA e militantes de outras organizações, a causa foi ajuizada e o grupo conseguiu acessar a terra como usufruto precário para pastoreio. A luta do grupo Madiyú, é agora para poder além de pastorear na terra viver nela, pois o INC não lhes permite morar nos lotes.

Mesmo assim, algumas famílias, como forma de resistência, ocupam os lotes para morar e criar, além do gado leiteiro, outros animais (galinhas, ovelhas, porcos, cavalos, etc.) e plantar as suas hortas de autoconsumo. Entretanto, essas famílias vivem a constante insegurança de não saber por quanto tempo mais poderão permanecer na terra, visto que o INC faz contratos anuais de cessão que precisam ser renovados. Apesar de toda essa situação de insegurança, os ocupantes precisam pagar ao INC para produzir na terra.

Em 2008, por meio da negociação na CPT, um grupo de 6 trabalhadores da UTAA, que formam uma cooperativa (Grupo Itacumbú), conseguem acessar a 170 ha de terras do INC para a produção de leite e cana de açúcar. Também em 2008, o INC compra 2.000 hectares, divide-os em 6 frações de terra e forma a Colônia Raúl Sendic Antonaccio (**Figura 28**) em que projeta destinar 1600 ha para a produção de cana e 400 ha para diversificação (horticultura, criação de gado, suinocultura, etc.).

A formação da Colonia passa a ser negociada na CPT e depois de intensas negociações, delibera-se que 4 das 6 frações sejam ocupadas por trabalhadores indicados pelas organizações: UTAA, SOCA, APAARBU, Gremial Granjera e SUCAL). Em média, 7 a 11 trabalhadores ocuparam cada fração, sob a modalidade de arrendamento em usufruto precário com duração de 2 anos, para produzir coletivamente, ainda assim é estabelecido que antes dos 2 anos o grupo deve se constituir em pessoa jurídica. (BANDERA et al., 2011).

**Figura 28: Colonia Raúl Sendic Antonaccio**

Fonte: BANDERA Et al, 2011.

Depois de um processo de subdivisão e consolidação dos grupos que acessaram a terra na colônia Raul Sendic Antonaccio, a configuração ficou a conforme apresentado na Tabela 12.

TABELA 12. COLONIA RAUL SENDIC: DIVISÃO DE FRAÇÃO POR GRUPO, ÁREA E PRODUTIVIDADE POR INTEGRANTE. <sup>102</sup>					
Grupo	Fração	Organização	Nº Integ.	Área (há)	Área (ha) / integrante
Portón de Fierro	1	Direto	7	273	39,0
Grupo de los 8	2	Direto	8	330	41,25
COAPAARBU 1	3A	APAARBU	5	174	34,8
COAPAARBU 2	3B	APAARBU	4	140	35
COTF4	4	SOCA/SUCAL/ UTAA	8	266	33,25
COOBU	5	Gremial Granjera	9	298	33,11
PELUDOS DEL NORTE 1	6A	UTAAA	6	223	37,16
PELUDOS DEL NORTE 2	6B	UTAAA	5	172	34,4
<b>Total</b>			<b>52</b>	<b>1876</b>	<b>36,07</b>

Fonte: BANDERA et al., 2011

Elaborado por Silvio Marcio M. Machado

A superfície plantada de cana chegou a aproximadamente 900 ha no ano de 2011. A participação dos grupos na produção de cana demonstra um maior equilíbrio entre os grupos, isto levando em consideração a superfície plantada por integrante em cada grupo.

Apesar de os trabalhadores rurais estarem conquistando o acesso à terra, há muitas condicionantes nesse processo que o diferenciam do brasileiro. Em primeiro lugar é importante destacar que esses trabalhadores rurais precisam pagar um arrendamento pela terra, caso não cumpram com o pagamento eles podem ser retirados da terra.

Para se ter uma ideia de como funciona o processo de cessão da terra para os trabalhadores rurais, os trabalhadores da fração nº 3 contraíram dívidas junto ao INC no valor de US\$ 26.300, da fração nº4 são US\$ 32.600, da fração nº 5 US\$ 19.400, da fração nº 6 US\$ 18.200. (BANDERA et al., 2011).

<sup>102</sup> O total de superfície não atinge os 2000 ha porque as áreas comuns, estradas, lagos e rios são contados em separado.

Em segundo lugar, constatou-se localmente que há uma pressão muito grande para que aqueles que acessam à terra plantem para a ALUR S.A., sendo que nas colônias com terras cedidas pela ALUR essa é basicamente uma pré-condição para o acesso à terra.

Grupo	Superfície de Cana (ha) Julho/2011	Sup. Cana / integrante	Toneladas Cana 2011	Ton 2011 / Integrante
Portón de Fierro	128	18,3	8710	1244
Grupo de los 8	114	14,2	5467	683
COAPAARBU 1	67	13,4	4081	816
COAPAARBU 2	64	16,0	3773	943
COTF4	153	19,1	9375	1172
COOBU	109	12,1	6844	760
PELUDOS DEL NORTE 1	122	20,3	9370	1562
PELUDOS DEL NORTE 2	104	20,8	8134	1627
<b>Total</b>	<b>861</b>	<b>16,5</b>	<b>55754</b>	<b>1072</b>

Fonte: BANDERA et al., 2011

Adaptado por Silvio Marcio M. Machado

Essa é uma das facetas da cessão da terra condicionada pelo INC, o projeto de colonização no Uruguai, visa permitir o acesso à terra apenas para quem já esteja capitalizado e tenha as condições de produzir na terra, fato que exclui os camponeses pobres. Mesmo assim, os trabalhadores rurais de Bella Unión lutam para acessar a terra e aos créditos que lhes permita realizar uma produção.

Uma das justificativas dos trabalhadores para continuar lutando pela terra mesmo nessas condições é que o pedaço de terra garante trabalho para o ano inteiro, caso não tenham terra pra trabalhar haverá emprego somente nos períodos de safra o que faz com que tenham que passar por sérias dificuldades na entresafra.

Alguns membros da UTAA estão iniciando um processo de conscientização para que o não pagamento ao INC e o plantio divesificado se tornem as bandeiras principais de todas as organizações que lutam pelo acesso à terra em Bella Unión.

O trabalho na cana de açúcar em geral consome as energias de toda uma família. Em Conversas com alguns trabalhadores rurais, entre os quais a família na qual estivemos hospedados, isto ficou evidente. Estes relataram que devido a um trabalho de convencimento por parte da mulher e dos filhos e um trabalho junto ao Centro de Formação, abandonaram o plantio da cana e vivem da produção do leite, de queijo, de salames e da criação para autoconsumo (ver Figura 29).

Relatam que no período em que trabalhavam na cana, os 2 filhos não tinham condições de estudar, pois precisavam ajudar no trabalho, que era duro e rendia muito pouco. Além de precisar cobrar da empresa o que lhes era de direito, ficavam aguardando o pagamento por longos períodos, como se tivessem esperando um favor.

Agora, ambos estudam no Liceo em Artigas e tem intenção de frequentar a universidade e cursar medicina veterinária, o objetivo é poder voltar para a terra e ajudar a família e os demais peludos que estão produzindo leite. O desejo desses jovens é de permanecer na terra.

Outro exemplo de trabalhadores que estão abandonando a cana é o dos produtores de leite do Grupo Mandiyú que ocuparam terras do INC e conseguiram o direito de pastorear seu gado. (Figura 30)

A luta dos trabalhadores que acessam à terra em Bella Unión inclui a negociação para poder morar na mesma localidade em que produzem. Essa condição de cessão temporária e com condicionantes por parte do INC, impede que os trabalhadores sequer pensem em realizar melhorias nas propriedades, pois não há certeza de que se irá usufruir dos benefícios das mesmas.

Diferente do que se percebe nos assentamentos em Santana do Livramento, em que, segundo a própria política estatal, o embelezamento das casas ajuda a construir a auto-estima do assentando, no caso uruguaio não há preocupação por parte do Estado em que os trabalhadores do campo sequer morem nas terras em que produzem.

Mesmo assim, percebe-se nas casas e nos lotes o cuidado com que os trabalhadores tem com a produção, com as terras e com a moradia, e como apresentam os mesmos com bastante orgulho.

Há também uma convicção de que a luta pela terra é a única saída para que possam deixar de ser explorados nas lavouras de cana, um caminho para a conquista da autonomia e garantia de trabalho para ano todo, situação ainda rara em Bella Unión.

As discussões a respeito da luta pela terra são realizadas de forma coletiva em assembleias das quais participam, trabalhadores agremiados em diversos sindicatos e movimentos sociais, além de estudantes e trabalhadores urbanos.

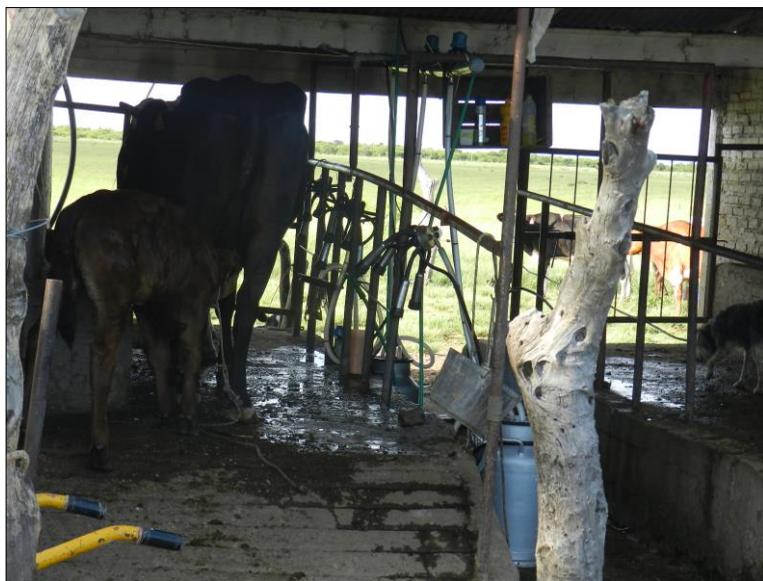
O Centro de Formação Social contribui para introduzir a discussão a respeito da diversificação do plantio, além de ser um importante canal de troca de experiências com outros movimentos sociais camponeses que lutam pela terra, há nos lotes do Centro de Formação uma diversidade de plantios.



**Figura 29: Produção de queijos e salame da Família Thaedy**

Fonte: Acervo do autor, colhida em campo em Janeiro de 2013.

**Figura 30: Ordenhadeiras do Grupo Mandiyu**



Fonte: Acervo do autor, colhida em campo em Janeiro de 2013.

**Figura 31: Horta do Centro de Formação Popular em Bella Unión**



Fonte: Acervo do autor, colhida em campo em Janeiro de 2013.

**Figura 32: Plantio de mudas em estufa em Bella Unión**



Fonte: Acervo do autor, colhida em campo em Janeiro de 2013.

**Figura 33: Grupo Mandiyu, Extensión Universitária e Estudiantes**



Fonte: Acervo do autor, colhida em campo em Janeiro de 2013.

**Figura 34: Canteiros com plantio diversificado no Centro de Formação Popular em Bella Unión**



Fonte: Acervo do autor, colhida em campo em Janeiro de 2013.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, a questão agrária e camponesa na fronteira apresentou-se como um desafio. Fazia-se necessário verificar a existência e as características do campesinato fronteiriço.

Os assentados em Santana do Livramento, em geral oriundos da serra gaúcha e de outras regiões, assumem a identidade camponesa. No entanto, na fronteira o termo camponês é menos usual, o fronteiriço parece ter certo receio em assumir-se enquanto camponês, muito mais pelo estranhamento que lhe causa o termo do que por rejeição ao mesmo.

O gaúcho pobre na fronteira é chamado de “paysano”, termo que funciona como um sinônimo de campesinato, pois carrega consigo uma identificação de classe, um modo de vida peculiar e, sobretudo, uma identificação com o território. O termo “paysano” parece ser culturalmente melhor adaptado aos pampas.

Ao analisar as características desses que lutam por terra na fronteira, é possível traçar muitas semelhanças. O trabalho coletivo, a luta pela terra, o sentimento de pertencimento ao meio rural e o desejo de viver e se reproduzir a sua maneira, com autonomia, nos campos são características que se fazem presentes.

A opção pela utilização do termo campesinato, no presente trabalho, aparece como forma de valorização da autoidentificação desses sujeitos que atuam nos movimentos sociais na região e como uma opção política.

No caso brasileiro, o MST se identifica claramente como um movimento camponês. No caso uruguaio, “os peludos”, em sua maioria trabalhadores rurais sazonais, também se identificaram com o termo campesinato, tanto que chamavam a Raul Sendic de líder camponês. Posteriormente, apenas o termo “peludo” já era suficiente para lhes identificar. Entretanto, não é raro ouvir entre uma conversa e outra a palavra “*campesino*”, assim como paysano e trabalhador rural.

Para a Via Campesina, movimento que se identifica como camponês e que tem sido importante para a luta pela terra em âmbito mundial, o campesinato compreende uma ampla gama de sujeitos no meio rural. Dentro de uma racionalidade própria, e de posse dos recursos naturais, o campesinato procura em primeiro lugar satisfazer as necessidades do núcleo familiar e, dentro do possível, da comunidade em que vive. (VIA CAMPESINA, 2004)

Essa definição parece derivar da teoria de Teodor Shanin, para quem o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida. A definição da Via Campesina busca adequar-se às características dos povos que habitam o meio rural, que é plural, identificando assim toda uma diversidade de sujeitos que desenvolvem uma lógica camponesa, a qual se diferencia da lógica do capital, reunindo-os baixo uma identificação camponesa que lhes confira um caráter de classe.

Na pesquisa a respeito da fronteira, encontraram-se evidências de que a pequena exploração agrícola, voltada para a subsistência e o comércio local, era mais significativa do que costumam relatar os livros de história tradicionais, em que o meio rural do Rio Grande do Sul e do Uruguai, aparece monopolizado pela grande propriedade, sem espaço para o desenvolvimento de um campesinato.

Nesse sentido, os inventários *post mortem* utilizados por Farinatti (2009), como fonte para desvendar o funcionamento da concentração de terras no município de Alegrete no século XIX, acabaram por revelar um meio rural muito mais diverso, no qual cohabitavam diversos tipos de propriedades e onde as pequenas propriedades representavam uma parcela importante.

Ao percorrer a respeito do cercamento dos campos no Uruguai, tanto Nahum (1968) quanto Maubrigades (2000), são unânimes em ressaltar o impacto social causado pelos mesmos na pequena propriedade, seja de posseiros ou proprietários, e na população pobre do meio rural. Segundo os autores, havia muitas famílias que viviam nas divisas indefinidas das grandes propriedades.

Devido às guerras e às constantes mudanças de domínios que caracterizaram a formação sócio-espacial fronteiriça, tornava-se difícil ao pequeno proprietário sobreviver na pampa. Além disso, a apropriação da terra, facilitada pelas medidas estatais, tornou-se a regra na região. No território em que passaram a imperar os militares e caudilhos, havia pouco espaço para os pequenos.

Apesar de todas as dificuldades, fica evidente a existência de um campesinato que permaneceu resistindo em diferentes momentos da história da formação sócio-espacial fronteiriça. A experiência artiguista, com ampla participação de gaúchos pobres, de indígenas e negros, demonstra que o meio rural fronteiriço do século XIX era composto por um grande contingente de despossuídos que procuravam o acesso à terra para nela viver e se reproduzir.

O ressurgimento da luta pela terra no norte do Uruguai, com “os peludos” de Bella Unión em meados do século XX, revela que esses sujeitos não se retiraram do campo. Pode ser que não tenham acessado a

terra, ou a uma porção de terra suficiente para se sustentar, porém, deixaram claro que no interior do Uruguai havia muitos trabalhadores rurais sem terra.

A luta pela terra esteve presente na região em diversos momentos, sendo silenciada, pela força dos grandes proprietários e pela instalação de uma ditadura empresarial-militar que, entre outros objetivos, visava impedir a realização de uma Reforma Agrária ampla e democrática, silenciando o campesinato.

O fim da ditadura em ambos os países coincide também com o período em que a introdução do pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” trouxe sérias consequências para o campesinato. Este fato, somado à séria crise econômica com que os militares entregaram os governos de Brasil e Uruguai na década de 80, teve como consequência a ruína de pequenos e médios proprietários que perderam suas terras.

Esse contexto fez com que os movimentos de luta pela terra se reorganizassem, reivindicando novamente o acesso à terra e a Reforma Agrária. Tais movimentos se tornaram a expressão atual da luta pela terra em dois países que nunca tiveram uma política séria e eficaz de distribuição de terras.

Portanto, o que se apresenta como reaparecimento do campesinato, expresso na luta pela terra em Bella Unión-UY e pela instalação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento-RS, não representa um fenômeno novo no meio rural fronteiriço. Não há a introdução de um novo sujeito no meio rural, o que há é a recomposição da luta em outras bases por parte daqueles que sempre estiveram segregados do acesso à terra. O que há de novo na fronteira é o surgimento de experiências praticadas em territórios camponeses conquistados através da organização do campesinato por meio dos movimentos sociais de luta pela terra.

Essas experiências ocorrem em uma região assolada pelo desemprego e pela falta de oportunidades, que apesar da grande extensão de terras em seu meio rural, não é capaz de produzir alimentos suficientes para o abastecimento local, fruto da aposta quase que exclusiva na criação extensiva em grandes propriedades.

Nesse contexto, o campesinato organizado em movimentos sociais e de posse de pequenos territórios - os assentamentos - passou a figurar como uma via para mudar essa conjuntura. No caso de Santana do Livramento-RS, local em que a experiência desses movimentos sociais já está mais consolidada, as quase mil famílias camponesas

residentes nos assentamentos conseguiram, por meio de sua organização, mudar a lógica dos espaços rurais em que foram inseridos.

Apesar de todas as dificuldades que estas famílias encontraram ao se instalarem na fronteira, aos poucos, foram estabelecendo uma rede que permitiu reformular as relações no meio rural e movimentar o mesmo.

As famílias camponesas trouxeram vida ao meio rural, forçaram com muita luta, por meio de manifestações e ocupações de órgãos públicos, a recuperação de vias que estavam abandonadas no interior do município, também criaram um sistema de transporte que conecta por ônibus vários pontos do meio rural à sede do município.

Introduziram suas mercadorias na beira das estradas, em pequenos mercados e em feiras nos bairros. Realizam reuniões e festas camponesas no meio rural e estabeleceram um sistema interno de trocas informais de produtos e sementes. Toda uma racionalidade campesina que reavivou o meio rural fronteiriço.

Do ponto de vista econômico, a criação da COOPEROESTE surpreende pela capacidade produtiva. A cooperativa abastece entidades carentes na grande Porto Alegre e em Santana do Livramento com produtos agrícolas entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos e impulsiona a criação de uma bacia leiteira. Este fato em um município que não possui nenhuma grande indústria, depois do fechamento dos frigoríficos e lanifícios na década de 90, é sem dúvida uma grande conquista.

Há também uma grande mudança no que diz respeito à cultura política do município. Os assentados, agindo de forma organizada, entraram na vida política local, seja pela introdução da discussão da luta pela terra, seja pela via eleitoral, na qual também vem conquistando algum espaço.

Apesar de todas essas mudanças, é preciso apontar os limites dessa recriação camponesa que ocorre por meio dos movimentos sociais. Atualmente o MST, maior e mais importante movimento social que luta pela terra na região, tem se dedicado mais ao fortalecimento dos assentamentos já consolidados e empregado menos força na formação de novos acampamentos.

Como resultado, não há mais novos acampamentos e conseqüentemente não se instalaram mais assentamentos no município desde 2008. A política de Reforma Agrária no Brasil é, em grande parte, dependente da pressão dos movimentos sociais, que funcionam como motor da mesma, motivo pelo qual os acampamentos são importantes

instrumentos de pressão e as ocupações de terra promovidas pelos acampados, uma de suas principais ferramentas.

Em Santana do Livramento-RS, pouco mais de 4% das terras foram impactadas pelos assentamentos, apesar de o município apresentar um forte quadro de concentração de terra em que mais de 60% do município é composto por propriedades acima de 500 ha segundo dados do INCRA e da SEGPLAN. O que ocorre é que, além da diminuição da pressão por parte dos movimentos sociais que lutam por terra, o índice de produtividade necessário para se considerar uma propriedade produtiva é muito baixo, o que serve como bloqueio à desapropriação para fins de reforma agrária.

Em Santana do Livramento, um fator observado foi o nível de mobilização e organização social do campesinato. Nesse aspecto, constatou-se que há organização e forte identificação com a luta pela terra por parte de alguns assentados que costumam se envolver mais com a organização política dos assentamentos. Nem todos os assentamentos possuem o mesmo nível de organização e compromisso com a luta, percebe-se que em alguns casos há certo distanciamento do movimento de luta pela terra. Ao conquistar a terra, parte dos assentados passa a preocupar-se mais com a produção do que com a luta pela terra.

Há que se considerar e, por certo, respeitar as opções políticas daqueles que permanecem ligados à luta pela terra. Entretanto se faz necessário apontar que a escolha pela via político-partidária eleitoral, se por um lado, se apresenta como possibilidade para melhorar as condições de vida dos assentados, por outro, representa uma armadilha capaz de desmobilizar o movimento e arrefecer a luta pela terra, afastando-o de sua arma mais eficiente, a ação direta.

Em Santana do Livramento nota-se que o MST através da COOPEROESTE desenvolveu uma estratégia que consiste em agregar o campesinato da região em torno da cooperativa, potencializando assim a força do campesinato para além da organização nos assentamentos e aumentando a sua influência política. Esta medida é importante, pois há muitos pequenos agricultores e criadores de gado não organizados ou organizados em pequenas associações no município e representa uma alternativa de expansão diante da falta de criação de novos assentamentos.

Por outro lado, um dos fatores que coloca em risco a reprodução camponesa de forma autônoma são as parcerias com empresas e produtores de maior porte, que se realizam de forma individual por alguns assentados. O maior assédio aos assentados ocorre com a

produção de soja e arroz, essas atividades exigem uma dedicação quase que exclusiva das famílias para garantir um grande volume de produção, deixando pouco ou nenhum espaço para outros cultivos, em alguns casos nem mesmo os de subsistência. Apostando no monocultivo e reféns dos agrotóxicos, essas famílias tornam-se altamente dependentes dessas empresas e produtores.

Outro tipo de parceria que se faz presente nos assentamentos em Santana do Livramento-RS é a que se desenvolve entre as famílias no interior dos assentamentos, com a formação de grupos de produção coletiva ou parcialmente coletiva e com associação de máquinas, como no caso das ordenhadeiras e colheitadeiras coletivas. Nesse caso, a cooperação entre as famílias aparece como alternativa para viabilizar a produção e ampliar os ganhos sem que estas fiquem reféns de empresas ou produtores externos ao assentamento e percam a autonomia de decidir sobre a sua produção.

A comercialização dos produtos agrícolas produzidos nos assentamentos é um problema constante para os assentados. Nesse sentido, a produção de alimentos para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), aparece como alternativa para a fixação do campesinato no campo. Porém, é importante que o envolvimento com esses programas governamentais não afastem o campesinato do contato direto com os consumidores mais próximos, nos povoados rurais e na sede do município de Santana do Livramento-RS. Além disso, é importante lembrar que os programas governamentais costumam mudar de acordo com as cores das bandeiras dos partidos que assumem o governo.

A discussão a respeito dos limites e das possibilidades do envolvimento do campesinato com os programas governamentais faz parte de um debate mais amplo que o campesinato precisa travar tanto no Brasil, quanto no Uruguai. Esta situação se verifica principalmente com a ascensão de governos de esquerda, que não tocam a fundo na questão principal para o campesinato, que é o acesso à terra. Esses governos surgem com uma identificação com os movimentos sociais e desenvolvem programas governamentais que aparecem como possibilidades para o campesinato, mas que podem, ao longo do tempo, tornar-se uma armadilha para o processo de luta pela terra e para a autonomia camponesa à medida que torna o campesinato dependente dos mesmos.

Nesse sentido, é importante para os camponeses, utilizar-se das políticas públicas existentes de forma a conseguir os meios que permitam desenvolver a sua produção de maneira que obtenham

autonomia tornando-se independentes das oscilações oriundas das mudanças de governo e das disputas político-eleitorais.

Um setor que procura impor limites à recriação camponesa no meio rural fronteiriço é o das elites agrárias, que apesar de haver recuado devido à organização e aos resultados econômicos apresentados pelos camponeses na fronteira, continuam oferecendo forte resistência aos assentamentos. Essas elites utilizam-se dos meios de comunicação nos quais possuem influência para colocar a opinião pública contra os assentados, fortalecendo o ideário conservador e aumentando o preconceito contra os que lutam pela terra. Este fato dificulta a aproximação do campesinato com a população do meio urbano.

Nesse sentido, a produção de alimentos saudáveis, a agroecologia e o manejo sustentável do solo, aparecem como bons argumentos para ganhar o apoio da população. O fato de a COOPEROESTE estar entregando alimentos produzidos nos assentamentos para aproximadamente 20 entidades beneficiárias em Santana do Livramento é bastante significativo e um excelente caminho para quebrar as barreiras do conservadorismo.

Além da oposição por parte das elites agrárias, existem outros fatores que dificultam a recriação camponesa na região. A precariedade das estradas do interior do município, a falta de infraestrutura que permita a fixação dos jovens no campo, como as escolas de ensino fundamental e médio, o acesso insuficiente à saúde e ao saneamento básico continuam sendo barreiras que em tese deveriam estar sendo resolvidas pelo Estado.

O que se percebe é que a resolução de alguns desses problemas está sendo buscada pelo próprio campesinato, visto que o Estado não tem cumprido esse papel. Fato que remete aos mutirões e ao desenvolvimento da solidariedade e apoio-mútuo por meio da autogestão de seus territórios.

No lado uruguaio da fronteira, as dificuldades enfrentadas pelos que lutam pela terra parecem ainda maiores. O processo de ocupação de terras é recente e Bella Unión é o foco da luta pela terra no Uruguai.

Nota-se que em diversos lugares do interior, em pequenas comunidades rurais e colônias, os olhos do campesinato estão voltados para Bella Unión. Onde quer que se vá, ao falar de luta pela terra, Bella Unión é sempre lembrada.

Se o exemplo das ocupações de terra, vindo de Bella Unión, se espalhar pelo interior do Uruguai, o governo uruguaio terá um grande problema a resolver. Terá de enfrentar a velha aristocracia agrária

associada ao capital estrangeiro que investe em terras no país, sobretudo na produção de soja e na florestação para a produção de celulose.

Uma velha aristocracia que nenhum governo teve a coragem de enfrentar, nem mesmo o governo do partido de Frente Amplio, que derrotou nas urnas os partidos conservadores (Blanco e Colorado), que se alternavam no poder desde a formação da república excetuando apenas os períodos de ditadura.

O campesinato de Bella Unión-UY, precisa enfrentar as dificuldades de lidar com uma empresa estatal de direito privado, a ALUR S.A. Embora tenha se instalado com forte auxílio dos sindicatos e agremiações de trabalhadores rurais, a empresa têm servido como ferramenta estatal para o controle da terra.

No momento em que o campesinato se organizou e passou a ocupar terras em Bella Unión, o meio que o governo uruguaio encontrou para fazer frente à luta pela terra foi uma mediação com a participação da ALUR S.A. As terras não foram concedidas aos ocupantes, mas repassadas para a ALUR S.A., também não houve desapropriação. As terras foram arrendadas pelo governo que paga ao arrendatário, e por meio da ALUR S.A., repassa com uma série de condicionantes para os ocupantes.

A ALUR S.A., responsável então pelo processamento da cana de açúcar, além de industrializar o produto passa a controlar também a produção da cana por meio do controle da produção dos trabalhadores rurais a quem concede a exploração das terras cedidas pelo governo à empresa.

Esse processo de ocupação de terras aconteceu na *Colonia España*, e o governo considerou essa uma alternativa tão interessante que adquiriu terras para realizar um processo semelhante de cessão de terra para a ALUR S.A. explorar criando a *Colônia Raul Sendic Antonaccio*.

Nesses dois casos, as agremiações e movimentos sociais que lutam pela terra em Bella Unión, entre os quais a UTAA, possuem pouquíssima margem de manobra. Os trabalhadores que acessam a terra são indicados pelos movimentos, porém, precisam preencher os requisitos impostos pelo INC e pela ALUR S.A. Para serem aceitos pelo governo e pela empresa, é necessário que os indicados apresentem condições que lhes permitam produzir nas terras e realizar o pagamento das parcelas pela utilização destas, além de se constituírem em pessoa jurídica mediante associação entre os mesmos, caso contrário perdem o direito de uso das terras.

Já no caso das terras ocupadas pelo grupo *Grupo Mandiyu*, a situação é diferente, visto que não foi por meio de acordo que os ocupantes conseguiram permanecer na terra, mas por meio judicial. Da mesma maneira, os ocupantes precisam cumprir com os requisitos exigidos pela lei de colonización uruguaia e pagar ao INC pelo usufruto das terras, tampouco tem uma garantia a respeito da renovação dos seus contratos de uso da terra que precisam ser renovados anualmente no caso dos ocupantes de Mandiyu.

No *Grupo Madiyu*, a atividade principal é a criação e produção de leite. Não há uma intermediação com a ALUR S.A., porém a negociação com o INC é conflituosa. Os ocupantes lutam por mínimas garantias e precisam estar mobilizados constantemente para continuar na terra. Mesmo após conquistarem o direito de manter a sua criação na terra para produzir leite, se fez necessário um processo de resistência para que as famílias pudessem morar nas terras em que produzem, ainda que temporariamente.

Como se pode perceber, as barreiras impostas ao desenvolvimento do campesinato no Uruguai são erguidas inicialmente pelo próprio governo, que não possui uma política de acesso à terra para o trabalhador rural sem terra. A chamada política de colonização no Uruguai destina-se a um pequeno produtor capitalizado que tenha condições de investir para explorar a terra. Lógica esta que os movimentos sociais organizados, ao lutar pelo acesso à terra, pretendem romper.

A luta pela terra no Uruguai exigirá do campesinato no país vizinho uma grande energia para levar a cabo um processo de âmbito nacional que pressione por mudanças profundas no modelo de acesso à terra. Dentro do modelo que o governo uruguaio desenvolveu através da ALUR S.A., o governo trata apenas de amenizar uma questão relacionada à produção de cana e ao emprego, mas não toca, e sequer menciona a questão da terra. Os contemplados com o acesso às frações nas terras administradas pela ALUR S.A., não possuem sequer o direito de morar nas terras em que produzem cana.

Apesar de todas as limitações impostas pelas condições de acesso à terra no Uruguai, com a ocupação das terras os trabalhadores rurais começaram a pressionar por uma política de terras que esteja de acordo com a realidade e as necessidades dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores e criadores de gado, exigindo uma reforma agrária que lhes possibilite acesso à terra e garantia de trabalho durante todo o ano e não apenas durante as safras.

“Os peludos” passaram também a questionar a monocultura de cana, colocando a necessidade de desenvolver uma produção para o autoconsumo e comercialização e não ter que dedicar-se exclusivamente à produção de cana.

Outro fator importante a se destacar é que através da ação direta, os movimentos que ocuparam as terras na Colônia Espanha passaram a discutir e aproximar as ações entre si, tendo a terra como fundamento político da organização. Diferente do caso brasileiro, há um grande número de sindicatos e organizações pequenas que são os protagonistas da luta pela terra, a ocupação permitiu uma aproximação desses grupos.

Com a ocupação, os movimentos conseguiram dar visibilidade à luta pela terra e questionar o modelo produtivo levado a diante em Bella Unión-UY, que é exclusivamente voltado para o processamento da cana de açúcar.

O Centro de Formação e o apoio dos docentes de extensão da Universidade da República são importantes ferramentas para se discutir as formas de gestão e novos modelos produtivos que sirvam de alternativa para fugir do monocultivo da cana.

Em linhas gerais, a região fronteira possui grande potencial para o desenvolvimento do campesinato. Há uma população local que carece de abastecimento de alimentos e um grande número de trabalhadores rurais vivendo precariamente nas áreas urbanas ou em pequenas porções de terra e que desejam vincular-se ao meio rural.

É preciso desenvolver outra racionalidade na fronteira, que esteja vinculada ao desenvolvimento dos de baixo e não aos interesses das elites agrárias locais para que o campesinato possa se desenvolver e os frutos dessas experiências sejam colhidos pela comunidade fronteira. Para tal, o campesinato precisa avançar no processo de desapropriação de terras, para aumentar o número de comunidades rurais e possibilitar o acesso à terra àqueles que permanecem segregados.

Observa-se, porém, que no Brasil há uma tendência voltada mais ao desenvolvimento interno dos assentamentos e menos à conquista de terra, uma tática que pode limitar o acesso à terra e com o tempo até mesmo diminuir a força do campesinato organizado na fronteira.

Já no caso uruguaio, percebe-se que há uma tendência a aumentar a mobilização e avançar nas ocupações de terra, porém os entraves continuam sendo as formas oficiais de acesso à terra que limitam em muito as negociações com o governo e a necessidade do movimento em romper os limites de Bella Unión e espalhar-se pelo interior do país.

Ainda assim, os projetos de produção coletiva e solidária e o desejo de acesso à terra para fugir da precariedade do trabalho sazonal,

no caso de Bella Unión-UY, apontam para um potencial ainda a ser explorado.

Tanto no Brasil quanto no Uruguai, quanto mais o campesinato consiga desenvolver traços de cooperação e apoio-mútuo, mantendo uma autonomia relativa em relação aos governos e ao mercado, mais chance terá de se reproduzir com um potencial transformador. Quanto menos isso ocorrer, maiores serão as chances do campesinato perder o seu potencial revolucionário e se acomodar aos sabores e dissabores do mercado.

Mas a história do campesinato fronteiriço somente as mãos calejadas dos camponeses irá grafar. O campesinato deverá escrever a sua história levando em conta as palavras de Jose Gervásio Artigas que afirmava que *“nada podemos esperar se no es de nosotros mismos”*. Fato que já demonstraram saber, levando em conta o exercício da ação direta através das ocupações e das mobilizações na luta contra a injusta distribuição de terras nos pampas gaúchos, sejam eles brasileiros ou uruguaios.

Os camponeses fronteiriços já demonstraram ter aprendido que por meio da ação direta devem colocar-se *a desalambrar!* Porque segundo as sábias palavras de Raul Sendic, *“La tierra no se mendiga, se gestiona, si no la dan, se toma!”*

*A Desalambrar  
(Daniel Viglietti)*

*Yo pregunto a los presentes  
Si no se han puesto a pensar  
Que la tierra es de nosotros  
Y no del que tiene mas.*

*Yo pregunto si en la tierra  
Nunca habria pensado usted  
Que si las manos son nuestras  
Es nuestro lo que nos den.*

*A desalambrar a desalambrar  
Que la tierra es mia tuya y de aquel  
De pedro maria de juan y jose.*

*Si molesto con mi canto  
A alguno que ande por ahi  
Le aseguro que es un gringo  
O dueño del uruguay.*

*A desalambrar a desalambrar  
Que la tierra es mia tuya y de aquel  
De pedro maria de juan y jose.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE, Sara. Et al. **Europa, América y Uruguay entre los siglos XVI y XIX**. Montevideo. Ed. Monte Verde, 2008.

ABELLA, Gonzalo. **Artigas: El resplandor desconocido**. *Ensayo Histórico*. Montevideo: Betun Sán, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª Ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp. 1998.

DÍAZ, Javier. **Ansina Olvidado por la historia, ni si quiera acuñaron una moneda con su nombre**. ACSUN, 2012. Disponível em: <http://acsunuruaguaynegro.blogspot.com.br/2012/09/olvidado-por-la-historia-ni-si-quiera.html>

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima.  **Armour, uma aposta no pampa**. Sant´Ana do Livramento, Editora Palloti, 2000.

\_\_\_\_\_. **Frigorífico Armour: Um empreendimento internacional na fronteira meridional**. In: STROHAECKER, T. M. et al (Org.) **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, p.93-100, 1998.

ALBURQUERQUE, Edu Silvestre de & AUED, Idaletto Malvezzi. **O mito do atraso das elites pampeanas**. In: Boletim Gaúcho de Geografia nº 32, Porto Alegre: AGB, Dezembro 2007. p.91-112

ALMEIDA, Rosimere Aparecida. **A Geografia da prática de Arioaldo Umbelino e o campesinato: uma homenagem**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; Marquez, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (orgs). *Geografia Agrária: Teoria e Poder*. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

AGUIAR, Julia Saldanha Vieira. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento/RS**. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado). 2011.

AGUIAR, Julia Saldanha Vieira & MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Reforma Agrária em Santana do Livramento/RS: Uma abordagem**

**através dos sistemas agrários.** Revista Campo-Território, Vol. 5, nº 10, p. 226-258, 2010.

ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada. Ideologia, ética y identidad en el MLN – Tupamaros. Montevideo:Trilce, 2001.

ALVES, Flamarion Dutra, SILVEIRA, Vicente Celestino Pires e FERREIRA, Enéas Rente. **Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: Os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul.** In: Revista Geografia Agrária, vol. 2, nº 4, p.82-97. 2007.

AZARA, Felix de. **Viajes por la America Meridional.** Madrid, Ed. Espasa Calpe, 1969.

BALTODANO, Maria & STÉDILE, João Pedro (Orgs). **Sandino: Vida e Obra.** São Paulo. 2008.

BANDERA, Gonzalo; ECHEVERRIBORDA, María; INGOLD, María; MORAES, Álvaro; OTERO, Martina; OYHANTÇABAL, Gabriel. **Articulación de funciones y acceso a la tierra: el caso de la Colonia Raúl Sendic Antonaccio.** XI Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, Santa Fé, Argentina. 2011. Disponível em: <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa3/articulacion-de-funciones-pa.pdf>

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. Da revolução ao reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986). Brasília, FUNAG, 2012.

BLACKBOURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia.** Zahar Editores. 1997.

BLIXEN, Samuel. Sendic: Las vidas de um tupamaro. Montevideo: Trilce. 2000.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. **1978 + 30: A AGB em Movimento,** Nº 88, São Paulo, JUL de 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A dialética e a Geografia Agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.** In: FERNANDES,

Bernardo Mançano; Marquez, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (orgs). *Geografia Agrária: Teoria e Poder*. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

BRASIL, Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Estatuto da Terra. Legislação Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)

BREITBART, Myrna Margulies (Org.). **Anarquismo y Geografia**. Barcelona: Oikos-tau, 1988.

CABRAL, José Pedro Cabrera. **Trajetórias do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – 1962-1973: Algumas questões de identidade e poder**. PUCRS. Revista Estudos Ibero-Americanos, V. 33, nº 2, p.156-171, 2007.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: Abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2011.

CAGGIANI, Ivo. **Santana do Livramento: História**. Sant'Ana do Livramento, s/Ed. 1952.

\_\_\_\_\_. **Sant'Ana do Livramento: 150 anos de história**. Santana do Livramento: Ed. do Museu Folha Popular e ASPES, 1983. v. I-III.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato como modo de produção e como classe social**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.landaction.org/spip.php?article642&lang=en>

\_\_\_\_\_. **O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo**. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20ria/index.html>

CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias do Sul, UCS/EST, 1978. 116p.

CHELOTTI, Marcelo Cervo & HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'ana do Livramento-RS. In: Revista Formação (online), vol 2, nº 10. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1006>

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A dinâmica do espaço agrário no município de Sant'ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais.** In: Estudos Geográficos nº3, Rio Claro, 2005 p. 53-70 disponível em: [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm)

COLVERO, Ronaldo Bernardino e SOARES, Luiz Francisco Matias. **Uruguiana: a estância como fronteira.** Revista Estudios Historicos – CDHRP , nº 3, Diciembre 2009.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).** Disponível em:

<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio&novaConsulta=true>

COPTec. **Plano de Recuperação do Assentamento São Joaquim.** Santana do Livramento, 2009.

\_\_\_\_\_ **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Sepé Tiarajú III.** Santana do Livramento, 2010.

\_\_\_\_\_ **Plano de Recuperação do Assentamento Torrão – Nossa Senhora da Conceição.** Santana do Livramento, 2010.

\_\_\_\_\_ **Plano de Recuperação do Assentamento Frutinhas.** Santana do Livramento, 2010.

\_\_\_\_\_ **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Herdeiros de Oziel.** Santana do Livramento, 2010.

\_\_\_\_\_ **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Conquista do Cerro da Liberdade.** Santana do Livramento, 2010.

CÔRREA, Felipe. **Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo. (1868-2012).** São Paulo, Ed. Faísca, 2013.

COSTA, Rogerio Haesbaert da, **RS : latifundio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 98p.

\_\_\_\_\_ **Mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

CRISE, Emilio. **Revolución Anarquista en Corea: la Comuna de Shinmin (1929-1932) y otros textos sobre el anarquismo coreano.** ITHA – Instituto de teoría e história anarquista. 2013.

DAFLON, Verônica Toste & NOBREGA, Ricardo. **Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil.** Latin American Studies Association, 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/NobregaRicardo.pdf>

DORFMAN, Adriana. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais.** Florianópolis, SC, 2009. 360 f. Tese (Doutorado).

ECHEVERRIBORDA, María; INGOLD, María; MORAES, Álvaro; OTERO, Martina y OYHANTÇABAL, Gabriel. **Formación para la colonización y la autogestión. El caso de la Colonia Raúl Sendic Antonaccio - Bella Unión - Uruguay.** In *Revista Estudios Cooperativos*. UDELAR, Año 15, nº 1, 2010. p.88-107. Disponível em: <http://www.extension.edu.uy/sites/extension.edu.uy/files/Revista-UEC.pdf>

EL PAÍS. **La Bandera, ni trapo, ni pretexto.** Montevideu, 2012. Disponível em: <http://viajes.elpais.com.uy/2012/07/18/la-bandera-ni-trapo-ni-pretexto/>

ENCICLOPEDIA DEL ESTUDIANTE. **Mapa Económico de la Liga Federal de los Pueblos Libres.** Tomo II, Montevideo: Ed. Santillana - Diario el País, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto. **Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios fundiários na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800 a 1860).** Memoria Academica, Universidad Nacional de la Plata - FaHCE, Trabajos y

Comunicaciones, 2009, n. 35, p. 149-171. Disponível em [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4684/pr.4684.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4684/pr.4684.pdf)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização**. *Terra Livre*, São Paulo, v. 16, p. 39-70, 2001.

FERREIRA, Hemerson. **A Guerra dos Farrapos e seus Lanceiros Negros traídos**. Diário da Liberdade. 2012. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/antifascismo-e-anti-racismo/30880-a-guerra-dos-farrapos-e-seus-lanceiros-negros-tra%C3%ADdos.html>

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. São Paulo: Ática, 2005.

r

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 18ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro**. Geotextos, n 2, v 2, 2006. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/9a648763dc58f84a08aad80e4672b8fe.pdf>

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>

GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (ORGs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol 1: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília-DF Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

\_\_\_\_\_. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora

da UNESP, Brasília-DF Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GONZÁLES, Gianella. Los movimientos sociales rurales en Latinoamérica, entre lo real y lo posible: (El caso UTAA y de las ligas agrarias en la década de los 60 y 70). FHCE – UDELAR. III Jornadas de investigación y II de Extensión, Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.fhuce.edu.uy/jornada/2010/PONENCIAS/GONZALEZ.PDF>

GRUPO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. Memorias de UTAA, contadas por los peludos de Bella Unión. Experiencia sindical después de la dictadura. Bella Unión. FEUU – UDELAR (S/D)

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 24).

GUHUR, Dominique Michèle Periotto & TONÁ, Nilcinei. **Agroecologia**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALANTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (ORGs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança** 2ª ed. São Paulo: Loyola. 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: Geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. **O regionalismo político e as reestruturações territoriais no Rio Grande do Sul**. In: Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia. Rio Grande, 2003, p.59-79.

INCR. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento São Joaquim (Nova Santa Rita) – Santana do Livramento/RS**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porto Alegre, 2005

\_\_\_\_\_. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Frutinhas – Santana do Livramento/RS**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porto Alegre, 2005

\_\_\_\_\_. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Herdeiros de Oziel – Santana do Livramento/RS.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porto Alegre, 2009

\_\_\_\_\_. **Relatório Ambiental do Projeto Assentamento de Sepé Tiaraju III– Santana do Livramento/RS.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porto Alegre, 2009

\_\_\_\_\_. **Relação e Projetos de Reforma Agrária.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>

JESUS, Gilmar Mascarenhas de, **A via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul**, Revista Digital Efdeportes, Buenos Aires, Año 5, nº 26, outubro de 2000. disponível em: [www.efdeportes.com/efd26a/platina.htm](http://www.efdeportes.com/efd26a/platina.htm) acessado 28 de Março de 2010.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio Mútuo: um fator de evolução.** Porto Alegre, Ed. Deriva, 2012.

LIVRAMENTO, Santana do. **Prefeito entrega caminhão tanque à Cooperforte.** Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Assuntos Agrários. 2011. Disponível em: [http://www.sdolivramento.com.br/new/index.php?pagina=noticia\\_detalle\\_cf.php&id=425](http://www.sdolivramento.com.br/new/index.php?pagina=noticia_detalle_cf.php&id=425)

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUGON, Clovis. **A República “Comunista” Cristã dos Guaranis 1610/1768.** 3ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. 353 p.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes.** In: STROHAECKER, T. M. et al (Org.) **Fronteiras e Espaço Global.** Porto Alegre: AGB, p. 41-49, 1998.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro. **As transformações territoriais e a formação sócio-espacial da “fronteira da paz”** (Sant’ana do Livramento e Rivera). 2010. 109 f. Monografia (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro & CARLINI, Eduardo Luiz D. Goyos, **“Expedição Marco Veron” e a luta do povo Kaiowá-Guarani em Mato Grosso do Sul**. São Paulo, Terra Livre, Ano 28, vol 1, nº 38, jan-jun de 2012.

MAHKNO, Nestor. **A “Revolução” contra a Revolução**. São Paulo, Cortez, 1988.

MARCOS, Valéria de. **Marxismo, Anarquismo e a Construção da Práxis (camponesa) da produção coletiva**. In: *MARCOS, Valeria de & FABRINI, João Edmilson. Os camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **A construção do território camponês: entre velhas e novas utopias**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005. p. 8523-8542. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/flg0563/2s2012/Valeria\\_de\\_Marcos.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/Valeria_de_Marcos.pdf)

MAESTRI, Mário. **O negro escravizado e a Revolução Farroupilha**. In: *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p.76-82.

\_\_\_\_\_. **Há 200 anos: José Artigas e a luta pela terra e liberdade**. Correio da Cidadania. 2011. Disponível em: [http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6475:submanchete021111&catid=29:cultura&Itemid=61](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6475:submanchete021111&catid=29:cultura&Itemid=61)

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica**. In: *PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MARTINS, Jose de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1ª edição, 1979.

\_\_\_\_\_ **Reforma agrária – o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2001.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.* São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MAUBRIGADES, Silvana. **Intentos de reforma agraria, el latifundio como héroe o mártir. Uruguay entre 1870 e 1915.** In: PRIMEIRAS Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s7a6.pdf>

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas.** Belo Horizonte: IGC/UFMG. (dissertação de mestrado). 1999.

MECHOSO, Juan Carlos. **Acción directa anarquista. Uma historia de FAU. Los primeros años.** Tomo III. Montevideú: Recortes, 2006.

MERENSON, Silvina. **“Ser Peludo” Una etnografía histórica de tránsitos y pasajes en la construcción de un sujeto social.** IN: GORSKI, Sonia Romero (org.). *Anuario Antropologia Social y cultural en Uruguay 2004-2005.* Montevideo. UNESCO. 2005, p.175-180

\_\_\_\_\_ **Teorías, prácticas y representaciones de la categoría “campesino” entre los peludos de Bella Unión, República Oriental del Uruguay.** IN *Prácticas de oficio. Investigación y Reflexión em Ciencias Sociales.* N°3. IDES. 2008. Disponível em: <http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2012/04/artic221.pdf>

\_\_\_\_\_ **Las marchas de la Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas La producción ritual de una formación discursiva.** IN: GORSKI, Sonia Romero (org.). *Anuario Antropologia Social y cultural en Uruguay 2009-2010.* Montevideo. UNESCO. 2010, p.71-88.

CMI BRASIL. **MST: Panfleto distribuído pelos fazendeiros de São Gabriel.** Centro de Mídia Independente. 19 de Junho de 2003. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/06/256696.shtml>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Pesquisa ENAFRON. Secretaria Nacional de Justiça. 2013.

MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. Brasília, disponível em: [http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr\\_fronteira](http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr_fronteira)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Arranjo produtivo local do leite de Santana do Livramento-RS**. Brasília. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1337173920.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1337173920.pdf)

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera, Ano 9, nº 8, Jan-Jun 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/08/Miralha.PDF>

MOURE, Telmo Remião. **História do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FTD, 1994.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Geografia. **O espaço rural em questão: Formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos de Reforma Agrária em Santana do Livramento**. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado). 2013.

MURADÁS, Jones. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Geografia. **A Geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Porto Alegre, Tese (Doutorado), 2008.

NAHUM, Benjamin. **La estancia alambrada**. In: *Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Editores Reunidos, n.24, 1968.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Perspectivas da Geografia Agrária**, II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “*O Campo no Século XXI*”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

\_\_\_\_\_ **Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** In: *TERRA LIVRE, Movimentos Sociais: multiplicidade teórica e metodológica.* V. 21, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_ **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: [http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp/baixar/livro\\_aviovaldo.pdf](http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf).

\_\_\_\_\_ **O Nó da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul.** In: Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). *A questão Agrária em Mato Grosso do Sul - Uma Visão Multidisciplinar.* 1ª ed. Campo Grande: UFMS, 2008, v. 01,

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino & STÉDILE, João Pedro. **A natureza do agronegócio no Brasil.** Brasília, Via Campesina, 2005. Disponível em: [http://www.sindipetrocaxias.org.br/pdf/a\\_natureza\\_agronegocio.pdf](http://www.sindipetrocaxias.org.br/pdf/a_natureza_agronegocio.pdf)

OYHANTÇABAL, Gabriel. **Agricultura Familiar y Campesinado. Um abordage desde el pensamento social alternativo.** Montevideo, 2007.

OYHANTÇABAL, Gabriel & CARÁMBULA, Matías. **Lucha por la tierra en el norte de Uruguay.** Revista Astrolabio Nova Época, nº 7, 2011. Disponível em: <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/491/539>

OTERO, Martina. **De la lucha à la fábrica.** UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. Facultad de Ciências Sociales. Departamento de Trabajo Social. Monografia. 2011.

ORWELL, George. **Spanish Civil War.** S/D Disponível em: <http://georgeorwellnovels.com/reference/spanish-civil-war/>

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. **Contendo a revolução: A Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina.** História Debates e Tendências. Vol 10, nº 2, Jul-dez 2010, p. 308-320. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/issue/view/322>

PERES, Ideal. **O que é mutirão?** Periódico O Mutirão, Rio de Janeiro, nº 3 - Jul-Ago, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História do Rio Grande do Sul.** 1.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geografia Agrária e Questão Agrária**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; Marquez, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (orgs). *Geografia Agrária: Teoria e Poder*. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

PONT, Raul. **Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Renascença, Volume I e II, 1983.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo. Tradução: Maria Cecília França. Ed. Khedir. 2011.

RECLUS, Élisée. **O Homem e a Terra: A cultura e a propriedade**. Trad. Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Editora Imaginário, 2010.

RIQUELME, Cristián Vila. Nestor Mahkno: Um camponês Anarquista. Disponível em: <http://www.nestormakhno.info/spanish/riquelme.htm>

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Conquista do Cerro da Liberdade – Santana do Livramento**. Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo. Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição – Santana do Livramento**. Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo. Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, Aline de Lima. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Programa de Pós-Graduação em Geografia. O latifúndio no Rio Grande do Sul: Velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central. Santa Maria, Dissertação (Mestrado), 2006.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Revista NERA. v. 13, nº 16, p. 63-80, 2010. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/10\\_rossi.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/10_rossi.pdf)

RUGAI, Ricardo Ramos. Um partido anarquista: O anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU. São Paulo: Ascaso, 2012.

SALLES, Paulo Benicá de. **Filiações teóricas do ambientalismo liberal, libertário e socialista.** Revista Ética, v.5, n. 3, p. 57-67, Florianópolis, jul-2006.

SCHÄFFER, Neiva Otero, **Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Anna do Livramento - RS.** Porto Alegre, EdUFRGS/PM de Sant'Ana do Livramento, 1993.

SEGARRA, Enrique Mena. **Seminário Internacional "170 Anos da Revolução Farroupilha – o Legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita".** Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SEPLAG. **Atlas socioeconômico. 2011.** Governo do Rio Grande do Sul Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=263>

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês conceituação e desconceituação:** O velho e o novo em uma discussão marxista. *In.* Revista NERA, Ano 8, nº 7, Jul-Dez 2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1456/1432> acessado em 20/04/2013.

\_\_\_\_\_ La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, Camila Freitas da. **O Estado contra os grande proprietários fundiários: Rio Grande do Sul e Uruguai.** Montevideu. III Jornadas de História e Economia, 2003. Disponível em: [www.audhe.org.uy/...Hist.../Camila%20Freitas%20da%20Silva.pdf](http://www.audhe.org.uy/...Hist.../Camila%20Freitas%20da%20Silva.pdf)

SILVA, Ligia Osório. **As leis agrárias e o latifúndio improdutivo.** Revista São Paulo em Perspectiva. v.11, nº.2. Abr-Jun 1997. Disponível em: [http://201.55.54.204/produtos/spp/v11n02/v11n02\\_02.pdf](http://201.55.54.204/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf)

SILVA, Robledo Mendes da. a influência de élisée réclus na educação operária no brasil - das ciências naturais à educação integral. Dissertação de Mestrado. UNIRIO. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In *Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (orgs.)*. Geografia: Conceitos e temas. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Janara. **As sete teses equivocadas sobre conhecimento científico: Reflexões epistemológicas.** Revista Ciências & Cognição, vol. 8, p.143-152, 2006. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/viewFile/587/368>

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Deserto grande do sul: controvérsia.** 2ª Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Mantida ação contra prefeito por uso de funcionários contra MST.** 26 de Outubro de 2004. Disponível em: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=76657](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=76657)

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

URUGUAY. **Censo General Agropecuario: Resultados definitivos.** Vol. II. Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca. 2000.

URUGUAY. **Recuentos Preliminares del Censo General Agropecuario,** Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca. 2013. Disponível em: [http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,5,694,O,S,0,MNU;E;55;9;MNU;,"](http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,5,694,O,S,0,MNU;E;55;9;MNU;,)

VAN DER WALT, Lucien. **Towards a history of anarchist anti-imperialism.** (s/d). Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/84>

VAN DER WALT, Lucien & SCHMIDT, Michael, **The Anarchist Movement in North Africa, 1877-1951.** Zabalaza: a journal of southern African revolutionary anarchism, number 9, pp. 18-21. Disponível em: <http://lucienvanderwalt.wordpress.com/2013/05/08/2009-van-der-walt-schmidt-the-anarchist-movement-in-north-africa-1877-1951/>

VIA CAMPESINA. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Curitiba/Brasília, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/DIVERSOS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SEculo%20XXI.pdf>

\_\_\_\_\_ **La Via Campesina: La voz de las campesinas y campesinos del mundo.** Yacarta, 2011. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/downloads/profiles/2011/BROCHURE-LVC2011-ES.pdf>.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e continuidade.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 21, Out-2003.

## ANEXO I- FOLDER DA VIA CAMPESINA



# ¡Únete a la acción!

**8 de marzo: Día Internacional de la Mujer**  
La Via Campesina se une a los movimientos de mujeres y sociales de todo el mundo para demandar: igualdad de derechos para las mujeres.

**17 de abril: Día Internacional de la Lucha Campesina**  
Una gran variedad de grupos, comunidades y organizaciones llevan a cabo cientos de acciones directas, actividades culturales, conferencias, proyecciones de videos, debates comunitarios, concentraciones...

**10 de septiembre: Día Internacional de Lucha contra la OMC**  
Commemoración del sacrificio del Sr. Lee Kyun Hae, un campesino coreano que se inmoló apuñalándose hasta morir durante una protesta masiva contra la OMC en Cancún, México, en 2003. Milientas mirra sostenía una pancarta que decía "La OMC mata a los campesinos"

Visite nuestro sitio web, suscribese a nuestras actualizaciones de noticias, mire nuestros videos y haga una donación en [www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)

La Via Campesina + Secretaría Operativa Internacional  
Widyadiponegoro Street No. 5, 12790 Jakarta selatan  
Jakarta, Indonesia  
Telefono: +62-21-7931890  
Fax: +62-21-7993426  
e-mail: [viacampesina@viacampesina.org](mailto:viacampesina@viacampesina.org)

**Una estructura descentralizada**  
La Via Campesina es un movimiento de masas desde la base cuya vitalidad y legitimidad provienen de organizaciones campesinas a nivel local y nacional. El movimiento se basa en la descentralización del poder entre 9 regiones. La coordinación entre regiones la lleva a cabo el Comité de Coordinación Internacional, compuesto por una mujer y un hombre por región, elegidos por las organizaciones miembro en sus respectivas regiones. La Secretaría Internacional rota de acuerdo con la decisión realizada cada 4 años por la Conferencia Internacional. Primeros estuo en Bélgica (1993-1996), después en Holanda (1997-2004) y actualmente está establecida en Indonesia hasta 2013.

La financiación del movimiento proviene de las contribuciones de sus miembros, de donaciones privadas y del apoyo financiero de algunas ONG, fundaciones y autoridades locales y nacionales.

Visite nuestro sitio web, suscribese a nuestras actualizaciones de noticias, mire nuestros videos y haga una donación en [www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)



## La Vía Campesina

### La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo



#### Unidad entre campesinos y campesinas

La Vía Campesina es el movimiento internacional que agrupa a millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y agricultores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza.

La Vía Campesina comprende en torno a 150 organizaciones locales y nacionales en 70 países de África, Asia, Europa y América. En total, representa a alrededor de 200 millones de campesinos y campesinas. Es un movimiento autónomo, pluralista y multicultural, sin ninguna afiliación política, económica o de cualquier otro tipo.

#### Un movimiento nacido en 1993

Un grupo de delegados de organizaciones campesinas, mujeres y hombres, procedentes de los cuatro continentes, fundaron La Vía Campesina en 1993 en Mons, Bélgica. En aquel momento, las políticas agrícolas y la agroindustria se estaban globalizando y los campesinos necesitaban desarrollar una visión común y luchar por ella. Las organizaciones campesinas y de medianos productores también querían que se reconociese su voz y participar directamente en las decisiones que afectaban a su vida.

La Vía Campesina es considerada hoy en día uno de los principales actores en los debates alimentarios y agrícolas. Es escuchada por instituciones como la FAO y el Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas. Y goza de un gran reconocimiento entre otros movimientos sociales desde el nivel local al nivel global.

#### ¡Globalizando la esperanza,

#### globalizando la lucha!

La Vía Campesina se fundamenta en un fuerte sentido de unidad y solidaridad entre pequeños y medianos productores agrícolas procedentes del Norte y del Sur. El principal objetivo del movimiento es hacer realidad la soberanía alimentaria y detener el destructivo proceso neoliberal. Se basa en la convicción de que las campesinas y los campesinos, incluyendo a los pequeños pescadores, jornaleros y pueblos indígenas, que constituyen casi la mitad de la población mundial, son capaces de producir alimentos para sus comunidades y alimentar al mundo de forma sana y sostenible. Las mujeres juegan un papel fundamental en el trabajo en La Vía Campesina. Según la FAO, las mujeres producen el 70% de los alimentos mundiales pero están marginadas y oprimidas por el neoliberalismo y el patriarado. El movimiento defiende los derechos de las mujeres y la igualdad de género a todos los niveles y lucha contra todas las formas de violencia hacia las mujeres.

#### Defendiendo la Soberanía Alimentaria

La Vía Campesina lanzó la idea de "Soberanía Alimentaria" en la Cumbre Mundial sobre la Alimentación de 1996. La idea fue creciendo y actualmente forma un movimiento global promovido por una gran variedad de sectores sociales tales como pobres urbanos, grupos medioambientales, grupos de consumidores, asociaciones de mujeres, pescadores, pastores y otros muchos. Además, cuenta con el reconocimiento de numerosas instituciones y gobiernos.



La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos sanos y culturalmente adecuados, producidos mediante métodos sostenibles, así como su derecho a definir sus propios sistemas agrícolas y alimentarios. Desarrolla un modelo de producción campesina sostenible que favorece a las comunidades y su medio ambiente.

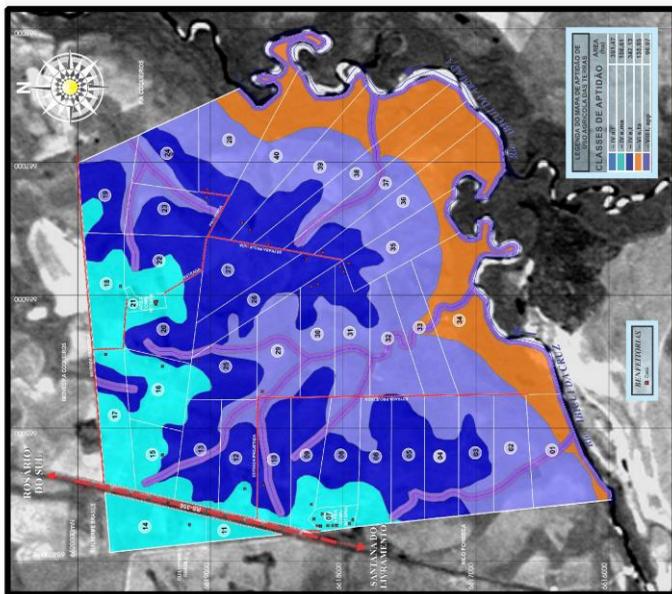
Sitúa las aspiraciones, necesidades y formas de vida de aquellos que producen, distribuyen y consumen los alimentos en el centro de los sistemas alimentarios y de las políticas alimentarias, por delante de las demandas de mercados y empresas.

La soberanía alimentaria da prioridad a la producción y consumo local de alimentos. Proporciona a un país el derecho de proteger a sus productores locales de las importaciones baratas y controlar la producción. Garantiza que los derechos de uso y gestión de tierras, territorios, agua, semillas, ganado y biodiversidad estén en manos de quien produce alimentos y no del sector empresarial. Así, la implementación de una auténtica reforma agraria constituye una de las prioridades del movimiento campesino. La soberanía alimentaria se presenta hoy en día como una de las repuestas más potentes a las actuales crisis alimentaria, de pobreza y climática.



# ANEXO II - ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM

## ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM - SANTANA DO LIVRAMENTO, RS



**ÁREAS TOTAL DOS LOTES DO ASSENTAMENTO**

LOTE Nº	ÁREA TOTAL
01	33,84
02	23,54
03	23,54
04	23,48
05	23,48
06	23,48
07 (6x3)	22,45
08	22,45
09	22,40
10	22,40
11	5,37
12	23,82
13	23,82
14	23,88
15	23,88
16	23,89
17	23,89
18	23,72
19	23,68
20	23,68
21 (4x3)	3,40
22	23,99
23	23,99
24	23,66
25	23,66
26	23,48
27	23,48
28	38,19
29	38,19
30	33,33
31	33,33
32	33,33
33	33,33
34	65,19
35	65,19
36	39,71
37	39,71
38	32,74
39	47,59
40	47,59
41	45,23

CLASSE	OCORRÊNCIA E DESCRIÇÃO DAS ÁREAS RECOMENDAÇÕES DE USO / MANEJO
IV	Terras adequadas para culturas anuais, itinerantes com culturas permanentes e frutíferas. Terra fértil com solos médios e profundos, com boa drenagem e boa capacidade de retenção de água. Terra fértil com solos médios e profundos, com boa drenagem e boa capacidade de retenção de água. Terra fértil com solos médios e profundos, com boa drenagem e boa capacidade de retenção de água. Terra fértil com solos médios e profundos, com boa drenagem e boa capacidade de retenção de água.
VI	Terras adequadas para culturas anuais. São próprias para pastagem natural ou florestamento. Terra fértil com solos médios e profundos, com boa drenagem e boa capacidade de retenção de água.
VIII	Terras adequadas para qualquer tipo de exploração. Devem ser usadas para preservação de flora e fauna. Terra fértil com solos médios e profundos, com boa drenagem e boa capacidade de retenção de água.

**QUADRO-GUIA UTILIZADO NA AVALIAÇÃO E IMPLANTAMENTO DAS CLASSES DE APTIDÃO DE USO AGRÍCOLA DAS TERRAS**

CLASSE DE APTIDÃO DE USO	FAZOR DE USO	UNIDADE DE USO
IV, V, VI	Água	Silos de armazenagem
VII, VIII	Estado	Arboreta e áreas verdes
IX, X	Solo	Plantas ornamentais e paisagismo
XI, XII	Solo	Turmas áreas em todo o perfil
XIII, XIV	Logística	Áreas de preservação permanente



PROJETO DE ASSENTAMENTO, IMPLANTAMENTO E MANEJO DE ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM - SANTANA DO LIVRAMENTO, RS - ANEXO II - MAPA DE APTIDÃO DE USO AGRÍCOLA DAS TERRAS

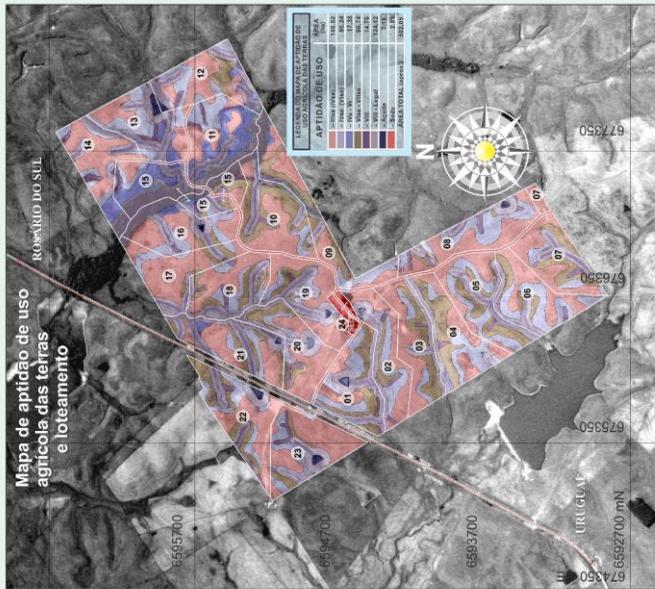




# ANEXO V - ASSENTAMENTO TORRÃO

## ASSENTAMENTO TORRÃO/NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO - SANTANA DO LIVRAMENTO, RS

SPPA/11/102/047



Mapa de aptidão de uso agrícola das terras e loteamento

ROTEIRO DO SUL

USO AGRÍCOLA		ÁREA TOTAL (ha)
1 - Alta	13,82	13,82
2 - Média	10,18	10,18
3 - Baixa	1,00	1,00
4 - Não apta	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>

ÁREA TOTAL COLOCOS DO ASSENTAMENTO		ÁREA TOTAL (ha)
01	241,12	241,12
02	30,58	30,58
03	22,27	22,27
04	29,50	29,50
05	29,50	29,50
06	29,50	29,50
07	29,50	29,50
08	29,51	29,51
09	29,48	29,48
10	29,48	29,48
11	29,48	29,48
12	29,48	29,48
13	29,48	29,48
14	29,48	29,48
15	29,48	29,48
16	29,48	29,48
17	29,48	29,48
18	29,48	29,48
19	29,48	29,48
20	29,48	29,48
21	29,48	29,48
22	29,48	29,48
23	29,48	29,48
<b>TOTAL</b>	<b>675,00</b>	<b>675,00</b>

CLASSES DE USO DO SOLO		ÁREA TOTAL (ha)
1 - Alta	13,82	13,82
2 - Média	10,18	10,18
3 - Baixa	1,00	1,00
4 - Não apta	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>

Este mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000.

USO AGRÍCOLA		ÁREA TOTAL (ha)
1 - Alta	13,82	13,82
2 - Média	10,18	10,18
3 - Baixa	1,00	1,00
4 - Não apta	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>



Este mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000.

USO AGRÍCOLA		ÁREA TOTAL (ha)
1 - Alta	13,82	13,82
2 - Média	10,18	10,18
3 - Baixa	1,00	1,00
4 - Não apta	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>



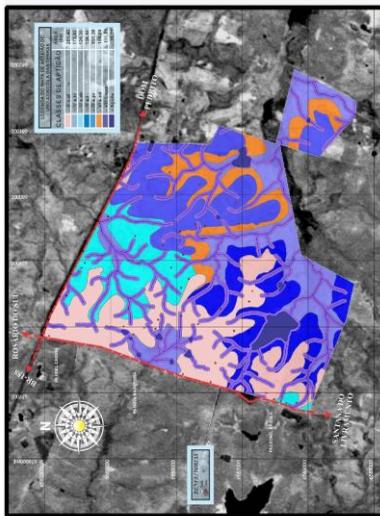
Este mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000.

Este mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000. O mapa foi elaborado com base em dados de campo e em imagens de satélite, sendo que a escala gráfica é de 1:10000.

# ANEXO VI – ASSENTAMENTO SEPE TIARAJU III

## ASSENTAMENTO SEPE TIARAJU III - SANTANA DO LIVRAMENTO, RS

CLASSE	COEFICIENTE DE OCUPIÇÃO	COEFICIENTE DE DENSIDADE	COEFICIENTE DE PERMEABILIDADE
III	0,30	0,40	0,20
IV	0,20	0,30	0,15
V	0,15	0,20	0,10
VI	0,10	0,15	0,05
VII	0,05	0,10	0,02
VIII	0,02	0,05	0,01



CLASSIFICAÇÃO	USO	ÍNDICE DE USO
U1	Residencial Unifamiliar	0,20
U2	Residencial Unifamiliar com Comércio	0,30
U3	Residencial Unifamiliar com Comércio e Indústria	0,40
U4	Residencial Unifamiliar com Comércio, Indústria e Serviços	0,50
U5	Residencial Unifamiliar com Comércio, Indústria e Serviços e Atividades de Lazer	0,60
U6	Residencial Unifamiliar com Comércio, Indústria e Serviços e Atividades de Lazer e Serviços	0,70
U7	Residencial Unifamiliar com Comércio, Indústria e Serviços e Atividades de Lazer e Serviços e Atividades de Lazer e Serviços	0,80
U8	Residencial Unifamiliar com Comércio, Indústria e Serviços e Atividades de Lazer e Serviços e Atividades de Lazer e Serviços	0,90
U9	Residencial Unifamiliar com Comércio, Indústria e Serviços e Atividades de Lazer e Serviços e Atividades de Lazer e Serviços	1,00



ÁREA TOTAL DOS LOTES DO ASSENTAMENTO			
USO	TOTAL	USO	TOTAL
1	28,93	2	22,25
2	28,93	3	22,25
3	28,93	4	22,25
4	28,93	5	22,25
5	28,93	6	22,25
6	28,93	7	22,25
7	28,93	8	22,25
8	28,93	9	22,25
9	28,93	10	22,25
10	28,93	11	22,25
11	28,93	12	22,25
12	28,93	13	22,25
13	28,93	14	22,25
14	28,93	15	22,25
15	28,93	16	22,25
16	28,93	17	22,25
17	28,93	18	22,25
18	28,93	19	22,25
19	28,93	20	22,25
20	28,93	21	22,25
21	28,93	22	22,25
22	28,93	23	22,25
23	28,93	24	22,25
24	28,93	25	22,25
25	28,93	26	22,25
26	28,93	27	22,25
27	28,93	28	22,25
28	28,93	29	22,25
29	28,93	30	22,25
30	28,93	31	22,25
31	28,93	32	22,25
32	28,93	33	22,25
33	28,93	34	22,25
34	28,93	35	22,25
35	28,93	36	22,25
36	28,93	37	22,25
37	28,93	38	22,25
38	28,93	39	22,25
39	28,93	40	22,25
40	28,93	41	22,25
41	28,93	42	22,25
42	28,93	43	22,25
43	28,93	44	22,25
44	28,93	45	22,25
45	28,93	46	22,25
46	28,93	47	22,25
47	28,93	48	22,25
48	28,93	49	22,25
49	28,93	50	22,25
50	28,93	51	22,25
51	28,93	52	22,25
52	28,93	53	22,25
53	28,93	54	22,25
54	28,93	55	22,25
55	28,93	56	22,25
56	28,93	57	22,25
57	28,93	58	22,25
58	28,93	59	22,25
59	28,93	60	22,25
60	28,93	61	22,25
61	28,93	62	22,25
62	28,93	63	22,25
63	28,93	64	22,25
64	28,93	65	22,25
65	28,93	66	22,25
66	28,93	67	22,25
67	28,93	68	22,25
68	28,93	69	22,25
69	28,93	70	22,25
70	28,93	71	22,25
71	28,93	72	22,25
72	28,93	73	22,25
73	28,93	74	22,25
74	28,93	75	22,25
75	28,93	76	22,25
76	28,93	77	22,25
77	28,93	78	22,25
78	28,93	79	22,25
79	28,93	80	22,25
80	28,93	81	22,25
81	28,93	82	22,25
82	28,93	83	22,25
83	28,93	84	22,25
84	28,93	85	22,25
85	28,93	86	22,25
86	28,93	87	22,25
87	28,93	88	22,25
88	28,93	89	22,25
89	28,93	90	22,25
90	28,93	91	22,25
91	28,93	92	22,25
92	28,93	93	22,25
93	28,93	94	22,25
94	28,93	95	22,25
95	28,93	96	22,25
96	28,93	97	22,25
97	28,93	98	22,25
98	28,93	99	22,25
99	28,93	100	22,25
100	28,93	101	22,25
101	28,93	102	22,25
102	28,93	103	22,25
103	28,93	104	22,25
104	28,93	105	22,25
105	28,93	106	22,25
106	28,93	107	22,25
107	28,93	108	22,25
108	28,93	109	22,25
109	28,93	110	22,25
110	28,93	111	22,25
111	28,93	112	22,25
112	28,93	113	22,25
113	28,93	114	22,25
114	28,93	115	22,25
115	28,93	116	22,25
116	28,93	117	22,25
117	28,93	118	22,25
118	28,93	119	22,25
119	28,93	120	22,25
120	28,93	121	22,25
121	28,93	122	22,25
122	28,93	123	22,25
123	28,93	124	22,25
124	28,93	125	22,25
125	28,93	126	22,25
126	28,93	127	22,25
127	28,93	128	22,25
128	28,93	129	22,25
129	28,93	130	22,25
130	28,93	131	22,25
131	28,93	132	22,25
132	28,93	133	22,25
133	28,93	134	22,25
134	28,93	135	22,25
135	28,93	136	22,25
136	28,93	137	22,25
137	28,93	138	22,25
138	28,93	139	22,25
139	28,93	140	22,25
140	28,93	141	22,25
141	28,93	142	22,25
142	28,93	143	22,25
143	28,93	144	22,25
144	28,93	145	22,25
145	28,93	146	22,25
146	28,93	147	22,25
147	28,93	148	22,25
148	28,93	149	22,25
149	28,93	150	22,25
150	28,93	151	22,25
151	28,93	152	22,25
152	28,93	153	22,25
153	28,93	154	22,25
154	28,93	155	22,25
155	28,93	156	22,25
156	28,93	157	22,25
157	28,93	158	22,25
158	28,93	159	22,25
159	28,93	160	22,25
160	28,93	161	22,25
161	28,93	162	22,25
162	28,93	163	22,25
163	28,93	164	22,25
164	28,93	165	22,25
165	28,93	166	22,25
166	28,93	167	22,25
167	28,93	168	22,25
168	28,93	169	22,25
169	28,93	170	22,25
170	28,93	171	22,25
171	28,93	172	22,25
172	28,93	173	22,25
173	28,93	174	22,25
174	28,93	175	22,25
175	28,93	176	22,25
176	28,93	177	22,25
177	28,93	178	22,25
178	28,93	179	22,25
179	28,93	180	22,25
180	28,93	181	22,25
181	28,93	182	22,25
182	28,93	183	22,25
183	28,93	184	22,25
184	28,93	185	22,25
185	28,93	186	22,25
186	28,93	187	22,25
187	28,93	188	22,25
188	28,93	189	22,25
189	28,93	190	22,25
190	28,93	191	22,25
191	28,93	192	22,25
192	28,93	193	22,25
193	28,93	194	22,25
194	28,93	195	22,25
195	28,93	196	22,25
196	28,93	197	22,25
197	28,93	198	22,25
198	28,93	199	22,25
199	28,93	200	22,25
200	28,93	201	22,25
201	28,93	202	22,25
202	28,93	203	22,25
203	28,93	204	22,25
204	28,93	205	22,25
205	28,93	206	22,25
206	28,93	207	22,25
207	28,93	208	22,25
208	28,93	209	22,25
209	28,93	210	22,25
210	28,93	211	22,25
211	28,93	212	22,25
212	28,93	213	22,25
213	28,93	214	22,25
214	28,93	215	22,25
215	28,93	216	22,25
216	28,93	217	22,25
217	28,93	218	22,25
218	28,93	219	22,25
219	28,93	220	22,25
220	28,93	221	22,25
221	28,93	222	22,25
222	28,93	223	22,25
223	28,93	224	22,25
224	28,93	225	22,25
225	28,93	226	22,25
226	28,93	227	22,25
227	28,93	228	22,25
228	28,93	229	22,25
229	28,93	230	22,25
230	28,93	231	22,25
231	28,93	232	22,25
232	28,93	233	22,25
233	28,93	234	22,25
234	28,93		

